

**DESIGUALDADES SOCIAIS NO TRAJECTO ACADÉMICO E
NA INSERÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DOS LICENCIADOS
NA UL/UNL.**

César Augusto Lima Morais

**Dissertação de Mestrado em Sociologia,
especialidade em
Conhecimento, Educação e Sociedade**

Setembro 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Sociologia, realizada sob a orientação científica de
Prof. Dr. Miguel Chaves

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar uma palavra de apreço ao Prof. Doutor Miguel Chaves pelas inúmeras oportunidades de crescimento sociológico proporcionadas, pela manifesta disponibilidade na orientação científica e amizade.

Devo um agradecimento a todos aqueles que contribuíram para o meu encontro com a sociologia, em especial a todos os meus professores na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Não posso deixar de agradecer também aos licenciados inquiridos da Universidade de Lisboa e da Universidade Nova de Lisboa pela disponibilidade em participar nesta investigação.

Desigualdades sociais no trajecto académico e na inserção profissional: o caso dos licenciados na UL/UNL.

César Augusto Lima Moraes

RESUMO

Nas sociedades democráticas a educação sempre se assumiu como um instrumento fundamental para diminuir as desigualdades sociais e potenciar o crescimento económico. A importância que o ensino superior assume neste contexto tem reflexo no trabalho sociológico que o encara como um campo de observação privilegiado, no qual os estudantes surgem como um objecto de estudo com grande protagonismo. Essas investigações há muito demonstraram que o acesso ao ensino superior revela contornos que estão longe de serem democráticos e que, assim, contradizem o desígnio igualitário da escola.

Já a montante do ensino, nos últimos anos assistimos a alterações na esfera económica que afectam negativamente a possibilidade de aceder a um emprego e as próprias condições de trabalho, reconfigurações que também se reflectem nos segmentos populacionais mais instruídos. Ainda que a transição da universidade para o trabalho tenha assumido grande destaque público, apenas na última década se produzem estudos sociológicos em Portugal sobre este momento crucial no ciclo de vida dos licenciados do ensino superior e representam, portanto, uma área de estudos relativamente recente.

Na esteira de tantos outros trabalhos sociológicos, esta dissertação toma como objecto os recém-licenciados do ensino superior. Procuramos conhecer os seus percursos académicos e profissionais, enquadrando essa observação nas problemáticas da estratificação social e das desigualdades sociais. A pesquisa empírica pretende testar os efeitos das origens sociais ao longo do trajecto académico e na esfera profissional, equacionando também a influência dos recém-adquiridos recursos académicos na distribuição destes licenciados no mundo do trabalho.

Esta investigação enquadra-se no âmbito do projecto “Percursos de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho” e debruça-se sobre os licenciados no ano lectivo de 2004/2005 em dois dos principais pólos do ensino superior público português – a Universidade de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa. O trabalho de campo recorre a metodologias quantitativas aplicadas de modo extensivo.

PALAVRAS-CHAVE: desigualdades sociais, ensino superior, licenciados, inserção profissional.

Social inequalities in the academic trajectories and in the transition to work: the UL/UNL graduates.

César Augusto Lima Moraes

ABSTRACT

In democratic societies education has always assumed itself as a key tool to reduce social inequalities and enhancing economic growth. The importance that higher education takes on this context is reflected in the sociological work that regards it as a privileged observation field where students emerge as an object of study with an important role. These investigations have long demonstrated that access to higher education reveals contours that are far from democratic and thus contradicts the egalitarian intention of school.

Leaving education aside, in the last years we have witnessed changes in the economy that have negatively affected the ability to access an employment and the working conditions, reconfigurations that also affect the more educated segments of the population. Although the transition from university to work has assumed great public prominence, only in the last decade are produced sociological studies in Portugal on this crucial moment in the life cycle of higher education graduates and, therefore, it represents a study area relatively recent.

In the footsteps of so many other sociological studies, this dissertation takes as object the newly-graduates of higher education. We seek to meet their academic and professional trajectories, framing this observation on the issues of social stratification and social inequality. The empirical research intends to test the effects of social origins along the academic trajectory and in the professional sphere, also equating the influence of newly-acquired academic resources in the distribution of these graduates in the working world.

This research frames within the project "Graduates transition to work trajectories – objective and subjective relations with work" and focuses on graduates in the academic year of 2004/2005 in two of the main centers of Portuguese public higher education – the Universidade de Lisboa and the Universidade Nova de Lisboa. The fieldwork resorts to quantitative methodologies applied extensively.

KEYWORDS: social inequality, higher education, graduates, transition to work.

Índice

Introdução	1
Capítulo I - O percurso académico dos licenciados UL/UNL	4
I. 1.1. A escola sob a égide da democracia em Portugal	4
I. 1.2. Os diplomados do ensino superior em Portugal no século XXI	5
I. 1.3. Os diplomados do ensino superior português no ano lectivo de 2004/2005: o caso dos licenciados UL/UNL	10
I. 2.1. A relação entre a família e o ensino (superior)	12
I. 2.2. A democratização do ensino superior português: a construção de um problema sociológico	18
I. 3. Origens sociais: as opções teóricas e metodológicas	22
I. 4.1. Capital escolar na família de origem	29
I. 4.2. Classe social da família de origem.....	32
I. 4.3. O capital escolar e a classe social	36
I. 4.4. Origens familiares e trajectos académicos	38
I. 5. Notas conclusivas.....	47
Capítulo II - O percurso profissional dos licenciados UL/UNL.....	51
II. 1. A inserção profissional no trabalho sociológico.....	52
II. 2. Algumas notas de apoio à leitura dos resultados	62
II. 3.1. A situação perante a actividade	66
II. 3.2. O tempo de espera por um emprego	73
II. 3.3. O tempo de espera por um emprego adequado a formação superior.....	79
II. 3.4. O tempo de espera por um emprego adequado à área de formação	84
II. 3.5. A situação na profissão	90
II. 3.6. Uma tipologia de inserção profissional	100
II. 4. Notas conclusivas	111
Conclusão.....	117
Bibliografia.....	121
Anexo I – Metodologia do projecto “Percurso de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho”	i
Anexo II – Questionário aplicado aos licenciados UL/UNL	ix
Anexo III – Áreas científicas de formação dos licenciados UL/UNL	xxxiv
Anexo IV – Ficha dos estudos referenciados.....	xxxix

Introdução

A presente dissertação foi realizada no âmbito do curso de mestrado em sociologia, na área de especialização em “Conhecimento, Educação e Sociedade”, e versa sobre os percursos académicos e profissionais de uma coorte de licenciados do ensino superior.

O trabalho de investigação que apresentamos de seguida enquadra-se no projecto “Percursos de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho”, com o qual colaboro desde 2010. Este projecto de investigação coordenado por Miguel Chaves encontra-se sediado no Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (CESNOVA) e beneficia de financiamento por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)¹. A sua equipa de investigação reúne vários investigadores portugueses que durante a última década têm trabalhado sobre a inserção profissional de recém-graduados – Ana Paula Marques, Cristina Parente, João Sedas Nunes, Maria Manuela Gonçalves, Mariana Gaio Alves, Miguel Chaves e Natália Alves. Embora esteja longe de contemplar a totalidade dos diplomados em Portugal, este estudo debruça-se sobre dois dos principais pólos do ensino superior público português – a Universidade de Lisboa (UL) e a Universidade Nova de Lisboa (UNL) – e procura observar os graduados que aí completaram as suas licenciaturas no ano lectivo de 2004/2005 estabelecendo como principais objectivos conhecer os percursos de inserção profissional desta população e também a forma como se relacionam com o trabalho e com a sua própria situação laboral. A recolha de informação tem por base uma inquirição extensiva telefónica, onde se observaram procedimentos de amostragem probabilística, o que posteriormente permitiu estimar a representatividade estatística dos dados recolhidos face ao universo em estudo². Integrar este projecto representou uma oportunidade ímpar de aprofundar e integrar o entendimento sobre o vasto património sociológico associado a esta área de estudos, assim como permitiu usufruir de valioso material empírico.

Ao longo desta experiência foi ganhando forma uma problemática e perspectiva originais, que guiaram a análise aos dados recolhidos e a reflexão sociológica que

¹ Referência do projecto: PTDC/CS-SOC/104744/2008 (Lacrado a 05-02-2009 às 21:27).

² A amostra é composta por 1004 indivíduos (597 da UL e 407 na UNL) e o erro amostral máximo estimado é de 2,71%, considerando um intervalo de confiança 95%. Para maior detalhe sobre este projecto consultar anexo I - Metodologia do Projecto “Percursos de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho”.

servem de base a esta dissertação. Inspirados por outros trabalhos que realizámos nesta área de estudos (Chaves e Morais 2008; Morais, Chaves e Batista 2010) e por leituras que nos acompanharam na componente lectiva do curso de mestrado, assumimos uma perspectiva que nos irá levar até dois eixos de problematização clássicos da sociologia: as desigualdades e a reprodução social.

Nas sociedades democráticas a educação é encarada como um instrumento fundamental para diminuir as desigualdades sociais e potenciar o crescimento económico. Em Portugal, sob a égide dos valores de igualdade e justiça social, o ensino e, em especial, o ensino superior, passou por uma fase de grande expansão nas últimas décadas, o que lhe atribuiu proeminência social e política, e o afirmou como um momento crucial no ciclo de vida dos indivíduos. Também captou a imaginação sociológica e constituiu-se como um campo de observação privilegiado para inúmeros investigadores. A constatação de que o ensino superior, em grande medida, reproduz as desigualdades sociais e revela contornos elitistas, fragilizou os seus princípios ideológicos e colocou na agenda pública a discussão sobre o seu potencial democratizador.

De forma a contribuir para este debate e também para o conhecimento sociológico sobre estes temas, procuramos aqui perceber qual a influência das origens sociais nas trajetórias de escolarização superior, isto é, tentaremos averiguar até que ponto os indivíduos com distintas origens sociais (em termos socioeducacionais e socioprofissionais) têm probabilidades, também diferenciadas, de acesso à educação superior. O foco analítico será depois deslocado para o instante de escolha do curso e ainda para o de graduação, procurando aferir o papel desempenhado pelas origens sociais na interpretação das diferenças que aí se verificam.

O momento de graduação num curso de licenciatura marca a derradeira etapa da escolaridade para a maioria dos que frequentam o ensino superior, e assume-se como uma antecâmara para a entrada no mercado de trabalho. Nos últimos anos, assistimos a alterações na esfera económica que afectaram negativamente a possibilidade de aceder a um emprego, assim como as próprias condições de trabalho, e que fizeram emergir no debate público acerca dos diplomados do ensino superior os termos “desemprego” e “precariedade”. O (recente) trabalho sociológico em Portugal que aborda estes temas comprovou uma quebra na tradicional lógica linear que pautava, até à bem pouco, a transição dos recém-graduados do ensino superior da escola para o trabalho, de facto, e

ainda que não assuma os contornos catastrofistas que muitos advogam, a inserção profissional desta população comporta crescentes dificuldades e, também, novos desafios.

Esta dissertação procura acrescentar novas reflexões a esta emergente área de estudos sociológicos que se organiza em torno da transição da escola para o trabalho. Assim, na segunda parte deste trabalho, a nossa perspectiva confere novamente primazia à problemática das desigualdades sociais e desenvolve-se a partir de uma reflexão em torno da noção de "inserção profissional". A análise considera um conjunto de dimensões-chave do emprego que desvendam a distribuição diferenciada desta coorte académica no campo profissional, na qual procuramos observar a influência da origem social destes licenciados. Iremos também averiguar como, e em que medida, os recém-adquiridos recursos académicos se convertem (ou não) em tipos distintos de inserção profissional.

Encetamos assim uma jornada que nos leva desde a academia ao mercado de trabalho, procurando discernir e interpretar, não só o tipo de percursos com que nos deparamos, mas também a influência dos recursos mobilizados pela população em estudo durante esses trajectos.

Capítulo I - O percurso académico dos licenciados UL/UNL

Este capítulo aborda o papel das origens sociais de licenciados no acesso e no percurso escolar no ensino superior, recorrendo a dados quantitativos de licenciados em 2004/2005 na Universidade de Lisboa (UL) e na Universidade Nova de Lisboa (UNL).

A questão de partida que orienta o rumo dos trabalhos neste capítulo é averiguar se, e em que medida, os recursos familiares dos licenciados influem no acesso a estas universidades e nos seus trajectos académicos. Este questionamento centra a sua atenção nas desigualdades sociais e nos processos de estratificação social, e insere-se no debate sociológico entre as teses da “democratização” e as da “reprodução” no ensino superior. Este trabalho não deve ser iniciado sem antes identificar as tendências gerais da evolução do ensino superior em Portugal, para depois considerar com maior detalhe as características da coorte de licenciados em análise se coloca.

I. 1.1. A escola sob a égide da democracia em Portugal

A evolução do sistema educacional português tem sido impulsionada principalmente por medidas políticas que visam implementar a gratuidade e a obrigatoriedade da escola, e que encorajam o desenvolvimento da rede escolar. Assistimos a medidas nesse sentido desde o momento de implantação da República, que perdem o seu fulgor durante o regime do estado novo, para serem retomadas com grande vigor após o 25 de Abril de 1974. A partir da década de 1980, já sobre a égide de governos democráticos, o ensino em Portugal passa por um efectivo processo de expansão que resulta num aumento substancial quer do número de alunos, quer de escolas³. Desde então o desenvolvimento da rede escolar funda-se num ideal de igualdade que procura aproximar a democracia das escolas sob o mote de “compensar os diferentes estímulos culturais proporcionados pelas famílias aos seus jovens” (Pintassilgo 2003), isto é, “uma política de ensino que tente eliminar os obstáculos financeiros que se opõem à entrada dos jovens nos estabelecimentos de ensino superior, e retenha, como critério de selecção, unicamente o exame das capacidades intelectuais e

³ O número de alunos matriculados em instituições escolares passa de 1.873.559 em 1980 para 2.406.098 em 2010 e o número de estabelecimentos de ensino aumenta exponencialmente nesse mesmo período. Esta expansão é particularmente assinalável no caso do ensino superior onde o número de alunos aumenta cerca de 4,7 vezes entre 1980 (80.919) e 2010 (383.627) (PORDATA, 2012).

de trabalho do candidato” (Sousa 1968, 248). O prosseguir destas políticas por mais de 30 anos resultou num aumento exponencial do campo escolar português, num período que ficou conhecido como a época de massificação do ensino⁴.

Apesar desta massificação, o nível médio de qualificações da população portuguesa permanece particularmente baixo face ao conjunto dos países desenvolvidos. Um estudo recente, desenvolvido ao abrigo do Banco de Portugal, observa a população em território nacional face ao conjunto de países da OCDE (Alves, Centeno e Novo 2010) e verifica que em 2007 Portugal detinha a mais baixa proporção de indivíduos entre 25 e 64 anos com o ensino secundário completo, e uma das mais baixas proporções de indivíduos com o ensino superior completo⁵. Para ilustrar os níveis médios de instrução da população portuguesa nesse mesmo ano refira-se que a “distribuição educacional da população activa se aproximava da observada nos Estados Unidos da América em 1930” (*idem*, 12). Um paralelismo que, sendo caricatural, ilustra bem a amplitude do atraso educacional português⁶.

I. 1.2. Os diplomados do ensino superior em Portugal no século XXI

Reportando-nos agora ao ensino superior, podemos verificar que os indivíduos detentores de graduações académicas representam apenas uma pequena percentagem da população portuguesa, ainda que, desde o início da primeira década deste século, o seu número tenha aumentado cerca de 50%, ao passar de 38.617 no ano lectivo de 2000/2001 para 58.091 diplomados em 2009/2010 (quadro n.º 1)⁷. Os 4290 licenciados

⁴ Para Araújo (1996), o conceito de escola de massas é “usado para referir a intervenção do Estado na educação escolar, tornando-a obrigatória, universal, laica e gratuita, envolvendo um conjunto de processos variados, que incluem a declaração de interesse pelo campo escolar, financeiro, supervisão, definição de currículos, formação de pessoal docente, entre outros” (Araújo 1996, 162).

⁵ Segundo dados da OCDE para o ano de 2007, em Portugal, apenas 27% da população entre os 25 e os 64 anos possuía estudos secundários completos, o que contrasta com os 70% da média da OCDE. Podemos verificar que “o hiato em termos de desempenho educacional é igualmente substancial nas gerações mais novas. Apesar de nos últimos anos se ter observado uma significativa diminuição das taxas de abandono e retenção ao longo da escolaridade obrigatória em Portugal, subsiste ainda uma baixa taxa de finalização do ensino secundário e superior no quadro dos países da OCDE. Note-se que, em 2007, a proporção de indivíduos com idades entre 25 e 34 anos com o ensino secundário completo ainda se situava em níveis inferiores aos observados para o total da população activa na generalidade dos países da OCDE. A mesma conclusão é aplicável no caso do ensino superior” (Alves, Centeno e Novo 2010, 14).

⁶ Não nos podemos esquecer que nos Estados Unidos da América a democracia, e a consequente democratização do ensino, leva mais de uma centena de anos de vantagem face a Portugal, onde as políticas neste sentido só foram verdadeiramente implementadas após a revolução de Abril de 74.

⁷ No ano de 2000 percentagem da população residente em Portugal com idade entre 25 e 64 anos e com ensino superior completo estimava-se em 8,8%, aumenta para 12,8% em 2005 e atinge os 15,4% em 2010 (INE, IE 2012).

na UL/UNL em 2004/2005, que constituem o universo que estudamos, partilharam o momento da sua licenciatura com mais de 65 mil outros graduados no ensino superior, representando assim uma porção de 6% do total de indivíduos que frequentavam esse nível de ensino, e de 17% se considerarmos apenas o ensino superior público.

Quadro n.º 1 – Diplomados em instituições de ensino superior em Portugal (indivíduos).

Subsistema de ensino	Anos Lectivos									
	2000-01	2001-02	2002-03	2003-04	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10
Ensino Superior Público	38 617	42 200	46 499	46 854	49 184	50 518	62 063	64 469	57 428	58 091
Universitário	a)	19 466	21 890	24 462	24 614	25 283	27 376	34 497	37 366	37 391
Politécnico	b)	19 151	20 310	22 037	22 240	23 901	23 142	27 566	27 103	20 037
Ensino Superior Privado		22 523	21 898	22 012	21 814	20 803	21 310	21 213	19 540	19 139
Universitário	a)	12 229	11 216	10 800	11 449	10 995	11 008	11 640	10 340	11 457
Politécnico	b)	10 294	10 682	11 212	10 365	9 808	10 302	9 573	9 200	7 682
Total (Ensino Superior)*		61 140	64 098	68 511	68 668	69 987	71 828	83 276	84 009	76 567

a) Inclui instituições não integradas em universidades.

b) Inclui instituições não integradas em institutos politécnicos e unidades orgânicas de ensino politécnico integradas em universidades.

* - Não inclui cursos de especialização tecnológica (CET) que surgem a partir de 2005/2006

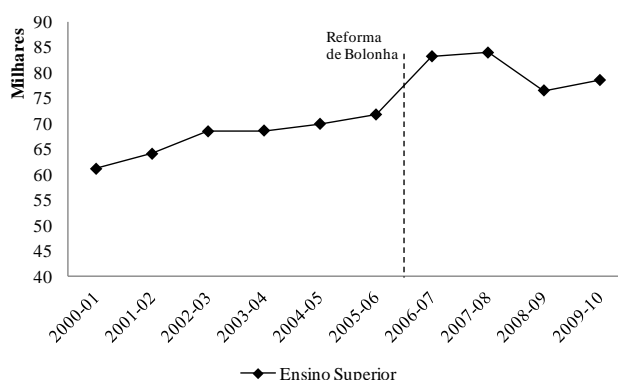
Fonte: GPEAR/MCTES

Na evolução do número de diplomados nesta última década pontuam algumas flutuações que importam detalhar: até ao ano lectivo de 2005/2006 o crescimento do número de diplomados é inferior a 10% por cada ano, em 2006/2007 passa por fase de expansão particularmente notável (+22%) que perdura, ainda que em ritmo mais lento, até ao período homólogo seguinte. Na passagem para o ano lectivo de 2008/2009 o número de diplomados sofre uma retracção (-12%) pela primeira vez este século, para voltar a subir ligeiramente no ano subsequente (+1,1%).

É razoável supor que o crescimento substancial de diplomados em 2006, visível na figura n.º 1, é motivado pela implementação de várias políticas educacionais entre as quais se destaca a “reforma de Bolonha”⁸. A conjugação dessas políticas permitiu *abrir* o ensino superior a novos públicos (Alves e Jacobetty 2008) que aproveitaram estas oportunidades para nele (re)ingressar; assim como aumentar o número de graduados a partir do interior das academias, incentivados ao prosseguimento de estudos universitários por ciclos de ensino com menor extensão. A coorte de licenciados UL/UNL que investigamos coloca-se dois anos antes deste importante marco no ensino superior português e, portanto, não reflecte ainda as alterações que se vieram a verificar no campo escolar desde então.

⁸ Este novo regime jurídico (Decreto-lei nº 74/2006 de 24 de Março) estabelece que os vários ciclos de estudos existentes no ensino superior português teriam de corresponder aos três ciclos de Bolonha: as Licenciaturas (1.º ciclo); os Mestrados (2.º ciclo) onde se inclui os Mestrados Integrados; e os Doutoramentos (3.º ciclo). A adequação dos ciclos de estudos em Portugal ocorre desde então, verificando-se um grande aumento no número de diplomados que obtiveram o grau de Licenciatura – 1.º ciclo, Mestrado Integrado e Mestrado – 2.º ciclo.

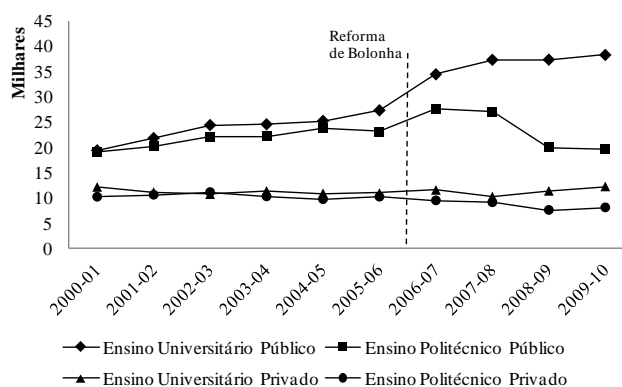
Figura n.º 1 – Diplomados em instituições de ensino superior em Portugal (indivíduos).



O grande motor de crescimento do número de diplomados neste século foram as instituições públicas de ensino universitário, em grande medida, por terem conseguido maximizar as oportunidades que as reformas de 2006 proporcionaram (Figura n.º 2). Não se pode no entanto esquecer que, mesmo durante os seis anos lectivos que antecederam “Bolonha”, o número de diplomados nestas instituições aumenta 40% e os cerca de 19.400 graduados no ano lectivo de 2000/2001 passam a 27.376 em 2005/2006. Porém, no ano lectivo que se segue a “Bolonha” encontramos uma expansão no número de diplomados que não encontra paralelo no ensino público politécnico, nem tampouco no ensino superior privado. Assim, podemos inferir que a anunciada *abertura* do ensino superior a novos públicos ocorreu especialmente no ensino público universitário, e traduz-se num aumento de mais de 22% no número de graduados em 2006/2007, face ao ano lectivo anterior. Nos três anos que se seguem até ao final da década o ritmo de crescimento atenua-se (+3%). Em suma, ao longo dos primeiros dez anos deste século quase duplica o número de graduados no ensino universitário público (+91%) que, em 2009/2010, ultrapassa a fasquia dos 38.000 diplomados. Ao nível do ensino público politécnico, o número de diplomados conhece uma fase de expansão moderada (+20%) entre o início desta década e o ano lectivo de 2005/2006. No ano lectivo seguinte, o impacte de Bolonha faz-se sentir também neste subsistema de ensino e o número de diplomados cresce 19%. A partir desse momento, o número de diplomados estabiliza para depois contrair de forma abrupta até ao final da década (-28%), o que o leva até valores similares aos do início deste século. No ensino superior privado, quer no universitário, quer no politécnico, e ainda que com algumas oscilações, o número de diplomados tem vindo a reduzir desde o ano lectivo de 2000/2001 (-9%), uma retracção que acelera após as reformas de 2006 e que parece configurar uma reacção adversa às reformas que ocorreram nesse ano, ao contrário do que ocorreu no

ensino público. Apenas nos últimos anos lectivos desta década o número de diplomados em ambos os subsistemas do ensino privado revela algum crescimento, ainda assim, coloca-se abaixo do valor verificado no ano lectivo de 2000/2001.

Figura n.º 2 – Diplomados em instituições de ensino superior em Portugal (indivíduos).



Uma vez que não dispomos de dados sobre as infra-estruturas do ensino superior, recorremos a outras fontes de forma a compreender como ocorreu a evolução da rede escolar académica na primeira década deste século. Um relatório realizado por vários investigadores do Instituto Superior Técnico (Pereira *et al.* 2006), com o propósito de caracterizar o ensino superior nos países ibero-americanos nos anos de 2000 a 2006, verifica que “o número de unidades orgânicas de ensino superior em Portugal registou, no período de 2000 a 2005, uma tendência global de crescimento, embora tenha decrescido em 2006” (*idem*, 23). Os autores referem que este crescimento se deve, fundamentalmente, ao aumento de unidades orgânicas ao nível do ensino não universitário. Entre o ensino público e privado, “o maior crescimento verificou-se no primeiro, tendo o ensino superior particular e cooperativo sofrido [apenas] um ténue aumento” (*idem*, 25). Encontramos resultados consentâneos numa outra investigação conduzida por Nuno de Almeida Alves e Pedro Jacobetty (2008), que realiza uma análise evolutiva das instituições do ensino superior entre 1998 e 2006. Nesta investigação observa-se que “o número de estabelecimentos do ensino superior denota um módico crescimento até ao ano lectivo de 2002/03, sendo tal processo contemporâneo do crescimento do número de alunos deste segmento de ensino até esta altura. Após o estabelecimento deste pico, inicia-se uma fase de ligeira redução anual do número de estabelecimentos, entre 2 e 3 por ano” (*idem*, 51).

Estes dados permitem identificar uma tendência de contracção no número de instituições de ensino superior, que observada à luz dos dados sobre a evolução no número de diplomados (que vimos acima), indicia um aumento da produtividade do sistema de ensino superior. Aliás, uma evolução necessária para fazer face ao aumento de diplomados que se seguiu às reformas de 2006.

A tendência para uma maior produtividade do sistema de ensino superior, assim como a diminuição do número de diplomados a partir de 2008 podem contribuir para uma contracção da rede institucional do ensino superior nos próximos anos, especialmente entre as fileiras do ensino público politécnico e do ensino privado universitário e politécnico, sendo as que menos parecem beneficiar da reforma de Bolonha. Assim, após uma fase de massificação do acesso ao ensino superior e de uma vincada expansão das infra-estruturas universitárias em Portugal, parece que nos aproximamos de uma era de crescimento titubeante do ensino superior, essencialmente provido pelo ensino público universitário.

Acrescentamos ainda que em Janeiro de 2010 foi firmado entre o Governo e as instituições do ensino superior um “Contrato de Confiança”, que visa aumentar os níveis de qualificação superior na sociedade portuguesa de forma equilibrada entre os vários subsistemas de ensino. Este contrato prevê um conjunto de medidas que procuram “o desenvolvimento do sistema binário [superior universitário e superior politécnico], o reforço das instituições, a garantia da diversidade da oferta formativa, a equidade no acesso por parte da população, o investimento em acção social escolar, a melhoria da qualidade e dos mecanismos de avaliação e acreditação” (MCTES 2010). Através deste processo, o governo português procura que se cumpram as metas traçadas pela estratégia europeia “EU2020” onde se estabelece que pelo menos 40% da população no grupo etário 30-34 anos deve ser diplomada no ensino superior até ao ano de 2020. Cumprir este compromisso pode pressionar as instituições do ensino superior a índices de produtividade ainda maiores, bem como motivar uma (nova) abertura a novos públicos.

I. 1.3. Os diplomados do ensino superior português no ano lectivo de 2004/2005: o caso dos licenciados UL/UNL

Após esta (necessariamente) breve incursão pelas grandes tendências que marcaram a evolução no ensino superior em Portugal na última década, procuraremos agora caracterizar os licenciados inquiridos face à totalidade da coorte académica que se diplomou em Portugal nesse mesmo ano lectivo⁹ (quadro n.º 2). Convém, desde logo, assinalar que os licenciados na UL inquiridos representam 59,5% da amostra e finalizaram os seus cursos numa de oito faculdades, enquanto os licenciados da UNL pesam 40,5% e são provenientes de quatro faculdades e um instituto¹⁰.

Quadro n.º 2 – Características socio-demográficas e áreas científicas de formação dos licenciados UL/UNL e comparação com os diplomados de instituições do ensino superior português em 2004/2005 (valores absolutos e percentagens em coluna).

		Licenciados UL/UNL		Diplomados em instituições do ensino superior (2004/2005)
		Valores Absolutos (N)	Valores Percentuais (%)	Valores Percentuais (%)
Género	Feminino	646	64,3	65,0
	Masculino	358	35,7	35,0
	Total	1.004	100,0	100,0
Idade	Até 25 anos	596	59,3	56,0
	De 25 a 34 anos	357	35,6	30,0
	De 35 a 54 anos	46	4,6	13,0
	Mais de 55 anos	5	0,5	1,0
	Total	1.004	100,0	100,0
Área científica de formação	Educação	100	10,0	14,6
	Artes e humanidades	215	21,4	8,8
	Ciências sociais e jornalismo	77	7,7	8,1
	Economia e gestão	67	6,7	16,7
	Direito	97	9,7	3,3
	Ciências da Vida	86	8,6	1,9
	Ciências Físicas	120	12,0	1,8
	Matemática, estatística e informática	65	6,5	2,9
	Engenharias industriais e construção	49	4,9	14,3
	Saúde	128	12,7	19,3
	Outras	-	-	8,2
	Total	1.004	100,0	100,0

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL; DSIEES/GPEARl

A análise da distribuição por géneros revela o sensível ascendente feminino tanto nos licenciados que constituem o universo UL/UNL, quanto nos diplomados do ensino superior em Portugal: quase duas diplomadas por cada diplomado. A feminização do ensino superior, claramente patente em ambas estas populações, não nos

⁹ Convém assinalar que os dados para os diplomados do ensino superior em Portugal em 2004/2005, disponibilizados pelo DSIEES/GPEARl, consideram os vários ciclos de ensino superior – licenciaturas, pós-graduações, mestrados, doutoramentos, e pós-doutoramentos; assim como contabilizam o conjunto das várias instituições de ensino superior: politécnicos e universidades, no sector público e privado.

¹⁰ A amostra conta com 1004 indivíduos. Os 597 licenciados na UL distribuem-se entre as Faculdade de Belas-Artes (28), Faculdade de Ciências (175), Faculdade de Direito (77), Faculdade de Farmácia (38), Faculdade de Letras (182), Faculdade de Medicina (40), Faculdade de Medicina Dentária (19), e Faculdade de Psicologia (38). Os licenciados na UNL são 407 e tem origem nas Faculdade de Ciências e Tecnologia (146), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (129), Nova School of Business and Economics (67), Faculdade de Ciências Médicas (31), Faculdade de Direito (20) e no Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (14).

deve causar estranheza, uma vez que se afirma como uma tendência sólida na sociedade portuguesa desde o raiar dos anos 90 (Alves e Jacobetty 2008, 57)¹¹.

Os contornos etários de ambas as populações revelam que mais de metade destes graduados de 2004/2005 apresenta idades inferiores a 25 anos, um perfil que se pode caracterizar como tipicamente “jovem”. Devemos porém notar que a população jovem é mais notória entre os licenciados inquiridos, um traço a que não será alheio o facto do total de diplomados em instituições do ensino superior português incluir outros ciclos de ensino subsequentes à licenciatura; mas também outras razões relacionadas com as características etárias distintas entre formação universitária e politécnica, ou com a maior ou menor presença de percursos escolares “normais”, ou seja, sem reprovações ou reingressos escolares tardios nestas universidades. Note-se também o peso significativo dos graduados com mais de 25 anos em ambas as populações, um indício de que a aposta numa qualificação académica não é unicamente juvenil. Salientamos ainda que estes dados respeitam a coortes académicas anteriores à implementação das importantes reformas do ensino superior em 2006 que, como observámos atrás, por trazerem novos públicos até ao ensino superior, podem também ter “envelhecido” a média etária da população académica.

Entre os licenciados UL/UNL encontramos perto de uma centena cursos distintos que foram agrupados em dez áreas científicas de formação construídas a partir da Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF)¹². Esta forma de organização dos cursos de licenciatura que aventamos, e que também foi aplicada aos dados para os diplomados do ensino superior em Portugal, permite manter as potencialidades operatórias e comparativas da CNAEF, assim como considera o tipo específico de oferta curricular da Universidade Clássica e Nova de Lisboa – onde pontua um número elevado de cursos em “Artes e humanidades” e em “Ciências físicas”, enquanto no ensino superior português a oferta surge especialmente alargada em “Saúde” e “Economia e gestão”. Avançamos então, ordenadas por frequência, as diversas áreas científicas de formação por onde se distribuem os licenciados inquiridos. A área de “Artes e humanidades”, a mais frequente nesta população, assume um peso percentual de 21,4% e engloba cursos em artes plásticas, arqueologia, filosofia, história e línguas e literaturas. Seguem-se duas áreas científicas que reúnem, cada uma, 12%

¹¹ O processo de feminização do ensino superior não é, todavia, restrito à sociedade portuguesa, marca também a sua presença numa parte significativa dos países na europa ocidental (Alves e Jacobetty 2008).

¹² Cf. Anexo III – Áreas científicas de formação dos licenciados UL/UNL.

destes licenciados: as “Ciências físicas” que incluem os que cursaram em física, geografia, geologia e química; e a “Saúde” que concatena os licenciados em ciência farmacêutica, medicina e medicina dentária. Os graduados em vários cursos orientados para a “Educação” representam 10% do total UL/UNL e, os licenciados em “Direito”, assumem um peso de 9,7%. Já com uma expressão percentual menor, de 8,6%, surge a porção dos que finalizaram cursos relacionados com biologia, reunidos na área das “Ciências da vida”. Os cursos em ciências da comunicação, ciência política, sociologia e psicologia formam o segmento de licenciados em “Ciências sociais e jornalismo” com um peso de 7,7% face ao total. A área da “Economia e gestão” reúne 6,7% da amostra e, uma percentagem similar de 6,5% terminou cursos relacionados com “Matemática, estatística e informática”. Por fim, 4,9% dos licenciados inquiridos finalizaram os seus cursos na área das “Engenharias industriais e construção”.

Nos próximos dois pontos deste capítulo iremos reflectir em torno das noções de socialização familiar e de socialização escolar por um lado, e as de democratização e reprodução social por outro, num exercício que nos permite identificar dimensões a observar na análise do trajecto académico dos licenciados UL/UNL.

I. 2.1. A relação entre a família e o ensino (superior)

A dialéctica entre escola e sociedade sempre se assumiu como um tema central e omnipresente no trabalho sociológico, uma vez que a escola se assume como um factor estruturante no desenvolvimento dos indivíduos e, portanto, das próprias sociedades. A problematização desta relação esteve no âmago de algumas das obras mais marcantes do património sociológico, a título de exemplo, podemos indicar os trabalhos de Émile Durkheim (1922), Basil Bernstein (1975), James Coleman (1966), Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1964, 1970) ou Raymond Boudon (1973) que, entre outros, ajudaram a fundar um caminho actualmente trilhado por inúmeros investigadores sociais que laboram sobre os processos sociais no interior da escola e a sua relação com inúmeras outras esferas sociais.

Em Portugal, um número significativo de investigadores aborda a questão que trazemos à colação neste ponto – a da relação entre a família e o ensino (*e.g.* Almeida, Costa, e Machado 1988; Diogo 2005, 2006 e 2008; Grácio 1997a, 1997b e 2002; Silva 1999; Sebastião e Correia 2007; Vieira 2003a, 2003b; Balsa *et al.* 2001), mais

exactamente o efeito da família de origem na escolaridade dos seus membros e na própria escola. Citando Ana Matias Diogo (2006) “há muito que a sociologia mostrou que o investimento que os indivíduos realizam na escola não é um fenómeno puramente individual, devendo ser situado na família”, estando também já comprovado “o peso determinante da família nas carreiras escolares” (*idem*, 107). Este pressuposto está na base do desenvolvimento de um vasto património a que aqui aludiremos, sem preocupação de exaustividade, mas apenas com o propósito de assinalar os contornos das principais perspectivas sociológicas que abordam o impacto das origens familiares sobre os níveis de escolaridade.

A um primeiro veio inspirador conferimos aqui a designação de “teorias da transmissão cultural na socialização familiar e escolar”. Longe de constituir um corpo teórico homogéneo, este vector analítico deixa aperceber a presença de contributos bem diferenciados, reconhecendo-se a existência de dois grandes filões.

Um deles ancora-se em autores como Geoffrey Bantock ou Raymond Williams (Forquin, 1997) que se destacaram na sociologia anglo-saxónica dos anos 50 e 60 do séc. XX, e que assinalaram, numa óptica de cariz funcionalista, as falhas ou insuficiências no processo socializador das famílias e as suas subsequentes consequências no processo de escolarização dos seus descendentes. Estas análises expõem uma relação recíproca e complexa entre cultura e escola. Recíproca pois, sendo a cultura um conteúdo da educação, é através da educação que a cultura se transmite e reproduz; e complexa dado que a escola é responsável por uma selecção e (re)elaboração didáctica (informada por interesses sociais, políticos e económicos) dos elementos culturais que veicula (*idem*, 14).

O segundo filão, que permeou decisivamente a sociologia portuguesa desde os primórdios da sua afirmação institucional na década de 1960, pode ser apelidado de teoria da reprodução cultural nos processos educativos, e parte das célebres propostas de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1964, 1970). Nelas a atenção passa a centrar-se no (des)ajustamento entre as características da socialização familiar e do meio de origem, e os requisitos da socialização escolar. Para estes autores, “toda acción pedagógica es objetivamente una violencia simbólica encunto impone, através de un poder arbitrario, una arbitrariedad cultural” (Bourdieu e Passeron, 1996[1970], 25), sugerindo assim que o trabalho pedagógico de uma escola pode ser retratado como um mecanismo de violência simbólica que procura impor uma determinada visão do

mundo: uma dada cultura escolar que é construída de uma forma autónoma e plural, mas como se inscreve num quadro geral de relações de força, também reflecte em grande medida a *doxa* dominante. No entanto, o sucesso da acção socializadora da escola é condicionado pois, sendo um agente de socialização secundária, os seus ensinamentos assentam sobre aqueles que os indivíduos interiorizam durante a sua vida pré-escolar, essencialmente localizados num determinado contexto familiar e social. Assim, a coincidência entre as disposições individuais e o trabalho pedagógico pode resultar num percurso escolar melhor sancionado. Entende-se então que “el éxito de toda educación escolar, y en general de todo trabajo pedagógico secundario depende fundamentalmente de la educación primera que la ha precedido, incluso y sobre todo cuando la escuela no tiene en cuenta esta prioridad en su ideología y en su práctica y hace de la historia escolar una historia sin prehistoria: es sabido que, por medio del conjunto de enseñanzas vinculadas a la conducta cotidiana de la vida y en particular por medio de la adquisición de la lengua materna o la manipulación de los términos y las relaciones de parentesco, se dominan en estado práctico disposiciones lógicas, disposiciones más o menos complejas y más o menos elaboradas simbólicamente, según los grupos o clases, que predisponen de forma desigual al dominio simbólico de las operaciones implicadas en una demostración matemática o a la interpretación de una obra de arte” (*idem*, 84).

O encontro entre a história dos indivíduos e os arbitrários culturais escolares desenvolve-se através da sucessiva passagem dos estudantes por mecanismos de selecção – hierarquizados e legitimados – que realizam uma triagem e eliminação dos alunos mais distantes da cultura escolar, o que redundará numa dupla reprodução, social e cultural (Abrantes 2011, 265). A passagem pelo sistema escolar deixa assim uma marca indelével nos indivíduos “capaz de perpetuarse después de que haya cesado la autoridad pedagógica y perpetuar, por lo tanto en la práctica los principios de la arbitrariedad interiorizados” (*idem*, 25).

Estas duas vertentes de uma mesma tradição sociológica resultam em entendimentos distintos da realidade, no entanto comungam de um mesmo pressuposto central: o de que a montante da frequência escolar, e em função do meio de origem, os jovens e as crianças adquirem um conjunto de traços disposicionais “ (...) que predisponem às aprendizagens escolares ou, pelo contrário, as desfavorecem ou inibem” (Grácio 2002, 42). Além disso, em ambas se entende a família “essencialmente como

sinónimo de classe social, exercendo a sua influência através da transmissão cultural ou de cálculos posicionais, decorrentes em ambos os casos, da condição social” (Diogo 2006, 89).

A importância deste veio conceptual não deve porém iludir-nos relativamente à presença de outros importantes foros teóricos que marcam a investigação sobre a temática, entre os quais é justo salientar a corrente accionalista, fundeada nos pressupostos do individualismo metodológico. Esta solução, da qual Raymond Boudon (1979, 1995) é um dos principais representantes, compreende o social como um “agregado de comportamentos” que deve ser interpretado a partir da análise das acções individuais que o compõem e não como o resultado de constrangimentos de cariz “macro-social”. Os actores sociais seguiriam o seu próprio princípio de racionalidade no decurso do jogo social, sem que isso signifique que as suas escolhas ocorreriam numa espécie de vazio social. Pressupõe-se antes que os actores sociais, submetidos a processos de socialização específicos, estão em relação com outros actores que, tal como eles próprios, possuem convicções e posições sociais distintas (Boudon 1995, 26-29). Boudon critica as tentativas para explicar as causas da vulnerabilidade escolar de alguns alunos exclusivamente a partir de vectores “macro-sociais”, argumentando que os estudantes de uma dada classe social não agem colectivamente de acordo com os ditames do seu grupo social, nem possuem instituições ou mecanismos que os representem como um todo (Boudon 1979, 250). Esclarece que os factores relacionados com a origem social dos alunos informam as suas escolhas de escolarização, “mas sublinha que os mesmos não devem ser vistos como constrangimentos incontornáveis, pois existem margens de liberdade que cada interveniente, individual (o aluno) ou organizacional (a escola), pode utilizar no sentido de contrariar as tendências esperadas, consoante a sua origem social, para prosseguir ou não os estudos” (M.G. Alves 2003, 151-52). Boudon acrescenta ainda que a realidade escolar não deve ser retratada como um sistema funcionalista, dado que as escolhas de um estudante perturbam as escolhas dos demais, o que configura uma situação de interdependência (Boudon 1979, 68). Esta proposta remete o estudo das desigualdades escolares para uma esfera individual, ainda que interdependente e contextualizada, ou seja, um processo relacional onde se coloca a ênfase na produção de escolhas e decisões, onde se pesam “vantagens, custos e riscos em função da posição social” (Diogo 2006, 89).

O tipo de questões de partida levantadas na presente investigação, assim como o edifício teórico construído em seu torno, conduz-nos até perto da perspectiva de reprodução cultural nos processos educativos, ainda que não se ignore que a acção do actor social não deriva apenas do seu legado cultural, em moldes deterministas e unívocos. Aliás, uma leitura atenta da obra *La reproducción* (Bourdieu e Passeron, 1996[1970]) coloca-nos perante uma análise estrutural-contrutivista da reprodução social que embora considere que a herança cultural se assuma como uma referência central (e incorporada) para os indivíduos, não rejeita uma acção de cariz individual¹³. Nela se proclama aliás que “rechazar lo axioma que enuncia simultáneamente la autonomía y la dependencia relativas de las relaciones simbólicas respecto a las relaciones de fuerza equivaldría a negar la posibilidad de una ciencia sociológica” (*idem*, 44). Tal como afirma Pedro Abrantes num artigo recente onde se revisita as premissas desta perspectiva teórica, “as escolhas racionais dos indivíduos, a resistência criativa às imposições da cultura dominante, e os movimentos colectivos só se desenvolvem e adquirem sentido no interior de (e por relação com) um determinado sistema” (Abrantes 2011, 266).

Acrescentamos ainda que o património cultural de um indivíduo é transmitido e incorporado através de processos de socialização, sendo os de maior impacte os que decorrem nos primeiros anos de vida e, geralmente, se situam no seio da família¹⁴. De acordo com Sérgio Grácio (2002) podemos destacar alguns dos elementos socializadores que, de acordo com as teorias de reprodução cultural, são interiorizados durante a socialização familiar e que podem condicionar o trajecto escolar dos descendentes: i) a forma como a família e o meio de origem se relaciona e organiza a linguagem verbal; ii) o volume de capital cultural detido pelos familiares; iii) a estrutura e configuração das relações sociais predominantes na família, e a posição dos seus descendentes nessa rede social; iv) certos aspectos do funcionamento doméstico; v) e a

¹³ Destacamos um recente de Pedro Abrantes (2011) onde se realiza uma avaliação rigorosa da teoria da reprodução localizada ao caso português.

¹⁴ Segundo Peter Berger e Thomas Luckmann, o processo de socialização pode ser definido como “a completa e consistente introdução de um indivíduo no mundo objectivo de uma sociedade ou de um sector da mesma” (1999[1966], 138). A socialização primária diz respeito à “primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância e em virtude da qual se torna membro da sociedade” (*idem*, 138) que decorre num ambiente com uma elevada carga emocional e, por esse motivo, os seus conteúdos tendem a implantar-se solidamente nas disposições individuais; a socialização secundária corresponde a “qualquer processo subsequente que introduz o indivíduo, já socializado, em novos sectores do mundo objectivo da sua sociedade” (*idem*, 138). As diversas experiências socializadoras (primárias e secundárias) formam no interior dos indivíduos disposições para a acção que, de forma mais ou menos consciente, são accionados na vida quotidiana.

predisposição da família para investir na escolaridade dos seus descendentes (Grácio 2002, 42). A forma como estes elementos socializadores familiares pautam a vivência escolar dos jovens foi, em grande medida, observada numa investigação conduzida por Sérgio Grácio (2002) na qual se mobilizaram vários indicadores de aproveitamento escolar de jovens entre a primeira e a quarta classe do sistema de ensino nacional. Nessa investigação observou-se que, ao longo das várias etapas da escolarização, as diferenças entre classes têm tendência para se esbater ao longo do trajecto escolar, de facto, a influência da origem social é maior nos primeiros anos de escolaridade, assim como os problemas que podem advir de uma descoincidência entre socialização familiar e escolar e, com o passar do tempo (de imersão nos processos de socialização escolar), essas diferenças tendem a dissolver-se, “de tudo isto resulta uma acção reprodutora da escola menos forte, mais matizada, da que frequentemente é veiculada, ou sugerida, pelos teóricos da reprodução social” (*idem*, 64). Ainda que este autor conclua que a acção reprodutora da escola é matizada ao longo do ensino, uma outra investigação conclui que essa tendência ainda se encontra presente na derradeira etapa da escolarização: “os contextos de vida dos que frequentam hoje o ensino superior, nomeadamente no que se relaciona com a sua família (...), são uma dimensão importante para dar conta dos seus percursos e experiencias escolares. Uma boa parte da importância da família nos contextos e condições dos estudantes permanece quando frequentam o ensino superior” (Martins, Carvalho e Ávila 2008, 121).

Esta forma de teorizar a relação entre famílias e sistema de ensino permite imaginar um modelo conceptual que coloca no seu centro os indivíduos, munidos das suas disposições e recursos, articulados por um lado com a socialização e os recursos familiares, e por outro com a socialização e os recursos escolares, através de ligações que se desenvolvem numa dinâmica relacional e dialéctica. Este esquema, enquadrado por um cenário de desigualdades, permite também estabelecer uma ligação directa entre as famílias e a escola, como veremos adiante.

Questionar as origens sociais dos licenciados na UL/UNL obriga a equacionar a sua influência no percurso académico destes graduados e, ainda que de forma indirecta e parcial, avaliar o próprio potencial da socialização escolar na demanda da igualdade de oportunidades perante o sistema de ensino. Nesse sentido, procuraremos analisar se os licenciados provenientes de meios sociais mais capitalizados conseguem aceder em maior número ao ensino superior, sendo aí mais atreitos a desenvolverem trajectórias

académicas de sucesso – o que, a confirmar-se, confirmaria também a tese de que os recursos de origem potenciam significativamente a trajectória escolar –, mas também em que medida os licenciados provenientes de meios sociais menos capitalizados conseguem alcançar esse mesmo patamar de ensino e ser aí bem-sucedidos, graças quer aos seus empreendimentos pessoais, quer aos efeitos equalizadores da própria socialização escolar.

I. 2.2. A democratização do ensino superior português: a construção de um problema sociológico

O estudo sociológico de questões relacionadas com a democratização do ensino superior tem já uma longa história em território nacional. Ao invés de recensearmos esse vasto património, iremos identificar três estudos que, em nossa opinião, muito contribuíram para sistematizar o estudo deste tema, ainda que o abordem de forma mais, ou menos explícita e em ópticas distintas.

No final da década de 1960, Adérito Sedas Nunes e uma equipa por si coordenada desenvolveram uma série de estudos sobre a população universitária portuguesa. Nestes trabalhos pioneiros, ainda que já se aluda à noção de democratização do ensino superior, esta não ocupa uma posição central. No entanto, estes estudos abordam os “mecanismos selectividade social no recrutamento de estudantes do ensino superior”, ou seja, elegendo como indicador a classe socioprofissional das famílias de origem dos estudantes, observam-se os mecanismos sociais de (des)igualdade no acesso à universidade. Perante uma clara predominância de estudantes com famílias em grupos socioprofissionais que correspondem a posições de classe elevadas ou médias-altas na sociedade portuguesa, revela-se uma tendência acentuada para o “elitismo social”, o que, em grande medida contribui para que os mecanismos de acesso às universidades se afigurem “demasiado restritivos”, tornando assim gritante o “desajustamento entre estrutura social da procura de educação superior e a estrutura institucional da oferta universitária” (Nunes 1968, 106-47). Recomendava-se portanto a ampliação e renovação da rede de oferta universitária, desiderato que, apesar da reforma de Veiga Simão, só viria a ser alcançado após o 25 de Abril de 1974.

Enquadrados pelo processo de expansão do acesso ao ensino superior que se verificou em Portugal nas últimas décadas do século XX, João Ferreira de Almeida,

António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado fundam, em 1985, o Programa de Investigação sobre os Estudantes Universitários (PIEU). Sediados no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), os fundadores deste programa elegem como principais objectivos mapear as características sociais e o sistema de valores dos estudantes universitários. Durante os primeiros anos da sua actividade, desenvolvem uma estratégia de investigação quantitativa, assim como constroem uma bateria de indicadores que lhes permite iniciar uma inquirição a estudantes de (uma quinzena de) cursos superiores que, no final dos anos 90, e através de uma aliança com o Observatório Permanente da Juventude (OPJ), se transforma numa inquirição de âmbito nacional com uma amostra representativa dos estudantes nos vários subsistemas e domínios científicos do ensino superior. Na esteira dos trabalhos de Sedas Nunes, várias investigações deste grupo (Almeida, Costa e Machado 1988 e 1989; Casanova 1993a e 1993b; Almeida *et al.* 2003; Machado *et al.* 2003; Mauritti 2002a; Martins, Mauritti e Costa 2005), procuram analisar as “repercussões das origens sociais nas trajetórias de escolarização superior” (Almeida *et al.* 2003, 30). Verifica-se, a partir de indicadores socioeducacionais e socioprofissionais construídos para a família de origem dos estudantes, que as origens sociais tendem a influenciar significativamente quer o acesso ao ensino superior, quer a própria distribuição dos alunos por área científica e subsistema de ensino. Assim, nestes trabalhos a noção de democratização de acesso ao ensino é enquadrada pelas problemáticas das classes sociais e da estratificação social.

No ano de 2001, uma equipa de investigadores do Centro de Investigações Sociológicas da Universidade Nova de Lisboa (CEOS/UNL) liderada por Casimiro Balsa propõe conhecer o perfil dos estudantes do ensino superior, elegendo como foco de análise as heterogeneidades que clivam este grupo. Esta investigação, apoiada pelo Conselho Nacional para a Acção Social no Ensino Superior (CNASES), lança uma inquirição extensiva de âmbito nacional onde se pretende conhecer de forma aprofundada e rigorosa a situação social e económica da população estudantil nos diversos subsistemas de ensino superior, quer universitário, quer politécnico, tanto no sector público, quanto no privado¹⁵. Após a sua minuciosa análise aos estudantes universitários, de entre as várias constatações e reflexões que estes autores desenvolvem, sublinha-se aqui a sugestão de que as teses democratizadoras do ensino superior devem ser testadas ao longo de todo o trajecto académico (nos momentos de

¹⁵ A recolha de dados resultou numa amostra representativa de todos os estratos considerados (Balsa *et al.* 2001, 11-12).

entrada, permanência e saída). De facto, ainda que o processo de massificação do acesso ao ensino superior tenha diversificado as proveniências de classe, esbatendo assim parte das desigualdades de acesso que se registavam anteriormente, “a lógica reprodutora continua a verificar-se, na medida em que o campo escolar, enquanto regulador da competição social, actua como um mecanismo de selecção social. Neste campo, as diferentes classes e grupos sociais agem em função dos seus recursos e competências, dos seus horizontes sociais e expectativas de status. Ora, o que se nota é que existem grupos sociais que tiram maior proveito deste jogo, na medida em que possuem recursos e capacidades adquiridas que lhes facultam uma inscrição no campo mais vantajosa, com benefícios em termos de capitais escolares e simbólicos” (Balsa *et al.* 2001, 84). Entende-se que os actores sociais com acesso a maior volume de capitais fazem valer os seus recursos no sentido obterem as “melhores” *performances* (e, logo, taxas mais favoráveis de conversão dos seus capitais familiares em capitais educacionais e destes em capitais socioprofissionais), o que redundará num previsível efeito de reprodução (ou até mesmo de ampliação) das desigualdades sociais (Bourdieu e Passeron 1970).

O desenvolvimento do quadro conceptual que presidiu ao trabalho realizado pela equipa de investigadores coordenada por Casimiro Balsa revisitou o conceito de democratização do ensino superior que, até então, era essencialmente encarado como um “valor político” – indexado ao ideal de igualdade dos regimes democráticos (Balsa *et al.* 2001, 15) – e a sua discussão em terreno sociológico centrava-se (quase exclusivamente) no momento de acesso a este nível de escolaridade. Após esta investigação a democratização do ensino passa a ser problematizada como um paradigma ou, se preferirmos, um modelo de organização social que evoluiu a par com o da reprodução, numa dinâmica social permeada por contextos específicos e localizada numa dada temporalidade socio-histórica, que envolve uma luta simbólica pela obtenção e controlo de posições diferenciadas no campo escolar. Deste ponto de vista, a avaliação deste processo pode “oscilar entre uma visão optimista, que acredita na função igualizadora do sistema escolar e uma posição mais pessimista segundo a qual o sistema escolar constitui uma instituição de reprodução social e de legitimação das desigualdades sociais, transformando em sanções e capitais escolares determinadas competências profundamente dependentes das ascendências e trajectórias sociais dos indivíduos” (*idem*, 38). Torna-se assim essencial “descortinar o modo como se estruturam os mecanismos de diferenciação social no acesso às oportunidades do

sistema de ensino superior” (*idem*, 43), ou seja, a democratização ou a reprodução devem ser aferidas tanto no momento de acesso como no interior das próprias instituições de ensino superior, comparando sistemas (público ou privado), zonas particulares destes sistemas (universitário ou politécnico), áreas de formação (cursos) ou práticas e horários de estudo, “pois é na complexidade das vias de escolarização e na construção das propriedades escolares e individuais que emergem processos subtis de selecção e hierarquização social e escolar” (*idem*, 42). Tendo como referência a obra de André Petitat (1982), conceptualiza-se este processo a partir de três dimensões: “[i] as oportunidades e condições de acesso ao sistema; [ii] as condições de realização da formação; [iii] os níveis de resultados obtidos pelos estudantes, distinguindo entre ‘resultados escolares’ e a sanção destes resultados no plano dos mercados de posicionamento socioeconómico e simbólico” (Balsa *et al.* 2001, 17).

Podemos reforçar esta conceptualização recorrendo a uma investigação já aqui mencionada, onde se comprova que “os diferentes grupos sociais não têm a mesma capacidade [ou possibilidade] de fazer escolhas, sendo as classes mais providas de recursos as que normalmente procuram activamente uma ‘boa’ escola para os filhos e mesmo quando se publica informação, com o objectivo de ajudar as famílias com menores recursos, as primeiras continuam a ter acesso a dados mais subtis (...) a par de um movimento de democratização do ensino, num outro movimento, de tendência contrária, desenvolve-se um sistema de orientação hierarquizado e complexo, aumentando o espaço de manobra para as estratégias das famílias” (Diogo 2008, 29).

A nosso ver torna-se fundamental accionar a noção de democratização do ensino, colocando-a a par com a de reprodução, de forma de apoiar a exploração das hipóteses de trabalho com que abordamos os licenciados das universidades Clássica e Nova de Lisboa. Estas noções, quando observadas sob o mesmo prisma que na investigação liderada por Casimiro Balsa, ocupam uma posição de mediação entre a escola e o indivíduo, e a escola e a família, permitindo-nos observar a extensão das desigualdades sociais em momentos distintos nos percursos académicos dos licenciados em análise.

I. 3. Origens sociais: as opções teóricas e metodológicas

Antes de iniciar a nossa análise aos *recursos familiares* dos licenciados da UL/UNL, convém precisar que esta designação pretende dar conta do conjunto diferenciado de capitais detidos pelas famílias destes licenciados. Postulamos que estes capitais assumem um papel fulcral no quadro das experiências socializadoras e dos recursos disponíveis em sede familiar, influenciando assim, sobremaneira, no tipo de oportunidades objectivas e de disposições subjectivas com que se confrontam os seus descendentes.

A noção de *capital*, tal como é apresentada por Pierre Bourdieu, encerra em si um ambicioso e abrangente esforço explicativo que, de forma quase inevitável, lhe atribui um carácter multiforme e multidimensional¹⁶. As várias formas de capital que este autor sugere – tantas quanto os *campos*¹⁷ existentes numa sociedade – são aferidas de uma forma relacional, ou seja, só existem enquanto são disputados e partilhados por uma miríade de indivíduos envolvidos em lutas que se destinam, em grande medida, a garantir a sua apropriação ou preservação. Os capitais existem de uma forma objectivada através de propriedades materiais, como é o caso do capital económico; ou de uma forma incorporada que reflecte as acções passadas orientadas para a sua acumulação como, por exemplo, o capital cultural. Todas as espécies de capital (económico, cultural, profissional, social...) tendem a funcionar como capital simbólico, pois os detentores de um qualquer tipo de capital fazem prova dessa posse em todas as suas práticas, procurando obter um reconhecimento implícito ou explícito por parte dos outros agentes, assim como obter vantagens na persecução de determinados fins ou objectivos que elegem (Coleman 1988)¹⁸.

¹⁶ Para Bourdieu a noção de *capital* designa uma “relação social, isto é, uma energia social que só existe e produz os seus efeitos no campo onde se produz e reproduz” (1979, 127). Estes poderes sociais fundamentais “são primeiramente o capital económico, e os seus vários géneros; em segundo lugar, o capital cultural (ou informacional), e os seus vários géneros; em terceiro lugar, dois tipos que estão fortemente correlacionadas, o capital social, que consiste em recursos baseados nos relacionamentos e associação a grupos, e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital assumem quando são reconhecidos” (Bourdieu in Chaves 2010, 41).

¹⁷ Para Bourdieu (2003[1984]) o agente social desloca-se num espaço que pode ser decomposto numa multiplicidade de microcosmos, os *campos*, dentro dos quais decorre um “jogo” com objectos e interesses específicos e que pode ser comparado a uma luta (simbólica) por capitais específicos. Os *campos* são estruturados e essa estrutura forma-se a partir dos estados dos equilíbrios e desequilíbrios de forças entre os agentes envolvidos na “luta”, ou seja, a distribuição do *capital* específico de um dado campo que, acumulado em “lutas” anteriores, orienta as estratégias futuras.

¹⁸ James P. Coleman (1988) afirma que os capitais consistem numa “variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors – whether persons or corporate actors – within the structure” (Coleman 1988, 98).

Ainda que de difícil operacionalização, consideramos que a noção de capital é bastante útil no trabalho sociológico, uma vez que nos permite apreender a forma como alguns aspectos objectivos das estruturas sociais podem ser apropriados pelos indivíduos e, a partir daí, converterem-se em recursos para a acção. Procuramos convocar esta noção na investigação e, para tal, consideramos um conjunto de indicadores que indiciam, pelo menos em parte, o tipo e volume de capitais detidos por determinados indivíduos ou grupos. Uma aferição que nos permite observar as desigualdades sociais ao entender a sociedade como um espaço com “relevos e depressões”, uma imagem topográfica que nos é sugerida também pela sociologia bourdiana.

O princípio organizacional deste espaço social pode ser encontrado no tipo e volume de capitais que os indivíduos possuem e que lhes atribuem uma determinada posição nesse mesmo espaço, “correspondendo o capital económico e o capital cultural às duas dimensões ou princípios de diferenciação mais eficientes” (Chaves 2010, 42). Nesta perspectiva podemos agrupar analiticamente determinados indivíduos por partilharem uma posição social semelhante – ou seja, por possuírem determinados tipos e volumes de capitais – e portanto, também comungam de similares oportunidades e constrangimentos à sua acção em sociedade. As práticas individuais, ou seja, “aquilo que os agentes sociais pensam, dizem e fazem dependem em grande medida – embora não exclusivamente, nem sempre do mesmo modo ou com a mesma intensidade – de um conjunto de propriedades sociais que os caracterizam e que os situam, uns em relação aos outros, em posições distintas, com desiguais poderes e recursos, oportunidades e disposições.” (Costa 1999, 210). No caso dos licenciados UL/UNL, o seu perfil juvenil permite pressupor que a maioria desta população ainda se encontra bastante próxima da sua família de origem, ou seja, afigura-se provável que as suas práticas sejam principalmente informadas pelo tipo de socialização e recursos familiares¹⁹. Por outro lado, o seu longo percurso escolar, assim como o avolumar de outras experiências socializadoras, já lhes pode conferir algum grau de autonomia face à sua família.

Apesar de nos aproximarmos nos nossos postulados das teorias da reprodução, não revestimos este entendimento de um excessivo determinismo, ou seja, rejeitamos

¹⁹ De acordo com o European Social Survey (2006), entre os jovens europeus (15 a 29 anos), os portugueses são dos que mais protelam a saída de casa dos seus pais (Pais e Ferreira 2010).

“todas as teorias que consideram explícita ou implicitamente a prática como uma reacção mecânica, directamente determinada pelas condições antecedentes e inteiramente redutível ao funcionamento mecânico de montagens pré-estabelecidas” (Bourdieu, 2002[1972], 166), assim como não perfilhamos as teorias que concedem “livre arbítrio ao agente” (*idem*, 167). Recorremos portanto a uma postura praxeológica que procura nas práticas dos indivíduos pistas que reflectam a relação dialéctica entre disposições e novas socializações ou, segundo palavras de Pierre Bourdieu, a forma como “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade” (*idem*, 163) permitem um determinado grau de improviso por parte dos indivíduos no decurso das suas acções²⁰.

O conceito de *habitus* avançado por Pierre Bourdieu representa o motor-gerador de toda a acção individual. Este autor propõe que a prática não é um comportamento subserviente aos ditames estruturais nem o resultado de uma persecução obstinada de objectivos individuais, antes se afirma como o produto de uma relação dialéctica entre estruturas e indivíduos (Wacquant 2007). Bourdieu entende por *habitus* um “sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de acções, e torna possível efectuar tarefas infinitamente diferenciadas graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às mesmas correcções incessantes dos resultados obtidos, dialecticamente produzidas por esses mesmos resultados” (Bourdieu 2002[1972], 167). Para que tal seja possível, o *habitus* encerra em si um duplo sistema de classificação: um sistema implícito de categorização e codificação das experiências que permite “arrumar” e dotar de sentido as acções individuais e também as acções dos outros, em última análise, a própria sociedade; e um sistema explícito de classificação que, categoriza e codifica, as próprias acções dos indivíduos, ou seja, um sistema objectivável e que dota de sentido as acções em sociedade (Buchmann 1989). Segundo Bourdieu (2002[1972]), o *habitus* resulta de uma seriação histórica, ou seja, uma sedimentação sucessiva (nem automática, nem

²⁰ Podemos verificar que ao assumir esta posição Bourdieu deixa uma porta aberta à transformação ou mudança social na sua teoria. Determinadas (também) por uma conjuntura variável, as acções podem ter os seus sentidos mais prováveis alterados, precipitando assim a mudança de comportamentos e, logo, de estruturas (Bourdieu 2002[1972]). Bourdieu avança também com a noção de *hysteresis* (*idem*, 179) que se aplica às situações de “desajustamento radical entre os esquemas práticos mobilizados e as condições objectivas presentes na acção” (Chaves 2010, 59). No entanto, Bourdieu também salvaguarda que, apesar de conjunturas diferentes poderem originar respostas diferentes, essas novas respostas são, elas próprias, produto da mesma história que informou as acções que são agora alteradas.

mecânica, antes negociada e disputada) de sentidos e representações mais recentes sobre os mais antigos. Podendo, de sedimentação em sedimentação, a estrutura global do *habitus* ser, ela própria, alterada, o que transforma “o *habitus* num produto da história, produz práticas, individuais e colectivas, e portanto [também] história, em conformidade com os esquemas engendrados por essa mesma história” (*idem*, 178).

No entendimento de Bernard Lahire, que subscrevemos, esta noção de *habitus* permanece “demasiado evocativa e abstracta” (Lahire 2002, 47), assim como comporta algumas insuficiências que nos colocam sérias reservas no momento da sua mobilização e tradução empírica. Ainda que não seja este o momento de detalhar os aspectos lacunares que revelam os “limites de um legado venerável” (Chaves 2010, 57), estes têm sido objectivados por vários autores, entre os quais destacamos Bernard Lahire (2002), José Casanova (1995) e Miguel Chaves (2010). Neles nos revemos e pouco lhes poderíamos acrescentar. Assim, seguindo o exemplo de outros investigadores (Chaves 2010; Lahire 2005; Rodrigues 2007), recorreremos a uma noção mais modesta nesta investigação: a de disposições individuais. Assumimos portanto que as disposições emanam das experiências socializadoras dos actores e são interiorizadas através de um processo interpretativo, tornando-se assim parte integrante (mas não exclusiva) das razões para agir em sociedade. Este entendimento teórico permite-nos articular, por um lado, recursos familiares e socialização familiar e, por outro, instituição escolar e socialização escolar, formando assim dois conjuntos articulados que são colocados em relação com as disposições e recursos individuais, uma dialéctica enquadrada por um espaço diferenciado e socialmente estratificado.

Convém agora escrutinar alguns aspectos metodológicos fundamentais para interpretar os dados que iremos apresentar neste capítulo²¹. No trabalho sociológico existem vários critérios que podemos seguir na construção de indicadores que permitam considerar o grupo familiar, ou família, como uma unidade de análise. Na perspectiva de Talcott Parsons (1956), a análise ao grupo familiar deveria seguir um critério de “partilha” no qual o estatuto social da família considera apenas as características socioprofissionais do homem adulto. Entende-se que o homem detém o estatuto social de “chefe de família” do qual a família comunga e depende, pelo que a condição social dos restantes membros passa para segundo plano. Esta solução foi alvo de várias críticas

²¹ Cf. Anexo I – Metodologia do Projecto “Percursos de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho” e anexo II - Questionário aplicado aos licenciados UL/UNL.

pelo seu carácter sexista e pela sua excessiva vinculação histórica a um determinado modelo familiar. O critério de “conjugação” na construção de um indicador para o grupo familiar, que aqui decidimos utilizar, foi sugerido por João Ferreira de Almeida (1986) e desenvolvido depois por António Firmino da Costa (1999). Segundo estes autores podemos realizar uma integração conjunta das características socioprofissionais dos dois elementos principais do núcleo familiar criando assim um indicador composto que assim considera também as situações de heterogeneidade resultantes de desequilíbrios estatutários no interior da família. Ainda que este critério seja equilibrado conceptualmente a sua utilização na amostra em estudo provoca uma elevada dispersão das famílias por várias combinatórias, dificultando a leitura dos dados. Posto isto, para criar uma *fotografia de família* dos licenciados UL/UNL propomos uma análise conjunta que tem por base um critério de “dominação”²² – através do qual se atribui ao agregado familiar a categoria em que se inscreve o seu membro adulto mais capitalizado independentemente do género ou de qualquer outra característica – e que complementamos com os indicadores desagregados referentes ao pai e à mãe.

Ao assumir o capital cultural como um dos principais critérios de diferenciação no espaço social procuramos, desde logo, mensurar este recurso. Em virtude de não dispormos, no âmbito do presente estudo, de indicadores que traduzam toda a complexidade de vectores que convergem na noção de capital cultural, recorreremos apenas à dimensão “nível de escolaridade”²³. Uma vez que o sistema oficial de graus de ensino em Portugal se encontra estabilizado e fortemente institucionalizado é dele que nos servimos para aferir o capital escolar do pai, da mãe, e do agregado doméstico dos licenciados em estudo²⁴.

O capital económico, outro critério que consideramos relevante para compreender a posição social dos indivíduos, foi apenas mensurado para os licenciados UL/UNL, e já não para os seus pais, sendo o indicador utilizado o montante de

²² Um critério também adoptado em outras investigações a populações de graduados do ensino superior (Alves 2000, 2005 e 2009; Machado *et al.* 2003).

²³ O INE define “Nível de escolaridade” como “o nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respectivo certificado ou diploma” e traduz os graus escolares instituídos em Portugal (Nenhum; 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico; Ensino Secundário e Pós-secundário; Ensino Superior) (Metainformação - INE).

²⁴ Também conscientes que os próprios níveis de ensino oficiais são “sistemas de classificações sociais muito menos transparentes do que possam parecer à primeira vista, relativamente aos processos de construção social que lhes estão subjacentes e que deles resultam” (Machado *et al.* 2003, 49).

rendimentos líquido²⁵. Assim, de forma a obter outras “coordenadas sociais” para estas famílias além dos seus recursos escolares, recorremos a um indicador da classe social, pois permite-nos observar a posição relativa de uma família no espaço social, alicerçando essa visão num espectro multidimensional de capitais que dificilmente poderia ser conseguida de alguma outra forma, isto porque “a teoria das classes designa, com efeito, um sistema de diferenças sociais presentes na estruturação de uma pluralidade de práticas socialmente relevantes” (João Ferreira de Almeida *in* Costa 1999, 212). O entendimento sobre classes sociais que perfilhamos tem vindo a ser desenvolvido nas últimas décadas por uma equipa liderada por Almeida, Costa e Machado, sediada no ISCTE, e o seu método ficou conhecido pela sigla ACM – que reúne as iniciais dos apelidos destes autores. Desde que foi sugerida, esta tipologia de posições de classe foi mobilizada em múltiplas investigações e aplicada ao estudo de diversas temáticas.

Não sendo aqui possível desenvolver uma abordagem extensa do conceito de classe social e muito menos delinear um “estado da arte” a propósito desse conceito, devemos porém dar conta dos quatro motivos que nos levaram a escolher estes indicadores e esta tipologia de classes, justificando-os tanto à luz do nosso ponto de partida teórico e metodológico, quanto do universo e dos objectivos da investigação²⁶:

1) Podemos afirmar que, em grande medida, o entendimento teórico que subjaz à tipologia de posições de classe ACM se aproxima da perspectiva teórica bourdiana adoptada nesta investigação, tornando assim a sua mobilização conceptualmente adequada. De facto, o trabalho sociológico em classes sociais e estratificação social permite identificar três abordagens dominantes que apelam a paradigmas teóricos distintos: as análises classistas de inspiração *marxista* que criam e organizam os grupos sociais de acordo com a sua relação diferencial com os *meios de produção* da sociedade em que se inserem, sendo este o eixo fundamental da estratificação social; as abordagens *weberianas* que privilegiam o potencial *distributivo* do *mercado*, responsável por organizar de forma diferencial os grupos sociais segundo as suas oportunidades e limitações estatutárias; uma outra abordagem recolhe elementos das

²⁵ Questionar um indivíduo sobre o seu nível de rendimentos é sempre um momento delicado em qualquer entrevista e propenso a ser evitado por muitos entrevistados por considerarem que essa informação é privada e, portanto, que não deve ser revelada. Acreditamos que questionar os filhos sobre os rendimentos dos seus pais agravaria essa situação e potenciava sobremaneira as “não respostas” ou, pior ainda, as respostas imprecisas.

²⁶ Destacamos uma preciosa compilação da bibliografia nacional sobre teorias da estratificação e das classes sociais de António Firmino da Costa e José Luís Casanova (1996).

duas correntes anteriores, pendendo entre uma visão (neo)marxista e (neo)weberiana das classes sociais. Acreditamos poder incluir a tipologia ACM nesta última abordagem e acrescentamos que a sua conceptualização de classe social e estratificação social possui marcadas referências ao trabalho sobre classes sociais de Pierre Bourdieu (1979, 1980), assim como se inspira noutras contribuições teóricas, como é o caso do (neo)marxista Nicos Poulantzas (Silva 2009, 135). Este indicador de posição de classe impele a uma visão do espaço social com um conjunto diferenciado de posições passíveis de serem ocupadas por indivíduos que possuem, incorporem, e mobilizem determinados tipos e volumes de capitais *socioprofissionais*.

2) Uma segunda razão para a escolha resulta de limitações inerentes aos nossos dados. Em termos metodológicos, as informações que esta investigação recolheu junto dos licenciados da UL/UNL apenas permitem operacionalizar a tipologia de lugares de classe ACM. De facto, dispomos de ambos os indicadores *socioprofissionais* que subjazem à sua construção, a saber, “profissão” e “situação na profissão” (Machado *et al.* 2003)²⁷. Revemo-nos no argumento de Costa (1999) de que embora os indicadores socioprofissionais não recobram todo o âmbito substantivo do conceito de classe social e não resolvam totalmente “as margens de ambiguidade e de indefinição relativa”, permitem aferir “de forma articulada, um conjunto de dimensões decisivas da estrutura das relações de classe nas sociedades contemporâneas” (*idem*, 231). A ausência de indicadores socioeducacionais neste modelo classista pode ser mitigado porque, segundo Costa (1999), os indicadores socioprofissionais mobilizados congregam, ainda que de forma indirecta e parcial, indícios do capital cultural transportado pelos agentes, especialmente no caso de profissões de elevada craveira técnica (como médico, advogado, economista, professor e tantas outras), ou mesmo daquelas tradicionalmente associadas a requisitos escolares ou técnicos específicos (quadros superiores da administração pública, técnicos de estatística, bancários, informáticos, ou outras). Ainda assim consideramos fundamental completar a análise, utilizando, em paralelo com a variável classe social, a variável nível de instrução.

²⁷ Estes indicadores socioprofissionais implicam elaboração específica elaborada e dependem, designadamente, de um conjunto interligado de opções teóricas e operatórias sofisticadas, de que se têm ocupado os especialistas na área (Machado *et al.* 2003, 49). De acordo com estes procedimentos, nesta investigação as ocupações profissionais dos licenciados e dos seus pais foram classificadas de acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010). A situação na profissão foi codificada de acordo com os critérios do INE (Metainformação - INE).

3) Outro motivo que nos leva a adoptar a tipologia de classes ACM, prende-se com o facto de esta permitir contemplar separadamente os empregados executantes, os operários industriais e os assalariados agrícolas, ao invés de os agregar numa única classe – a de proletários – como é sugerido na tipologia de classes baseada no trabalho de Eric Olin Wright (1989). Esta desagregação permite captar as sólidas diferenças estruturais que existem no interior das “classes populares” nas sociedades modernas: “basta atender a aspectos como os diferentes contextos e conteúdos de trabalho, as tendências muito diversas (ou mesmo de sentidos opostos) de crescimento ou decréscimo das respectivas importância quantitativa e recomposição qualitativa, remetendo para dinâmicas de fundo actuais de reestruturação económica, social e cultural, ou, ainda, para os contrastes de composição sexual dessas categorias de lugares de classe” (Machado *et al.* 2003, 50-51). Por outro lado, a tipologia de lugares de classe de Wright é excessivamente desagregada nas “classes médias” o que, face ao nosso caso, levanta problemas ao nível da representatividade estatística destes vários grupos, já a tipologia ACM, mais compacta nestas localizações intermédias da estrutura social, não implica dificuldades estatísticas desta ordem. De facto, a tipologia ACM “dá conta, de maneira mais abrangente, das principais clivagens e articulações estruturais entre dimensões de análise de classes, permitindo ainda realizar, com coerência conceptual e com facilidade de procedimentos, operações de agregação ou desagregação classificatória, consoante os objectos e níveis de análise específicos” (*idem*, 52).

4) Acresce ainda que recorrer à tipologia de classes ACM permite-nos comparar, ainda que de forma parcial, a configuração de classe obtida para os licenciados UL/UNL e suas famílias com outros universos de graduados do ensino superior onde esta tipologia foi também mobilizada (Almeida *et al.* 2003; Machado *et al.* 2003; Mauritti 2002). Assim como viabiliza paralelismos entre a classe social das famílias dos licenciados inquiridos e as classes sociais calculadas para a população portuguesa a partir das estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE).

I. 4.1. Capital escolar na família de origem

Atendendo à distribuição de recursos escolares entre as famílias dos licenciados UL/UNL (quadro n.º 3), os dados obtidos revelam a extensão da massificação do ensino superior em Portugal nas últimas décadas, assim como a abertura progressiva da base social de recrutamento dos estudantes neste nível de ensino. No momento em que estes

licenciados concluíram o seu curso, a maioria tinha já avançado até bem mais longe do que os seus pais em termos de escolaridade. Apenas 39% provinham de agregados domésticos em que pelo menos um dos pais possuía instrução superior, e mais de um quinto (21%) de núcleos em que nenhum dos progenitores tinha ultrapassado o 1.º Ciclo. No entanto, a distribuição dos pais dos licenciados UL/UNL por níveis de instrução, colocada a par com a população em Portugal com idades semelhantes, faz emergir de imediato a diferença assinalável entre os perfis educativos destas populações²⁸: os pais dos graduados inquiridos encontram-se polarizados no nível de instrução superior, ao passo que entre os portugueses com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos prevalece, de forma muito marcada, a instrução primária²⁹. Outras investigações recentes que laboraram sobre o tipo de origens educacionais de graduados do ensino superior português (Ferreira *et al.* 2003; Balsa *et al.* 2001), também se depararam com esta vincada assimetria que traduz, em termos educacionais, a dimensão da selectividade dos mecanismos sociais de acesso a instituições de ensino superior.

Quadro n.º 3 – Nível de instrução do pai, mãe e agregado familiar dos licenciados UL/UNL, comparação com a população em Portugal com idades entre os 45 e 64 anos (percentagens em coluna) e índice de recrutamento escolar.

Nível de instrução	Licenciados UL/UNL			População em Portugal com 45 a 64 anos em 2010			Índice de Recrutamento Escolar		
	Pai	Mãe	Agregado	Homens	Mulheres	H/M	Pai	Mãe	Agregado
Superior	31,5	30,1	38,8	8,6	10,7	9,7	7	5	10
Secundário e pós-secundário	21,5	21,4	20,4	9,9	9,3	9,6	4	4	5
3º Ciclo Básico	12,2	13,5	12,8	15,2	14,7	15,0	1	2	2
2º Ciclo Básico	5,5	5,1	5,5	14,5	12,3	13,4	1	1	1
Até 1º Ciclo Básico	27,9	28,7	21,4	51,8	53,0	52,4	1	1	1
Não Apurado	1,5	1,2	1,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL; Recenseamentos gerais da população INE

Podemos obter uma expressão mais fina desta selectividade se recorrermos ao índice de recrutamento escolar (IRE)³⁰, medida que traduz a probabilidade diferencial

²⁸ Esta análise comparada foi enquadrada geracionalmente, ou seja, iremos considerar apenas os dados do INE que se referem à população portuguesa em faixa etária similar à dos pais dos graduados inquiridos que, de acordo com a idade média destes últimos e com os cálculos dos ciclos de fecundidade da população portuguesa (Carrilho e Patrício 2010) nos remete para a faixa etária entre 45 e 64 anos.

²⁹ O nível de instrução “Até 1º ciclo básico” reúne os agregados em que nenhum dos membros completou qualquer grau de ensino (0,9%) e aqueles em que um dos membros possui o 1º ciclo do ensino básico (20,5%).

³⁰ O índice de recrutamento escolar (IRE) (Almeida *et al.* 2003; Alves 2009) replica para o nível de instrução os cálculos efectuados por Almeida, Costa e Machado (1998) na construção do índice de recrutamento social. Para calcular o IRE dividimos a percentagem de agregados familiares dos graduados UL/UNL em cada nível de ensino pela percentagem nesse mesmo nível para a população nacional (em situação etária semelhante à dos agregados) e elegemos como valor base (IRE = 1) o quociente mais

de se atingir a universidade a partir de cada um dos níveis de escolaridade que consideramos para o agregado familiar – acrescentamos que se tomou como unidade a probabilidade mais baixa, ou seja, a dos descendentes de famílias onde os seus membros não ultrapassaram o 1º ciclo do ensino básico, tendo os restantes valores sido calculados tendo por base este valor. Este índice permite perceber que a probabilidade de acesso ao ensino superior é diferenciada ao longo da hierarquia de níveis de ensino, sendo 10 vezes maior entre os licenciados provenientes de agregados posicionados no patamar cimeiro da hierarquia escolar do que junto daqueles que provêm de meios familiares onde nenhum dos progenitores foi além do 1º ciclo do ensino básico. Esta constatação permite-nos afirmar, sem pejo, que quanto maior o nível de instrução dos pais maior é a probabilidade de os seus descendentes ingressarem no ensino superior, fazendo assim jus à tese de que um ambiente familiar capitalizado a nível escolar potencia o ingresso dos descendentes no ensino superior, devendo contudo sublinhar-se que esta relação não significa que o acesso a este nível do ensino esteja vedado aos *herdeiros* de capitais escolares mais modestos, que aliás, estão em maioria debelando assim as probabilidades que lhes são desfavoráveis³¹.

Em jeito de adenda, vale a pena acrescentar que o capital escolar no seio das famílias dos licenciados na UL e na UNL não apresenta clivagens de género significativas, sendo todavia importante ressaltar que as discretas diferenças que encontramos são sempre em desfavor do elemento feminino.

O predomínio de um baixo volume de capital escolar entre os agregados familiares dos licenciados na UL e na UNL revela que a maioria destes trilhou um percurso de mobilidade escolar ascendente. No entanto, o carácter selectivo deste grau de ensino – ao nível das origens educacionais familiares – está bem patente na maior probabilidade de se obter uma graduação no ensino superior quando algum dos pais possui também instrução superior, o que nos leva a afirmar que, não obstante o papel crescente que a socialização escolar tem desempenhado no aumento da duração das

reduzido, neste caso não ter ultrapassado o 1º ciclo do ensino básico. O IRE nos restantes níveis de ensino é então obtido dividindo os seus quocientes pelo valor que fizemos equivaler a 1.

³¹ Entre os licenciados da Universidade de Lisboa entre 1998 a 2003 (Alves 2009), mais de 40% provinham de agregados familiares com instrução superior e um cálculo idêntico do seu IRE também alcança uma relação de 10 para 1 (o indicador para o capital habilitacional do agregado familiar é idêntico ao que utilizamos). Num outro estudo, que considerava uma amostra representativa dos diplomados em Portugal no ano lectivo de 1998/99 (Almeida *et al.* 2003) a percentagem de grupos domésticos com o ensino superior era de 37,9% e o seu IRE calculado por referência a quem não possuía qualquer grau de ensino atingia um diferencial de 20 para 1.

trajetórias escolares, o efeito das origens sociais está longe de se ter dissipado, continuando a ser notório.

I. 4.2. Classe social da família de origem

As disparidades que observamos entre os perfis escolares dos pais dos licenciados UL/UNL e da população em território nacional na faixa etária entre 45 e 64 anos prolongam-se para a distribuição por categorias de classe (quadro n.º 4), reiterando as observações que já havíamos produzido acerca da selectividade escolar.

Quadro n.º 4 – Classe social do pai, mãe e agregado familiar dos licenciados UL/UNL, comparação com a população em Portugal com idades entre os 45 e 64 anos (percentagens em coluna) e índice de recrutamento de classe.

Classe Social (Tipologia ACM)	Licenciados UL/UNL			População em Portugal com 45 a 64 anos em 2010			Índice de Recrutamento Social		
	Pai	Mãe	Agregado	Homens	Mulheres	H/M	Pai	Mãe	Agregado
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	28,6	12,0	31,9	16,6	5,3	11,9	6	15	8
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	25,6	34,7	30,1	12,5	17,4	14,7	7	14	6
Trabalhadores Independentes	4,4	6,1	6,1	7,6	7,3	7,5	2	6	3
Agricultores Independentes	1,5	0,6	1,6	8,8	11,9	10,1	1	0	0
Empregados Executantes	17,7	36,9	19,8	18,3	48,4	17,8	3	5	3
Operários Industriais	14,8	4,1	7,2	32,7	8,8	35,7	2	3	1
Assalariados Agrícolas	0,8	0,1	0,6	2,8	0,8	1,9	1	1	1
Não Classificados	6,6	5,6	2,8	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL; Recenseamentos gerais da população INE

De acordo com o indicador classista do agregado familiar, perto de 32% das famílias dos licenciados nas Universidade Clássica e Nova de Lisboa colocam-se na classe social dos EDL e cerca de 30% ocupam a classe dos PTE. Estas duas classes socioprofissionais, que podemos considerar como as mais possidentes na sociedade portuguesa, estão em clara maioria (62%) nesta população de licenciados, enquanto na população com 45 e 64 anos que vive em Portugal pesam menos de 27% quando consideradas em conjunto. Entre os agregados que se colocam em posições de classe menos capitalizadas profissionalmente encontramos uma percentagem significativa na classe social dos EE que ascende a 19,8% e que, inclusive, supera em 2% a percentagem de homens e mulheres que a ocupam na porção da população portuguesa que nos serve de referência (17,8%). Uma relação que se reveste de extrema relevância pois indicia um duplo padrão de recrutamento classista, ou seja, entre as famílias dos licenciados UL/UNL é nítido o ascendente percentual das duas situações de classe no topo da

hierarquia social, mas também se verifica uma percentagem assinalável da situação de classe que se coloca mais perto da base desta mesma hierarquia.

As restantes categorias de classe não englobam mais de 16% dos agregados familiares e todas se apresentam subrepresentadas face à população de homens e mulheres com 45 a 64 anos que vivem em Portugal. A classe operária (OI), que engloba mais de 35% da população em território nacional na faixa etária considerada, é representada por apenas 7,2% dos agregados familiares no caso dos licenciados UL/UNL. As categorias de classe dos “agricultores independentes” (AI) ou dos “assalariados agrícolas” (AA) com um peso conjunto de 2,2% quase desaparecem entre as origens de classe dos licenciados, assim como também representam uma parcela reduzida no total nacional (11,6%).

Por último, encontramos uma maior paridade entre as percentagens de “trabalhadores independentes” (TI) no agregado familiar dos licenciados UL/UNL (6,1%) e na população em território nacional com idades entre os 45 e 64 anos (7,5%) – classe social composta essencialmente por pequenos comerciantes e operários especializados sem assalariados ao seu serviço.

Posto isto, as origens de classe destes licenciados podem ser retratadas quase como uma pirâmide invertida onde a base é mais estreita que o topo, e onde também sobressai um alongado degrau central. Uma silhueta peculiar que se distingue dramaticamente do perfil clássico que assumiria uma pirâmide classista traçada para a população em território nacional com idades possivelmente similares, onde os patamares que a encimam são bastante mais exíguos do que aqueles que a sustentam.

O índice de recrutamento de classe calculado para o agregado (IRC)³² deixa bem patente o diferencial entre as várias categorias socioprofissionais: a probabilidade de se encontrar um licenciado nestas universidades proveniente de um agregado EDL ou PTE é, respectivamente, 8 e 6 vezes maior do que na classe social dos AA. Já os agregados incluídos na classe dos TI ou dos EE têm uma probabilidade de 3 para 1 de verem os seus descendentes licenciados na UL ou na UNL.

³² O índice de recrutamento de classe (IRC) segue os pressupostos estabelecidos por Almeida, Costa e Machado em 1998 e traduz “a probabilidade diferencial que cada classe tem de ver os filhos dos seus grupos domésticos” (Almeida, Costa e Machado 1998, 43) obterem licenciaturas na UL ou UNL. Este índice é calculado da mesma forma que o IRE (ver nota n.º 30) e tem por referência a categoria de classe dos “Assalariados Agrícolas” que se assume como a origem socioprofissional com menor probabilidade relativa em prover os seus descendentes de titulações académicas nas universidades em estudo.

Nestes dados ressalta os efeitos da sobreselecção classista das origens familiares dos graduados UL/UNL e, *ipso facto*, a subsistência de processos de reprodução da estrutura social através do ensino superior, efeitos que se mantêm apesar do acesso crescentemente massificado a este nível de ensino, curto-circuitando a “promessa de mobilidade” que se lhe encontra associada.

No entanto, não podemos deixar de assinalar o vasto contingente (35,3%) de graduados oriundos de agregados familiares em posições sociais pouco capitalizadas, que certamente pode ajudar a mitigar os referidos efeitos de sobreselecção e de reprodução social, assim como potenciar os fenómenos de mobilidade social ascendente. Mesmo que, recorrendo a uma imagem avançada por João Ferreira de Almeida (1986), a escalada social se assemelhe a subir uma escada rolante que avança em sentido contrário – empresa que requer um enorme esforço – encontramos bastantes situações onde esse empreendimento foi bem-sucedido: uma metáfora que pode sair reforçada pelo actual cenário de degradação quantitativa e qualitativa no mercado de trabalho português³³.

Esta tipologia socioprofissional da classe social permite vislumbrar economias socioprofissionais de género específicas que, embora não comprometam as tendências observadas para o agregado familiar, importa detalhar. Estas diferenças são mais assinaláveis entre as categorias de classe mais capitalizadas (EDL e PTE) e indiciam a dualidade das fontes modernas de poder na sociedade Portuguesa³⁴: o capital económico com um perfil masculinizado (Lisboa 2002); e o capital cultural mais aliado ao sexo feminino, um dos resultados previsíveis da elevada taxa de feminização do ensino superior português. Uma outra distinção de género transparece no cotejo entre EE e OI: os homens mais perto da prática fabril; e as mulheres mais aliadas ao sector dos serviços. Devemos entender estas particularidades de acordo com as distintas características técnicas, relacionais e simbólicas associadas às profissões incluídas nestes lugares de classe que, com o devir da história, se naturalizam e empedernecem na

³³ Quantitativa pelo estreitamento das oportunidades de emprego, plasmadas no aumento da taxa de desemprego e diminuição da taxa de actividade; e qualitativa pela retracção dos rendimentos com o trabalho e dos direitos dos trabalhadores.

³⁴ O relatório sobre a posição da mulher na população portuguesa do INE, refere que, para o total da população residente em Portugal no ano de 2011, a percentagem de mulheres empregadas em Portugal com profissões (CPP2010) mais exigentes em recursos escolares (“Especialistas das profissões intelectuais e científicas”) atingia os 57,5%. Já nas profissões que implicam uma maior associação com o poder político e económico (“Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos”) a percentagem de mulheres quedava-se em 32,7% (INE 2012b).

nossa sociedade como algo inquestionável – uma dinâmica que, em parte, justifica a prevalência masculina ou feminina em algumas categorias de classe (Costa 1999). Esta configuração distinta entre os recursos classistas do pai e da mãe dos licenciados UL/UNL é também visível através dos cálculos do IRC, onde o diferencial de probabilidade de acesso ao ensino superior por parte dos filhos é mais discreto ao longo dos lugares de classe do pai do que nos da mãe.

A *fotografia de família* classista captada para os licenciados da UL/UNL está longe de representar democraticamente a população portuguesa no intervalo etário que consideramos mais próximo. Servindo-nos de uma metáfora política, se o ensino superior nestas universidades se afasta de uma “ditadura” das elites sociais, tal como a detectada na década de 1960 por Adérito Sedas Nunes, estamos ainda perante uma maioria clara destas mesmas elites. Ainda que o IRC reflecta as disparidades classistas de género que abordamos atrás, as classes dominantes possuem sempre uma probabilidade superior de verem os seus descendentes obter uma licenciatura nestas universidades que as demais classes³⁵.

Não podemos esquecer que a elevada parcela de licenciados na UL e UNL proveniente das classes dominantes pode encontrar parte da sua explicação em aspectos de cariz macro-estrutural, tais como a história e a localização geográfica destas universidades, a sua inserção geográfica, a área científica dos cursos leccionados, e a pertença ao ensino público (Alves 2000). De facto, ambas estas universidades possuem uma longa história de prestígio académico e estão situadas na capital do país, o que contribui para uma procura mais capitalizada do que em outras instituições do ensino superior mais recentes e em localizações periféricas, aliás, a franca maioria (64%) dos licenciados UL/UNL residia no concelho de Lisboa antes de ingressar neste patamar de ensino, quando sabemos que “o estatuto socioeconómico e cultural dos pais [de alunos do ensino superior] é inferior nas zonas mais periféricas e do interior” (Balsa *et al.* 2001, 60); Tanto a UL como a UNL integram algumas das formações socialmente mais prestigiadas, como é o caso dos cursos de Medicina, Economia e Direito que atingem algumas das médias de acesso mais elevadas do país. Torna-se assim mais provável que

³⁵ A designação genérica de “classes dominante” agrupa, com intuito descritivo, a posição de classe aliada a diferentes fracções da burguesia (EDL), com uma outra, também apelidada de “nova classe média” (PTE), composta por posições socioprofissionais bastante capitalizadas a nível cultural e simbólico. Ambas correspondem a uma posição elevada (dominante) na hierarquia social portuguesa. A noção de “classes dominantes” implica uma menor precisão conceptual, no entanto, esta pode ser compensada “pelo potencial heurístico que a noção mais abrangente encerra ao permear um objecto em que os capitais simbólicos constituem a matéria-prima central” (Chaves e Sedas Nunes 2012, 129).

a sua população estudantil possua trajectos de excelência escolar que geralmente se encontram aliados a grupos socialmente favorecidos (Balsa *et al.* 2001); Por último, as análises que englobam populações estudantis nos vários subsistemas de ensino (Almeida *et al.* 2003; Balsa *et al.* 2001) assinalam que o ensino superior é atravessado por uma clara desigualdade social entre o regime público e o privado, ao verificar que “os segmentos sociais com maior capital económico e, principalmente, com um elevado nível de qualificação encontram-se sobrerrepresentados no ensino público” (Balsa *et al.* 2001, 49), enquanto o ensino privado se assume “como recurso para muitos estudantes das classes populares que não conseguem ingressar no ensino público devido às baixas classificações com que se apresentam” (Alves 2000, 32).

I. 4.3. O capital escolar e a classe social

A análise aos recursos socioeducacionais e socioprofissionais das famílias dos licenciados UL/UNL ficaria incompleta sem observar também a forma como estes recursos se conjugam, pelo que nos propomos agora conhecer a distribuição do capital educacional no interior das classes sociais (quadro n.º 5)³⁶.

³⁶ É importante notar que as sete categorias de classe identificadas para os agregados familiares dos licenciados na UL/UNL foram reduzidas a apenas cinco. Esta agregação, que se manterá nas restantes análises, é justificada pelo peso residual que as categorias de classe dos “Agricultores Independentes” (AI) e dos “Assalariados Agrícolas” (AA) assumem (respectivamente 1,6% e 0,6%), e que acarreta o risco de inviabilizar qualquer interpretação proveitosa em cruzamentos ulteriores, assim como pode impedir que se cumpram os requisitos dos testes estatísticos de associação e dependência. Por outro lado, consideramos que os agregados incluídos nestas classes não devem ser simplesmente ignorados e subtraídos ao total. A solução encontrada para sair deste impasse metodológico foi a de agregar a categoria de classe dos AI com a dos “Trabalhadores Independentes” (TI), formando assim um grupo de classes sociais a que apelidamos de “Trabalhadores Independentes e Agricultores Independentes” (TIAI) e que possui um peso de 7,7% entre os agregados familiares dos licenciados inquiridos. Ainda este grupo englobe duas culturas (ou ideologias) de classe bastante distintas, o tipo de agregados nele incluído possui características socioprofissionais e educacionais semelhantes: trabalho por conta própria sem assalariados e baixos níveis de qualificações escolares. O outro grupo de classes sociais, o dos “Operários Industriais e Assalariados Agrícolas” (OI/AA) inclui 7,8% destes agregados familiares e reúne as categorias de classe social dos AA e a dos “Operários Industriais” (OI), uma união que também reflecte posições socioprofissionais e educacionais idênticas: trabalho assalariado e baixos níveis de instrução. Ainda que estes agrupamentos não nos permitam manter o valor heurístico e validade teórica destas quatro categorias de classe – tal como são propostas por Almeida, Costa e Machado (1998) – consideramos que são legitimados pelo ganho de valor operativo nesta análise a um objecto de estudo que assume especificidades próprias. Acrescentamos ainda que o peso das classes AI e AA no grupo onde foram inseridas (TIAI e OIAA, respectivamente) é de tal forma reduzido que qualquer deturpação que possa daí resultar é, em grande medida, diluída. Com esta agregação não se pretende sugerir novas categorias de classe ou novas fracções de classe, apenas se recorre a uma potencialidade operativa que nos consente realizar “agregações de categorias, rearranjos classificatórios dos elementos de base da matriz ou, ainda, eventuais desdobramentos mais finos, permite tais ajustamentos teóricos, mantendo possibilidades comparativas e adequação à especificidade dos objectos em estudo” (Costa 1999, 230).

Quadro n.º 5 – Classe social por nível de instrução do agregado familiar dos licenciados UL/UNL (percentagens em linha).

Nível de instrução do agregado familiar	Classe social do agregado familiar					Total
	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	Profissionais Técnicos e de Enquadramento	Trabalhadores Independentes	Empregados Executantes	Operários Industriais	
Superior	47,0 ⁺	70,8 ⁺	7,8 ⁻	8,7 ⁻	0,0 ⁻	39,8
Secundário e pós-secundário	23,2	17,9	18,2	28,1 ⁺	3,9 ⁻	20,6
Básico 3º Ciclo	10,3	5,6 ⁻	22,1 ⁺	24,5 ⁺	14,3	13,0
Básico 2º Ciclo	4,1	1,3 ⁻	7,8	11,2 ⁺	13,0 ⁺	5,7
Até Básico 1º Ciclo	15,4 ⁻	4,3 ⁻	44,2 ⁺	27,6 ⁺	68,8 ⁺	20,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Valor de Qui-Quadrado significativo ($p = 0,000$) e V de Cramer médio ($v = 0,328$).
⁺ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adjr} > 1,96$)
⁻ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adjr} < -1,96$)

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Desde logo é manifesto o predomínio do ensino superior entre os agregados familiares na categoria socioprofissional dos PTE, uma associação que se destaca claramente face às demais classes sociais. Com igual nitidez, mas de forma inversa, as famílias no grupo das classes operárias ou assalariadas agrícolas (OI/AA) estão associadas a uma escolarização primária. Entre os agregados familiares em posições profissionais de liderança, gestão ou de trabalho liberal (EDL) existe uma percentagem significativa de 47% que completou o ensino superior, ainda que cerca de 30% não possua mais do que o ensino básico. Destacamos que a carência educacional das famílias na actividade empresarial (Guerreiro 1996) ou dos dirigentes industriais (Lisboa 2002) – grupos profissionais incluídos nos EDL – tem sido apontada como um sério entreve à produtividade e inovação em Portugal. Podemos assim colocar como hipótese de que esta lacuna escolar possa ser debelada, ainda que de forma parcial e indirecta, pelos próprios licenciados UL/UNL, se conjugarem a sua elevada competência escolar com a sua, também notável, *herança* socioprofissional, numa acumulação de capitais inter-geracional.

O ensino superior assume-se como um recurso escolar escasso na categoria de classe que reúne os trabalhadores e agricultores independentes (TI/AI) e também junto dos EE, no entanto a distribuição nos restantes níveis de ensino revela que os EE apresentam uma maior escolarização, mais aliada ao ensino secundário e menos ao ensino básico. Esta configuração que aqui observamos reveste-se de significância estatística³⁷, mesmo a nível inter-categorial³⁸, o que remete para um quadro de validade

³⁷ O teste do Qui² que averigua se existe associação entre duas variáveis nominais, testando a sua independência (no nosso caso, a H0 afirma que nível de escolaridade é independente do lugar de classe). Os pressupostos do teste foram cumpridos (menos de 20% das células com frequência esperada inferior a 5 e nenhuma célula com valor esperado inferior a 1) e o valor da significância obtido ($p = 0,0$, inferior ao valor de referencia $p = 0,05$) permite rejeitar a hipótese em teste, ou seja, as variáveis em causa são

estrutural ou, se preferirmos, uma associação *típica* entre nível de instrução e classe social nas origens familiares dos licenciados UL/UNL.

O caso particular das famílias que se inscrevem na classe dos EE – que entre as três classes menos capitalizadas é aquela que apresenta níveis escolares mais elevados – suscita uma interrogação que, embora não possa obter aqui qualquer tipo de resposta, convém formular: será que a comparativamente maior capitalização socioeducacional destes agregados familiares pode contribuir para explicar a presença significativa dos seus descendentes na UL e UNL?

I. 4.4. Origens familiares e trajectos académicos

Entendemos que a dimensão “oportunidades e condições de acesso ao sistema de ensino” no conceito de democratização do ensino (Balsa *et al.* 2001) nos remete para um momento texturado no percurso académico. Dito de outra forma, existem várias vias de escolarização em cada uma destas universidades, sendo que alguns desses caminhos são mais estreitos (selectivos) do que outros, veja-se, por exemplo, os diferentes índices de procura (índice de ocupação e índice de (in)satisfação da procura³⁹) ou as distintas médias de acesso a cada curso⁴⁰. Assim, a igualdade de oportunidades não se esgota em garantir o acesso ao ensino superior, pois este possui um carácter heterogéneo que configura uma miríade de possibilidades distintas que, por sua vez, não são igualitariamente acessíveis a todos (Balsa *et al.* 2001; Almeida *et al.* 2003). Posto isto, pretendemos agora perceber se os recursos familiares também influem no acesso aos vários cursos de licenciatura leccionados na UL e na UNL, para tal, iremos confrontar

dependentes. O teste de V de Cramer permite aferir a intensidade da associação entre estas duas variáveis numa escala de 0 a 1, em que 0 significa ausência de associação e 1 uma associação perfeita, acresce que valores inferiores a 0,3 podem ser considerados reveladores de uma intensidade fraca, entre 0,3 e 0,6 uma intensidade média e superiores a 0,6 uma intensidade forte, neste caso, o valor de VCramer=0,328 indica uma associação com intensidade média.

³⁸ Os resíduos (ajustados e estandardizados) são calculados de acordo com a diferença entre os valores observados e os valores esperados para cada uma das intersecções entre as várias categorias das duas variáveis em teste. Resíduos inferiores a -1,96 relevam uma associação negativa, e superiores a +1,96 uma relação positiva nesse confronto entre categorias. Este tipo de associação pode ser inferido ao universo em estudo.

³⁹ O índice de ocupação corresponde ao rácio entre os colocados que concretizaram a matrícula e as vagas iniciais; o índice de satisfação da procura obtém-se através do rácio entre o número de preferências em primeira opção e número de vagas disponíveis. Estes dois índices são divulgados anualmente pela Direcção de Serviços de Acesso ao Ensino Superior (DSAES) da Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES) – disponibilizados para os vários subsistemas de ensino, por instituição e por curso.

⁴⁰ Disponibilizado anualmente pela Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES).

as áreas científicas de formação com o capital escolar e classe social do agregado familiar.

Uma primeira leitura das percentagens em coluna nos quadros n.º 6 e 7 permite, desde logo, perceber que a composição dos recursos familiares é bastante diversa no interior das várias áreas de formação académica, assumindo contornos estatisticamente significativos⁴¹. Notamos que quem enveredou por cursos na área da Economia e gestão constitui o segmento da população com origens sociais melhor providas de recursos: 59,1% descendem de agregados familiares onde o ensino superior também está presente e 84,6% vêm as suas famílias colocar-se nas categorias de classe dos EDL ou PTE. A única área científica de formação que consegue ombrear com esta forte capitalização socioeducacional e socioprofissional familiar é a da Saúde, onde mais de 53% dos licenciados possuem pais com o ensino superior e 76% incluem-se em agregados familiares nas categorias de classe mais capitalizadas. De acordo com estes dados, verificamos que estas duas áreas científicas de formação abrigam maioritariamente “herdeiros” de classes dominantes. Acresce ainda que os cursos em Economia e gestão ou em Saúde gozam de um grande prestígio na nossa sociedade, guindando, geralmente, a melhores posicionamentos no mercado de trabalho, tanto pela elevada craveira técnica que pressupõem, como pela raridade relativa deste tipo de competências, e ainda pela não saturação do mercado de trabalho nestas áreas. Assim, os licenciados nestes cursos têm uma maior probabilidade de encetar trajectórias sociais de imobilidade que os mantêm em posições sociais semelhantes às dos seus pais, ou ainda de mobilidade ascendente, uma vez que nem todos os seus pais possuem habilitações académicas elevadas. Um movimento social que pressupõe uma forte componente de fechamento social, ou seja, uma acção estratégica de um grupo no sentido de manter e reforçar, ao longo da história, os tipos e volumes de capitais que já detém. Aliás, no caso do ensino superior, verifica-se que “(...) certos cursos e instituições de ensino considerados mais prestigiosos tendem a ser apropriados por estudantes oriundos das classes mais favorecidas” (Balsa *et al.* 2003, 45).

Note-se que no caso dos licenciados em Economia e gestão predominam os agregados familiares colocados na categoria socioprofissional dos EDL, enquanto nos

⁴¹ O valor obtido para o teste do Qui² permite rejeitar a hipótese nula em teste e confirmar que a área científica de formação é dependente tanto do nível de escolaridade como da categoria socioprofissional do agregado familiar e em ambos os cruzamentos o nível de significância máximo é atingido ($p = 0,0$), e o valor do V de Cramer revela uma intensidade fraca em ambas as associações (0,151 e 0,148).

agregados familiares dos que cursaram em Saúde se aliam maioritariamente à classe social dos PTE, uma diferença notória que pode indiciar que estes licenciados perfilham, em alguns casos, as profissões dos seus pais: no primeiro caso, dirigentes ou gestores, no segundo, médicos ou profissionais na área da saúde – a forte tendência para a transmissão da profissão de médico de pais para filhos foi também identificada noutros estudos (Alves 2000, 121). Destacamos ainda que a completa ausência de agregados familiares OIAA entre os licenciados em Economia e gestão reforça o carácter elitista dos cursos nesta área científica de formação⁴².

Entre os licenciados em Direito, em Ciências sociais e jornalismo e também em Ciências da vida, surgem sobrerrepresentados os agregados familiares com ensino superior (até 10% acima do valor total neste nível de ensino). Nos dois primeiros grupos predominam agregados familiares em lugares de classe ligados à alta burguesia (mais de 10% face ao total desta categoria), enquanto os licenciados em Ciências da vida provêm principalmente de agregados na classe dos PTE (36%). Se entre os licenciados em Direito era expectável um razoável grau de elitismo educacional e classista (Chaves 2010, 105-06), causa porém alguma surpresa que os progenitores dos licenciados em Ciências sociais e jornalismo ou em Ciências da vida conjuguem também elevados volumes de capital educacional e socioprofissional. Não possuímos dados para os licenciados UL/UNL que possam informar esta enigmática aliança, no entanto, ao procurar na literatura forma de a iluminar, deparámo-nos com um estudo sobre os jornalistas portugueses (uma profissão recorrente entre os licenciados na área das Ciências sociais e jornalismo) onde se assinala origens sociais bastante capitalizadas entre estes profissionais e “mais de 50% dos jornalistas são filhos de membros das classes médias ou superiores” (Garcia e Castro 1993, 101). Ainda assim, esta investigação apenas incide sobre uma das saídas profissionais do grupo de licenciados nestas áreas científicas de formação, pelo que, esta relação carece de investigação aprofundada para ser compreendida.

Os licenciados nas restantes cinco áreas científicas de formação descendem de agregados menos capitalizados a nível escolar e socioprofissional. Em termos educacionais, podemos encontrar um grupo proveniente de agregados familiares com níveis de escolarização menos débeis composto por os graduados em Matemática,

⁴² O resultado obtido no teste do resíduo estandardizado ajustado sobre cruzamento entre estas duas categorias permite inferir que os filhos dos operários e assalariados agrícolas não estão associados a cursos de economia e gestão.

estatística e informática, Engenharias industriais e construção e, ainda, Artes e humanidades; e um outro grupo inscrito nas áreas das Ciências físicas e da Educação que provêm, em número elevado, de famílias muito associadas a níveis primários de instrução. Ao observar as classes sociais que predominam nestes dois grupos, destaca-se a percentagem que os EDL assumem entre as famílias dos licenciados em Engenharias industriais e construção, e que supera em mais de 6% o peso total para a UL/UNL – esta aliança entre um capitalizado recurso socioprofissional e um volume modesto de recursos escolares, é típica em proprietários de pequenos negócios ou comércios. Os licenciados nas outras quatro áreas científicas (Matemática, estatística e informática; Artes e humanidades; Ciências físicas; e Educação) são oriundos de agregados familiares onde as classes sociais dominantes se encontram sub-representadas, e onde, inversamente, os EE e OIAA registam valores muito superiores aos que obtêm na população total inquirida. Podemos ainda acrescentar que os licenciados provenientes de agregados familiares classificados como TIAI se encontram particularmente presentes nos cursos de Ciências físicas e de Matemática, estatística e informática.

Estes resultados apontam para a existência de diferenças significativas entre as áreas no que toca ao recrutamento social. Deparamos com áreas científicas de formação onde predominam licenciados provenientes de famílias com elevado volume de capital escolar e económico, mas vislumbramos também domínios formativos onde esses recursos familiares escasseiam. As relações encontradas foram similares às documentadas noutros estudos que procuraram igualmente encontrar associações e nexos explicativos entre a entrada em determinadas áreas científicas e as características sociais dos agregados de origem (Almeida *et al.* 2003, 24-26; Alves 2005, 32-34).

Se recuperarmos as conclusões avançadas nos pontos anteriores e lhes somarmos a interpretação destas novas informações, podemos constatar que estamos perante um “duplo processo de selecção social” (Alves 2005, 35) no momento de acesso ao ensino superior na UL e UNL. Duplo pois ocorre quer ao nível da composição dos seus recursos familiares quando encarados no seu conjunto e por comparação com a população nacional; quer ao nível das áreas científicas de formação a que acederam e que também revelam possuir mecanismos de selectividade social. O fechamento é mais intenso em áreas como a Economia e gestão ou a Saúde, e mais débil nas áreas das Ciências físicas ou da Educação.

Quadro n.º 6 – Capital escolar do agregado familiar por área científica de formação dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna e em linha).

Nível de instrução do agregado familiar		Área científica de formação dos licenciados UL/UNL										Total (%)
		Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais e Jornalismo	Economia e Gestão	Direito	Ciências Vida	Ciências Físicas	Matemática, Estatística e Informática	Engenharias Industriais e Construção	Saúde	
Superior	% Coluna	21,4	34,7	40,8	59,1 ⁺	49,5	47,7	25,2	35,9	31,3	53,5 ⁺	39,2
	% Linha	5,4	19,0	7,9	10,0	12,3	10,5	7,7	5,9	3,8	17,4	100,0
Secundário e pós-secundário	% Coluna	17,3	19,7	26,3	16,7	18,6	23,3	23,5	21,9	16,7	21,3	20,6
	% Linha	8,3	20,5	9,8	5,4	8,8	9,8	13,7	6,8	3,9	13,2	100,0
Básico 3º Ciclo	% Coluna	17,3	12,7	13,2	9,1	10,3	12,8	17,6	18,8	12,5	7,1	13,0
	% Linha	13,2	20,9	7,8	4,7	7,8	8,5	16,3	9,3	4,7	7,0	100,0
Básico 2º Ciclo	% Coluna	10,2	8,5	3,9	3,0	2,1	3,5	2,5	1,6	10,4	6,3	5,5
	% Linha	18,2 ⁺	32,7	5,5	3,6	3,6	5,5	5,5	1,8	9,1	14,5	100,0
Até Básico 1º Ciclo	% Coluna	33,7	24,4	15,8	12,1	19,6	12,8	31,1 ⁺	21,9	29,2	11,8	21,6
	% Linha	15,3 ⁺	24,2	5,6	3,7	8,8	5,1	17,2	6,5	6,5	7,0	100,0
Total	% Coluna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	% Linha	9,9	21,4	7,6	6,6	9,8	8,7	12,0	6,4	4,8	12,8	100,0

Valor de Qui-Quadrado significativo ($p = 0,000$) e V de Cramer fraco ($v = 0,151$).

+ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adjr} > 1,96$)

- - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adjr} < -1,96$)

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Quadro n.º 7 – Classe social do agregado familiar por área científica de formação dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna e em linha).

Classe social do agregado familiar		Área científica de formação dos licenciados UL/UNL										Total (%)
		Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais e Jornalismo	Economia e Gestão	Direito	Ciências Vida	Ciências Físicas	Matemática, Estatística e Informática	Engenharias Industriais e Construção	Saúde	
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	% Coluna	29,9	25,4	46,7 ⁺	52,3 ⁺	44,8	26,7	23,9	29,7	39,1	31,2	32,8
	% Linha	9,1	16,3	10,9	10,6	13,4 ⁺	7,2	8,8	5,9	5,6	12,2	100,0
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	% Coluna	22,7	30,2	25,3	32,3	27,1	36,0	29,9	29,7	23,9	44,8 ⁺	30,9
	% Linha	7,3	20,5	6,3	7,0	8,6	10,3	11,6	6,3	3,6	18,5	100,0
Trabalhadores e Agricultores Independentes	% Coluna	8,2	7,8	8,0	4,6	6,3	9,3	11,1	12,5	6,5	4,8	7,9
	% Linha	10,4	20,8	7,8	3,9	7,8	10,4	16,9	10,4	3,9	7,8	100,0
Empregados Executantes	% Coluna	21,6	25,9	13,3	10,8	14,6	24,4	24,8	17,2	28,3	16,0	20,4
	% Linha	10,6	26,6	5,0	3,5	7,0	10,6	14,6	5,5	6,5	10,1	100,0
Operários Industriais e Assalariados Agrícolas	% Coluna	17,5 ⁺	10,7	6,7	0,0	7,3	3,5	10,3	10,9	2,2	3,2	8,0
	% Linha	21,8	28,2	6,4	0,0	9,0	3,8	15,4	9,0	1,3	5,1	100,0
Total	% Coluna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	% Linha	9,9	21,0	7,7	6,7	9,8	8,8	12,0	6,6	4,7	12,8	100,0

Valor de Qui-Quadrado significativo ($p = 0,000$) e V de Cramer fraco ($v = 0,148$).

+ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adjr} > 1,96$)

- - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adjr} < -1,96$)

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Como se tem vindo a verificar, o processo democratizador do ensino nestas universidades é curto-circuitado por um duplo mecanismo de selectividade social no momento de acesso à academia. Não nos sendo possível averiguar de forma inequívoca qual o trajecto académico destes licenciados, outro dos vectores do conceito de democratização do ensino, e que nos podia informar se os mecanismos da selectividade também se manifestam no interior destas academias⁴³. Iremos então recorrer às classificações finais e localizar a nossa análise na terceira dimensão do conceito de democratização do ensino – os níveis de resultados obtidos pelos estudantes (Balsa *et al.* 2001).

Centramos agora a nossa atenção no derradeiro momento de um curso de 1ºciclo do ensino superior: a formatura. Podemos considerar que as classificações alcançadas no final do curso traduzem “as condições de concretização dos projectos escolares” (Alves 2000, 57) e revelam, pelo menos em parte, a luta pela excelência académica que

⁴³ Por exemplo, os hábitos de estudo, a assiduidade às aulas, ou o aproveitamento das infra-estruturas académicas disponíveis.

ocorre no interior da academia, e que irá provavelmente ter impacto no momento da inserção no mercado de trabalho. Iremos averiguar esse ponto no próximo capítulo.

Ainda que estas classificações sejam uma medida subjectiva que resulta de uma determinada forma de classificar, assim como de realidades distintas nas várias áreas de estudo e instituições de ensino, importa reter que são uma forma de seriar os alunos no momento de saída do ensino superior e um indicador possível do sucesso académico⁴⁴.

O impacto das origens sociais na performance escolar dos licenciados UL/UNL (quadros n.º 8 e 9) pode ser constatado através da relação de dependência estatística entre a classificação final de curso⁴⁵ e os recursos familiares⁴⁶. No entanto, a nivelação das performances académicas revelada pela elevada concentração de avaliações finais de curso intermédias – cerca de três quartos dos licenciados terminam o seu curso com 13 a 15 valores – pode indiciar que os mecanismos de selectividade social detectados no momento de acesso a estas universidades foram consideravelmente mitigados pela socialização escolar e pelo efeito de sobreselecção dos indivíduos que provêm de grupos com menor probabilidade de acesso ao ensino superior.

O segmento de licenciados onde as classificações elevadas são mais frequentes e a classificação média mais elevada é aquele que provêm de agregados domésticos com maior capital escolar, ou seja, mais de 16% destes alcançaram 16 ou mais valores e a classificação média deste grupo ascende a 14,2. No extremo oposto, os licenciados provenientes de agregados familiares com nível de instrução até ao 1º ciclo do ensino básico encontram-se associados à obtenção de classificações mais baixas (16% destes não ultrapassaram os 12 valores) e a sua avaliação média é a mais reduzida no conjunto UL/UNL (13,9 valores)⁴⁷. Já os licenciados com agregados familiares que possuem níveis de instrução intermédios apresentam avaliações médias que oscilam em torno da

⁴⁴ Acerca das classificações e da forma de classificar consultar Arroiteia (2000); Hadji (1994); Leite *et al.* (1993); Leite e Fernandes (2002); ou Roldão (2005).

⁴⁵ Representam um valor médio aferido numa escala de 1 a 20 que representa a média aritmética de todas as classificações obtidas ao longo da licenciatura. As classificações finais dos licenciados UL/UNL foram organizadas em três patamares: as classificações baixas (10 a 12 valores); as intermédias (13 a 15 valores); e as elevadas (16 ou mais valores).

⁴⁶ O valor obtido para o teste do Qui² permite rejeitar a hipótese nula em teste e confirmar que a classificação final de curso é dependente quer do nível de escolaridade, quer da categoria socioprofissional do agregado familiar (respectivamente, $p = 0,041$ e $p = 0,000$). O valor para o teste de V de Cramer identifica uma intensidade média na associação entre classificação final de curso e classe social do agregado (0,328), e fraca com o nível de escolaridade do agregado (0,091).

⁴⁷ O resultado obtido no cruzamento entre estas duas categorias através do teste do resíduo estandardizado ajustado permite inferir que os licenciados cujos progenitores não ultrapassaram o ensino primário estão associados a classificações finais de licenciatura até 12 valores.

marca obtida para o total e, tanto a percentagem de avaliações mais reduzidas como a das mais elevadas, estão abaixo das percentagens totais.

Em suma, apesar da elevada concentração de avaliações intermédias, é possível descortinar-se um aumento discreto na percentagem de avaliações elevadas à medida que aumenta o capital escolar dos agregados. No entanto, um facto curioso sobressai: entre os licenciados com origens educacionais mais baixas a percentagem de avaliações mais elevadas (16%) ultrapassa a percentagem total (14,3%) e aproxima-se bastante da obtida pelos licenciados com agregados familiares no nível máximo de instrução (16,8%). De facto, podemos encarar este “improvável” sucesso académico como um indício dos episódios selectivos que decorrem ao longo da escolaridade. A ponto de, após atravessar várias barreiras selectivas, os “sobreviventes” oriundos de meios sociais mais desfavorecidos se apresentarem sobreseleccionados face aos de meios sociais mais favorecidos, isto é, especialmente nas etapas mais avançadas do percurso escolar, como no ensino superior, permanecem apenas os mais aptos a conseguir obter melhores avaliações entre os provenientes de meios sociais modestos, aliás, já Sérgio Grácio (2002, 54) nos indicou que não se está “a medir precisamente a mesma coisa quando se mede o impacto da origem social no aproveitamento escolar em níveis diferentes de escolaridade”. Apesar de não dispormos de dados que permitam uma análise mais fina dos motivos por detrás desta formação mais cuidada, justamente por quem reúne menos recursos familiares para o fazer, servimo-nos dos estudos de Bernard Lahire (1997) junto de classes populares, onde se verifica que a presença e o uso de objectos culturais em ambiente familiar, o grau de valorização simbólica da experiência escolar pelos pais ou outros familiares próximos, a própria experiência escolar dos pais com as actividades de leitura e escrita, ou a estabilidade e convergência entre os princípios de socialização familiares e entre estes e os escolares, são factores influentes para o efeito motivador e formador que certos agregados poderão continuar a ter, não obstante possuírem baixos níveis de instrução, contrariando assim os princípios da teoria da reprodução social.

Por sua vez, quando observamos as distribuições das classificações finais dos licenciados UL/UNL de acordo com os recursos socioprofissionais das suas famílias encontramos novamente a imagem distintiva da selectividade social. Se atentarmos aos licenciados descendentes de agregados familiares na categoria de classe dos PTE, encontramos a melhor classificação média (14,2 valores) e a maior percentagem de avaliações de final de curso elevadas (16,2% obtiveram mais de 16 valores). Descendo

ao longo da hierarquia socioprofissional das famílias verificamos que as classificações finais dos descendentes vão também baixando. Os licenciados provenientes de agregados familiares em posições de classe dos TI/AI são os que obtêm uma maior percentagem de classificações médias, enquanto os descendentes de famílias classificadas como EE obtêm um número considerável de classificações mais baixas (12,8% com classificações finais até 12 valores). Porém, a maior percentagem de classificações reduzidas (15,4%), a menor percentagem de classificações finais elevadas (11,5%) e, portanto, a pior classificação média (13,8 valores) é obtida por licenciados provenientes de agregados familiares que se localizam nas categorias de classe menos capitalizadas na hierarquia social (OI/AA).

Estes diferenciais comprovam a importância de um elevado volume de capital socioprofissional familiar para as classificações finais de licenciatura dos seus filhos, que parecem beneficiar com essa capitalização familiar e encetar percursos académicos melhor sucedidos, no que podemos chamar de efeito de “casulo familiar”. No entanto, esta lógica de selectividade não é contínua, como podemos verificar no caso dos licenciados provenientes de agregados no topo da hierarquia social – os EDL. Neste grupo, existe uma percentagem considerável de avaliações baixas (11,5% e próxima da percentagem obtida no caso dos descendentes de famílias na classe dos EE), uma percentagem comparativamente reduzida de avaliações finais elevadas (13,1%, apenas pior entre os licenciados provenientes de agregados classificados com OI/AA), assim como a sua média avaliativa (14 valores) se situa abaixo da fasquia para o total de licenciados UL/UNL. Neste caso, cremos estar perante um efeito negativo de casulo familiar, ou seja, o amparo de um agregado familiar mais capitalizado a nível socioprofissional (e portanto, também mais capitalizado economicamente), ao invés de se materializar num melhor resultado académico face aos restantes licenciados, resulta antes numa comparativamente pior performance académica. Ainda que não possuamos dados específicos, podemos pensar que o desinvestimento escolar por parte destes licenciados poderá ser apoiado por uma crença de que o elevado volume de capital socioprofissional dos seus pais poderá desempenhar um papel importante a montante dos seus percursos escolares. Ou ainda que a necessidade de se obterem títulos escolares significativos é, junto dos descendentes destes grupos sociais, tão indiscutível, que estes permaneçam na escola, e na universidade, mesmo obtendo classificações baixas ou reprovações sucessivas.

Ainda que em diferentes medidas, os recursos familiares acabam por influir também na classificação final do curso dos licenciados na UL/UNL e consubstanciar a dificuldade da função democratizadora destas universidades. De facto, as classificações finais de curso dos licenciados na UL/UNL não só variam de acordo com os recursos educacionais e socioprofissionais das famílias de origem, como aumentam face a um maior volume destes capitais.

Quadro n.º 8 – Capital educacional do agregado familiar por classificação final de cursos dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna e em linha).

Nível de instrução do agregado familiar		Classificação final curso dos licenciados UL/UNL			Total (%)	Valor Médio
		Até 12 valores	13 a 15 valores	16 ou mais valores		
Superior	% Coluna	36,4	38,0	46,0	39,0	14,2
	% Linha	10,3	72,9	16,8	100,0	
Secundário e pós-secundário	% Coluna	15,0	22,4	15,1	20,5	14,0
	% Linha	8,0	81,5	10,5	100,0	
Básico 3º Ciclo	% Coluna	12,1	14,1	9,4	13,2	13,9
	% Linha	10,1	79,8	10,1	100,0	
Básico 2º Ciclo	% Coluna	4,7	5,8	5,0	5,5	14,1
	% Linha	9,3	77,8	13,0	100,0	
Até Básico 1º Ciclo	% Coluna	31,8	19,8	24,5	21,7	13,9
	% Linha	16,0	67,9	16,0	100,0	
Total	% Coluna	100,0	100,0	100,0	100,0	14,1
	% Linha	11,0	74,8	14,3	100,0	

Valor de Qui-Quadrado significativo ($p = 0,041$) e V de Cramer fraco ($v = 0,091$).

+ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis (adjr > 1,96)

- - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis (adjr < - 1,96)

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Quadro n.º 9 – Classe social do agregado familiar por classificação final de cursos dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna e em linha).

Classe social do agregado familiar		Classificação final curso dos licenciados UL/UNL			Total (%)	Valor Médio
		Até 12 valores	13 a 15 valores	16 ou mais valores		
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	% Coluna	34,6	32,9	30,1	32,7	14,0
	% Linha	11,5	75,4	13,1	100,0	
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	% Coluna	25,0	30,9	35,3	30,9	14,2
	% Linha	8,8	75,0	16,2	100,0	
Trabalhadores e Agricultores Independentes	% Coluna	4,8	8,5	7,4	7,9	14,1
	% Linha	6,6	80,3	13,2	100,0	
Empregados Executantes	% Coluna	24,0	19,8	20,6	20,4	14,0
	% Linha	12,8	72,8	14,4	100,0	
Operários Industriais e Assalariados Agrícolas	% Coluna	11,5	7,9	6,6	8,1	13,8
	% Linha	15,4	73,1	11,5	100,0	
Total	% Coluna	100,0	100,0	100,0	100,0	14,1
	% Linha	10,9	74,9	14,2	100,0	

Valor de Qui-Quadrado significativo ($p = 0,000$) e V de Cramer médio ($v = 0,328$).

+ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis (adjr > 1,96)

- - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis (adjr < - 1,96)

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

I. 5. Notas conclusivas

Ao longo deste capítulo analisámos o papel dos recursos familiares nos percursos académicos de licenciados na UL e na UNL em 2004/2005. Segundo os nossos apuramentos constatamos que os pais da maioria destes licenciados não atingiram o ensino superior. Ainda assim, o seu nível de instrução é relativamente elevado pois supera o da população nacional com idades semelhantes. Por outro lado, uma clara maioria destes licenciados é oriunda de classes mais capitalizadas, que também aqui assumem um peso francamente mais elevado do que aquele que conhecem junto da população portuguesa. Este quadro familiar realça uma forte tendência para o elitismo escolar e classista no acesso a estas universidades. Ainda assim existe uma percentagem não despreciable de licenciados UL/UNL que contraria o processo de reprodução social, procurando encetar percursos de mobilidade social ascendente alicerçados nos seus recém-obtidos diplomas académicos, um empreendimento que provavelmente, e até esse período, poderá ser bem-aventurado dado que a raridade relativa deste recurso académico na sociedade portuguesa aumenta o seu valor, e também as alterações na composição da estrutura ocupacional que têm ocorrido em Portugal nas últimas décadas – a crescente “terciarização” da economia e “servialização” das actividades económicas⁴⁸ – aumentam a sua procura.

As hipóteses de trabalho que colocámos perante esta população de licenciados, foram, em simultâneo, parcialmente confirmadas e progressivamente complexificadas. De facto, ao procurar perceber qual o impacto dos recursos familiares no trajecto académico dos licenciados da UL/UNL, conseguimos encontrar mais do que a relação directa que colocávamos como hipótese de partida. Constatámos que no momento de acesso ao ensino superior se torna visível um duplo processo de selecção social que se concretiza através da importância que os recursos familiares assumem tanto no acesso a estas universidades quanto no ingresso em áreas específicas de formação. Também na classificação final de curso se confirma a importância da capitalização socioeducacional e socioprofissional, no quadro de um efeito que apelidámos de “casulo familiar”. No entanto, observámos igualmente, e em contracorrente com as duas tendências que

⁴⁸ O movimento de terciarização da economia é, *grosso modo*, caracterizado por um crescimento exponencial do pessoal empregado no sector terciário da economia (comércio e serviços) – que requer maiores qualificações escolares – e o decréscimo acentuado do emprego menos qualificado nos sectores primário e secundário (agricultura e indústria) (Rosa e Chitas 2010, 63). A noção de servialização da economia procura opor-se à noção de industrialização para dar conta da “lógica de serviço” na organização das actividades profissionais contemporâneas, uma transformação que necessita de mão-de-obra altamente qualificada (Almeida 2005, 53).

acabámos de explicitar, que a marca indelével da democratização também é visível. Primeiro porque o duplo mecanismo de selecção deixa passar entre as suas engrenagens um número considerável de indivíduos que tentam colmatar os seus *deficits* familiares e chegar mais longe do que o seu anunciado destino social, acalentando expectativas de mobilidade social. Segundo porque nem todos os descendentes de famílias especialmente capitalizadas conseguem materializar essa vantagem em mais-valias académicas, o que por sua vez abre um espaço maior para um processo democratizador com origem no interior do próprio ensino superior. Finalmente, a dissolução das vincadas distinções entre licenciados de acordo com os seus recursos familiares entre o momento de acesso e o de saída destas universidades pode revelar que a socialização escolar de que foram alvo contribuiu para mitigar as desigualdades originais, assim como reforça o potencial democratizador do ensino⁴⁹.

Note-se porém que os licenciados em estudo não reflectem a abertura do sistema de ensino superior resultante das reformas de 2006. De facto, “Bolonha” e outras políticas educativas produziram um espectro alargado de mudança nas características socio-demográficas dos alunos e na própria dinâmica interna das instituições académicas que, a nosso ver, devem ser consideradas em futuras análises a populações universitárias que, tal como esta, mobilizem o conceito de democratização do ensino. A expectável subida das médias etárias dos matriculados no ensino superior, motivada por um maior número de reingressos e entradas tardias, desloca inevitavelmente a análise das origens familiares para gerações mais longínquas que, no caso português, geralmente possuem menores volumes de capital escolar e socioprofissional⁵⁰. Essa diferença pode suscitar um acréscimo de democratização do acesso ao ensino superior e, portanto, maiores fluxos de mobilidade intergeracional escolar e social. Por outro lado, se a chegada de alunos ao ensino superior através de “medidas protectoras” não for compensada por um crescimento proporcional do número de vagas, pode resultar num estreitamento das vias de acesso a determinadas áreas científicas de formação e,

⁴⁹ A propósito de alunos do ensino básico em Portugal (no confronto com os seus agregados familiares) João Sebastião Portugal e Sónia Correia também observam a presença destes processos sociais distintos que marcam o acesso ao ensino: “[...] é hoje claro que tendências contraditórias se debatem no seio daquilo que se costuma designar por sistema educativo, umas que indiciam uma maior abertura e democratização, outras que parecem desejar o regresso a uma escola de elites ainda mal ultrapassada” (Sebastião e Correia 2007, 35).

⁵⁰ Uma tese de mestrado recente, onde se aborda os alunos que acederam ao ensino superior na Universidade do Porto através do contingente de “maiores de 23 anos”, assinala que cerca de um terço destes alunos tem mais de 40 anos e provem de “famílias com fracos recursos económicos e educacionais tendo esta realidade impossibilitado o acesso de muitos ao ensino superior, no final do 12º ano” (Pereira 2009, 74).

portanto, num reforço dos mecanismos de sobreselecção. Posto isto, sugerimos que para analisar coortes académicas posteriores a 2006, se deva considerar o regime de acesso e a faixa etária dos indivíduos, especialmente quando se procura abordar as várias dimensões do conceito de democratização do ensino.

As ilações que apresentámos, a partir da análise aos recursos familiares dos licenciados UL/UNL em 2004/2005, sublinham, embora de forma parcial e sem a nitidez que reclamávamos *a priori*, a importância e heurística do quadro teórico bourdiano, assente nas premissas da reprodução cultural através dos processos educativos. Destacamos assim a relevante contribuição deste entendimento teórico na interpretação dos processos sociais que concorrem no universo em análise. Ainda que conceitos com o de *habitus* ou o de *violência simbólica* em contexto escolar nos coloquem sérias reservas e nos levem a propor, tal como outros autores sugerem (Abrantes 2011), uma revisão teórica profunda que entenda o carácter plural da sociologia como uma oportunidade e não como um constrangimento. De facto, o “presumível fatalismo” (*idem*, 278) que acompanha muitas das críticas à teoria da reprodução pode ser facilmente evitado, mesmo a partir da obra dos seus proponentes. Aliás, as críticas a estas propostas têm essencialmente acrescentado ângulos de análise distintos sem porém refutar as premissas centrais deste modelo.

Acreditamos assim que se deve assumir um entendimento integrador e não exclusivo perante a pluralidade teórica sociológica, e evitar assim cair numa idolatria exacerbada ou numa renúncia visceral de determinados contributos, sem antes avaliar em rigor o seu potencial explicativo face a um determinado objecto de estudo.

Esta investigação aponta para a necessidade de se encarar a escolaridade como o resultado de um processo relacional e dialéctico entre vários agentes que sofrem pressões constantes para “a integração e igualdade, por um lado, e para a selecção e segregação por outro, tanto maiores quanto o sistema educativo é decisivo para a estruturação dos actores e das sociedades” (Abrantes 2011, 279). Um jogo de forças que apesar de implicar que uma posição possidente na estrutura social favoreça a lógica de reprodução, não invalida os movimentos individuais ou colectivos de ruptura ou de inovação. Compreender estes processos e a forma como se relacionam, torna-se imprescindível para analisar os mecanismos sociais entre os indivíduos e a escola.

No capítulo seguinte desta dissertação, assumindo que os processos de democratização e reprodução também se podem constituir como uma forma de

interpretar a relação entre os indivíduos e o trabalho, iremos analisar os percursos profissionais dos licenciados UL/UNL após terminarem os seus cursos. Procuraremos responder a várias questões, especificamente, como se colocam estes licenciados no campo profissional? Será que também aí encontramos o mesmo tipo e grau de influência das origens sociais com que nos deparámos no meio académico? Qual o papel que desempenham as recém-adquiridas qualificações académicas no ingresso no mundo do trabalho?

Capítulo II - O percurso profissional dos licenciados UL/UNL

Para abordar o percurso profissional dos licenciados em 2004/2005 na UL e na UNL após terminarem o seu curso, primeiro procuramos determinar qual a situação profissional destes graduados, para depois, conferindo primazia à problemática das desigualdades sociais, tentar escrutinar em que medida os recursos familiares e os “recém-adquiridos” recursos académicos influem na inserção profissional. A opção por localizar o estudo da inserção profissional na problemática das desigualdades e nos processos de estratificação social procura dar sequência ao trabalho desenvolvido no capítulo anterior e que identificou, no trajecto académico desta população, a presença simultânea dos processos sociais de reprodução e de mobilidade. Assim, procuramos agora determinar se estes processos também emergem no trajecto profissional, ou seja, se “os percursos, as competências e os diplomas escolares (...) se convertem (ou não) em trajectórias, identidades e estatutos socioprofissionais, considerando a sua (des)articulação com outros processos, entre os quais as aprendizagens familiares, as redes sociais e as dinâmicas laborais” (Abrantes 2011, 272).

Ainda que a inserção profissional de recém-graduados do ensino superior se afirme como um problema central na sociedade portuguesa, a produção sociológica sobre o tema ainda se encontra, no contexto nacional, numa fase embrionária de desenvolvimento⁵¹. Além disso, a sua exploração científica debate-se com uma insuficiência importante: o carácter atomístico dos estudos produzidos (Morais, Chaves e Batista 2010). Isto é, em lugar de se assistir a um trabalho científico cumulativo e a uma padronização dos instrumentos utilizados, cada investigação mobiliza o seu próprio quadro conceptual e indicadores, assim como segue métodos de recolha de informação distintos dos seus congéneres. Estes esforços assíncronos não permitem conectar a informação recolhida, pelo que apesar da qualidade intrínseca de algumas das investigações produzidas, os dados gerados reportam-se a universos de *alumni* reduzidos e demasiado específicos, limitando assim sobremaneira o alcance e qualidade da análise que através deles se pode realizar.

Reiteramos assim um repto que já lançámos noutras ocasiões (Morais, Chaves e Baptista 2010; Moraes, Chaves e Sedas Nunes 2011): é urgente ampliar e integrar os

⁵¹ Só a partir da segunda metade dos anos noventa foram conduzidas investigações sociológicas sobre a situação e percurso profissional dos diplomados do ensino superior em Portugal.

estudos realizados em Portugal sobre a inserção profissional de diplomados do ensino superior, homegeizando os procedimentos e os instrumentos de recolha da informação. Acreditamos que só assim será possível acumular e comparar informação, engrandecendo, *ipso facto*, a qualidade e a relevância das análises produzidas, quer no plano nacional quer internacional.

Com base na informação empírica de que dispomos, procuraremos dar resposta às questões formuladas no final do capítulo I. No sentido de minimizar as limitações decorrentes da reduzida escala e da excessiva especificidade do universo empírico que nos serve de base recorreremos, sempre que possível, e com o objectivo de se potenciarem comparações, aos dados sobre o emprego produzidos pelo INE, em particular nos Inquéritos ao Emprego.

A análise acompanha assim a transição para o mercado de trabalho destes recém-licenciados, durante a qual muitos se confrontam pela primeira vez com uma luta simbólica pela posse de capitais profissionais específicos e com experiências socializadoras determinantes que informam as suas disposições individuais. De forma a sistematizar as várias dimensões imbricadas na transição da universidade para o mercado de trabalho e captar a complexidade desse movimento, recorreremos ao conceito de “inserção profissional”, noção que, de seguida, procuraremos situar, ressaltando o seu potencial heurístico.

II. 1. A inserção profissional no trabalho sociológico

O património sociológico sobre a “inserção profissional”⁵² já se encontra em fase de maturação resultado de múltiplas investigações e reflexões que perfilham este conceito ou noções próximas, como “entrada na vida activa”, “entrada no trabalho”, “entrada no emprego”, “transição profissional” ou “transição da escola para o trabalho”. Esta diversidade de termos é, por si só, um indiciador da “fluidez existente neste campo de pesquisa e da multiplicidade de abordagens e preocupações dos autores que a analisam” (M.G. Alves 2007, 136). Importa porém reter que todos procuram retratar um

⁵² A expressão “inserção profissional” também se inclui na retórica política e, portanto, pública. Surge pela primeira vez em textos legislativos franceses no início dos anos setenta, e adquire visibilidade com o relatório elaborado em 1981 por Bernard Schwartz, a pedido do primeiro-ministro francês, onde se aborda a integração social e profissional dos jovens. Cf. Schwartz (1981).

fenómeno social que emerge na passagem do espaço da educação para o espaço do trabalho (Alves 2009; M.G. Alves 2007).

Não podendo fazer jus, naturalmente, à vastidão e complexidade do património produzido em torno do tema, cremos que é possível reconhecer a existência de dois grandes modos de abordagem da problemática da inserção. Um primeiro enfatiza os aspectos estruturais deste processo, adquirindo expressão nas obras de Olivier Galland, José Rose e Michel Vernières. O segundo privilegia os actores sociais e as suas disposições, e pode ser exemplificado a partir dos trabalhos de Jean Vincens e Claude Trottier.

Podemos identificar um grupo de autores que encara a inserção profissional como uma fase do ciclo de vida (Galland 1984 e 1996) ou como um “estado de transição” entre posições num espaço social condicionado por vários actores e normas (Rose 1996; Vernières 1997).

Na abordagem de Olivier Galland (1984 e 1996) a inserção profissional é um processo individual que marca o momento de entrada na vida adulta, e que coloca os agentes entre dois eixos estruturantes: um eixo público, que opõe e conecta as vivências escolares e profissionais, e um eixo privado, que capta a passagem da esfera familiar para a matrimonial (Galland 1984). Assim, o processo de transição para a vida adulta observa em simultâneo os momentos de saída da escola e independência em relação à família de origem; e os de entrada no mercado de trabalho e constituição de família própria (Galland 1996, 39). Este autor acrescenta ainda que nas sociedades ocidentais a fase transitória que representa a juventude tende a prolongar-se no tempo, protelando assim a sincrónica conquista dos marcadores simbólicos que caracterizam a emancipação social e económica dos indivíduos, num processo de “desconexão dos limites” que permite a existência “des espaces intermédiaires à la définition ambiguë” (*idem*, 41) no ciclo de vida dos indivíduos, onde se inscreve o “evento assinalável” que é a inserção profissional.

Esta perspectiva tem a vantagem de colocar o conceito de inserção profissional em estreita articulação com a escola e a família por um lado, e com o trabalho e a autarcia por outro. No caso em análise, dos recém-graduados do ensino superior, podemos considerar que após terminarem a formação académica muitos almejam, de facto, a autarcia e a conjugalidade, procurando-os através da sua inserção profissional, no entanto, também acreditamos que esses ideais possam ser secundarizados em ciclos

de vida que não se pautam por este tipo de linearidade. Nas sociedades contemporâneas marcadas por uma grande fluidez das etapas de vida, parece-nos essencial que, ainda que seja possível eleger outros eixos de análise, se considere em “maior detalhe a inserção profissional no contexto da relação entre educação e trabalho/emprego” (M.G. Alves 2007, 197). Posto isto, entendemos que a noção de inserção profissional não deve ser encarada apenas como um marcador simbólico da passagem da juventude para a idade adulta, antes como um processo integrado e influente na biografia dos indivíduos que implica a sua presença no campo profissional e que ocorre, geralmente, após a passagem pelo sistema de ensino.

O trabalho de José Rose (1990 e 1994) assume a perspectiva relacional da inserção profissional que Olivier Galland sugere, no entanto, desloca o ângulo de observação das outras esferas da vida dos indivíduos para as normas e os outros agentes relevantes para a “transição profissional”. Rose define esse movimento de transição como um processo socialmente organizado que nos remete para o estudo do “conjunto dessas formas de organização, quer sejam ou não fortemente estruturadas, a fim de conhecer o modo como seleccionam e transformam as populações” (Rose 1994, 73), assim como dos actores envolvidos nesta transição, quer se trate de escolas, famílias, empresas ou Estados. Esta abordagem considera assim tanto os constrangimentos macro-estruturais, como os quadros relacionais onde decorre a inserção profissional. Ainda que a operacionalização simultânea destes aspectos seja uma tarefa de difícil execução, acreditamos que não os devemos arredar da análise. Podemos considerar que esta perspectiva confere “uma importância primordial ao carácter socialmente organizado do processo de inserção e atribui menor relevo à análise do fenómeno enquanto trajectória individual” (M.G. Alves 2007, 198).

Em todo o caso, o trabalho de Rose não se esgota no estudo de factores estruturais e permite também encontrar referências valiosas a nível individual, como por exemplo quando releva os “estados” e “ritmos” de transição profissional, sublinhando que os indivíduos podem experimentar uma vasta gama de situações no mercado de trabalho, desde a inserção imediata à exclusão definitiva desse mercado (Rose 1994), ou quando sugere que a transição profissional corresponde a um momento fundamental de formação e socialização profissionais, ao longo do qual os indivíduos interiorizam “saberes” e “saberes-fazer” (Rose 1994, 73) que lhes permitem reforçar e adaptar as suas aprendizagens escolares às exigências do mercado de trabalho. Estes últimos dois

pressupostos sugeridos por Rose permitem-nos encarar a inserção profissional de uma forma longitudinal. Assim, se podemos determinar o seu “estado” através do estudo das características da situação profissional num dado momento, também podemos traçar trajectos de mobilidade profissional se conhecermos com precisão a situação profissional em que os actores se encontram em momentos temporais distintos. Dado o seu carácter processual, podemos ainda considerar que, ao longo do percurso de inserção, os indivíduos submetem-se a uma sequência de experiências socializadoras que lhes permitem acumular recursos individuais, vitais na definição da sua trajectória profissional subsequente.

No trabalho de Michel Vernières (1997) deparamos, por sua vez, com a preocupação assumida de se delimitar as fronteiras iniciais e finais do trajecto de inserção, marcos que já José Rose afirmava ser possível estabelecer. Segundo Vernières (1997, 11) a inserção profissional consiste no “processo pelo qual os indivíduos, não tendo nunca pertencido à população activa, acedem a uma posição estável no sistema de emprego”. Uma proposta que conduz inevitavelmente a uma associação “com a transição entre inactividade, desemprego e emprego” (Cordeiro 2002, 82). Convém deixar claro que, em nosso entender, esta definição é demasiado restritiva. Primeiro, porque se cinge à população numa primeira inserção profissional, e desconsidera todos os reingressam no mercado de trabalho após períodos de inactividade. Em segundo lugar, porque considera apenas quem possui um emprego (os “empregados”), e não aqueles que realizam diligências para o alcançar, isto é, os “desempregados”. Por último, a noção de “posição profissional estabilizada” coloca-nos reservas conceptuais e de operacionalização, em particular num momento em que a precariedade laboral se tem vindo a agudizar, com particular acuidade no caso português (Oliveira e Carvalho 2008).

Prosseguindo na esteira de Rose, Vernières alerta ainda para a necessidade imperial de se contemplar o papel determinante de diversos agentes – com destaque para o Estado – que definem e condicionam as modalidades de gestão da mão-de-obra, afectando fortemente, por essa via, o mercado de trabalho. Tomada como um todo, parece-nos portanto inegável que a problematização que Vernières promove se inscreve no campo das reflexões sobre a estruturação do mercado de trabalho através das práticas de gestão de recursos humanos (Tanguy 1986), conferindo menor relevo à dimensão individual deste fenómeno (M.G. Alves 2007, 201), embora devamos chamar a atenção

que o autor não deixa de ressaltar o papel da relação subjectiva dos indivíduos com o trabalho enquanto motor no desenvolvimento das estratégias de inserção.

Os contributos de Galland, Rose e Vernières permitem, em suma, delinear a inserção profissional como um processo socialmente organizado e profundamente marcante do ciclo de vida dos indivíduos. Processo que sendo condicionado pela mobilização de recursos individuais é também fortemente balizado por dimensões estruturais que extravasam os agentes que procuram incorporar o mercado de trabalho.

Um segundo grupo de autores, que desenvolve o seu trabalho especialmente durante os anos 90, prefere observar a inserção profissional enquanto um processo de construção individual, uma perspectiva teórica que considera essencialmente as disposições dos agentes em inserção (Vincens 1981 e 1997; Trottier 1998).

A abordagem de Jean Vincens (1981 e 1997) encara a inserção profissional como um caminho que rumo à realização profissional, e que integra expectativas e ambições dos sujeitos envolvidos nesse percurso. Inicia-se quando se dedica tempo a um emprego ou à procura de emprego, e culmina quando essa procura cessa, por se entender que se alcançou uma situação profissional durável e adequada ao projecto de vida idealizado (Vincens 1981). No quadro dessa perspectiva, o autor recusa assim “visões segundo as quais as decisões dos indivíduos em matéria de educação e trabalho/emprego, ou seriam orientadas apenas por avaliações da relação custo-benefício dessas decisões, ou resultariam simplesmente de condicionantes relacionadas com o modo de funcionamento do mercado de trabalho” (M.G. Alves 2007, 203). Em trabalhos mais recentes, Jean Vincens (1997) sugere que o princípio e o final da inserção profissional podem ser determinados tanto de forma subjectiva, questionando os indivíduos sobre o termo inserção profissional e a forma como este se enquadra na sua experiência de vida, como de uma forma objectiva, estabelecendo-se uma “definição convencional” que poderá visar quer o consenso entre diversos investigadores quer o acomodamento a determinados objectos ou objectivos mais específicos, orientados para estudos de caso. Trata-se, no fundo, de um apelo à partilha de instrumentos de pesquisa e indicadores entre a comunidade científica, ganhando,

com isso, precisão e autorizando uma “comparação rigorosa entre vários contextos espaciais e temporais” (M.G. Alves 2007, 204)⁵³.

Ainda que, com a sua proposta, Vincens se afaste das teorias economicistas, não deixa de referir que o estudo da inserção profissional deve incluir a relação entre oferta e procura de emprego, isto é, os interesses e obrigações dos empregadores, e a forma como estes se encontram plasmados nos critérios de selecção da mão-de-obra aos quais os agentes em inserção se submetem, estabelecendo assim conexões, como se pode constatar, com as obras de Rose ou de Vernières.

O trabalho de Claude Trottier (2000 e 2007) perfilha a proposta de Jean Vincens sobre a inserção profissional dos jovens e tenta reforçá-la nos seus pontos mais débeis: a noção de projecto profissional e a de posição profissional estável ou durável. Em trabalhos realizados em conjunto com outros autores (Trottier, Laforce e Cloutier 1997 e 1998) Trottier alerta-nos para o facto, nem sempre devidamente acautelado por Vincens, de que muitos actores sociais não possuem um projecto profissional de longo prazo, inspirador de estratégias de acção totalmente coerentes. Um número considerável empreende pelo contrário, estratégias “de última hora”, gizadas de acordo com os seus recursos disponíveis, que visam responder a oportunidades ou constrangimentos momentâneos. Através da análise de entrevistas em profundidade, estes autores demonstram que o percurso de vida noutras esferas de actividade influi de forma determinante nas ambições e expectativas profissionais, “les discours [de personnes entretenus] ont porté principalement sur la préséance de la recherche d'un emploi et de sa stabilité par rapport aux autres projets d'existence. (...) Pour un grand nombre de personnes, les projets de vie touchent également les relations dans la sphère non marchande, soit rétablissement de relations significatives avec des enfants, avec des amies ou des amis ou encore avec une conjointe ou un conjoint” (Cloutier, Trottier e Laforce 1998, 115). Esta equipa de trabalho encara o projecto profissional individual como uma “obra em curso” que se constrói ao longo de toda a vida, mas especialmente durante a socialização escolar e profissional.

Para Trottier o acesso a um emprego permanente não se assume como a única forma de encontrar uma posição estável no mercado de trabalho, especialmente se se

⁵³ Vincens acrescenta um esboço para um taxa de inserção profissional para uma coorte de indivíduos específica que considera como inseridos todos os que “ayant travaillé x% du temps écoulé depuis leur rentrée dans la vie active quelle que soit leur situation au moment de l'enquête; et s'attendant à travailler régulièrement au cours des douze moi à venir” (1997, 38).

considerar que esta última é caracterizada pela posse de um vínculo contratual sem termo (Trottier 2007). De facto, cada vez existem mais trabalhadores que não possuem um contrato de trabalho durável porque não estão inseridos numa empresa/organização, porque trabalham por conta própria, ou ainda porque se inserem num conjunto de formas de trabalho consideradas frequentemente como “atípicas” ou “marginais”⁵⁴ face a um padrão de emprego típico do “modelo fordista”⁵⁵. Em suma, não será difícil equacionar que algumas posições profissionais geralmente não reguladas por contratos de trabalho podem ser consideradas estáveis e satisfatórias, assim como um indivíduo pode ocupar de forma durável e voluntária posições profissionais desse tipo.

Claude Trottier aproxima-se assim da “definição convencional” proposta por Jean Vincens para assinalar o final do período de inserção profissional, considerando que esse momento se atinge quando um indivíduo alcança um emprego que considera adequado ao seu projecto profissional e o procura conservar, ou quando já não consagra tempo à procura de um emprego ou em estudos que se destinam a obter um emprego (Trottier *et al.* 2007). Este autor faz assim depender o projecto profissional das disposições que se adquirem durante o período de inserção profissional e da percepção que os actores desenvolvem sobre os constrangimentos e a concorrência existente no mercado de trabalho.

A demanda por um “estado inicial” e um “estado final” no processo de inserção profissional, iniciada por Michel Vernières (1997), pautava esta noção de uma certa linearidade, acabando por aprisioná-la entre dois momentos: a formação e o emprego. Isto num momento em que somos obrigados a reconhecer a maior complexidade dos ciclos de vida nas sociedades ocidentais, crescentemente deslinearizados, como acentuou Galland (1996), mas também outros autores (com destaque no caso português para Machado Pais), coloca sérios entraves a qualquer esboço de sequência biográfica ordenada, como se comprovou durante a análise que empreendemos no capítulo anterior sobre as reformas do ensino superior. Sobretudo as que tiveram lugar em 2006

⁵⁴ Embora a utilização destes epítetos para as descrever levante crescentes dúvidas, uma vez que se tornam cada vez mais típicas (Kovács 2004).

⁵⁵ O sistema de produção fordista assume-se como um ideal-tipo que representa uma organização baseada numa produção padronizada e massificada, capaz de empregar milhares de trabalhadores no quadro de uma relação salarial estável e segura, sendo os vínculos contratuais celebrados, maioritariamente, por período indeterminado e em horário de trabalho completo, e estando os trabalhadores protegidos colectivamente através de sindicatos ou de outros representantes (Morais, Chaves e Batista 2010). Ainda que, a partir dos anos 70, a prosperidade económica e social conseguida a partir do modelo de produção *fordista* comece a perder fulgor, as características que imprimia às relações entre empregados e empregadores têm vindo a servir como uma base de comparação.

trouxeram novos públicos ao ensino, designadamente indivíduos presentes no mercado de trabalho que suspenderam de forma total ou parcial essa presença para reingressar no sistema de formação. Aliás, também Trottier sugere que “la formation initiale n’est pas le seul moyen d’acquérir ou développer les compétences pour exercer un emploi; on peut le faire en cours d’emploi ou au moyen d’une formation sur le tas” (2001, 97), factos que contribuem para um movimento social que, grosso modo, apelidamos de “formação ao longo da vida” e que fomenta uma relação entre formação e emprego caracterizada por uma crescente circularidade, virtualmente inacabada.

Assim sendo, acreditamos que a noção de inserção profissional não deve estar dependente dessa relação historicamente determinada que a reduz a um processo de mobilidade social entre o final da formação e um emprego. Encaramo-la antes como um processo dialéctico entre os actores sociais e o mercado de trabalho, entre aspirações e características da situação profissional, entre possibilidades e constrangimentos, em suma, como um complexo jogo social que se desenrola em vários tabuleiros e que culmina apenas quando os indivíduos se desvinculam do mundo de trabalho.

Claude Trottier recupera ainda o contributo de Rose e Vernières para salientar o carácter socialmente estruturado da inserção profissional, que torna vital o estudo dos seus constrangimentos macro-estruturais; e destacar o papel desempenhado pelos agentes intermediários no mercado de trabalho e por “programas de auxílio à inserção profissional dos jovens” (2001, 14).

Consideramos que os contributos de Jean Vincens e Claude Trottier assumem uma perspectiva predominantemente individualista da inserção profissional pois centram a sua atenção nos indivíduos, ainda que alguns aspectos de natureza estrutural sejam também equacionados. O que torna visível um esforço, ainda que pouco desenvolvido, de comunhão teórica com os contributos dos autores que colocam o seu ênfase em dimensões mais estruturais. A inserção profissional é assim vista como um percurso balizado e motivado por um projecto pessoal que se vai construindo essencialmente sob a égide das disposições e dos recursos que os indivíduos transportam e mobilizam.

As duas formas de perspectivar a inserção profissional – uma com um ângulo mais estrutural; outra com um cariz mais individual – que temos vindo a delinear, representam dois enfoques distintos que se complementam mais do que se opõem, como aliás comprovam as várias pontes que se estabelecem entre os trabalhos dos autores referenciados. Uma vez combinadas, as suas abordagens estimulam e potenciam a

construção de objectos de estudo em torno da inserção profissional e a assunção de diversos ângulos para a observação de um fenómeno que, como é fácil reconhecer, se afigura multidimensional.

Finalmente, as abordagens mais recentes da inserção (*e.g.* Côté 2002; Dubar 1991 e 2001; Guérin-Plantin 2000; Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger 1995 e 2001) podem ser apelidadas de conciliatórias ou de “terceira via” (Chaves 2010, 34) pois o seu entendimento deriva essencialmente da harmonização dos contributos dos autores aqui abordados – Olivier Galland, José Rose, Michel Vernières, Jean Vincens, e Claude Trottier. Elas encaram a inserção profissional como um processo virtualmente inacabado (Chaves 2010) que se articula com várias dimensões. A partir de uma interpretação que podemos designar de construtivista e interaccionista, destaca-se o papel da socialização e dos quadros de interacção que têm lugar na transição para o mercado de trabalho, assim como da importância do projecto de vida para a análise dos percursos de inserção profissional. Recorremos novamente a Claude Trottier (2001) apenas para destacar os principais eixos de análise que têm marcado a pesquisa sociológica desde então: i) os percursos de formação, trajectórias e estratégias de inserção dos indivíduos; ii) os factores estruturais que moldam a transição para além das decisões e estratégias dos indivíduos no seu processo de integração; iii) os actores e intermediários do emprego e da inclusão social; iv) e os processos de construção identitária e de projectos profissionais. Certamente seria possível acrescentar novas linhas de problematização a estas, dada a profusão de estudos sobre a inserção profissional de diversas populações que surgiram no campo sociológico nos últimos anos.

Nomeamos agora alguns autores que consideramos poder associar a esta perspectiva conciliatória e que servem como referências teórico-metodológicas para a análise que iremos encetar. Todos eles desenvolveram trabalhos que nos são particularmente próximos por se localizarem no seio da sociologia portuguesa contemporânea e por também elegerem como objecto de estudo recém-graduados do ensino superior, como é o caso de Natália Alves (2000, 2007 e 2009), Mariana Gaio Alves (2003 e 2007), Miguel Chaves (2007 e 2010), João Cordeiro (2002), Ana Paula

Marques (2007), César Morais, Miguel Chaves e João Sedas Nunes (2010), Cristina Parente e colaboradores (2011)⁵⁶.

Devemos salientar a intenção de nos alinharmos quer com as análises e perspectivas teóricas dos estudiosos da inserção profissional em Portugal acima citados, quer com outros projectos de investigação desenvolvidos por grupos de trabalho nacionais e internacionais⁵⁷. Na mesma linha teórica, entendemos a inserção profissional como um processo ao longo do qual os agentes sociais desenvolvem esforços para se inscreverem em determinadas posições no mercado de trabalho, munidos de um conjunto diferenciado de recursos, e orientados por expectativas e aspectos que valorizam e que pretendem alcançar nas, ou através dessas posições. Também se considera que ao longo deste processo ocorrem momentos de socialização que informam a construção de identidades e de projectos profissionais que, por sua vez, condicionam os próprios percursos de inserção profissional dos agentes. Apesar de se privilegiar as práticas dos agentes, os aspectos de natureza estrutural não são arredados da análise, pois consideramos que este fenómeno é socialmente construído e historicamente determinado, ou seja, surge condicionado e contextualizado por uma conjuntura, por agentes intermediários e por empregadores, elementos responsáveis por definir modelos de gestão de mão-de-obra⁵⁸.

Munidos por este entendimento de inserção profissional procurámos construir um conjunto de dimensões de análise e de indicadores que nos informam sobre a relação entre os licenciados na UL/UNL e o mercado de trabalho.

⁵⁶ Chamamos a atenção para uma obra recente que apresenta um “estado de arte” do trabalho português sobre a inserção profissional de graduados. Cf. Marques e M.G. Alves (2010).

⁵⁷ Desde logo, o projecto de investigação coordenado por Miguel Chaves que nos permite usufruir dos dados para os licenciados UL/UNL “Percursos de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho”. Em território nacional também nos serve de referência o projecto “Mercados e Estratégias de inserção de jovens licenciados” (MeIntegra), realizado no âmbito do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) entre 2006 a 2007 e sob coordenação de Ana Paula Marques. A nível internacional, referimo-nos ao “Higher Education and Graduate Employment in Europe” (CHEERS) realizado entre 1998 e 2000 e liderado por Ulrich Teichler, assim como ao “Research into Employment and Professional Flexibility” (REFLEX) realizado em 2005 e editado sob a coordenação de Jim Allen e Rolf Van der Velden.

⁵⁸ Os empregadores quando recrutam os seus empregados definem à partida um conjunto de competências que consideram ser fundamentais para desempenhar uma determinada função (M.G. Alves 2007). Convém notar que a competência não provém apenas dos conhecimentos técnicos ou dos certificados académicos, mas também dos traços de personalidade dos trabalhadores, ou seja, as suas competências sociais. (Almeida 2005). Segundo Rebelo, para que um determinado indivíduo, num determinado momento, seja empregável é necessário que reúna as competências que se adaptam aos empregos disponíveis no mercado de trabalho (Rebelo 2004, 25).

II. 2. Algumas notas de apoio à leitura dos resultados

Antes de iniciarmos o estudo da relação entre os licenciados UL/UNL e o campo profissional, consideramos fundamental, além de identificar as várias etapas desta análise, tecer algumas notas metodológicas que se nos afiguram necessárias para o perfeito conhecimento das potencialidades e limites dos dados de que dispomos⁵⁹.

Num primeiro momento averiguaremos o “estado” da inserção profissional dos licenciados UL/UNL. Serão contemplados dados que se reportam a Novembro de 2010, ou seja, a um momento situado cerca de cinco anos após a conclusão das licenciaturas. Os indicadores que utilizámos seguem os critérios oficiais do INE que nos permitem classificar os indivíduos como empregados⁶⁰, desempregados⁶¹ ou inactivos⁶². Não obstante os seus limites, estas classificações oficiais permitem distinguir os indivíduos que efectivamente se encontram no mercado de trabalho, uma vez que estão empregados ou procuram um emprego, daqueles que se encontram, por assim dizer, “fora de jogo”, na medida em que, além de não se encontrarem a trabalhar, não realizam, no momento de referência para a inquirição, qualquer esforço para obter emprego.

Numa segunda etapa veremos de que forma os recursos familiares e académicos contribuem para explicar a situação díspar em que os licenciados da UL/UNL se

⁵⁹ Cf. Anexo I – Metodologia do Projecto “Percursos de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho” e anexo II - Questionário aplicado aos licenciados UL/UNL.

⁶⁰ O INE define como empregado “o indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência” (Metainformação - INE).

⁶¹ A classificação de desempregado é atribuída a um “Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não. Consideram-se como diligências: a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações; b) contacto com empregadores; c) contactos pessoais ou com associações sindicais; d) colocação, resposta ou análise de anúncios; e) realização de provas ou entrevistas para selecção; f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte: a) no desejo de trabalhar; b) na vontade de ter actualmente um emprego remunerado ou uma actividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários; c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes. Inclui-se o indivíduo que tem um emprego, mas só começa a trabalhar em data posterior à do período de referência até ao prazo limite de três meses, findo o qual passa a ser considerado inactivo” (Metainformação - INE).

⁶² Inactivos são todos aqueles que “no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados, nem desempregados” (Metainformação - INE).

encontram no confronto com o mercado de trabalho. Convém notar que os indicadores que informam a dimensão de análise “recursos académicos” são os mesmos que mobilizámos no capítulo anterior: a área científica de formação⁶³ e a classificação final de curso⁶⁴. Ainda que não esgotem todas as dimensões do capital académico, e estejam longe de identificar o conjunto de competências valorizadas no mercado de trabalho⁶⁵, representam, sem dúvida, duas aquisições recentes que assumem um lugar de destaque na definição dos perfis curriculares⁶⁶, e portanto, do capital simbólico que os “candidatos” transportam. Por seu turno, os recursos possuídos pela família de origem foram também explorados atrás e são de dois tipos: o capital escolar⁶⁷ e a posição socioprofissional⁶⁸ do agregado familiar.

A terceira etapa guindar-nos-á ao próprio cerne do campo profissional ao desvendar o tipo de percursos de inserção profissional que os licenciados UL/UNL encetaram desde que terminaram os seus cursos. Tal torna-se possível uma vez que dispomos de dados acerca do tempo que os inquiridos demoraram a aceder a um emprego remunerado, assim como as posições que consideram compagináveis quer com o nível de instrução superior quer com o curso em que se formaram. Este primeiro conjunto de indicadores assume um carácter subjectivo pois apela às percepções dos

⁶³ Cf. Anexo III – Áreas científicas de formação dos licenciados UL/UNL.

⁶⁴ A classificação final do curso foi organizada em três patamares: classificações baixas (10 a 12 valores); médias (13 a 15 valores); e elevadas (16 ou mais valores).

⁶⁵ Referimo-nos à abordagem anglo-saxónica ao conceito de competências, onde se considera que as *hard skills* correspondem aos conhecimentos teóricos e práticos que um indivíduo possui; e as *soft skills* englobam capacidades de liderança e de trabalho em grupo (behaviours), traços de personalidade (traits) e motivações (motives). Durante o processo de recrutamento, as *hard skills* são fundamentais para garantir o acesso, enquanto as *soft skills* funcionam como uma medida diferenciadora (Almeida 2005).

⁶⁶ Uma análise à estrutura do modelo Europeu oficial de *curriculum vitae* (Europass) revela que este considera tanto as *hard skills*, agrupadas no capítulo “Educação e formação” (e que surgem discriminadas por data, designação da qualificação atribuída e avaliação, principais disciplinas ou competências profissionais, e ainda pela instituição de ensino ou de formação), como também contempla as *soft skills* no ponto “Aptidões e competências pessoais” (e que são definidas a partir de uma auto-avaliação acerca das competências em línguas estrangeiras, e de aptidões sociais ou organizacionais).

⁶⁷ O capital escolar é calculado a partir do sistema oficial de graus de ensino em Portugal e atribui ao agregado familiar a categoria mais capitalizada de um dos membros adultos que o constituem. Resultam assim quatro categorias com pesos distintos: “Até 1º ciclo do ensino básico” representa 21,4% destes agregados e reúne os em que nenhum dos membros completou qualquer grau de ensino (0,9%) com aqueles em que um dos membros possui o 1º ciclo do ensino básico (20,5%); “2º ciclo do ensino básico” (5,5%); “3º ciclo do ensino básico” (12,8%); “Secundário e pós-secundário” (20,4%); e os agregados em que um dos elementos possui um curso “Superior” (38,8%).

⁶⁸ A classificação da classe social do agregado familiar é inspirada na tipologia de lugares de classe ACM (Machado *et al.* 2003). As localizações de classe que utilizamos possuem pesos diferentes na amostra: o grupo de posições de classe de “Operários Industriais e Assalariados Agrícolas” (OIAA) representa 7,8%; os “Empregados Executantes” (EE) incluem 19,8% destas famílias; o grupo dos “Trabalhadores Independentes e Agricultores Independentes” (TIAI) pesa 7,7%; os “Profissionais técnicos e de Enquadramento” (PTE) 30,1%; e, a posição de classe mais capitalizada, os “Empresários, dirigentes e profissionais liberais” (EDL) representam 31,9%.

próprios licenciados sobre o seu percurso de inserção. Um outro conjunto de indicadores tem já um cariz objectivo, e encontra-se normalizado de acordo com os critérios oficiais do INE. Referimo-nos a dimensões como o “grupo profissional de pertença”⁶⁹, a “situação perante a profissão”⁷⁰, o “tipo de vínculo contratual”⁷¹, o “horário de trabalho”⁷² e os “rendimentos salariais”⁷³, todas elas fulcrais na caracterização da situação profissional.

É forçoso ainda acrescentar-se que, nesta fase do trabalho, não iremos debruçar-nos sobre os dados referentes à população inactiva. Ainda que se assuma que os inactivos também podem possuir um projecto profissional, sabemos que este encontra-se objectivamente interrompido no momento de referência para a inquirição, mesmo que seja apenas de uma forma temporária, como sucede numa situação de doença ou em momentos de maternidade ou paternidade, e também no caso dos que realizam acções no sentido de potenciar a sua inserção profissional futura, por exemplo, o

⁶⁹ A profissão dos licenciados UL/UNL foi codificada de acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP 2010) que estabelece dez grupos profissionais distintos: “1) Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos”; “2) Especialistas das actividades intelectuais e científicas”; “3) Técnicos e profissões de nível intermédio”; “4) Pessoal administrativo”; “5) Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores”; “6) Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta”; “7) Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”; “8) Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem”; “9) Trabalhadores não qualificados”; e “0) Profissões das forças armadas”.

⁷⁰ O INE define a situação na profissão como a “relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa” e considera 3 tipos de situação na profissão: o trabalho por “conta de outrem”, quando o “indivíduo exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha”; o trabalho por “conta própria como empregador” quando o “indivíduo exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa”; e o trabalho “por conta própria como isolado” quando o “indivíduo exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em)” (Metainformação - INE).

⁷¹ De acordo com os critérios do INE dividimos os vínculos contratuais da população empregada em 4 tipos: os “contratos sem termo” que representam indivíduos ligados “à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada”; os “contratos com termo” que englobam os “indivíduos ligados à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo”; os contratos de “prestação de serviços ou outros contratos temporários” que englobam outras situações contratuais temporárias; e a “ausência de contrato” quando os indivíduos não possuem qualquer contrato de trabalho celebrados, ainda que possam recorrer a “recibos verdes” (Metainformação - INE).

⁷² Segundo o INE representa o número de “horas do início ao termo do período normal de trabalho diário, fixadas por lei ou Instrumento de Regulamentação Colectiva de Trabalho ou ainda, por norma da empresa/instituição” (Metainformação - INE).

⁷³ Representam o rendimento monetário proveniente do trabalho “depois da dedução do imposto sobre o rendimento, das contribuições obrigatórias dos empregados para regimes de Segurança Social e das contribuições dos empregadores para a Segurança Social” (Metainformação - INE).

prolongamento de estudos que, mesmo quando apadrinhado por uma bolsa, configura uma situação de inactividade. Qualquer dos aspectos abordados ao longo desta terceira etapa será, por fim, cruzado com os capitais familiares e académicos, no sentido de aferir se, e em que grau, este proporciona vantagens aquando da inserção no mercado de trabalho, funcionando nesse sentido como um capital profissional.

Com o objectivo de ampliar a profundidade da análise, mobilizaremos, sempre que possível, os dados referentes a outras populações de graduados do ensino superior. Referimo-nos aos dados do INE extraídos do Inquérito ao Emprego, 4.º trimestre de 2010 para indivíduos com idades similares aos licenciados UL/UNL inquiridos; e também a outras informações publicitadas em vários levantamentos produzidos por instituições do ensino superior acerca da inserção profissional dos “seus” graduados. Foram três os critérios que presidiram à selecção dos estudos contemplados: i) o da *actualidade* – em todos os estudos a recolha de dados deve ser posterior a 2005; ii) o da *representatividade* – as investigações devem considerar a totalidade do universo que se propõem estudar na constituição das suas amostras; iii) e o da *comparabilidade* – as metodologias de investigação e os indicadores mobilizados devem ser, o mais possível, aproximados aos utilizados nas estatísticas oficiais para o emprego. A aplicação destes critérios destacou investigações realizadas na Universidade de Évora (Vieira, Raposo e Santos 2008), na Universidade de Lisboa (Alves 2005) e na Universidade do Porto (Gonçalves, Menezes e Martins 2009). O ensino politécnico também surge representado pela Escola Superior de Ciências Empresariais de Setúbal (Almeida, Vaz, Marques e Dominginhos 2007). E também na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Chaves e Morais 2008) e no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa (Mendes, Patrício e Lucas 2006). Todos estes estudos se centram sobre licenciados que haviam concluído os cursos num período nunca inferior a 1 ano e nunca superior a 4 anos⁷⁴.

Chamamos desde já a atenção que apenas será possível estabelecerem-se leituras comparativas (e mesmo assim meramente aproximativas) entre os dados produzidos para os licenciados UL/UNL e as estatísticas oficiais do INE, uma vez que nos restantes levantamentos os indicadores mobilizados não são coincidentes com os oficiais.

⁷⁴ Para um maior detalhe sobre estas investigações, consultar anexo IV – Ficha dos estudos referenciados.

II. 3.1. A situação perante a actividade

Ao procurarmos aferir o estado da inserção profissional dos licenciados UL/UNL através do indicador para a situação perante a actividade (quadros n.º 10 a 13), torna-se desde logo visível que a maior parte destes licenciados estava integrada no mercado de trabalho, cinco anos volvidos sobre a sua graduação. De facto, considerando os valores para o total destes licenciados, mais de 88% possuem um emprego e menos de 2,5% estão desempregados. Por seu turno, os inactivos (cerca de 9% do total) são, na sua maioria, estudantes que prosseguem o seu percurso académico no momento da inquirição, realizando mestrados ou doutoramentos.

Estes resultados que poderíamos classificar de “positivos” obrigam-nos porém a relembrar que os dados se reportam a uma coorte de licenciados de 2004/2005, universo que iniciou o seu percurso de inserção profissional num momento economicamente mais favorável do que o actual – pautado por uma conjuntura económica recessiva e pelas medidas de austeridade introduzidas na sequência do pedido de assistência financeira à EU e ao FMI, levado a cabo pelo Estado português, a 06 de Abril de 2011.

Se procurarmos comparar esta informação com os dados do INE referentes à população portuguesa com nível de instrução superior e em idades próximas aos licenciados em estudo, encontramos uma percentagem de desemprego cerca de cinco vezes maior (11,1%) e percentagens de empregados e inactivos menores. Assim, os licenciados na UL e na UNL parecem estar menos expostos ao desemprego do que, em geral, os diplomados do ensino superior em Portugal. Esta diferença pode ser interpretada, certamente entre outras razões, a partir do tipo de cursos e de universidades em análise (Balsa *et al.* 2001), que se revelam especialmente capitalizados no universo do ensino superior. E também pelo elevado número dos que prosseguem os seus estudos após a conclusão da licenciatura nestas universidades, optando assim por reforçar o seu – já elevado – capital escolar e assim permanecem numa situação de inactividade.

Contudo, nem só nesta população de licenciados do ensino superior o propalado cenário de desemprego massivo perde terreno. Os restantes estudos que nos servem de referência corroboram a tendência para encontrarmos os licenciados numa situação de emprego após a sua graduação. Na Universidade do Porto o peso percentual dos desempregados era de 9,9% (Gonçalves, Menezes e Martins 2009, 9), um valor que aumenta nas outras duas Universidades para as quais dispomos de registos – 12,7% na

Universidade de Évora (Vieira, Raposo e Santos 2008, 6), e 15,5% na Universidade de Lisboa (Alves 2005, 38). Junto dos licenciados do ESCE do Instituto Politécnico de Setúbal, a percentagem de desempregados não vai além dos 5% (Almeida, Vaz, Marques e Dominginhos 2007, 25). Nos estudos que abordaram apenas faculdades ou institutos, a percentagem de desempregados na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL cifra-se em 4,8% (Chaves e Moraes 2008, 13) e no Instituto Superior Técnico ascende a 6,2% (Mendes, Patrício e Lucas 2006, 43). Destacamos que as percentagens de desemprego têm por base critérios distintos e geralmente mais abrangentes do que os do INE na classificação de “desempregado”, facto que contribui para que todas elas superem o valor estimado para os licenciados UL/UNL. Também contribuirá para esse ascendente o facto dos universos inquiridos incluírem indivíduos que concluíram os seus cursos há menos de 5 anos⁷⁵ e, como se demonstra em várias investigações (Alves 2009; M.G. Alves 2007 e 2009), a extensão do período que medeia a obtenção do diploma e o momento de inserção no mercado de trabalho é de extrema importância, sendo que a percentagem de desempregados é bastante elevada nos primeiros meses após a obtenção da licenciatura, reduzindo-se bastante num curto intervalo de tempo. Assim, e mesmo impedidos de estabelecer relações directas entre as várias populações de licenciados, estes dados permitem reforçar a tendência geral para uma elevada empregabilidade dos licenciados, indiciando assim uma taxa de conversão bastante favorável do seu capital escolar em capitais profissionais.

Mas será que o panorama animador traçado para os licenciados da UL/UNL é transversal à totalidade do universo por eles formado, sendo, por assim dizer, independente dos diferentes recursos familiares e académicos que esses diplomados transportam? Ora, a observação do quadro n.º 10 permite constatar que a situação perante a actividade dos diplomados UL/UNL varia consoante o capital escolar da sua família de origem, mais propriamente, segundo os níveis de escolaridade dos agregados familiares. Embora estas variáveis não permitam realizar testes estatísticos de dependência⁷⁶, emerge uma tendência geral para que a percentagem de desemprego seja

⁷⁵ De facto, diversas investigações congregam diferentes coortes de diplomados no momento da inquirição, os graduados na Universidade de Évora tinham finalizado o seu curso entre 1 a 5 anos atrás; na Universidade de Lisboa de 2 a 5 anos; na Escola Superior de Ciências Empresariais em Setúbal de 1 a 6 anos; e, no IST, licenciados formados de 1 a 4 anos antes. Apenas duas investigações reúnem uma só coorte de licenciados: a da Universidade do Porto, onde todos tinham finalizado a licenciatura 3 anos antes; e na FCSH da UNL onde se inquiriram licenciados que concluíram os seus cursos há 5 anos.

⁷⁶ O reduzido número de efectivos em algumas células no cruzamento entre a “situação perante a actividade” dos licenciados UL/UNL e o “nível de instrução” do seu agregado familiar resulta no

ligeiramente menor entre os licenciados provenientes de agregados com maior volume de capital escolar, ou seja, com o ensino superior. Inversamente, entre os licenciados com pais que não ultrapassaram o 1º ciclo do ensino básico, o peso dos desempregados ascende a mais do dobro do registado para o total, embora, mesmo aí, não se afaste dos 5%, permanecendo, portanto, reduzido. Devemos ainda assinalar, com alguma surpresa e em contradição com a tendência geral identificada, que nenhum dos licenciados provenientes de agregados familiares com nível de instrução máximo no 2º ciclo do ensino básico se encontra numa situação de exclusão do mercado de trabalho.

Já a percentagem de inactivos evolui de forma inversa ao longo da hierarquia escolar do agregado familiar, ou seja, aumenta quando os pais possuem um maior nível de instrução e atinge o seu valor máximo entre os descendentes de pais com grau de ensino superior (10,3%). Sabendo que a população inactiva é composta, essencialmente, por estudantes, podemos afirmar que é mais frequente que os licenciados provenientes de famílias com maior volume de capital escolar prossigam os seus estudos após a licenciatura, enquanto para os descendentes de famílias com menor volume de capital escolar é mais usual precipitar a entrada no mercado de trabalho após a conclusão do grau.

A classe socioprofissional do agregado familiar emerge também como um vector explicativo na situação perante a actividade dos licenciados UL/UNL, aliás, entre estas duas variáveis estabelece-se uma relação de dependência estatisticamente significativa que nos autoriza algumas ilações. O quadro n.º 11 assinala que os licenciados provenientes de famílias na posição de classe EDL encontram-se em relação positiva com o emprego e negativa com o desemprego, ou seja, entre estes licenciados a percentagem de empregados é significativamente maior do que para o total dos licenciados UL/UNL, enquanto a percentagem de desempregados segue o trajecto inverso. Os descendentes de famílias que se posicionam na hierarquia social como PTE são os que mais se afastam de uma situação de emprego (associação negativa significativa) para se aproximarem, não do desemprego, mas antes da inactividade (associação positiva significativa). Esta distribuição singular distingue estes licenciados como os que mais apostam na continuidade da sua formação académica, usufruindo, ou não, de uma bolsa de estudos. Devemos acrescentar que esta situação se aproxima

incumprimento dos requisitos do teste do Qui² - menos de 20% das células com frequência esperada inferior a 5 indivíduos e nenhuma célula com valor esperado inferior a 1 indivíduo.

bastante do que vimos há pouco para os descendentes de agregados familiares com um maior volume de capital escolar que, como sabemos, se afirma como um tipo de recurso frequente em famílias nesta posição socioprofissional.

A distribuição entre as várias situações perante a actividade dos licenciados com agregados familiares no grupo de classes TIAI é similar à que encontramos para o total dos inquiridos, destacamos porém uma ligeira diminuição da percentagem de desemprego e um, também suave, aumento da percentagem de emprego.

Para os que provêm de famílias que se colocam nos dois últimos patamares socioprofissionais a inserção assume contornos menos positivos, e as situações de desemprego são mais frequentes: ascendem a 4,5% no caso dos licenciados com famílias na posição de classe EE (associação positiva significativa); e a 5,1% entre os que provêm de famílias no grupo de classes dos OIAA. No entanto, entre estes diplomados a percentagem de empregados pouco difere do valor para o total da UL/UNL, porém, importa frisar que existem comparativamente menos situações de inactividade, o que implica que os descendentes destas famílias revelam uma menor predisposição para prosseguirem os seus estudos.

Quadro n.º 10 – Situação perante a actividade por nível de instrução do agregado familiar dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Situação perante a actividade	Nível de instrução do agregado familiar					Total Licenciados UL/UNL	População Portuguesa com 25 anos a 34 anos em 2010 (INE)
	Até Básico 1º Ciclo	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior		
Empregado	87,0	94,5	88,4	88,8	88,2	88,4	82,6
Desempregado	5,1	0,0	2,3	1,5	1,5	2,3	11,1
Inactivo	7,9	5,5	9,3	9,8	10,3	9,3	6,3
Total (N)	215	55	129	205	390	994	397000

Variáveis em análise não cumprem requisitos do teste do Qui-Quadrado.

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL; Inquérito ao emprego INE - 4º trimestre 2010

Quadro n.º 11 – Situação perante a actividade por classe social do agregado familiar dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Situação perante a actividade	Classe social do agregado familiar					Total Licenciados UL/UNL	População Portuguesa com 25 anos a 34 anos em 2010 (INE)
	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	Profissionais Técnicos e de Enquadramento	Trabalhadores e Agricultores Independentes	Empregados Executantes	Operários Industriais e Assalariados Agrícolas		
Empregado	91,6 +	85,1 -	89,6	88,4	87,2	88,4	82,6
Desempregado	0,9 -	2,0	1,3	4,5 +	5,1	2,4	11,1
Inactivo	7,5	12,9 +	9,1	7,0	7,7	9,2	6,3
Total (N)	320	302	77	199	78	976	397000

Valor de Qui-Quadrado significativo ($p = 0,027$) e V de Cramer fraco ($v = 0,094$).

+ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adjr} > 1,96$)

-- Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adjr} < -1,96$)

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL; Inquérito ao emprego INE - 4º trimestre 2010

Considerando agora o impacto que os recém-adquiridos recursos académicos poderão ter no estado de inserção desta população, constatamos que existem diferenças sensíveis a sublinhar. Entre as várias áreas científicas de formação (quadro n.º 12), os licenciados nas áreas da Saúde, da Economia e gestão, e da Educação apresentam uma

situação de (quase) pleno emprego (95% ou mais estão empregados), materializada numa percentagem de desemprego inferior a 1% e numa percentagem de inactivos que fica sempre aquém dos 4,5%. Podemos assim assinalar que estas áreas são aquelas que propiciam uma relação mais próxima com o mercado de trabalho, a ponto de poucos procurem reforçar o seu capital escolar com formações académicas suplementares. Também os licenciados em Engenharias industriais e construção, em Matemática, estatística e informática, e em Direito revelam percentagens de emprego elevadas, entre os 92,8% e os 93,9%. No entanto, a situação dos que não estão empregados é bastante distinta em cada uma delas: para os que cursaram Engenharias industriais e construção a alternativa ao emprego é sempre o desemprego (6,1%) – o que os torna no grupo com a maior percentagem de indivíduos nessa situação; os licenciados em Matemática, estatística e informática que não têm emprego, são todos eles inactivos (6,1%), perfilando-se, a par com os que possuem um título académico em Economia e gestão, como aqueles que não registam casos de desemprego; finalmente, os diplomados em Direito sem emprego são maioritariamente inactivos (6,2%), e apenas 1% se encontram desempregados.

A percentagem de desempregados nas restantes áreas científicas não se aproxima do valor de referência para a população nacional, mas coloca-se acima do valor para o total do universo UL/UNL. Assume valores relativamente baixos entre os licenciados em Ciências sociais e jornalismo (2,6%) e em Artes e humanidades (3,3%), e eleva-se bastante nas áreas das Ciências físicas (4,2%) e das Ciências da vida (4,7%). Os graduados nestas duas primeiras fileiras de formação denotam uma maior dificuldade de inclusão no mercado de trabalho, embora não possamos afirmar que a sua situação seja claramente menos favorável do que a dos colegas de outras áreas, uma vez que a percentagem de empregados e inactivos não dista mais de 0,5% dos valores de referência para o total dos inquiridos. No caso dos que se formaram em Ciências físicas e em Ciências da vida, a percentagens de desempregados mais elevadas vêm somar-se percentagens de inactivos que ascendem, respectivamente, a 20% e 24,5%, valores que não encontram paralelo entre os restantes licenciados inquiridos, e que resultam numa percentagem de empregados comparativamente menor (respectivamente, 75,8% e 70,9%). Com efeito, após finalizarem o curso, são os que cursaram nestas duas áreas que mais realizam formações académicas subseqüentes, valendo a pena acrescentar que

a maioria usufrui de bolsas de doutoramento⁷⁷. Como é sabido, embora usufruam de um vencimento mensal, os bolseiros de doutoramento são classificados como inactivos de acordo com os critérios do INE. Esta situação particular não deve ser entendida apenas como o resultado de um baixo nível de empregabilidade que “obriga” os que cursaram nestas áreas a retornar ao sistema de ensino, nele procurando uma espécie de refúgio. É também reflexo da maior aproximação existente entre estes cursos e carreiras académicas (mesmo que relativamente curtas e precárias).

Observar a classificação final de curso também nos ajuda a conhecer de forma mais profunda a diversidade de situações que caracteriza este conjunto de graduados. Nesse âmbito, ainda que o cruzamento de variáveis realizado no quadro n.º 13 não cumpra os requisitos dos testes estatísticos de associação, torna-se patente que: i) a parcela da população inactiva (9,1%) cresce de forma assinalável entre os que obtiveram classificações finais de curso de 16 ou mais valores (18,7%), parecendo revelar assim que um percurso académico de excelência representará um incentivo para se prosseguir os estudos e protelar a inserção profissional, embora curiosamente não pareça afectar de forma significativa as hipóteses de se escapar ao desemprego, pois o número de desempregados que obtiveram classificações desse tipo (2,2%) é muito aproximado daquele que registamos para o total; ii) a percentagem de inactivos entre os licenciados com classificações médias (13-15 valores) assume um valor bastante menor (7,7%) do que aquele que encontramos no segmento com melhores classificações, sem que tal se traduza num acréscimo da percentagem de desempregados, antes se amplia ligeiramente a porção de empregados, que é aqui maior do que em qualquer dos outros segmentos (90,4%); iii) de forma expectável, a percentagem de desempregados cresce entre os que finalizaram o curso com uma classificação final inferior a 13 valores, atingindo aí os 6,4%, pelo que parece ser este segmento da população em estudo o mais ameaçado por experiências de desemprego.

⁷⁷ Mais de 55% dos licenciados em Ciências físicas e de 52,3% dos em Ciências da vida terminaram alguma formação académica nos cinco anos que se seguiram à sua graduação, enquanto para o total de licenciados UL/UNL a mesma percentagem queda-se em 42,3%. No momento da inquirição mais de um terço dos que cursaram em Ciências da vida (40,7%) ou em Ciências físicas (33,3%) estão inscritos numa outra formação académica, no entanto, se considerarmos o total de licenciados inquiridos essa percentagem não ultrapassa os 24,4%. Nesse momento, a percentagem de bolseiros de estudos atingia os 19,8% entre os licenciados em Ciências da vida e os 16,7% no caso dos graduados em Ciências físicas (em ambos correspondiam maioritariamente a cursos de doutoramento), já no total dos licenciados UL/UNL o peso dos bolseiros de estudo não superava os 6%.

A classificação final de curso surge assim como um recurso valorizado no mercado de trabalho e também no meio académico, embora não tanto como poderíamos presumíramos *a priori*, talvez pelo facto do número de desempregados ser também ele reduzido no quadro deste universo, não permitindo assim que os efeitos distintivos das classificações se manifestem de forma nítida. É junto dos licenciados que obtiveram notas inferiores que o elemento diferenciador das “classificações escolares” mais se faz notar, reflectindo-se tanto no acréscimo notório do desemprego, quanto no decréscimo significativo das situações de inactividade que, como vimos, se encontram no contexto analisado, fortemente associadas ao prosseguimento de estudos.

Quadro n.º 12 – Situação perante a actividade por área científica de formação dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Situação perante a actividade	Área científica de formação										Total Licenciados UL/UNL	População Portuguesa com 25 anos a 34 anos em 2010 (INE)
	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais e Jornalismo	Economia e Gestão	Direito	Ciências da Vida	Ciências Físicas	Matemática, Estatística e Informática	Engenharias Industriais e Construção	Saúde		
Empregado	95,0	87,9	88,3	95,5	92,8	70,9	75,8	93,8	93,9	96,1	88,5	82,6
Desempregado	1,0	3,3	2,6	0,0	1,0	4,7	4,2	0,0	6,1	0,8	2,4	11,1
Inactivo	4,0	8,8	9,1	4,5	6,2	24,5	20,0	6,1	0,0	3,2	9,2	6,3
Total (N)	100	215	77	67	97	86	120	65	49	128	1004	397000

Variáveis em análise não cumprem os requisitos do teste do Qui-Quadrado.

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL; Inquérito ao emprego INE - 4º trimestre 2010

Quadro n.º 13 – Situação perante a actividade por classificação final de curso dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Situação perante a actividade	Classificação final de curso			Total Licenciados UL/UNL	População Portuguesa com 25 anos a 34 anos em 2010 (INE)
	Até 12 valores	13 a 15 valores	16 ou mais valores		
Empregado	87,2	90,4	79,1	88,4	82,6
Desempregado	6,4	1,9	2,2	2,4	11,1
Inactivo	6,4	7,7	18,7	9,1	6,3
Total (N)	109	737	139	985	397000

Variáveis em análise não cumprem os requisitos do teste do Qui-Quadrado.

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL; Inquérito ao emprego INE - 4º trimestre 2010

A constatação de que uma vasta maioria dos licenciados UL/UNL se encontra empregada, desvenda um panorama animador do seu estado de inserção profissional. Porém, mesmo neste cenário globalmente bastante positivo, encontramos indícios, não tão evidentes com havíamos inicialmente suposto, das desigualdades sociais que clivam este grupo, e que emergem a partir de várias combinações de recursos académicos e familiares. Ainda que de forma ténue, os descendentes de famílias com determinadas formas e volumes de capitais parecem aproximar-se, ou afastar-se, de um emprego ou do prosseguimento de estudos académicos. Por outro lado, detectámos diferenças que parecem aliar determinados recursos académicos a distintas situações perante a actividade, revelando assim uma oferta desigual para os vários cursos no mercado de

trabalho e, por sua vez, parece motivar estratégias e projectos profissionais “adaptados” a essas oportunidades ou constrangimentos.

II. 3.2. O tempo de espera por um emprego

Uma vez identificado, em termos sincrónicos, o estado da inserção profissional dos licenciados UL/UNL, partimos para um nível de análise mais fino. Nele se procurará discernir a situação dos licenciados em diferentes momentos da sua trajectória no mercado de trabalho. Primeiro iremos recorrer às percepções dos próprios licenciados, questionando-os sobre o período temporal que mediou desde que finalizaram o seu curso até que encontraram um emprego remunerado (quadros n.º 14 a 17). Antes de iniciar a leitura convém assinalar que nem o INE nem os restantes estudos institucionais que nos servem de referência divulgam este tipo de informação, como tal não se incluí nesta leitura a análise de outras fontes de informação.

Os licenciados UL/UNL alcançam rapidamente um emprego após terminarem os seus cursos. Com efeito, mais de 80% declara obter o seu primeiro emprego de imediato ou em menos de 6 meses após a graduação e a média temporal estimada detêm-se aquém dos 4 meses⁷⁸. Se atendermos às baixas percentagens de desemprego registadas para estes graduados no final de 5 anos, não surpreende que aqueles que nunca encontraram ou nunca procuraram um emprego após a sua graduação não ultrapassem os 0,5%, um valor bastante inferior ao do conjunto dos desempregados e inactivos (cerca de 11%) e que nos informa que muito poucos não possuíam qualquer emprego remunerado ao longo dos 5 anos que medeiam entre a graduação e o momento da inquirição.

Ainda que a rapidez com que decorre a incorporação no mercado de trabalho seja um elemento comum à maioria dos trajectos profissionais destes licenciados, o hiato temporal que medeia entre a obtenção do grau académico e a realização de trabalho remunerado varia consoante os recursos familiares e académicos de que os indivíduos dispõem. Ou seja, ainda que não seja possível determinar a independência ou

⁷⁸ Para que seja possível observar com rigor os dados apresentados relativos ao período temporal que mediou entre a obtenção da licenciatura e a obtenção de um emprego, importa clarificar que a categoria de resposta “Imediato (0 meses)” inclui tanto os indivíduos que obtiveram um emprego em menos de 1 mês, como aqueles que já possuíam uma actividade profissional no momento da obtenção do grau.

dependência estatística destes cruzamentos, conseguimos vislumbrar disparidades dignas de menção no interior desta população⁷⁹.

Quando consideramos os níveis de instrução dos agregados familiares (quadro n.º 14) detectamos que, em termos médios, os licenciados com pais que também concluíram o ensino superior obtêm mais rapidamente um emprego (cerca de 3 meses) do que os colegas cujos pais não alcançaram idêntico gabarito escolar. Tal facto leva-nos a colocar a hipótese de que o elevado capital escolar do agregado pode propiciar um enquadramento profissional mais veloz (o tempo médio para a obtenção de emprego é de 4 meses), ou seja, um efeito positivo da capitalização familiar. Apesar desta tendência geral torna-se curioso verificar que um dos segmentos que também se destaca pela ligeireza com que obtém emprego é o dos licenciados que provêm de agregados familiares onde nenhum dos pais ultrapassou o 1º ciclo do ensino básico. Aí o tempo necessário para se obter trabalho remunerado é inferior aos 4 meses. A este dado surpreendente soma-se um outro: é também nesse grupo que o número daqueles que conseguem um emprego logo após terminarem a licenciatura mais se eleva, atingindo os 46,9%. Esta configuração singular sugere algumas reflexões que, embora não possamos explorar aqui de forma plena, convém deixar explícitas. Recorrendo a outros dados de que dispomos conseguimos perceber que a proximidade dos descendentes de famílias com níveis de escolaridade mais reduzidos com o mercado de trabalho emerge ainda durante o percurso académico⁸⁰. Podemos equacionar que a experiência enquanto estudante-trabalhador contribua para que estes indivíduos reúnam, no momento final do curso, um volume de capital profissional e social que lhes facilite o ingresso num emprego, ou ainda, que possam prosseguir uma actividade profissional que já detinham antes de terminarem a sua graduação. Por outro lado, também colocamos como hipótese que descender de agregados familiares com um volume reduzido de capital escolar pode resultar em disposições individuais que dotam de maior urgência a obtenção de um emprego remunerado ou que incentivem a um maior empenho no projecto profissional.

⁷⁹ A elevada concentração de respostas nas categorias “Imediato (0 meses)” e “1 a 6 meses” impede que se cumpram os requisitos do teste do Qui², ou seja, em mais de 20% das células neste cruzamento o valor esperado é superior a 5 indivíduos, assim como existem células em que o valor esperado é inferior a 1 indivíduo.

⁸⁰ Uma percentagem assinalável destes licenciados (28,4%) trabalhou sempre enquanto realizava o seu trajecto académico nestas universidades. Já os licenciados oriundos de agregados familiares com maior volume de capital escolar apresentam uma relação mais distante do mercado de trabalho quanto realizam o seu curso (Básico 2º ciclo 12,7%; Básico 3º ciclo 20,9%; Secundário e pós-secundário 21,5; Superior 16,4%).

Entre os licenciados oriundos de agregados familiares que se colocam nos restantes níveis de instrução, no 2º ou 3º ciclo do ensino básico e no secundário, o tempo médio para encontrar um emprego ultrapassa a fasquia para o total UL/UNL e varia entre os 4 e os 5 meses e meio. Interessante é notar que, quanto maior o volume do capital escolar destas famílias, menor se torna o tempo que decorre até à primeira inserção profissional dos seus descendentes, facto que parece ser compaginável com um efeito positivo da capitalização familiar.

Quando fraccionamos estes dados por classe social do agregado familiar (quadro n.º 15) verificamos que são os licenciados provenientes de famílias na posição de classe dos TIAI que mais rapidamente obtêm um emprego após a sua graduação (em termos médios 2,8 meses). Provir de um destes agregados familiares onde, pelo menos, um dos progenitores trabalha por conta própria sem assalariados, parece, assim, contribuir para agilizar a primeira inserção profissional sem esquecer que o reduzido volume de capital escolar associado a estes núcleos familiares também pode contribuir para esta celeridade⁸¹. Os licenciados com famílias que se colocam na posição de classe hierarquicamente mais elevada conseguem uma colocação profissional mais rápida que a maioria dos seus colegas (média de 3,9 meses). Neste caso podemos colocar a hipótese de que o lugar cimeiro que estas famílias ocupam na hierarquia social – reservado maioritariamente a empregadores, directores de empresas e titulares de cargos públicos – potencie a primeira inserção profissional dos seus descendentes.

Para os diplomados com famílias nas restantes posições de classe a primeira inserção profissional tarda um pouco mais do que para os seus restantes colegas. Assim, os descendentes dos PTE, e dos EE, obtêm as médias temporais mais elevadas deste universo que, para ambos, ultrapassa os 4 meses. Especialmente no primeiro caso esta “demora” causa alguma surpresa, uma vez que, como sabemos, a capitalização educacional das famílias agiliza a colocação profissional dos seus descendentes, uma relação que parece não se verificar aqui e que será alvo de considerações mais extensas⁸².

⁸¹ Mais de 44% destes agregados não ultrapassaram o 1º ciclo do ensino básico e apenas 7,8% possuem um título académico. Cf. Capítulo II.

⁸² Em mais de 70% dos agregados familiares na categoria socioprofissional dos PTE algum dos pais possui uma graduação do ensino superior. Cf. Capítulo II.

Convém no entanto sublinhar, de forma lapidar, que a variável “classe” não parece desempenhar um papel explicativo relevante no tempo necessário para se obter um trabalho remunerado.

Quadro n.º 14 – Tempo para encontrar um emprego por nível de instrução do agregado familiar dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tempo para encontrar um emprego	Nível de instrução do agregado familiar					Total Licenciados UL/UNL
	Até Básico 1º Ciclo	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior	
Imediato (0 meses)	46,9	41,5	35,2	44,1	40,6	42,0
1 a 6 meses	39,3	34,0	40,6	38,6	47,7	42,3
6 a 12 meses	6,6	15,1	13,3	10,4	7,0	8,9
12 a 36 meses	6,6	9,4	10,2	5,4	3,6	5,8
Mais de 36 meses	0,5	0,0	0,8	1,0	0,3	0,5
Nunca encontrei/ Nunca procurei	0,0	0,0	0,0	0,5	0,8	0,4
Média (meses)*	3,7	5,5	5,3	4,1	3,2	3,9
Desvio padrão*	7,1	8,1	8,2	7,4	5,8	6,9
Total (N)	211	53	128	202	384	978

Variáveis em análise não cumprem os requisitos do teste do Qui-Quadrado.

* - Média e desvio padrão calculados através do valor inteiro do número de meses

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL.

Quadro n.º 15 – Tempo para encontrar um emprego por classe social do agregado familiar dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tempo para encontrar um emprego	Classe social do agregado familiar					Total Licenciados UL/UNL
	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	Profissionais Técnicos e de Enquadramento	Trabalhadores e Agricultores Independentes	Empregados Executantes	Operários Industriais e Assalariados Agrícolas	
Imediato (0 meses)	44,6	36,4	48,0	43,9	39,5	41,8
1 a 6 meses	41,1	46,8	40,0	37,4	46,1	42,4
6 a 12 meses	8,0	9,4	8,0	11,1	7,9	9,1
12 a 36 meses	5,4	6,1	4,0	6,6	6,6	5,8
Mais de 36 meses	1,0	0,3	0,0	0,5	0,0	0,5
Nunca encontrei/ Nunca procurei	0,0	1,0	0,0	0,5	0,0	0,4
Média (meses)*	3,9	4,2	2,8	4,2	4,0	4,0
Desvio padrão*	7,7	7,0	4,7	6,9	6,2	7,0
Total (N)	314	297	75	198	76	960

Variáveis em análise não cumprem os requisitos do teste do Qui-Quadrado.

* - Média e desvio padrão calculados através do valor inteiro do número de meses

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL.

As diferenças no período temporal que medeia entre a finalização do curso e a primeira actividade profissional parecem ser mais visíveis quando atendemos aos recursos académicos dos licenciados UL/UNL, especialmente às suas distintas áreas científicas de formação (quadro n.º 16). Destacados dos demais, os licenciados em Saúde são os que mais rapidamente obtêm um emprego após terminarem o seu curso (menos de 2 meses). Seguem-se os que cursaram em Economia e gestão, Engenharias industriais e construção e Matemática, estatística e informática que tardam cerca de dois meses até encontrar um emprego. Os cursos nestas quatro áreas científicas de formação parecem garantir aos seus titulares uma primeira inserção profissional que podemos qualificar de “quase instantânea” o que, desde logo, deixa claro a valorização e procura deste tipo de qualificações no mercado de trabalho português.

Para os diplomados nas restantes áreas científicas, o tempo médio necessário para se encontrar um emprego supera sempre o valor para o total de licenciados

UL/UNL, sendo contudo possível discernir dois grupos distintos. Um primeiro agrega os representantes de Ciências sociais e jornalismo, Direito, Artes e humanidades e Educação que tendem a demorar entre 4 e 5 meses para encontrar um emprego após a conclusão da licenciatura; o segundo, composto por graduados em Ciências físicas e em Ciências da vida, o hiato temporal entre a graduação e o trabalho estende-se até perto dos 6 meses.

Assim parece claro que, embora a maior parte dos licenciados UL/UNL obtenha um emprego em menos de 6 meses após terminar a sua licenciatura (84,3%), é possível descortinar diferenças com alguma expressão entre as diversas áreas científicas. Em jeito de adenda, importa sublinhar que a maioria dos licenciados em medicina e em direito quando terminam o seu curso encetam um período de estágio profissional. Esse período de tirocínio é obrigatório, em ambos os casos, para se ingressar, respectivamente, na profissão médica e na advocacia. Se considerarmos que esses estágios têm uma duração claramente superior a 6 meses podemos concluir que esses inquiridos avaliam a situação de estágio como um emprego, muito possivelmente por, na maioria dos casos, serem remunerados. É provável que a mesma ilação se possa aplicar às demais situações em que os estágios são remunerados.

Aferindo agora o potencial explicativo da classificação final de curso (quadro n.º 17) na obtenção de trabalho remunerado, percebemos que aqueles que terminaram os seus cursos com classificações mais elevadas (16 ou mais valores) são os que mais rapidamente obtêm emprego (3 meses em média). A esta informação pode somar-se ainda a de que metade destes licenciados encontrou um emprego imediatamente após a formatura – embora pudesse, em alguns casos, já o possuir antes. O segmento com classificações finais mais reduzidas (até 12 valores) também obtém um valor temporal médio abaixo da fasquia para o conjunto dos licenciados UL/UNL (3,6 meses) e, a maior parte deles (43,5%), obtém um emprego imediatamente após a sua graduação. São os diplomados com classificações finais de curso intermédias (13 a 15 valores) que mais tardam a encontrar um emprego (cerca de 4 meses), sendo que a maior parte destes licenciados obtém um emprego entre 1 a 6 meses após terminarem o seu curso. Apesar de pouco expressivas e de não se revelarem estatisticamente significativas, estas disparidades alertam-nos para a possibilidade, a explorar no futuro, de que a classificação final de curso poderá ser um dado influente no percurso de inserção profissional, por um lado, parece ser considerada pelos empregadores no momento da

contratação, pois quem alcança classificações mais elevadas é recrutado mais rapidamente, por outro lado, parece que os que possuem classificações mais reduzidas também são facilmente absorvidos pelo mercado de trabalho. A reflexão sobre esta situação, acrescente-se, até certo ponto paradoxal, adquirirá suporte empírico mais substantivo nos pontos seguintes, porém, podemos supor que nela se reflectem distintas modalidades de gestão de mão-de-obra, assim como diferentes expectativas e ambições profissionais ou académicas.

Explorar o hiato temporal entre a graduação e um emprego remunerado revela um cenário globalmente positivo, mas carregado de distintas polaridades. Verificamos que os licenciados oriundos de famílias em ambos os extremos da hierarquia escolar são os que melhor se desembaraçam, assim como os que pertencem a famílias em classes socioprofissionais com trabalhadores independentes, ou descendem de famílias de empregadores e dirigentes. Por outro lado, parecem ser os recursos académicos destes licenciados que mais influem na rapidez da primeira inserção profissional, quer ao nível das áreas científicas de formação – algumas parecem agilizar a integração no mercado de trabalho, enquanto outras obrigam a uma maior espera –, quer por influência das classificações final de curso – as mais elevadas e as mais baixas parecem também contribuir para se encontrar um emprego com particular celeridade.

Quadro n.º 16 – Tempo para encontrar um emprego por área científica de formação dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tempo para encontrar um emprego	Área científica de formação										Total Licenciados UL/UNL
	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais e Jornalismo	Economia e Gestão	Direito	Ciências da Vida	Ciências Físicas	Matemática, Estatística e Informática	Engenharias Industriais e Construção	Saúde	
Imediato (0 meses)	22,7	39,0	44,7	46,3	47,4	27,4	37,1	55,4	53,1	56,3	41,9
1 a 6 meses	56,7	41,4	35,5	46,3	36,1	51,2	38,8	32,3	42,9	42,1	42,4
6 a 12 meses	12,4	11,0	13,2	6,0	8,2	10,7	12,9	6,2	2,0	1,6	8,9
12 a 36 meses	8,2	7,1	5,3	1,5	6,2	9,5	10,3	4,6	2,0	0,0	5,9
Mais de 36 meses	0,0	0,5	0,0	0,0	2,1	1,2	0,9	0,0	0,0	0,0	0,5
Nunca encontrei/ Nunca procurei	0,0	1,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,4
Média (meses)*	4,7	4,5	4,1	2,0	4,4	5,7	5,4	2,4	2,1	1,7	3,9
Desvio padrão*	5,7	7,3	6,6	4,1	9,4	9,6	8,1	4,6	5,4	2,4	7,0
Total (N)	97	210	76	67	97	84	116	65	49	126	987

Variáveis em análise não cumprem os requisitos do teste do Qui-Quadrado.

* - Média e desvio padrão calculados através do valor inteiro do número de meses

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Quadro n.º 17 – Tempo para encontrar um emprego por classificação final de curso dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tempo para encontrar um emprego	Classificação final de curso			Total Licenciados UL/UNL
	Até 12 valores	13 a 15 valores	16 ou mais valores	
Imediato (0 meses)	43,5	40,0	50,0	41,7
1 a 6 meses	39,8	42,9	40,9	42,3
6 a 12 meses	13,0	9,5	3,8	9,1
12 a 36 meses	1,9	6,9	4,5	6,0
Mais de 36 meses	0,9	0,5	0,0	0,5
Nunca encontrei/ Nunca procurei	0,9	0,3	0,8	0,4
Média (meses)*	3,6	4,2	3,0	4,0
Desvio padrão*	6,7	7,3	5,3	7,0
Total (N)	108	728	132	968

Varáveis em análise não cumprem os requisitos do teste do Qui-Quadrado.

* - Média e desvio padrão calculados através do valor inteiro do número de meses

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

De acordo com a perspectiva em que abordamos o conceito de inserção profissional, entendemos que este representa um processo contínuo, uma história feita de episódios (profissionais) a que correspondem outras tantas posições e situações no mercado de trabalho. Assim, após determinar o período temporal até alcançar um emprego remunerado, procuramos localizar outros eventos marcantes no percurso destes licenciados de forma a captar, ainda que parcialmente, a natureza processual e multidimensional da inserção profissional.

Iremos assim analisar dois novos indicadores que captam a percepção dos próprios licenciados acerca do tempo que demoraram até encontrar, não só um emprego, mas um emprego que consideram adequado ao seu nível de formação e, depois, um emprego que consideram adequado ao seu curso.

II. 3.3. O tempo de espera por um emprego adequado a formação superior

Propomos agora analisar o tempo necessário à obtenção de uma actividade profissional que os licenciados consideram que só pode ser convenientemente executada por alguém com um curso superior. Este indicador permite aferir, ainda que de forma subjectiva, o desencontro entre a profissão e o nível de escolaridade, ou seja, o (des)ajustamento profissional vertical. Este termo, no original “vertically mismatched”, é avançado por Liv Anne Storen e Clara Åse Arnesen (2007) e designa uma situação em que o emprego não se ajusta ao nível de instrução do seu titular. Estas autoras acrescentam ainda que o desajustamento profissional também pode ser horizontal, quando um emprego se ajusta ao nível de educação do seu titular mas não à sua área de formação – “Horizontally mismatched” (*idem*, 224). Perfilhamos aqui estas expressões pois consideramos que ilustram de forma eficiente e sugestiva as situações a que se referem.

Ainda que, como vimos, a primeira inserção profissional seja célere para quase todos os licenciados, muito menos são os que conseguem um emprego adequado ao grau académico na sua experiência inaugural no mercado de trabalho. De facto, o valor temporal médio até obter um emprego deste tipo ultrapassa os 7 meses, sensivelmente o dobro do tempo que decorre desde o final do curso até ao primeiro emprego remunerado. Ainda assim, o facto de mais de dois terços declararem ter alcançado um emprego adequado a alguém com um título académico em 6 meses ou menos após a graduação (67,2%), e de apenas 7% afirmarem nunca ter encontrado um emprego com estas características até ao momento da inquirição, autorizam-nos a classificar como muito positiva a percepção dos licenciados UL/UNL sobre o seu ajustamento profissional vertical.

O quadro n.º 18 permite observar estes dados de acordo com o capital escolar do agregado familiar, uma associação que se revela estatisticamente significativa e que denuncia duas tendências simultâneas. Por um lado, que a volumes de capital escolar mais elevados da família de origem tendem a corresponder inserções profissionais mais rapidamente ajustadas em termos verticais, a ponto dos licenciados oriundos de famílias com nível de instrução superior declararem o período temporal médio mais reduzido (cerca de 6 meses) até obterem um emprego ajustado ao seu grau académico e se afastarem de situações onde esse ajustamento não é alcançado – uma associação negativa estatisticamente significativa. Entre os descendentes de famílias com o ensino secundário, o tempo médio até se conseguir um emprego ajustado ao ensino superior cifra-se abaixo do valor médio obtido para o total de licenciados (pouco menos de 7 meses), e reforça a importância de uma capitalização escolar dos pais. Entre os descendentes de agregados nos níveis de instrução mais reduzidos sobressai uma tendência que assume um sentido inverso à anterior: quanto menor o capital escolar do agregado, menor o tempo que decorre até se encontrar um emprego ajustado verticalmente. De facto, os licenciados com pais que não ultrapassam o 1º ciclo do ensino básico encontram um emprego adequado à sua formação mais rapidamente (em menos de 8 meses) do que aqueles cujos pais alcançaram o 2º ou o 3º ciclos do ensino básico (respectivamente, cerca de 9 e 10 meses). Importa ainda notar que os licenciados provenientes de agregados familiares com o 3º ciclo do ensino básico são os únicos que estão estatisticamente associados a situações em que o desajustamento vertical persiste volvidos cerca de 5 anos sobre o seu dia de formatura. Podemos compaginar esta

tendência com a tese da urgência que discutimos acima, de facto, levantamos aqui as mesmas hipóteses interpretativas que admitem que a falta de recursos familiares escolares pode acelerar a inserção profissional até certo ponto, especialmente quando se combina com situações de maior proximidade com o mercado de trabalho destes licenciados, como no caso dos licenciados com pais que não ultrapassaram o 1º ciclo do ensino básico.

A classe socioprofissional do agregado familiar também contribui para explicar as desigualdades entre os licenciados UL/UNL e reveste-se de significado estatístico, mesmo a nível inter-categorial (quadro n.º 19). Como já sabemos, ter pais em situação de trabalho isolado por conta própria agiliza a primeira inserção profissional, e agora verificamos que estes licenciados são os que mais rapidamente se afastam de situações de desajustamento vertical (tardam pouco mais de 5 meses em média). Com um valor que também se situa abaixo da média total, os descendentes de famílias classificadas como PTE também se enquadram rapidamente numa posição profissional adequada ao seu grau académico (necessitando de cerca de 6 meses e meio). A perplexidade que causou o facto da primeira inserção profissional dos descendentes de agregados desta classe socioprofissional ser um pouco mais demorada do que a dos colegas pode ser agora parcialmente mitigada, uma vez que quando ocorre tende a realizar-se de uma forma verticalmente ajustada.

Os descendentes de famílias nas restantes posições de classe veem, pelo contrário, alargar-se temporalmente o período de desajustamento entre o emprego alcançado e o nível de instrução. Disso são exemplo os EDL. Apesar de levarem vantagem na rapidez com que acedem a um emprego, estes perdem terreno quando se trata de conquistar uma ocupação adequada ao seu grau académico. Provavelmente tal facto ficará a dever-se à rápida absorção de alguns deles por empresas (nomeadamente familiares), desenvolvendo actividades que não requerem a posse de instrução superior, absorção que funcionará para alguns como uma espécie de antecâmara, ou como um período moratório, a preservar enquanto não se alcançam ocupações compagináveis com o nível de instrução obtido. Os licenciados originários de famílias posicionadas na base da hierarquia social são os que declaram maiores dificuldades em obter um emprego ajustado à sua titulação académica. Os que provêm de famílias na posição socioprofissional EE são os que mais se aliam a uma situação de desajustamento profissional vertical, pois volvidos cinco anos sobre a graduação, 13,7% declaram não

ter ainda alcançado uma actividade que garante esse predicado. Já os descendentes de agregados familiares OIAA são os que, em média, mais demoram até encontrar um emprego que consideram ajustado à instrução superior (mais de 8 meses e meio). Qualquer destes dados constitui um indício de que para estes dois grupos o desajustamento vertical tende a prolongar-se no tempo.

Quadro n.º 18 – Tempo para encontrar um emprego adequado a formação superior por nível de instrução do agregado familiar dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tempo para encontrar um emprego adequado a formação superior	Nível de instrução do agregado familiar					Total Licenciados UL/UNL
	Até Básico 1º Ciclo	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior	
Imediato (0 meses)	34,6	30,2	24,4	35,5	32,0	32,2
1 a 6 meses	32,7	28,3	27,6	32,0	41,3 ⁺	35,0
6 a 12 meses	10,6	15,1	14,6	8,1	10,1	10,7
12 a 36 meses	12,0	15,1	15,4	14,2	9,3 ⁻	12,0
Mais de 36 meses	2,9	1,9	5,7 ⁺	1,5	2,1	2,6
Nunca encontrei/ Nunca procurei	7,2	9,4	12,2 ⁺	8,6	5,1 ⁻	7,4
Média (meses)*	7,7	8,7	10,3	6,8	5,9	7,2
Desvio padrão*	12,8	11,4	14,4	10,9	9,7	11,5
Total (N)	208	53	123	197	375	956

Valor de Qui-Quadrado significativo (p = 0,034) e V de Cramer fraco (v = 0,093).

+ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis (adj > 1,96)

- - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis (adj < - 1,96)

* - Média e desvio padrão calculados através do valor inteiro do número de meses

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Quadro n.º 19 – Tempo para encontrar um emprego adequado a formação superior por classe social do agregado familiar dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tempo para encontrar um emprego adequado a formação superior	Classe social do agregado familiar					Total Licenciados UL/UNL
	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	Profissionais Técnicos e de Enquadramento	Trabalhadores e Agricultores Independentes	Empregados Executantes	Operários Industriais e Assalariados Agrícolas	
Imediato (0 meses)	34,7	29,5	35,1	30,5	29,3	31,8
1 a 6 meses	37,0	40,4 ⁺	31,1	28,9 ⁻	28,0	35,3
6 a 12 meses	9,4	9,9	10,8	11,6	16,0	10,6
12 a 36 meses	10,1	12,7	10,8	12,6	16,0	11,9
Mais de 36 meses	4,9 ⁺	1,4	0,0	2,6	1,3	2,7
Nunca encontrei/ Nunca procurei	3,9	6,2	12,2	13,7 ⁺	9,3	7,7
Média (meses)*	7,5	6,4	5,3	7,9	8,6	7,2
Desvio padrão*	13,1	9,5	7,8	12,4	12,0	11,5
Total (N)	308	292	74	190	75	939

Valor de Qui-Quadrado significativo (p = 0,004) e V de Cramer fraco (v = 0,104).

+ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis (adj > 1,96)

- - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis (adj < - 1,96)

* - Média e desvio padrão calculados através do valor inteiro do número de meses

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

As desigualdades no percurso até se conseguir um emprego ajustado ao nível de instrução destes licenciados ganham expressão atendendo aos recursos académicos dos licenciados UL/UNL. Desde logo, a área científica de formação revela clivagens assinaláveis que possuem significância estatística (quadro n.º 20) e que fazem emergir três grupos distintos. O primeiro engloba os graduados na área da Saúde, da Economia e gestão e das Engenharias industriais e construção. Trata-se do grupo que, de forma mais célere, considera encontrar um emprego adequado ao nível de instrução (até cerca de 2 meses e meio), confirmando-se assim que estes licenciados enfrentam uma situação de oferta de trabalho que lhes é bastante favorável. O segundo grupo inclui os licenciados em Matemática, estatística e informática, em Direito e em Ciências da vida que também declaram um rápido encontro entre nível de escolaridade e emprego (menos de 7

meses). Os que cursaram nas restantes áreas científicas de formação superaram o período temporal médio para o total UL/UNL até alcançar um emprego verticalmente ajustado. Os graduados em Ciências sociais e jornalismo ultrapassam apenas ligeiramente essa fasquia com um valor médio que atinge os 7 meses e meio, e no caso da área da Educação esse valor ultrapassa os 9 meses. Surgem então, e já a alguma distância dos seus colegas, os licenciados em Ciências físicas (10 meses e meio) e em Artes e humanidades (11 meses e meio). Estas duas últimas áreas revelam realidades distintas, por um lado, muitos dos que se graduaram em Ciências físicas encetam percursos de inserção profissional que os levam a prosseguir estudos durante mais de um ano, só então principiando de forma empenhada a busca de um emprego compaginável com o nível de instrução alcançado e, no momento da inquirição, apenas 7,9% declaram que nunca encontraram um emprego com essas características. Para os licenciados em Artes e humanidades, o elevado valor médio temporal revela a maior dificuldade em conseguir um emprego que permita o ajustamento vertical, tal como se pode observar de forma inequívoca através do teste do resíduo estandardizado ajustado, as categorias temporais mais prolongadas estão em associação positiva com estes licenciados e as mais breves em associação negativa, acresce ainda a significativa e elevada percentagem (15,3%) que declara nunca ter encontrado um emprego deste tipo.

Por último, a classificação final de curso também se assume como um recurso valioso e distintivo no momento de assegurar um emprego compatível com o grau académico (quadro n.º 21). Neste caso emerge uma associação aparentemente linear e significativa a nível estatístico onde as melhores classificações finais de curso surgem associadas a uma maior celeridade em obter um emprego verticalmente adequado. Aliás, alcançar um emprego deste tipo imediatamente após a graduação encontra-se em relação positiva apenas com os que obtiveram classificações elevadas, os quais alcançam um emprego ajustado num período médio de 3 meses e meio. Os licenciados com classificações finais de curso intermédias ou reduzidas dobram esse valor médio (ambos com cerca de 8 meses) e distribuem-se de forma similar entre as várias categorias temporais, tardando significativamente mais até alcançar um emprego ajustado verticalmente do que os seus colegas com classificações finais de curso elevadas.

Quadro n.º 20 – Tempo para encontrar um emprego adequado a formação superior por área de formação científica dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tempo para encontrar um emprego adequado a formação superior	Área científica de formação									Total Licenciados UL/UNL	
	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais e Jornalismo	Economia e Gestão	Direito	Ciências da Vida	Ciências Físicas	Matemática, Estatística e Informática	Engenharias Industriais e Construção		Saúde
Imediato (0 meses)	18,4 -	20,7 -	33,8	40,3	42,6 +	22,2 -	21,1 -	46,9 +	41,7	53,6 +	32,1
1 a 6 meses	42,9	23,6 -	28,2	46,3 +	36,2	40,7	33,3	25,0	41,7	44,8 +	35,0
6 a 12 meses	17,3 +	14,8 +	9,9	4,5	5,3	17,3 +	14,9	14,1	2,1 -	0,8 -	10,8
12 a 36 meses	13,3	21,7 +	15,5	3,0 -	8,5	12,3	17,5 +	9,4	2,1 -	0,8 -	12,0
Mais de 36 meses	4,1	3,9	1,4	0,0	5,3	1,2	5,3 +	0,0	0,0	0,0 -	2,6
Nunca encontrei/ Nunca procurei	4,1	15,3 +	11,3	6,0	2,1 -	6,2	7,9	4,7	12,5	0,0 -	7,5
Média (meses)*	9,3	11,6	7,6	2,5	6,5	6,9	10,6	4,4	2,6	2,1	7,2
Desvio padrão*	13,5	13,3	11,5	4,7	13,4	9,5	13,8	7,3	5,8	3,9	11,5
Total (N)	98	203	71	67	94	81	114	64	48	125	965

Valor de Qui-Quadrado significativo (p = 0,034) e V de Cramer fraco (v = 0,201).
+ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis (adjr > 1,96)
- - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis (adjr < - 1,96)
* - Média e desvio padrão calculados através do valor inteiro do número de meses

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL.

Quadro n.º 21 – Tempo para encontrar um emprego adequado a formação superior por classificação final de curso dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tempo para encontrar um emprego adequado a formação superior	Classificação final de curso			Total Licenciados UL/UNL
	Até 12 valores	13 a 15 valores	16 ou mais valores	
Imediato (0 meses)	29,2	29,7 -	46,6 +	32,0
1 a 6 meses	34,9	34,4	36,1	34,7
6 a 12 meses	10,4	12,2 +	5,3 -	11,0
12 a 36 meses	12,3	13,2	7,5	12,3
Mais de 36 meses	3,8	2,7	0,0 -	2,4
Nunca encontrei/ Nunca procurei	9,4	7,9	4,5	7,6
Média (meses)*	8,2	7,7	3,5	7,2
Desvio padrão*	13,1	11,8	5,3	11,3
Total (N)	106	707	133	946

Valor de Qui-Quadrado significativo (p = 0,000) e V de Cramer fraco (v = 0,114).
+ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis (adjr > 1,96)
- - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis (adjr < - 1,96)
* - Média e desvio padrão calculados através do valor inteiro do número de meses

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL.

II. 3.4. O tempo de espera por um emprego adequado à área de formação

Por último, procuraremos discernir quanto tempo é que os licenciados da UL e da UNL consideram ter sido necessário para encontrarem uma actividade profissional ajustada à sua área científica de formação, ou seja, até alcançarem uma situação de “ajustamento horizontal” entre trabalho e formação. Este marco afigura-se mais difícil de obter que o “ajustamento vertical”, pelo que ao procurar observá-lo estamos naturalmente a colocar a fasquia de exigência alguns patamares mais acima. Ainda assim, os resultados obtidos para este tipo de ajustamento são bastante semelhantes àqueles que havíamos registado para o ajustamento vertical, ou seja, a maioria destes graduados, pouco tempo após uma primeira experiência profissional, encontra uma posição profissional que considera ajustada quer ao seu nível de estudos, quer à área científica do seu curso.

O número de meses para se encontrar um trabalho “adequado à área de formação académica” coloca-se, em média, abaixo dos 8 meses para o total dos licenciados UL/UNL e mais de 60% fê-lo em menos de 6 meses. Novamente, estes valores não

escondem a percepção positiva com esta população encara o seu ajustamento profissional horizontal, ainda que já se encontre uma percentagem assinalável que, cinco anos após a sua graduação, afirma nunca ter encontrado um emprego com estas características (14%).

O cruzamento desta variável com qualquer um dos recursos familiares e académicos destes licenciados revela significância estatística, ainda que esta seja sempre de intensidade fraca. O capital escolar do agregado familiar (quadro n.º 22) parece influenciar a rapidez com que os seus descendentes conseguem uma situação profissional ajustada horizontalmente, uma relação que podemos apelidar de efeito positivo da capitalização familiar escolar. Tal como antes, os que possuem pais com instrução superior declaram encontrar um emprego ajustado ao seu curso com maior celeridade (cerca de 6 meses e meio) e, simultaneamente são esses que mais se afastam de situações onde o desajustamento persiste (menos de 10% e em associação negativa). Também os licenciados com agregados familiares que atingiram o ensino secundário obtêm um valor temporal médio abaixo do valor total para as universidades (pouco mais de 7 meses e meio). Por outro lado, reforçando o que decidimos designar por tese da urgência profissional, também os que provêm de famílias onde o nível de instrução mais elevado é o 2º ciclo do ensino básico alcançam uma situação profissional ajustadas ao seu curso com grande rapidez (menos de 7 meses e meio) e, para mais de 30%, este tipo de ajustamento foi conseguido imediatamente após a formação.

Para os oriundos de famílias que se colocam nos restantes níveis de escolaridade as médias temporais são sempre mais elevadas que para o total dos licenciados e a porção dos que afirma continuar em situações de desajustamento horizontal é sempre maior.

Ainda que os graduados com famílias nos patamares superiores da hierarquia socioprofissional revelem uma tendência para garantir o ajustamento horizontal entre trabalho e formação mais rapidamente que os seus colegas, o quadro n.º 23 permite encontrar algumas configurações originais que complexificam este efeito positivo da capitalização familiar. De facto, os descendentes de agregados no topo da hierarquia social (EDL) são o que mais se afastam de situações onde o desajustamento profissional horizontal persiste no momento da inquirição (10,1% em associação negativa), no entanto, também se encontram em associação positiva com demorar mais de 36 meses (3 anos) até garantir esse ajustamento, o que eleva o período temporal médio a cerca de

8 meses e meio. Estes dados reforçam a hipótese que a rápida conquista de um primeiro emprego por estes licenciados, possivelmente acelerada (também) pelo tipo de recursos socioprofissionais das suas famílias, representa, para muitos, uma situação provisória que antecede o ingresso numa ocupação ajustada à sua área científica de formação. Os descendentes de famílias classificadas como PTE alcançam um emprego ajustado ao seu curso, em termos médios, em menos de 6 meses e meio, ou seja, mais rapidamente que os seus restantes colegas. Este valor médio aproxima-se bastante dos que obtivemos para a primeira experiência profissional ou para o ajustamento vertical destes graduados, e indicia que a maior parte destes licenciados protela o seu ingresso no mercado de trabalho até assegurar um emprego ajustado ao seu curso, um facto que revela, não só a possibilidade de aguardar por esse momento – provavelmente associada à elevada capitalização socioprofissional das suas famílias – como também desvenda algumas das suas expectativas e ambições profissionais.

Observando agora para os patamares inferiores da hierarquia socioprofissional, mais de 33% dos que possuem pais em situação de trabalho independente (TIAI) alcançam um emprego ajustado ao seu curso imediatamente após a graduação, mantendo assim a rapidez demonstrada para obter um primeiro emprego remunerado ou uma ocupação verticalmente ajustada. As famílias na posição de classe social EE vêm os seus filhos numa situação profissional adequada ao curso que concluíram em pouco menos de 9 meses, no entanto, mais de 21% declara ainda não ter encontrado um emprego ajustado horizontalmente. Os descendentes de agregados familiares nas posições de classe OIAA surgem aliados a trajectos profissionais mais sinuosos. Encontramos aqui a maior percentagem combinada dos que tardam mais do que um ano até encontrar um emprego deste tipo (36,5%) e dos que nunca o chegam a encontrar (18,9%).

Quadro n.º 22 – Tempo para encontrar um emprego adequado à área de formação por nível de instrução do agregado familiar dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tempo para encontrar um emprego adequado à área de formação	Nível de instrução do agregado familiar					Total Licenciados UL/UNL
	Até Básico 1º Ciclo	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior	
Imediato (0 meses)	30,1	30,2	24,4	32,3	29,9	29,5
1 a 6 meses	28,2	28,3	26,1	29,7	39,2 *	32,6
6 a 12 meses	9,2	13,2	15,1 *	5,1 -	9,1	9,3
12 a 36 meses	12,6	9,4	10,9	12,8	9,9	11,2
Mais de 36 meses	3,4	1,9	6,7 *	2,6	2,7	3,3
Nunca encontrei/ Nunca procurei	16,5	17,0	16,8	17,4	9,9*	14,1
Média (meses)*	8,8	7,4	10,4	7,6	6,6	7,8
Desvio padrão*	14,3	10,7	15,2	12,6	11,0	12,7
Total (N)	206	53	119	195	375	948

Valor de Qui-Quadrado significativo ($p < 0,000$) e Vale Cramer-fine ($r = 0,2995$)

* - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($adj > 1,96$)

- - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($adj < -$)

* - Média e desvio padrão calculados através do valor inteiro do número de meses

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Quadro n.º 23 – Tempo para encontrar um emprego adequado à área de formação por classe social do agregado familiar dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tempo para encontrar um emprego adequado à área de formação	Classe social do agregado familiar					Total Licenciados UL/UNL
	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	Profissionais Técnicos e de Enquadramento	Trabalhadores e Agricultores Independentes	Empregados Executantes	Operários Industriais e Assalariados Agrícolas	
Imediato (0 meses)	31,3	29,1	33,8	25,9	23,0	29,0
1 a 6 meses	33,9	38,4 ⁺	27,0	27,5	25,7	32,8
6 a 12 meses	8,5	8,3	9,5	10,6	14,9	9,4
12 a 36 meses	10,7	11,4	10,8	11,1	13,5	11,3
Mais de 36 meses	5,5 ⁺	1,4 ⁻	1,4	3,2	4,1	3,3
Nunca encontrei/ Nunca procurei	10,1 ⁻	11,4	17,6	21,7 ⁺	18,9	14,1
Média (meses)*	8,6	6,4	6,6	8,6	10,4	7,9
Desvio padrão*	14,6	9,9	10,8	13,3	14,1	12,7
Total (N)	307	289	74	189	74	933

Valor de Qui-Quadrado significativo ($p = 0,015$) e V de Cramer fraco ($v = 0,098$).

+ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adjr} > 1,96$)

- - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adjr} < -1,96$)

* - Média e desvio padrão calculados através do valor inteiro do número de meses

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Tal como quando observámos o ajustamento profissional vertical, as maiores clivagens no ajustamento horizontal surgem aliadas aos recursos académicos. A nível da área científica de formação (quadro n.º 24), encontramos três grupos de graduados que se distinguem entre si pela celeridade com que alcançam uma ocupação profissional ajustada ao seu curso. O grupo mais rápido é encabeçado pelos que cursaram na área da Saúde que ingressam num emprego adequado ao seu curso num período que tange os 2 meses e meio, em média, e que pouco se afasta do momento em que acederam pela primeira vez a um emprego, o que nos induz a concluir que as formações académicas em Saúde são bastante procuradas no mercado de trabalho. Os licenciados em Engenharias industriais e construção também revelam uma média temporal bastante reduzida (3 meses e meio), no entanto persiste uma percentagem assinalável que declara nunca ter encontrado um emprego adequado ao seu curso (16,7%). Esta configuração indicia que, embora esta fileira de diplomados possua uma elevada empregabilidade, os empregos que alcançam nem sempre se ajustam ao seu curso. Quem se formou na área de Economia e gestão declara igualmente períodos temporais curtos para obter um emprego ajustado ao seu curso (em média, cerca de 4 meses e meio) e a percentagem dos que nunca encontraram um emprego deste tipo não ultrapassa os 4,3% (em associação negativa). Por último, também os que se licenciaram em Matemática, estatística e informática revelam um rápido ajustamento entre formação e trabalho (a média temporal cifra-se aquém de 5 meses), sendo poucos (10%) os que declaram permanecer em situações profissionais desajustadas. Podemos afirmar que os cursos nestas quatro áreas científicas de formação são bastante valorizados no mercado de trabalho, ao ponto dos seus titulares alcançarem um emprego ajustado ao seu curso em menos de cinco meses.

No segundo grupo de áreas científicas de formação encontramos os licenciados em Ciências da vida, em Direito e em Ciências sociais e jornalismo que registam um

número médio de meses para encontrar um emprego compatível com o seu curso (respectivamente 7,4, 7,5 e 8,5 meses) que ronda o valor para o total da população UL/UNL. Ainda que as médias dos valores temporais sejam semelhantes, elas traduzem realidades distintas, uma vez que muito poucos dos que cursaram em Direito declaram nunca ter encontrado um emprego adequado ao seu curso (4,3% em associação negativa), enquanto essa situação afecta 16,7% dos que se licenciaram em Ciências sociais e jornalismo e 19% dos que o fizeram em Ciências da vida, estes claramente com maiores dificuldades em conseguir esse ajustamento.

O último grupo de áreas de formação reúne um segmento de graduados para os quais o desajustamento horizontal tarda bastante mais a evitar do que para os seus colegas. Os que realizaram cursos na área da Educação necessitam de 11 meses até conquistarem esse ajustamento, no entanto, poucos são os que nunca o fizeram (7,4% em associação negativa). Os licenciados em Ciências físicas possuem uma média temporal semelhante (também cerca de 11 meses), mas a percentagem dos que afirmam nunca ter encontrado um emprego com estas características ascende a 17%. Por último, e sem grande surpresa face ao que vimos até agora, surgem os que se formaram em Artes e humanidades com o período temporal médio mais elevado (tange os 12 meses), acresce ainda que cerca de 28% permanece numa situação profissional que não consideram adequada ao seu curso no momento da inquirição, ou seja, cinco anos após a sua graduação.

No momento de assegurar um emprego compatível com o curso realizado a classificação final de curso revela, com particular nitidez, o seu valor (quadro n.º 25). De facto, os que obtiveram classificações iguais ou superiores a 16 valores que melhor se desembaraçam: mais de 47% conseguem um emprego ajustado à sua área de formação imediatamente após terminarem o curso (associação positiva) e menos de 7% afirmam nunca o terem conseguido (associação negativa). Esta configuração auspiciosa coloca o valor temporal médio para obter um emprego deste tipo (abaixo dos 4 meses) em menos de metade do valor que assume para os licenciados com classificações intermédias, de 13 a 15 valores (cerca de 8 meses) ou para os que obtiveram classificações finais de curso que não ultrapassam os 12 valores (pouco mais de 10 meses). Entre estes últimos a percentagem dos que afirmam nunca ter encontrado um emprego ajustado ao seu curso tange os 18% e assume-se como um traço característico deste segmento da população UL/UNL (associação positiva). Torna-se assim possível

afirmar que quem obtém uma classificação final mais elevada ganha uma vantagem considerável face aos demais aquando da conquista de uma posição profissional ajustada ao seu curso.

Quadro n.º 24 – Tempo para encontrar um emprego adequado à área de formação por área científica de formação dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tempo para encontrar um emprego adequado à área de formação	Área científica de formação									Total Licenciados UL/UNL
	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais e Jornalismo	Economia e Gestão	Direito	Ciências da Vida	Ciências Físicas	Matemática, Engenharias Estatística e Informática	Construção	Saúde
Imediato (0 meses)	15,8 *	18,4 *	33,3	31,3	39,1 *	20,3 *	17,9 *	43,8 *	37,5	52,8 *
1 a 6 meses	44,2 *	19,4 *	25,0	44,8 *	34,8	35,4	30,4	25,0	37,5	43,3 *
6 a 12 meses	13,7	13,4 *	6,9	7,5	6,5	11,4	13,4	10,9	4,2	0,8 *
12 a 36 meses	11,6	16,9 *	15,3	7,5	9,8	11,4	16,1	7,8	4,2	2,4 *
Mais de 36 meses	7,4 *	4,0	2,8	0,0	5,4	2,5	5,4	1,6	0,0	0,0 *
Nunca encontrei/ Nunca procurei	7,4 *	27,9 *	16,7	9,0	4,3 *	19,0	17,0	10,9	16,7	0,8 *
Média (meses)*	11,0	11,9	8,5	4,4	7,5	7,4	11,3	4,7	3,5	2,6
Desvio padrão*	16,3	14,0	13,5	7,8	14,0	11,1	14,9	8,5	6,8	5,7
Total (N)	95	201	72	67	92	79	112	64	48	127

Valor de Qui-Quadrado significativo ($p = 0,000$) e V de Cramer fraco ($v = 0,202$).

+ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adj} > 1,96$)

- - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adj} < -1,96$)

* - Média e desvio padrão calculados através do valor inteiro do número de meses

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Quadro n.º 25 – Tempo para encontrar um emprego adequado à área de formação por classificação final de curso dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tempo para encontrar um emprego adequado à área de formação	Classificação final de curso			Total Licenciados UL/UNL
	Até 12 valores	13 a 15 valores	16 ou mais valores	
Imediato (0 meses)	23,6	27,0 *	47,3 *	29,4
1 a 6 meses	32,1	32,1	33,6	32,3
6 a 12 meses	9,4	10,7 *	3,8 *	9,6
12 a 36 meses	10,4	12,1	8,4	11,4
Mais de 36 meses	6,6 *	3,1	0,0 *	3,1
Nunca encontrei/ Nunca procurei	17,9	15,0	6,9 *	14,2
Média (meses)*	10,2	8,2	3,8	7,8
Desvio padrão*	15,6	12,8	6,4	12,5
Total (N)	106	701	131	938

Valor de Qui-Quadrado significativo ($p = 0,000$) e V de Cramer fraco ($v = 0,143$).

+ - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adj} > 1,96$)

- - Resíduo (ajustado e estandardizado) indica uma associação negativa e estatisticamente significativa entre as categorias das variáveis ($\text{adj} < -1,96$)

* - Média e desvio padrão calculados através do valor inteiro do número de meses

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Ao longo desta aferição subjectiva do tipo de inserção profissional, a maioria dos licenciados UL/UNL declara que, após a sua graduação, alcançou de forma (quase) imediata a sua primeira experiência profissional, assim como rapidamente obtiveram um emprego que consideram adequado ao seu nível de escolaridade e ao seu curso – dois marcadores simbólicos do percurso profissional destes recém-graduados que tardam pouco mais de meio ano para a maioria e só não são alcançadas por uma pequena percentagem, no final de cinco anos. Assim, desvenda-se um cenário bastante positivo onde além de uma rápida primeira experiência profissional se atinge, com celeridade, o ajustamento profissional vertical e horizontal.

Podemos verificar que a forma como decorre esse trajecto varia de acordo com os recursos familiares destes licenciados, ainda não de forma tão notória como colocámos em hipótese. Desde logo, encontramos um efeito positivo de uma maior

capitalização familiar que contribui para agilizar os percursos de inserção dos seus descendentes desde o primeiro emprego até ao ajustamento profissional horizontal. Assim como provir de agregados familiares menos capitalizados confere alguma urgência no trajecto profissional, especialmente ao nível da primeira inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, os distintos recursos académicos dos licenciados UL/UNL parecem reunir um maior potencial explicativo nos distintos percursos de inserção profissional. De facto, os titulares de algumas áreas científicas de formação alcançam mais rapidamente qualquer dos marcos profissionais que estabelecemos, assim como as classificações finais de curso elevadas também se afiguram determinantes para acelerar esse percurso.

Porém, contribuirão estas mesmas variáveis para ajudar a explicar já não apenas a celeridade mas a qualidade da inserção, isto é, a distribuição diferenciada dos diplomados por distintas situações profissionais do ponto de vista dos seus horizontes contratuais, remuneratórios, de ajustamento profissional ou de duração da jornada de trabalho. Procuraremos responder a esta questão na etapa que se segue.

II. 3.5. A situação na profissão

A análise do processo de inserção profissional não pode deixar de contemplar as dimensões objectivas que estabelecem um conjunto “multidimensional de coordenadas” (Bourdieu, 1989: 135) para os licenciados UL/UNL no campo profissional e que caracterizam o seu tipo de posição profissional. Para cumprir esse objectivo procedemos à análise de um conjunto de indicadores profissionais normalizados de acordo com os critérios oficiais das estatísticas do emprego (INE 2010), e que assim nos autorizam uma comparação com os dados do INE referentes à população de graduados do ensino superior em Portugal com idades semelhantes às dos licenciados UL/UNL (quadro n.º 26), assim como permitem alguns paralelismos com outras sub-populações de licenciados do ensino superior.

A percentagem maioritária de licenciados UL/UNL empregados que se enquadram no grupo profissional dos “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas” (64,1%) confirma o previsível domínio das profissões onde a formação superior se afirma indispensável. O único grupo profissional que também supera a fasquia percentual dos dois dígitos é o dos “Técnicos e Profissionais de Nível

Intermédio” (15,2%). Já a alguma distância, surge o grupo profissional que podemos considerar mais capitalizado tanto a nível profissional, como simbólico: o dos “Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos” (7,9%). Os restantes licenciados distribuem-se por profissões que, geralmente, não implicam, para nelas se ingressar, a posse de um título académico: o “Pessoal Administrativo” (7,6%) e os “Trabalhadores dos serviços e vendedores” (4,1%).

Se recorrermos ao critério do EUROSTAT⁸³, no qual se considera que os indivíduos classificados nos primeiros três grupos profissionais da CPP2010 se encontram numa posição profissional ajustada ao nível de instrução superior, verificamos que a percentagem de desajustamento profissional se queda em 12,1%. Este número permite-nos afirmar que a vasta maioria destes licenciados estão situados numa posição profissional ajustada ao seu título académico no momento da inquirição.

As estatísticas do INE para a população portuguesa com características etárias e escolares semelhantes aos licenciados UL/UNL e estimadas para o período temporal homólogo ao momento desta inquirição, não invalidam a notória convergência entre o grau de escolaridade e a profissão, aliás, se aplicarmos o mesmo critério EUROSTAT sobre estes dados do INE, verificamos que o desajustamento profissional não ultrapassa os 16%, pelo que se mantêm o predomínio do grupo profissional dos “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas” (51,6%), ainda que aumente de forma notória o peso dos “Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio” (23,4%) face à população da UL e UNL inquirida.

Os dados para outras populações de graduados do ensino superior observados a partir do mesmo critério de ajustamento profissional, revelam que na Universidade do Porto apenas 14,8% dos indivíduos exercem profissões não ajustadas ao seu nível académico (Gonçalves, Menezes e Martins 2009, 10), um valor em linha com a amostra de licenciados UL/UNL. No caso da FCSH-UNL o cenário é francamente mais negativo e a percentagem de licenciados em situações de desajustamento profissional ascende a 26,3% (Chaves e Morais 2008, 16), o que indicia que, pelo menos, alguns dos cursos ministrados nesta faculdade revelam dificuldades em garantir uma situação ajustamento

⁸³ Com efeito, as três primeiras categorias da International Standard Classification of Occupations (ISCO) equiparáveis às que integram a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP 2010), são reconhecidas como sendo “typically occupied by tertiary education graduates” (Rademacher e Leitner 2009, 132).

profissional aos seus titulares, talvez os cursos de humanidades que também revelam algumas fragilidades a este nível na população da UL/UNL em estudo. As investigações conduzidas nas restantes instituições não divulgam este indicador ou recorreram a uma classificação das profissões que não nos permite cotejar esses dados. Ainda assim, devemos assinalar que a forte prevalência de adequação profissional entre os licenciados UL/ UNL estende-se aos graduados do ensino superior para os quais, e ao contrário do que é amplamente difundido pelos meios de comunicação social, a inserção no mercado de trabalho não corresponde a processos de desclassificação social.

O trabalho por conta de outrem é a situação na profissão mais típica (89,1%) para os licenciados UL/UNL. Entre os poucos que não se encontram numa situação assalariada, a maior porção trabalha por conta própria sem empregados (7,6%), o que significa que exercem em situações liberais ou independentes face a uma organização. Já os trabalhadores por conta própria com assalariados, ou seja, os empregadores, assumem uma menor expressão (2,6%). Se colocarmos cada uma destas percentagens a par com as do INE encontramos uma analogia quase perfeita, o que nos sugere que o trabalho assalariado predomina entre a população recém-graduada do ensino superior português.

Ao perscrutar o conjunto de estudos institucionais que nos acompanha encontramos poucos dados a este respeito, e os que os divulgam nem sempre seguem a metodologia oficial do INE, o que inviabiliza qualquer paralelismo. Ainda assim, os dados que conseguimos compilar confirmam uma nítida predominância do trabalho por conta de outrem. Na Universidade do Porto corresponde a 83,9% dos diplomados (Gonçalves, Menezes e Martins 2009, 11), na ESCE/IPS o assalariamento representa 89,3% (Almeida, Vaz, Marques e Dominginhos 2007, 25), e na FCSH esta situação profissional revela-se também dominante ao abranger 87% dos seus licenciados (Chaves e Morais 2008, 29).

Muitos são os discursos que recorrem à noção “precariedade” para descrever a situação dos graduados do ensino superior no mercado de trabalho, no entanto, na maioria dos casos, não existe qualquer preocupação em definir o que se entende por “situação precária”, o que dota estes discursos de um carácter ambíguo e inviabiliza qualquer confirmação das suas premissas. Na investigação sociológica, o conceito de precariedade assume dois entendimentos: a “precariedade do emprego” que respeita às situações em que o vínculo contratual não garante continuidade ou segurança; e a

“precariedade do trabalho” que se refere a situações em que um trabalhador possui um nível de satisfação reduzido com aspectos intrínsecos ao seu trabalho, nomeadamente o interesse desse trabalho, os seus níveis de remuneração, reconhecimento social e existência de situações de stress ou angústia (Morais, Chaves e Batista 2010). Ainda que a discussão em torno dos limites e operacionalização da noção de precariedade do emprego persista no trabalho sociológico, parece relativamente consensual que o conceito de precariedade, embora aberto e multidimensional, possa ser operacionalizado com base nos indicadores referentes aos vínculos contratuais (Dornelas 2010; Moraes Chaves e Batista 2010; Oliveira e Carvalho 2008; Rebelo 2004).

Assim, se tomarmos o contrato de trabalho “sem termo” como a única forma contratual que evita a classificação de trabalhador precário, verificamos que apenas 46,5% dos licenciados UL/UNL se furta a essa designação, ainda que esta modalidade contratual assuma uma percentagem maior que qualquer outra tomada individualmente. Os contratos com termo representam 32,4% do total e 4,8% dos licenciados declaram possuir outros tipos de contratos de trabalho temporários (contrato de prestação serviço e de provimento), os restantes 13,6% afirmam não ter celebrado qualquer vínculo laboral, permanecendo assim numa situação contratual mais frágil.

Ao cotejar os dados referentes à população portuguesa com características etárias e escolares similares aos licenciados inquiridos encontramos um cenário mais positivo e os contratos sem termo além de mais frequentes, tornam-se também majoritários (53%). A percentagem de “contratos com termo” difere aqui em apenas uma décima (32,3%) do valor obtido para os licenciados em análise, mas diminui o peso combinado de outros contratos temporários (6,4%) e de situações de ausência de contrato (7,8%) entre a população portuguesa com escolaridade de nível superior e na faixa etária dos 24 a 34 anos. O que poderá então explicar que a fileira UL/UNL seja mais afectada pela precariedade contratual? Possivelmente o elevado número de docentes – em vários níveis de ensino – e o também elevado número de bolseiros de investigação que a integram – considerados pelo INE como empregados. De acordo com dados de que dispomos, estas situações profissionais que comparativamente se vincam junto dos licenciados na UL e na UNL estão, por seu turno, particularmente associadas a vínculos contratuais temporários.

Recorrendo-se de novo aos estudos divulgados acerca das diversas escolas do ensino superior a que entendemos recorrer, verificamos que na Universidade de Lisboa

encontramos valores idênticos aos avançados para os licenciados da UL/UNL, ou seja, 42,6% dos licenciados possuem um vínculo contratual permanente com a sua entidade empregadora (Alves 2005, 44). Nas restantes universidades o índice de precariedade aumenta bastante e os vínculos contratuais temporários ou a ausência de contrato de trabalho são situações mais frequentes. Na Universidade de Évora apenas 24,6% possuem um vínculo contratual sem termo (Vieira, Raposo e Santos 2008, 6) e na Universidade do Porto aumenta para 28,6% (Gonçalves, Menezes e Martins 2009, 11). Na ESCE do instituto politécnico de Setúbal a percentagem de graduados com contrato permanente eleva-se acima de todas outras populações e atinge os 60,9% (Almeida, Vaz, Marques e Dominginhos 2007, 25). Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL a segurança contratual atinge valores elevados, uma vez que a percentagem de vínculos sem termo ascende a 47,5% (Chaves e Morais 2008, 30). Por fim, entre os graduados no Instituto Superior Técnico encontramos a maior percentagem de precariedade no emprego e a percentagem de vínculos contratuais sem termo (22,8%) atinge o seu valor mínimo (Mendes, Patrício e Lucas 2006, 56).

Os dados que apresentamos revelam que os contratos de trabalho sem termo são um recurso escasso para grande parte dos recém-graduados no nosso país. De facto, o fenómeno da precariedade contratual tem vindo a assumir um carácter endémico no mercado de trabalho português, especialmente junto daqueles que realizam a sua primeira inserção profissional (Oliveira e Carvalho 2008), situação que é análoga aos restantes países da União Europeia (Dornelas 2010) e que afecta também os recém-graduados do ensino superior em território nacional (Morais, Chaves e Batista 2010). Como aliás podemos confirmar através destes dados para várias populações de graduados em Portugal. No entanto, não podemos desprezar que existem profissões que geralmente albergam um número muito vasto de indivíduos com vínculos contratuais temporários ou que não dispõem de qualquer tipo de contrato, sem que isso se afirme como uma fonte de angústia e de mal-estar, como se demonstra em investigações que abordam populações de advogados (Chaves 2010) ou de engenheiros (Marques 2002), que verificam que os vínculos contratuais instáveis, ou até mesmo a ausência de contrato de trabalho, são situações encarados como características dessas profissões e não como constrangimentos, aliás, em alguns casos, como algo positivo e até exaltante – uma “precariedade identifiante”, para utilizar a expressão que Dubar (2006[2000], 216) vai buscar a Anne-Chantal Dubernet (1996).

Podemos facilmente equacionar que estamos perante uma alteração estrutural da relação contratual que remete a segurança contratual do “emprego para a vida”, típica da época *fordista*, para um lugar de memória cada vez mais longínquo e indistinto, dando lugar a um cenário onde o projecto faz a carreira e onde a incerteza contratual se afirma como uma certeza para a maior parte dos trabalhadores. Acrescentamos que embora a estabilidade contratual de um emprego se assuma como um elemento importante na avaliação que os indivíduos produzem da qualidade do seu próprio emprego, “está longe, mesmo quando adicionada a aspectos remuneratórios, de ser suficiente para dar conta da totalidade do sentido e do conteúdo dessa avaliação” (Morais, Chaves e Batista 2010, 256).

Antes de iniciar a apreciação dos dados relativos a rendimentos salariais, é importante notar que os valores fornecidos pelo INE incluem apenas trabalhadores por conta de outrem, enquanto os “nossos” dados contabilizam o total de empregados, nos quais, cerca de 10% trabalham por conta própria. As distribuições obtidas mostram, no essencial, um efeito que podemos chamar de “qualificante” e que se refere ao flagrante desvio positivo do rendimento junto dos licenciados UL/UNL por comparação com o auferido pela população portuguesa empregada por conta de outrem, com instrução superior, e idade entre 25 e 34 anos. Um efeito que ressalta quando verificamos os rendimentos médios e as repartições das populações nas várias categorias de rendimento.

O rendimento salarial líquido dos licenciados UL/UNL, em média, ascende a 1302€ e supera em mais de 355€ o valor médio para a população portuguesa por conta de outrem e com características similares (966€). Essa diferença advém, desde logo, do menor número de licenciados UL/UNL com rendimentos salariais até 600€, que não representam mais do que 5,4% do total, enquanto nos dados do INE ascendem a cerca de 10%. O patamar remuneratório entre os 600€ e os 900€ inclui 12,7% dos licenciados UL/UNL, para dobrar o seu peso entre a população portuguesa (26,3%). De facto, o salário da maioria dos licenciados UL/UNL coloca-se nos dois intervalos seguintes, 28,3% auferem entre 900€ e 1200€, e 32,8% entre 1200€ e 1800€, valores percentuais que superam os aferidos pelo INE (respectivamente, 26,5% e 14,9%), especialmente no patamar mais elevado. Por último, encontramos ainda um grupo assinalável de licenciados UL/UNL com vencimentos que superam os 1800 € (12,4%), enquanto entre

a população portuguesa empregada por conta de outrem, com instrução superior e idade entre 25 e 34 anos essa realidade remuneratória seja praticamente marginal (3,4%).

Nos restantes estudos que nos servem de referência, ainda que o indicador para o rendimento salarial seja partilhado, a sua forma de tratamento e apresentação não o é, tornando difícil realizar comparações entre estes dados. Recorrendo ao estudo da Universidade de Lisboa encontramos um valor médio remuneratório que ronda os 1000€ e a percentagem de licenciados que ultrapassa essa fasquia atinge os 34,2% (Alves 2005, 104). Na Universidade de Évora 38,4% possui um rendimento mensal líquido entre os 751€ e os 1000€ e mais de 13% auferem valores acima dos 1251€ líquidos mensais (Vieira, Raposo e Santos 2008, 9). O peso dos diplomados da Universidade do Porto com um rendimento mensal entre os 800€ e os 1400€ ascende a 58,1%, e 11,4% excedem esse valor (Gonçalves, Menezes e Martins 2009, 12). Metade dos inquiridos da ESCE/IPS a auferem uma remuneração superior a 1000€ (50%) (Almeida, Vaz, Marques e Dominginhos 2007, 26). Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL apenas 37,2% superam os 1000€ líquidos mensais (Chaves e Morais 2008, 27) e no Instituto Superior Técnico o escalão remuneratório predominante (61%) situa-se entre os 751€ e os 1500€ líquidos mensais (Mendes, Patrício e Lucas 2006, 84). Ainda que não nos seja possível avaliar com precisão as diferenças remuneratórias entre estas sub-populações de graduados, podemos verificar que existem diferenças assinaláveis entre as várias populações que seleccionámos, tal facto poderá ser parcialmente explicado pelo tipo de cursos e de instituições de ensino que integram estes diferentes universos.

Antes de abordar o “horário de trabalho” dos licenciados UL/UNL, importa notar que o código do trabalho fixa a jornada de trabalho entre as 30 e as 40 horas semanais⁸⁴. Assim, a maior parte dos licenciados UL/UNL possui um horário de trabalho que podemos designar como “normal”, isto é, com uma duração entre as 31 e 40 horas semanais (52,5%). Mais de um terço (32,8%) declara horários de trabalho mais extensos que, de acordo com a lei, implicam recorrer a horas extraordinárias – apesar de não dispormos de dados que permitam perceber se são remuneradas ou não. Os restantes

⁸⁴ De acordo com o Código do trabalho coincidente com a data da inquirição, o artigo 203.º, subsecção II, alínea 1, determina que o horário de trabalho não pode exceder as oito horas diárias e quarenta horas semanais. O mesmo código prevê situações excepcionais (acordos laborais colectivos), tal como a consagrada para a profissão de professor (Despacho 11.120-B/2010) em que o número máximo de horas da jornada de trabalho é de seis horas por dia, ou seja, 30 horas por semana, também a classe profissional médica possui um horário de trabalho diminuído, que não ultrapassa as 35 horas por semana.

15% trabalham 30 ou menos horas por semana, portanto, em empregos a tempo parcial, ou com horário de trabalho reduzido como é o caso da maioria de docentes que integra este grupo⁸⁵.

Para a população nacional em situação etária e educacional semelhante aos licenciados UL/UNL podemos verificar que o recurso a horas extraordinárias é uma situação menos usual. De facto, segundo os dados do INE, trabalhar mais de 40 horas semanais concerne a apenas 2,8% da população de graduados, uma percentagem muito distante da que observamos nos licenciados UL/UNL (32,8%). Esta diferença abissal resulta essencialmente do predomínio dos horários de trabalho entre as 31 e 40 horas (73%), dado que a percentagem de graduados com empregos a tempo parcial (16,4%) assume um valor semelhante aos licenciados UL/UNL. Não possuímos dados que nos permitem explorar proficuamente estas diferenças, no entanto, podem ser equacionadas razões como a ausência dos “trabalhadores por conta própria” nas estatísticas para a população nacional, assim como o tipo de cursos que compõem a oferta curricular da UL e da UNL.

Na Universidade de Lisboa os horários de trabalho são classificados de forma dicotómica: a tempo parcial (19,8%) e a tempo completo (80,2%) (Alves 2005, 100), o que não nos permite perceber qual o peso dos que realizam horas de trabalho extraordinárias. Entre os graduados na Universidade do Porto aumenta a parcela dos horários mais reduzidos, 20,9% dos licenciados trabalham até 30 horas semanais, e aumenta também a dos mais alargados, 44% trabalham mais de 40 horas por semana (Gonçalves, Menezes e Martins 2009, 19). No estudo conduzido na ESCE/IPS os graduados inquiridos foram questionados directamente sobre o seu tipo de horário de trabalho e apenas 2,9% declarou possuir um trabalho a tempo parcial (Almeida, Vaz, Marques e Dominginhos 2007, 26). As restantes investigações não recolheram ou divulgaram dados sobre o horário de trabalho. Podemos, mesmo assim, confirmar que possuir um emprego a tempo parcial representa uma situação pouco comum para estas populações de recém-graduados, por outro lado, os horários de trabalho alargados são uma realidade para um número significativo.

⁸⁵ Em termos absolutos, dos 129 licenciados UL/UNL que, cinco anos após a sua graduação, possuíam empregos com horários de trabalho de 30 ou menos horas semanais, mais de metade são professores do ensino básico ou secundário (66) ou docentes noutros graus de ensino (7).

Este pequeno périplo em torno das “grandes tendências” para a situação profissional dos graduados do ensino superior revela que estas populações exercem, na sua maioria, profissões que podemos considerar adequadas ao seu título em situações de assalariamento, reguladas por um contrato de trabalho, em horário completo e com vencimentos médios que se destacam dos da população nacional a trabalhar por conta de outrem. Porém, encontramos também um número significativo de situações atípicas face às anteriores, pontuadas de desajustamento profissional ou salarial, de insegurança contratual e de horários de trabalho extensos.

Quadro n.º 26 - Características profissionais dos licenciados UL/UNL e comparação com a população portuguesa (percentagens em coluna).

		Total Licenciados UL/UNL	População Portuguesa empregada por conta de outrem com 25 anos a 34 anos em 2010 (INE) ¹
Grupo profissional	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	8,1	6,8
	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	63,5	51,6
	Técnicos e profissionais de nível intermédio	15,6	23,4
	Pessoal administrativo	8,4	10,1
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e <u>segurança e vendedores</u>	4,3	5,5
	Total	100,0	100,0
Situação na profissão	Trabalhadores por conta própria com assalariados	2,6	2,4
	Trabalhadores por conta própria sem assalariados	7,1	5,4
	Trabalhadores por conta de outrem	90,3	92,1
	Total	100,0	100,0
Salário	Menos de €310	0,8	- ²
	€310 a menos €600	5,0	10,2
	€600 a menos €900	14,1	26,3
	€900 a menos €1200	30,2	26,5
	€1200 a menos €1800	33,9	14,9
	€1800 a menos €2500	10,9	3,4
	€2500 a menos €3000	2,5	0,0
	€3000 ou +euros	2,6	- ²
	Total	100,0	100,0
	Média ³	1300,2	966,0
Vínculo contratual	Contrato s/ termo	49,1	53,4
	Contrato a termo	33,2	32,3
	Prestação de serviços ou contrato de trabalho temporário	5,1	6,4
	Ausência de contrato	12,5	7,8
	Total	100,0	100,0
N.º de horas semanais de trabalho	Até 30h	14,7	16,4
	31h-40h	52,5	73,1
	Mais 40h	32,8	2,8
	Total	100,0	100,0

¹ - Valores totais não perfazem 100% pois existem categorias de resposta com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não são divulgadas (Nota do INE).

² - Valor percentual não divulgado por possuir um erro de amostragem associado superior a 20% (Nota do INE).

³ - Cálculo a partir do valor numérico do vencimento salarial líquido com a actividade profissional principal

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL; Inquérito ao emprego INE - 4º trimestre 2010

Não encontramos assim evidências empíricas suficientes para validar os discursos catastrofistas acerca da situação profissional dos graduados do ensino superior que proliferaram ao longo desta última década, especialmente a nível político e mediático mas também nas próprias ciências sociais. Neles se assume que o desemprego, a precariedade e a aceitação de posições profissionais que se encontram abaixo do nível de escolaridade alcançado ou desajustadas face às áreas de formação obtidas constituem destinos prováveis para a maioria dos graduados. Acresce a este argumento do “panorama catastrófico”, um outro que advoga que essas dificuldades são crescentes face a períodos anteriores – em termos académicos, esta dimensão é bem expressa na tese da “inflação e desvalorização dos diplomas” (Bourdieu e Passeron

1970). Como (também) aqui se faz prova, este tipo de teses, ao invés de serem aceites como auto-evidentes, devem ser analisadas com prudência (Chaves, Morais e Sedas Nunes 2011).

Como vimos no capítulo anterior, o número de licenciados em Portugal é reduzido (embora em crescimento acelerado) e, talvez por isso mesmo, os detentores de um diploma universitário tenham conservado até há bem pouco uma posição mais vantajosa que os demais trabalhadores: “é verdade que a sua situação deteriorou, mas os licenciados continuam a constituir um grupo privilegiado no mercado de trabalho” (Alves 2009, 291). Por outro lado, mesmo num contexto cada vez mais marcado pelo aumento do desemprego e da precariedade (Morais, Chaves e Baptista 2010), os salários médios são sempre mais elevados para os licenciados, qualquer que seja o grupo etário considerado (Portugal 2004), o que pode revelar um desfasamento entre a oferta e a procura de qualificações no mercado de trabalho⁸⁶. Se consultarmos dados do Instituto Nacional de Estatística para o momento em que se inquiriu a população de licenciados UL/UNL em estudo (INE 2010), verificamos que as taxas de desemprego dos licenciados são menores face à totalidade da população activa, os seus salários são maiores que a média nacional e, os grupos etários a partir dos 35 anos, possuem maioritariamente vínculos contratuais seguros. Também não encontramos provas de uma transformação das categorias tradicionalmente identificadas como apropriadas a licenciados, sinónimo de sobre-qualificação ou sub-emprego (M.G. Alves 2007). Finalmente, tampouco é claro que os jovens diplomados tenham sido “despromovidos” para profissões menos qualificadas (Marques e M.G. Alves 2010). A evidência empírica aponta, pelo contrário, para a existência de um ajustamento das actividades profissionais ocupadas ao nível de instrução superior (Alves 2009; M.G. Alves 2007; Gonçalves 2006; Martins 1997; Chaves e Morais 2008). A conjugação destes aspectos leva-nos portanto a afirmar que o cenário de inserção profissional dos licenciados é afinal “bem mais suave do que alguns discursos nos pretendem fazer crer” (Alves 2009, 29), mesmo se considerarmos que actualmente os percursos de inserção dos licenciados são, se não mais longos, pelo menos mais “complexos, sinuosos e labirínticos” (Alves 2009, 277), em grande medida, como resultado do espectro crescente da flexibilidade contratual e

⁸⁶ Esse desfasamento persistirá desde a década de noventa, altura em que as rápidas transformações tecnológicas apelavam à procura de trabalhadores mais qualificados e terão beneficiado em termos de prémios salariais os indivíduos com maior nível de escolaridade. A menor percentagem de licenciados em Portugal, por comparação com o resto da Europa, e a contínua procura de mais qualificações apontam para a persistência desta diferenciação (Portugal 2004, 80).

laboral que se instala, pouco a pouco, no mercado de trabalho, uma característica central do contemporâneo “novo capitalismo” que se afirma ancorada a uma *cit  * por projectos (Boltanski e Chiapello 2007[1999]) onde a flexibilidade e o nomadismo imperam⁸⁷.

No caso da popula  o sobre a qual trabalhamos, devemos ter em aten  o que a os licenciados UL/UNL iniciaram o seu processo de inser  o profissional em 2005, um ano em que as actuais limita  es econ  micas não se verificavam e, ainda que a segurança laboral dos trabalhadores e a própria no  o de “carreira” estivessem no centro de um debate estruturador, o mercado de trabalho afigurava-se bastante mais “acolhedor” para recém-graduados do que nos dias que correm.

II. 3.6. Uma tipologia de inser  o profissional

Dado que a natureza deste documento não nos permite dispor do espaço necessário para uma análise detalhada de cada um destes indicadores para o tipo de inser  o profissional de acordo com os recursos familiares e acad  micos dos licenciados UL/UNL, optamos por criar uma tipologia de inser  o profissional que concatene as diferentes dimensões objectivas da situa  o profissional destes licenciados. Convém deixar claro que esta op  o implica inevitavelmente alguma perda de informa  o que, a nosso ver, pode ser compensada parcialmente pela riqueza interpretativa que uma análise tipológica representa.

De forma a realizar esta tipologia procedemos primeiro a uma explora  o das associa  es entre os indicadores anteriormente enunciados através de uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM)⁸⁸. Esta técnica permite realizar uma “abordagem relacional sobre múltiplas variáveis que caracterizam indivíduos, podendo vir a ser definidos diferentes grupos” (Carvalho 2004, 18), assim como possibilita uma

⁸⁷ Na obra “O novo espírito do capitalismo” de Boltanski e Chiapello (1999), o poder   -nos apresentado sob uma série de ideais-tipo de lógicas relacionais ou “*cit  s*”, nomeadamente a *cit   des projects*. Trata-se de uma lógica de referência adequada ao funcionamento económico no capitalismo flexível no contexto das redes sociais, “num quadro de (i) mobilidade potencial crescente da mão-de-obra, em que a esfera do social    mobilizada (ou desmobilizada) ao nível de cada trabalhador e já não ao nível associativo ou sindical” (Dores 2000, 179). Nesta *cit  *, o grande    aquele que    nómada, flexível, polivalente, motivado e capaz de motivar outros, verifica-se uma rejei  o das hierarquias como expressão de domina  o e preza-se tudo o que pode apoiar a flexibilidade. Passamos de uma lógica de controlo para uma outra de auto-controlo (Boltanski e Chiapello 2007[1999]). A *cit  * por projectos insere-se numa lógica de responsabiliza  o do indivíduo, assim como de individualiza  o do trabalho, que nas sociedades modernas são em grande medida permeadas pela incerteza e pelo risco (Beck 2000).

⁸⁸ Os indicadores para a posi  o profissional de que dispomos correspondem a variáveis qualitativas ou categoriais, um estatuto que pode ser operacionalizado por uma ACM (Carvalho 2004).

visualização das relações que normalmente não se revelam através de uma comparação sequencial das variáveis⁸⁹. A leitura das medidas de discriminação permitiu identificar a relevância dos indicadores mobilizados que, exceptuando o grupo profissional, contribuem significativamente para alguma das duas dimensões seleccionadas⁹⁰.

A configuração que assume a projecção das várias categorias de resposta a estas variáveis num espaço geométrico (figura n.º 3) indicia que estamos na presença de perfis distintos de inserção profissional entre os licenciados UL/UNL⁹¹. Partimos então no encaixe desses perfis através de uma análise de clusters, tentando assim passar da “topologia à tipologia” (Carvalho 2004, 19)⁹². Num primeiro momento foi realizada uma análise através de métodos hierárquicos que nos permitiu identificar a pertinência de uma solução com cinco grupos⁹³. Por fim, a tipologia foi construída por recurso ao método de optimização K-médias, que operacionalizou a segmentação dos licenciados UL/UNL empregados em cinco grupos (quadro n.º 27)⁹⁴. Estes vários tipos de inserção profissional foram então numerados de acordo com um critério hierárquico que os

⁸⁹ Com efeito, “mesmo sabendo que as imagens gráficas serão sempre uma representação simplificada da complexidade que caracteriza o objecto de estudo, é possível através delas desenhar configurações sistémicas, só muito dificilmente legíveis a partir de uma matriz de grandes dimensões” (Carvalho 2004, 19).

⁹⁰ A reduzida capacidade explicativa do “grupo profissional” resulta, em grande medida, da concentração de profissões no “Grande grupo 2 – Especialistas das profissões intelectuais e científicas”. A opção por manter esta variável activa nesta análise prende-se ao facto de, após vários testes, se considerar que a sua presença, ainda que pouco discriminante, possibilita ganhos na leitura dos resultados.

⁹¹ A dispersão de pontos no espaço geométrico produz “diferentes configurações, mas coexistentes no mesmo espaço (acima de tudo, um espaço relacional), que será elucidativa das relações de associação ou de oposição que os grupos – por elas caracterizados – estabelecem entre si” (Carvalho 2004, 97).

⁹² O termo “análise de clusters” designa uma série de métodos estatísticos que, grosso modo, classificam objectos em grupos homogéneos e podem ser descritos com se segue: “dado um conjunto de n indivíduos para os quais existe informação sobre a forma de p variáveis, o método de análise de clusters procede ao agrupamento dos indivíduos em função da informação existente, de tal modo que os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo sejam tão semelhantes quanto possível e sempre mais semelhantes aos elementos do mesmo grupo do que a elementos dos restantes grupos” (Reis 2001, 290). Podemos identificar quatro tipos de técnicas de análise de clusters: i) as técnicas de optimização, onde se pré-define um número de grupos ou um critério de agrupamento; ii) as técnicas hierárquicas, que se podem subdividir em técnicas aglomerativas e divisivas e em ambas se parte de uma matriz de semelhança e distâncias que conduz a uma hierarquização dos objectos em grupos; iii) as técnicas de densidade, onde os grupos formados resultam de regiões que contenham uma concentração relativamente densa de casos; iv) também existem outras técnicas não incluídas nas três anteriores e que se servem de múltiplos métodos de redução de informação e criação de grupos (Reis 2001).

⁹³ Recorremos ao quadrado da distância euclidiana como medida de distância e ao método de Ward como critério de aglomeração. A aplicação de métodos hierárquicos permite a apresentação de um dendrograma que mostra os vários processos de agrupamento até à inclusão de todos os indivíduos num só grupo e o coeficiente de fusão permite perceber quais as fases mais significativas desse agrupamento e, assim definir qual o número de grupos óptimo (Reis 2001).

⁹⁴ Este método de cálculo atribui uma pertença a cada caso (indivíduo) em análise de acordo com a sua distância ao centro de cada cluster. Depois de todos os casos terem sido distribuídos por grupos, os centros de clusters são recalculados tendo por base todos os casos em cada um dos clusters, a atribuição de pertença é executada de novo e este procedimento repete-se até que os centros dos clusters não apresentem alterações significativas.

organizou, desde as situações mais vulneráveis e precárias no mercado de trabalho (tipo 1) até às mais favoráveis face aos indicadores em análise (tipo 5). A estes cinco grupos foi ainda acrescentado um sexto (tipo 0) que engloba a população desempregada. É importante notar que os tipos 3 e 4 possuem um peso elevado na amostra enquanto os tipos 0, 1, 2 e 5 representam conjuntos reduzidos de indivíduos.

Quadro n.º 27 - Tipologia de inserção profissional dos licenciados UL/UNL (valores absolutos e percentagens em coluna).

Tipo de inserção profissional dos Licenciados UL/UNL	N	%
Tipo 0 - Exclusão profissional (Desemprego)	24	3,1
Tipo 1 - Inserção frágil acentuada	26	3,3
Tipo 2 - Inserção frágil	87	11,1
Tipo 3 - Inserção clássica assalariada subqualificada	325	41,4
Tipo 4 - Inserção clássica assalariada qualificante	273	34,8
Tipo 5 - Inserção qualificante: empresários, gestores e profissionais liberais capitalizados	50	6,4
Total	761	100

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Estes tipos distintos de inserção foram posteriormente nomeados de acordo com as suas configurações de características profissionais que detalharemos de seguida (quadro n.º 28), a saber, Exclusão profissional, Inserção frágil acentuada, Inserção frágil, Inserção clássica assalariada subqualificada, Inserção clássica assalariada qualificante e Inserção qualificante: empresários, gestores e profissionais liberais capitalizados.

O tipo 1 engloba um número bastante reduzido de licenciados (26 indivíduos) e representa apenas 3,3% do universo em estudo. A designação de *inserção frágil acentuada* resulta de situações profissionais que aqui são marcadas pelo trabalho a tempo parcial (76,9% com horários semanais inferiores a 16 horas) e pela ausência de qualquer vínculo contratual (48%), traços aos quais se juntam os rendimentos salariais reduzidos (mais de 88% com salário mensal líquido até 600€) que, em média, não ultrapassam os 481€. Entre os licenciados que são incluídos neste tipo encontramos a maior porção de trabalhadores por conta própria sem assalariados (38,5%) e também encontramos, de acordo com o critério EUROSTAT, 11,5% destes licenciados numa situação de desajustamento profissional. Consideramos portanto que estas posições no campo profissional revelam uma vincada fragilidade na inserção profissional deste pequeno grupo de licenciados na UL e na UNL.

O tipo 2 que designamos de *inserção frágil* reúne licenciados numa posição profissional com características muito próximas às que vislumbramos no tipo 1. A

distinção justifica-se pela maior robustez do horário de trabalho e dos rendimentos salariais deste grupo. No entanto, estamos novamente perante licenciados que ocupam situações profissionais que se caracterizam pela ausência de vínculo contratual (41,4%), ainda que se deva acrescentar que este grupo possui o maior volume de contratos de prestação de serviços (20,7%), o que também se associa ao peso elevado de situações de trabalho isoladas e por conta própria (34,5%). Persiste, em parte, a tendência para o desajustamento profissional (17,2%). O horário de trabalho aumenta face ao tipo anterior, e assim, mais de 35% destes licenciados trabalham entre 17 e 34 horas semanais. Aumentam também os salários (em média, para 958€), e mais de um terço dos licenciados deste tipo auferem um salário mensal líquido entre os 900€ e os 1200€ (34,5%), embora para 20,6% os vencimentos se quedem abaixo dos 600€.

O tipo 3 agrega situações profissionais que entendemos representarem uma *inserção clássica assalariada subqualificada* e assume-se como o grupo com maior peso na amostra de licenciados UL/UNL (42,7%) ao incluir 325 indivíduos. A sua designação procura reflectir uma situação profissional que se aproxima do ideal-tipo *fordista*, ainda que revele algumas carências face a esse modelo. O que a aproxima é o facto de a totalidade destes licenciados trabalharem por conta de outrem, a maior parte com um horário de trabalho “normal” de 35 a 40 horas semanais (47,4%) e mais de 78% com um salário líquido igual ou superior a 900€, o que coloca o valor médio das remunerações salariais líquidas destes licenciados em 1062€. Porém, quer o desajustamento profissional que afecta mais de um quinto destes licenciados (22,2%), quer a falta de segurança contratual que se revela através do peso maioritário de vínculos contratuais com termo (56,9%), originam uma clara deriva do *fordismo* em direcção à fragilidade profissional. Realçamos porém que estes licenciados alcançaram uma posição no mercado de trabalho mais qualificada do que a maioria da população graduada do ensino superior em território nacional com idades semelhantes, apenas perdem algum terreno a nível da segurança contratual.

O tipo 4 reúne licenciados em posições profissionais que também podemos apelidar de assalariadas clássicas mas que assumem contornos distintos das do tipo anterior. Estes licenciados encontram-se em situações profissionais mais próximas do ideal-tipo *fordista* e que correspondem a um maior volume de capitais profissionais e, portanto, de capital simbólico. A designação *qualificante* procura retratar este capitalizado perfil profissional que se assume como o segundo mais numeroso (273

indivíduos) e inclui 35,9% dos licenciados UL/UNL. A sua totalidade trabalha por conta de outrem (100%) e o desajustamento profissional assume aqui um peso residual de 2,6%. Este grupo revela uma elevada estabilidade e segurança contratual que resulta do peso esmagador dos vínculos laborais sem termo (78,7%). Também se afirma como um grupo com salários líquidos mensais elevados (em média 1610€), já que cerca de 58% destes licenciados auferem de 1200€ a 1800€; e mais de 23% vêm a sua remuneração colocar-se entre os 1800€ e os 2500€. A característica menos positiva nestas posições profissionais reside no facto de 58,6% destes licenciados declarar um horário de trabalho superior a 40 horas semanais, ou seja, mais extenso do que a duração máxima prevista por lei para o período semanal de trabalho.

O tipo 5 denominado de “*inserção qualificante de empresários, gestores e profissionais liberais capitalizados*” alberga 50 indivíduos que pesam 6,6% no total da amostra. Estes licenciados distinguem-se dos seus colegas pela proporção assinalável de empresários ou gestores de empresas (44%), mas também pela elevada percentagem de especialistas das profissões intelectuais e científicas (52%), acrescente-se que a maioria destes últimos exerce a sua profissão a título individual, como profissional liberal⁹⁵. Com efeito, não encontramos situações de desajustamento profissional neste tipo e, por outro lado, destaca-se o equilíbrio entre o trabalho por conta própria com assalariados (38,0%), por conta de outrem (34,0%) e conta própria isolado (28,0%). A maioria usufrui de elevados rendimentos salariais líquidos que ultrapassam os 1800€ mensais para 58% destes licenciados, e que elevam a média salarial (2172€) deste grupo, posicionando-a acima da de todos os seus restantes colegas e, acrescente-se, a mais do dobro do valor médio para a população de graduados do ensino superior em Portugal a trabalhar por conta de outrem e em idades similares. Provavelmente, por se associar a um elevado número de pequenos empresários e de profissionais liberais, este tipo surge bastante permeável à insegurança contratual e às horas extraordinárias de trabalho, por um lado prevalece a ausência de contrato de trabalho (64%), ainda que a percentagem de contratos sem termo não seja despicienda (30,0%), por outro lado, a horário semanal de trabalho ultrapassa as 40 horas para 78% destes licenciados, superando largamente os seus colegas e também o valor legal de referência. Em suma, são percursos de inserção

⁹⁵ Cerca de 59% dos licenciados com profissões classificadas como “Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos” que exercem por sua conta própria criaram a sua própria empresa, os restantes 41% desenvolvem tarefas de gestão por conta de outrem. Acrescentamos ainda que a maior parte dos licenciados neste tipo que exercem como “Especialistas das profissões intelectuais e científicas” cursaram em Direito.

profissional que aliam a elevados volumes de capital simbólico e profissional um investimento e compromisso pessoal também elevado.

Quadro n.º 28 - Características profissionais por tipologia de inserção profissional dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

		Tipologia de inserção profissional				
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5
Grupo profissional	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	0,0	1,1	0,0	14,3	44,0
	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	69,2	67,8	60,9	66,7	52,0
	Técnicos e profissionais de nível intermédio	19,2	13,8	16,9	16,5	4,0
	Pessoal administrativo	0,0	9,2	15,1	2,6	0,0
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	11,5	8,0	7,1	0,0	0,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Situação na profissão	Trabalhadores por conta própria com assalariados	0,0	1,1	0,0	0,0	38,0
	Trabalhadores por conta própria sem assalariados	38,5	34,5	0,0	0,0	28,0
	Trabalhadores por conta de outrem	61,5	64,4	100,0	100,0	34,0
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Salário	Menos de €310	11,5	3,4	0,0	0,0	0,0
	€310 a menos €600	76,9	17,2	0,3	0,0	4,0
	€600 a menos €900	0,0	25,3	21,5	3,7	10,0
	€900 a menos €1200	11,5	34,5	53,2	8,1	4,0
	€1200 a menos €1800	0,0	14,9	22,5	58,6	24,0
	€1800 a menos €2500	0,0	3,4	2,5	23,4	16,0
	€2500 a menos €3000	0,0	0,0	0,0	1,8	28,0
	€3000 ou +euros	0,0	1,1	0,0	4,4	14,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Média	480,8	958,5	1062,8	1610,0	2172,3
Vínculo contratual	Contrato s/ termo	4,0	11,5	40,9	78,7	30,0
	Contrato a termo	32,0	26,4	56,9	13,2	0,0
	Prestação de serviços ou contrato de trabalho temporário	16,0	20,7	2,2	2,6	6,0
	Ausência de contrato	48,0	41,4	0,0	5,5	64,0
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N.º de horas semanais de trabalho	Até 16h	76,9	16,1	0,0	0,0	2,0
	17h-34h	15,4	35,6	42,2	2,9	4,0
	35h-40h	7,7	28,7	47,4	38,5	16,0
	Mais 40h	0,0	19,5	10,5	58,6	78,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

As associações entre "Tipologia de inserção profissional" e "Grupo profissional", "Rendimento mensal líquido" e "Situação na profissão" não cumprem os requisitos do teste do Qui-Quadrado. O "Vínculo contratual" e o "Horário de trabalho" já apresentam um valor de Qui-quadrado significativo (ambos $p = 0,0$ e, respectivamente V de Cramer médios 0,466 e 0,506).

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL.

O tipo 0 foi acrescentado a esta tipologia e reúne os 24 licenciados que se encontravam numa situação de desemprego (3,1%). Convém notar que estes licenciados já possuíram algum emprego desde que finalizaram a sua graduação, ainda que no momento inquirição se encontrassem numa situação de “exclusão profissional”, procurando activamente um emprego. A observação do tipo de estratégias empreendidas por estes licenciados na sua demanda por um trabalho remunerado revela que a maioria (70%) responde a anúncios de emprego (quadro n.º 29), um tipo de diligência que podemos apelidar de tradicional. Também conseguimos perceber que estes licenciados recorrem a múltiplas linhas de acção simultâneas, tanto é que mais de 54% apresentam candidaturas espontâneas a entidades empregadoras e cerca de 8% (em termos absolutos, apenas 2 indivíduos) colocam anúncio próprio. Também devemos salientar a função do Estado como agente intermediário no mercado de trabalho, que se assume como o destinatário de 37,6% de todas as diligências realizadas – sete licenciados inscreveram-se num centro de emprego; um outro diplomado solicitou licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa ou emprego próprio, e, finalmente, um

último desenvolvia um projecto para concorrer a uma bolsa de investigação. Por último, destaque-se ainda o papel do capital social, um recurso accionado por mais de um terço destes licenciados que procuraram encontrar um emprego remunerado através de amigos ou conhecidos (20,8%) e de familiares (16,7%).

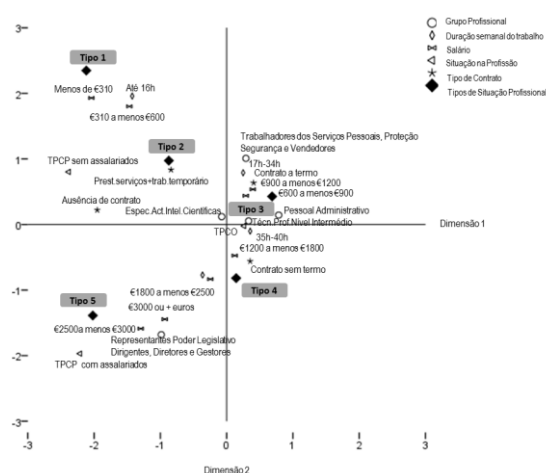
Quadro n.º 29 – Diligências para encontrar um trabalho remunerado dos licenciados UL/UNL desempregados (valores absolutos e percentagens em coluna – questão de resposta múltipla).

Diligências para encontrar trabalho remunerado	N	%
Respondeu a anúncio	17	70,8
Colocou um anúncio	2	8,3
Contactou amigos ou conhecidos	5	20,8
Contactou familiares	4	16,7
Candidatou-se espontaneamente	13	54,2
Inscreevou-se num centro de emprego	7	29,2
Solicitou licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa ou emprego próprio	1	4,2
Desenvolvia um projecto para concorrer a uma bolsa	1	4,2
Pesquisou na Internet	1	4,2
Total	24	100,0

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

A figura n.º 3 resulta da ACM com as dimensões que caracterizam a posição profissional dos licenciados UL/UNL⁹⁶. Nela também se projecta, ainda que a título suplementar, os vários tipos de inserção profissional que formam a tipologia⁹⁷. Esta figura deve ser interpretada através das relações de associação ou oposição, ou seja, de acordo com a proximidade ou afastamento entre cada item projectado, e permite visualizar num espaço geométrico a descrição que fizemos atrás de cada tipo de inserção profissional.

Figura n.º 3 – Análise de Correspondências Múltiplas das várias características da situação profissional e tipologia de inserção profissional



⁹⁶ Agradeço com especial veemência a preciosa colaboração de Miguel Chaves e, especialmente, de Madalena Ramos na realização desta ACM, assim como também destaco o valioso contributo de Cristina Parente, Mónica Santos e Paulo César Diniz de Araújo para a sua “afinação”.

⁹⁷ Uma vez que se abordam as características dos empregos, será excluído desta análise o tipo 0 que corresponde a situações de desemprego.

Procuremos agora observar se, e em que medida, a distribuição dos diplomados pela referida tipologia – distribuição que reflecte formas de posicionamento desigual no mercado de trabalho – depende dos recursos familiares e académicos que os indivíduos possuem. Antes de mais é necessário alertar que a segmentação em causa não cumpre os requisitos necessários aos testes estatísticos de associação, dado o reduzido número de efectivos associados a algumas das categorias. Não obstante, a análise dos dados ajuda-nos a assinalar um conjunto de clivagens hipotéticas entre os tipos de inserção profissional, assim como a influência das socializações familiares e académicas na inserção profissional.

Verificamos assim que os descendentes de famílias com maior capitalização escolar surgem aliados aos tipos de inserção mais qualificantes e, de forma inversa, entre os que provêm de agregados menos capitalizados a este nível são mais recorrentes as situações de exclusão, fragilidade e precariedade. Esta relação assimétrica revela-se com maior clareza cotejando os extremos do nível de instrução do agregado familiar dos licenciados UL/UNL (quadro n.º 30). De facto, cerca de 38% dos licenciados com pais que possuem instrução superior posicionam-se no tipo 4, que corresponde a uma situação de assalariamento qualificante, e 9,6% no tipo 5, associado a situações profissionais muito capitalizadas mas contratualmente inseguras. Entre estes graduados os tipos de inserção mais frágeis (1 e 2) agregam apenas 13,2% e as situações de exclusão assumem uma percentagem quase marginal (2%). No extremo oposto da hierarquia escolar, entre os descendentes de agregados com o 1º ciclo do ensino básico, as situações de exclusão assumem a sua expressão máxima (6%) e as inserções assalariadas e qualificantes a sua percentagem mínima (30,8%).

A classe social do agregado familiar também representa uma repartição desigual entre os vários tipos de inserção profissional (quadro n.º 31). Encontramos novamente uma tendência para um efeito positivo da capitalização familiar, ainda que existam algumas particularidades que devem ser salientadas. De facto, o desemprego é maior entre os descendentes do grupo de posições de classe OIAA (6,2%), assim como encontramos entre estes licenciados uma maior percentagem de percursos de inserção clássicos assalariados e subqualificados (60% no tipo 3). Também para os licenciados com famílias na posição de classe dos EE as situações de exclusão são mais notórias (5,8%) do que no total de licenciados, assim como se aliam em maior número aos tipos 1 e 2 de inserção profissional, onde prevalece a insegurança e a precariedade. Ainda que

os licenciados descendentes de agregados classificados como TIAI se afastem do desemprego, podemos verificar que surgem sobrerrepresentados nos tipos 1, 2 e 3, os menos capitalizados profissionalmente. No entanto, estes agregados onde, pelo menos um membro trabalha por conta própria isolado, parecem incentivar a uma situação também por conta própria dos filhos e, portanto, o peso do tipo 5, que corresponde a inserções qualificantes de empresários, gestores e profissionais liberais capitalizados, supera o valor de referência para a UL e UNL. Cerca de 45% dos descendentes de classes dominantes – EDL ou PTE – posicionam-se nos tipos de inserção qualificantes e as percentagens de situações de exclusão ou de fragilidade ficam sempre aquém do total para os licenciados UL/UNL, o que reforça o efeito positivo da capitalização socioprofissional familiar. Importante é ainda notar que os descendentes de EDL são mais propensos a encetarem inserções qualificantes como empresários, gestores ou profissionais liberais capitalizados, enquanto para os descendentes de famílias na posição de classe PTE surgem mais associados ao tipo 4 que se distingue pela sua maior segurança e estabilidade.

Quadro n.º 30 – Tipologia de inserção profissional por nível de instrução do agregado familiar dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tipologia de inserção profissional	Nível de instrução do agregado familiar					Total Licenciados UL/UNL
	Até Básico 1º Ciclo	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior	
Exclusão profissional (Desemprego)	6,0	0,0	3,1	1,9	2,0	3,0
Tipo 1: Inserção frágil acantuada	3,8	6,4	3,1	5,1	1,7	3,3
Tipo 2: Inserção frágil	8,8	10,6	13,3	12,1	11,6	11,2
Tipo 3: Inserção clássica assalariada subqualificada	45,6	44,7	45,9	42,7	36,5	41,6
Tipo 4: Inserção clássica assalariada qualificante	30,8	34,0	32,7	32,5	38,6	34,5
Tipo 5: Inserção qualificante: empresários, consultores e profissionais liberais capitalizados	4,9	4,3	2,0	5,7	9,6	6,4
Total (N)	182	47	98	157	293	777

Variáveis em análise não cumprem os requisitos do teste do Qui-Quadrado.

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL.

Quadro n.º 31 – Tipologia de inserção profissional por classe social do agregado familiar dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tipologia de inserção profissional	Classe social do agregado familiar					Total Licenciados UL/UNL
	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	Profissionais Técnicos e de Enquadramento	Trabalhadores e Agricultores Independentes	Empregados Executantes	Operários Industriais e Assalariados Agrícolas	
Exclusão profissional (Desemprego)	1,2	2,7	1,5	5,8	6,2	3,0
Tipo 1: Inserção frágil acantuada	2,7	2,3	6,2	3,8	3,1	3,1
Tipo 2: Inserção frágil	9,7	11,3	9,2	16,0	9,2	11,4
Tipo 3: Inserção clássica assalariada subqualificada	40,1	38,3	41,5	41,0	60,0	41,6
Tipo 4: Inserção clássica assalariada qualificante	35,4	40,5	33,8	30,1	20,0	34,4
Tipo 5: Inserção qualificante: empresários, consultores e profissionais liberais capitalizados	10,9	5,0	7,7	3,2	1,5	6,5
Total (N)	257	222	65	156	65	765

Variáveis em análise não cumprem os requisitos do teste do Qui-Quadrado.

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL.

Ao nível dos recursos académicos, as formas de posicionamento desigual no mercado de trabalho tornam-se mais nítidas, sendo possível identificar quais os tipos de inserção profissional que se aliam a cada uma das áreas científicas de formação (quadro n.º 32). Optámos por organizar as várias áreas científicas de formação desde as que se aliam a situações mais favoráveis até às mais vulneráveis e precárias. Desta forma, surgem primeiro os licenciados em Economia e gestão que se aliam essencialmente aos tipos mais capitalizados de inserção profissional, ou seja, a inserções assalariadas clássicas qualificantes (72,4%) ou a inserções qualificantes como empresários, gestores e profissionais liberais (10,3%). Acresce que o peso residual que os outros tipos de inserção assumem junto destes licenciados confirma a tendência clara para que estes cursos potenciem sobremaneira a sua capitalização profissional. Segue-se um conjunto de três áreas de formação que conduzem os seus titulares maioritariamente até inserções clássicas assalariadas qualificantes, o que revela a elevada valorização destes cursos no mercado de trabalho. Assim, incluem-se no tipo 4 de inserção profissional 65,1% dos licenciados em Engenharias industriais e construção, 61,3% dos que cursaram em Saúde e 56,9% dos que se formaram em Matemática, estatística e informática. Entre estes últimos a ausência de situações de exclusão ou de fragilidade acentuada (tipos 0 e 1) indicia, além da valorização, a elevada empregabilidade dos cursos em Matemática, estatística e informática. Emerge depois um outro grupo, que integra os licenciados em Ciências físicas, em Ciências sociais e jornalismo e em Ciências da vida, associados a uma inserção clássica assalariada subqualificada (respectivamente, 53,7%, 52% e 47,4% no tipo 3), que corresponde a situações profissionais marcadas pela precariedade contratual mas que reúnem também um volume considerável de outros capitais. Acresce que cerca de 30% dos diplomados em cada uma destas áreas científicas de formação conseguem conquistar uma posição contratualmente mais segura e também mais capitalizada que os coloca no tipo 4 (respectivamente, 28%, 29,5% e 29,8%). Os que cursaram nestas três áreas distinguem-se pelo peso que as situações de exclusão assumem nas Ciências físicas (6,1%) e Ciências da vida (7%), o que se coaduna com os valores mais elevados de desemprego entre os graduados em ambas estas áreas científicas de formação.

Surge então a situação peculiar dos licenciados em Direito que deve ser interpretada de acordo com as especificidades da prática da advocacia⁹⁸. Estes

⁹⁸ Cf. Chaves e Seda Nunes 2012.

licenciados são os que mais se aliam a situações profissionais simbolicamente capitalizadas mas contratualmente frágeis (27,8% no tipo 5) que se referem, na maioria dos casos, a uma prática liberal-clássica da advocacia. Também encontramos uma percentagem assinalável de inserções do tipo 2 (19%), que concernem a posições profissionais assalariadas mas com vínculos contratuais inexistentes ou temporários, maioritariamente associadas a outras formas tipicamente precárias da prática forense.

A maioria dos licenciados em Educação encontra-se numa situação profissional assalariada e subqualificada (69%), o que revela a fragilidade contratual da profissão de professor. Aliás, as dificuldades profissionais dos que cursaram nesta área são também patentes se notarmos a sua ausência parcial nos dois tipos de inserção mais qualificantes (6%). Os licenciados em Artes e humanidades colocam-se no final desta ordenação, de facto, ainda que a maioria consiga alcançar uma inserção de tipo 3 (52%), mais de 24% fixam-se nos tipos mais frágeis de inserção (tipo 1 e 2), o que reforça a tendência que temos vindo a detectar entre estes licenciados para demonstrarem maiores dificuldades que os seus colegas para traduzir o seu recém-adquirido título académico em capitais profissionais.

A distribuição dos tipos de inserção profissional pelas classificações finais de curso (quadro n.º 33) torna visível a importância de um percurso académico de excelência para o sucesso profissional. Assim, os licenciados com classificações mais elevadas – superiores a 15 valores – são os que mais se aliam aos tipos 4 e 5, ou seja, a inserções assalariadas clássicas qualificantes (41,1%) ou a inserções qualificantes como empresários, gestores e profissionais liberais (7,8%). Destaque-se ainda que o somatório das inserções frágeis e de situações de exclusão não ultrapassa aqui os 10%. Entre os licenciados com classificações entre 13 e 15 valores destacam-se as inserções clássicas assalariadas, ainda que as situações subqualificadas possuam maior peso (42,4% no tipo 3) do que as qualificantes (33,8% no tipo 4). Por último, os licenciados com classificações de 12 valores ou menores revelam uma maior proximidade, tanto como de situações de exclusão (7,9%), como dos dois tipos mais frágeis de inserção, o tipo 2 (13,5%) e o tipo 1 (4,5%), ainda assim a maioria destes licenciados situam-se em posições profissionais assalariadas, 37,1% de tipo 3 e 32,6% de tipo 4.

Quadro n.º 32 – Tipologia de inserção profissional por área científica de formação dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tipologia de inserção profissional	Área científica de formação										Total Licenciados UL/UNL
	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais e Jornalismo	Economia e Gestão	Direito	Ciências da Vida	Ciências Físicas	Matemática, Estatística e Informática	Engenharias Industriais e Construção	Saúde	
Exclusão profissional (Desemprego)	1,2	4,0	3,3	0,0	1,3	7,0	6,1	0,0	7,0	1,1	3,1
Tipo 1: Inserção frágil acantuada	6,0	6,2	1,6	0,0	2,5	3,5	2,4	0,0	2,3	2,2	3,3
Tipo 2: Inserção frágil	17,9	18,1	13,1	0,0	19,0	3,5	7,3	5,9	2,3	5,4	11,1
Tipo 3: Inserção clássica assalariada subqualificada	69,0	52,0	50,8	17,2	15,2	47,4	53,7	31,4	20,9	28,0	41,4
Tipo 4: Inserção clássica assalariada qualificante	6,0	15,3	29,5	72,4	34,2	29,8	28,0	56,9	65,1	61,3	34,8
Tipo 5: Inserção qualificante: empresários, consultores e profissionais liberais capitalizados	0,0	4,5	1,6	10,3	27,8	8,8	2,4	5,9	2,3	2,2	6,4
Total (N)	84	177	61	58	79	57	82	51	43	93	785

Variáveis em análise não cumprem os requisitos do teste do Qui-Quadrado.

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Quadro n.º 33 – Tipologia de inserção profissional por classificação final de curso dos licenciados UL/UNL (percentagens em coluna).

Tipologia de inserção profissional	Classificação final de curso			Total Licenciados UL/UNL
	Até 12 valores	13 a 15 valores	16 ou mais valores	
Exclusão profissional (Desemprego)	7,9	2,4	3,3	3,1
Tipo 1: Inserção frágil acantuada	4,5	3,2	3,3	3,4
Tipo 2: Inserção frágil	13,5	11,8	3,3	11,0
Tipo 3: Inserção clássica assalariada subqualificada	37,1	42,4	41,1	41,6
Tipo 4: Inserção clássica assalariada qualificante	32,6	33,8	41,1	34,5
Tipo 5: Inserção qualificante: empresários, consultores e profissionais liberais capitalizados	4,5	6,4	7,8	6,4
Total (N)	89	592	90	771

Variáveis em análise não cumprem os requisitos do teste do Qui-Quadrado.

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

II. 4. Notas conclusivas

Dedicámos este capítulo à análise da forma como se desenrolou a inserção profissional dos licenciados UL/UNL e de como um conjunto diferenciado de recursos que esta população dispunha se traduziu em posições diversas no interior do campo profissional. Ao contrário do que muitos discursos advogam, observámos um cenário bastante positivo onde a maioria destes diplomados possui um emprego. Porém, ao aprofundar o olhar sobre este animador estado de inserção profissional, tornam-se visíveis distinções entre os licenciados que podem ser parcialmente decifradas atendendo aos distintos recursos que estes licenciados mobilizam na sua transição da universidade para o trabalho.

De facto, ainda que estar empregado seja uma situação partilhada pela maioria, o desemprego cresce ligeiramente entre os licenciados que provêm de famílias com baixos recursos escolares e socioprofissionais, enquanto as situações de inactividade – que maioritariamente representam estudantes com ou sem bolsa de estudos – são mais

frequentes em licenciados com famílias com maior volume destes capitais. Por outro lado, tornou-se manifesto que os detentores de cursos num conjunto de áreas científicas de formação ganham vantagem sobre os seus colegas de outras áreas, dado que são (quase) totalmente absorvidos pelo mercado de trabalho e as situações de desemprego ou de inactividade representam pouco mais que uma realidade remota. Também verificámos que entre os diplomados com classificações finais de curso mais elevadas a percentagem de desemprego é residual e existe uma maior probabilidade de permanência na esfera académica por prolongamento da formação, enquanto os licenciados com classificações finais de curso mais reduzidas experimentam situações de desemprego com maior frequência e são pouco atreitos a prosseguirem os seus estudos.

O nosso olhar ganhou maior profundidade quando se procurou perceber o tipo de inserção profissional dos licenciados UL/UNL. Recorrendo, numa primeira fase, às percepções dos próprios licenciados sobre o seu percurso profissional após a graduação, conseguimos (re)construir um percurso auspicioso para a maioria, onde a primeira inserção profissional pouco dista do momento da graduação e, pouco tempo depois, se alcança também um emprego considerado adequado ao nível de estudos e ao curso. Ainda de forma mais ténue do que havíamos inicialmente suposto, encontramos um efeito positivo da capitalização familiar, isto é, entre os licenciados de famílias com maior volume de capital escolar ou socioeconómico emergem percursos profissionais mais lineares e qualificantes. No entanto, os recursos académicos revelam-se mais determinantes para a celeridade com que decorre, não só a primeira inserção profissional, mas também o percurso até alcançar um emprego ajustado ao nível de estudos e ao curso. Ao ponto de algumas áreas científicas de formação conduzirem os seus titulares até uma relação muito favorável entre oferta e procura, que os leva a ser rapidamente absorvidos pelo mercado de trabalho, ocupando aí posições que entendem adequar-se aos seus cursos. Também as classificações finais de curso mais elevadas potenciam sobremaneira a rapidez com que se alcança este tipo de ajustamento profissional, assim como se associam à continuidade da formação académica.

O tipo de inserção profissional foi também cotejado através de uma bateria de indicadores que incidem sobre características objectivas do emprego que os licenciados UL/UNL detinham cinco anos após a sua graduação. Verificámos que a maioria alcançou uma posição profissional assalariada e ajustada ao seu nível de qualificação

académica, em horário de trabalho completo e com uma remuneração salarial líquida que ronda os 1300€. E ainda que o predomínio de vínculos contratuais temporários nos permita vislumbrar o espectro da insegurança profissional, podemos considerar a posição profissional dos licenciados UL/UNL animadora e mais favorável que a da população nacional de graduados do ensino superior com idades semelhantes (com vencimentos mais baixos, ainda que com maior segurança contratual). Devemos notar que este repertório de evidências empíricas desautoriza inequivocamente os discursos mais catastrofistas em torno da inserção profissional de recém-graduados do ensino superior que, mesmo atravessada por instabilidade contratual, afigura-se bem mais favorável do que se pressupõe nesses demagógicos discursos.

Tendo por base esses mesmos indicadores objectivos que caracterizam a posição no campo profissional foi construída uma análise tipológica que nos permitiu discernir realidades distintas no cenário, globalmente positivo, da inserção dos licenciados UL/UNL. Cerca de um terço insere-se, de facto, em situações profissionais capitalizadas e seguras contratualmente, no entanto, a inserção profissional para a maior parte não se revela contratualmente segura, embora nos restantes parâmetros considerados supere os valores médios para a população de graduados do ensino superior em Portugal com idades aproximadas. Estes dois aspectos combinados parecem indiciar que a fileira de licenciados UL/UNL assume uma posição de destaque no mercado de trabalho ao alcançar posições profissionais de elevado estatuto simbólico e material. Porém, essa ilação não é extensível a todos e, ainda que representem menos de um sexto, também nos deparamos com tipos de inserção profissional mais frágeis que, geralmente, correspondem a situações de trabalho que aliam à insegurança salarial o trabalho a tempo parcial, a desqualificação profissional e baixos rendimentos salariais. Importante é ainda destacar um pequeno segmento de licenciados que assume posições profissionais geralmente aliadas a precariedade contratual, mas que reúnem um volume de capital profissional excepcionalmente elevado, referimo-nos a empresários, gestores e profissionais liberais capitalizados.

Estes diferentes tipos de inserção profissional surgem aliados a distintas configurações de recursos familiares e académicos. Do ponto de vista das origens familiares destes licenciados, identificamos novamente uma tendência para um efeito positivo da capitalização familiar, ainda que existam algumas particularidades na tradução, acrescente-se, previsível, de elevados volumes de capitais familiares em

vantagens para a inserção profissional. Também aqui os recursos académicos reúnem um maior potencial explicativo, uma vez que a cada área científica de formação correspondem tipos específicos de inserção profissional, uns mais auspiciosos e outros mais sinuosos. Assim como também se fez prova de que os percursos académicos de excelência potenciam um tipo de inserção profissional mais seguro e capitalizado.

Forma-se assim um quadro de desigualdades entre os licenciados UL/UNL que nos revela a presença de processos de selectividade social durante o percurso de inserção profissional que, por sua vez, afectam o modo como esta população se distribui no campo profissional. Esse processo de “filtragem social” é porém mais visível atendendo ao recém-adquirido “manancial” académico destes licenciados do que através dos seus recursos familiares, uma constatação que contraria a possibilidade do predomínio dos processos de reprodução da estrutura social durante a inserção profissional.

Posto isto, podemos inferir que, em grande medida, a socialização escolar permite “diluir” algumas das desigualdades sociais patentes no momento de ingresso no ensino superior, ganhando assim ascendente sobre a socialização familiar no momento da transição para o trabalho. A conquista de recursos académicos valorizados no mercado de trabalho (desde logo, em cursos prestigiados e classificações finais de curso elevadas) catapulta aqueles que os possuem rumo a posições cimeiras na hierarquia profissional e, através desta via, a posições possidentes na própria estrutura social. Esta constatação não invalida que também se encontrem evidências de um movimento de reprodução social e cultural através da instituição escolar, que se relaciona com a maior probabilidade dos licenciados provenientes de famílias com elevado volume de capital escolar e socioprofissional se posicionarem em situações mais capitalizadas no mercado de trabalho.

Em suma, ainda que a ênfase nos percursos de inserção profissional esteja do lado dos recursos académicos dos licenciados UL/UNL, estes apenas suspendem parcialmente o movimento de reprodução das elites sociais, ainda assim, torna-se patente o poder democratizador da socialização escolar – ainda que não nos possamos esquecer que os capitais académicos mais valorizados tendem a ser monopolizados pelos “herdeiros” de famílias com maior volume de capitais o que, por sua vez, potencia os movimentos de reprodução social.

Não finalizaremos este ponto sem chamar a atenção para dois aspectos que pautamos da maior importância. O primeiro concerne ao período temporal a que estes dados reportam: não devemos esquecer que a situação no mercado de trabalho se deteriorou bastante nos últimos anos, com o aumento do desemprego e a degradação das condições no mercado de trabalho, especialmente entre a população mais jovem, e ainda que para os graduados do ensino superior a situação tenda a ser mais branda, podemos pensar que as situações de exclusão e os tipos de inserção mais frágeis, sejam mais comuns entre coortes mais recentes de graduados da UL e da UNL⁹⁹. No entanto, esta evolução negativa “não confere razão retrospectiva às alegações catastrofistas que permearam as representações vulgares – sobretudo as mediáticas – nas últimas duas décadas acerca da situação dos diplomados portugueses” (Moraes, Chaves e Sedas Nunes 2011, 17), mas aconselha a alguma prudência em paralelismos destes dados com coortes académicas mais recentes. Ainda assim, de acordo com o que aferimos neste estudo, podemos colocar a hipótese de que a inserção profissional não se tenha agravado de igual forma para todos os graduados do ensino superior, e que determinadas configurações de recursos familiares e, sobretudo, académicos, continuem a representar uma vantagem relativa para a empregabilidade e para a posse de uma posição profissional capitalizada no interior do campo profissional.

O segundo aspecto a salientar relaciona-se com o conceito de inserção profissional. No momento de crise económica e social que actualmente experimentamos na sociedade portuguesa, no qual esta noção se assume como um problema social e político central, é notório que a análise sociológica dispõe já de um “vasto património de quadros e instrumentos conceptuais que, em articulação com a Economia, a Psicologia Social e a Antropologia Social, lhe permitem guindar os estudos sobre esta matéria para além da estrita sociografia do emprego” (Chaves 2010, 33). De facto, ao longo deste capítulo, esta noção fez prova da sua validade heurística e potencial analítico perante a transição de recém-licenciados para o trabalho, permitindo alargar os

⁹⁹ A degradação do mercado de trabalho português desde o início do ano de 2011 torna-se visível nas últimas estatísticas oficiais do emprego do INE para o 2º Trimestre de 2012, onde se alerta para o “aumento da população desempregada em 22,5% em relação ao trimestre homólogo de 2011 e 0,9% em relação ao trimestre anterior”, cifrando-se a taxa de desemprego nesse momento em 15%. Acrescenta-se ainda que “a taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos) foi de 35,5%, valor superior ao observado no trimestre homólogo de 2011, em 8,5 p.p.”. No entanto, “a taxa de desemprego dos indivíduos com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico foi de 15,9%, no 2º trimestre de 2012, valor inferior ao observado para os indivíduos com ensino secundário e pós-secundário (16,8%), mas bastante superior ao observado para os indivíduos com nível de ensino superior (10,2%)” (INE 2012a, 2-7).

horizontes interpretativos tanto a lógicas estruturais como a individuais. No entanto, é certo que o trabalho conceptual sociológico ainda não produziu um conceito de inserção profissional suficientemente estabilizado, nem tampouco uma teoria da inserção consolidada (Alves 2008), todavia, as recentes abordagens conciliatórias, onde nos inserimos, e o trabalho científico desenvolvido na última década, para o qual tentámos contribuir, demonstram que nos encontramos perante uma “área de estudos” que não tem parado de evoluir teoricamente. Ainda assim, reiteramos aqui o apelo de outros estudiosos destes temas (Alves 2008; M.G. Alves 2007; Chaves 2010) para o desenvolvimento e integração do conhecimento produzido a este propósito.

Conclusão

Ao longo desta dissertação procurámos conhecer os percursos académicos e profissionais de uma coorte de licenciados do ensino superior. Observámos esses trajectos a partir de uma perspectiva que os enquadra na problemática da estratificação social e das desigualdades sociais e que procura dar resposta a algumas questões que elegemos como centrais para os trabalhos, nomeadamente, qual a influência de alguns dos recursos desta população na sua distribuição por posições diferenciadas no campo académico e profissional.

O cotejo entre as distintas origens familiares dos licenciados UL/UNL permite identificar dois processos sociais contrários mas que marcam simultaneamente o acesso a estas universidades. Por um lado, a reprodução social e a (sobre)selecção escolar, patentes no facto de que a maioria dos licenciados provém de agregados familiares com recursos socioeducacionais e socioprofissionais elevados – tendo por comparação o segmento da população nacional com características etárias semelhantes. Como resultado deste desequilíbrio, verificámos que a probabilidade de aceder a estas universidades é maior para os descendentes de famílias mais capitalizadas. Por outro lado, também se fez prova da presença de mecanismos democratizadores no ensino e, portanto, de processos de mobilidade social, desvelados na percentagem assinalável de licenciados provenientes de agregados familiares pouco capitalizados que consegue aceder a estas universidades, contrariando assim as probabilidades que lhes são adversas e potenciando, através da formação académica, a sua ascensão social. Este resultado em particular indicia uma base social de recrutamento alargada nestas universidades que, assim, promovem o processo de igualização de oportunidades face ao ensino. Todavia, a análise também realça que a distribuição destes licenciados por áreas científicas de formação surge significativamente influenciada pela sua origem social, a ponto do ingresso em áreas onde o risco de não conversão do investimento escolar em capitais socioprofissionais é menor (como no caso da Saúde ou da Economia e gestão) ser menos provável para os que têm origem em famílias com recursos socioeducacionais e socioprofissionais mais escassos. No entanto, a escolaridade assume-se como um processo dialéctico no qual os indivíduos não vão simplesmente à escola, apropriam-se dela, atribuem-lhe sentidos e são transformados por ela (Abrantes, 2003), esta relação é visível através da nivelação das classificações finais de curso, uma forte evidência de

que algumas das desigualdades sociais de partida são diluídas durante a formação académica e que os mecanismos de reprodução social são amenizados.

Posto isto, constatamos que as hipóteses que colocámos eram insuficientes para captar a complexidade do “jogo” social que ocorre durante o percurso académico. De facto, estas universidades confirmam e legitimam as desigualdades sociais existentes à partida, mas apenas até certo ponto, pois também funcionam como um elemento equalizador de oportunidades e assumem-se como um “trampolim” para a mobilidade social ao dotar os indivíduos de competências que se afirmam como um recurso valioso no mercado de trabalho, como aliás constatámos na segunda parte desta dissertação.

As informações recolhidas também nos permitiram estudar a passagem dos licenciados UL/UNL do universo académico para o mundo do trabalho, isto é, os seus percursos de inserção profissional. O enfoque analítico foi colocado novamente nas desigualdades sociais e procurámos averiguar se a posição no mercado de trabalho é “independente” das origens sociais ou dos, recém-conquistados, recursos académicos.

Na análise as trajectórias profissionais dos inquiridos encontrámos regularidades que se demonstram no número massivo de licenciados empregados, e no facto de, após a graduação, a maioria ingressar rapidamente numa actividade profissional e alcançar com grande celeridade um emprego que consideram adequado ao seu curso. Estas constatações contradizem os discursos mediáticos/mais pessimistas onde se assume o “desemprego” como destino provável de grande parte dos recém-graduados que, para o evitar, teriam forçosamente de aceitar actividades incompatíveis com o seu grau académico ou com as suas áreas de formação. Aliás, este “panorama catastrofista” também não encontra sustentação empírica nos levantamentos junto de outras populações de licenciados a que recorremos.

Face às hipóteses que colocávamos à partida, a segmentação das posições profissionais dos licenciados UL/UNL pelos seus recursos familiares e académicos revelou-se surpreendente. No essencial, verificámos que as origens sociais passam para segundo plano no mercado de trabalho e os recém-adquiridos recursos académicos (área científica de formação e classificação final de curso) assumem um maior protagonismo. De facto, alguns cursos parecem funcionar como “catalisadores” para a empregabilidade e para a qualidade do emprego, assim como os percursos académicos de excelência se revelam determinantes durante a inserção profissional.

Dotámos o nosso olhar de maior profundidade ao recorrer a uma análise tipológica das características da posição profissional dos licenciados UL/UNL que nos permitiu discernir realidades distintas no cenário, globalmente positivo, de inserção profissional desta população. Verificámos que a maioria ocupa posições profissionais assalariadas, ajustadas ao seu nível de escolaridade e auferem salários líquidos que superam os valores médios para os graduados do ensino superior em Portugal com idades aproximadas. Contudo, os empregos contratuamente inseguros também são maioritários entre os licenciados inquiridos, aspecto que, em grande medida, podemos associar a alterações no próprio mercado de trabalho que afectaram a estabilidade contratual de muitos trabalhadores. A distribuição dos licenciados inquiridos por estes vários tipos de inserção profissional encontra maior potencial explicativo junto dos recursos académicos diferenciados desta população do que através das suas diversas origens sociais. Descobriu-se assim que o posicionamento desigual no campo profissional e, portanto, também na estrutura social, não se pauta apenas por mecanismos de reprodução social. O facto de cada área científica de formação se aliar a tipos específicos de inserção profissional, uns mais auspiciosos e outros mais sinuosos, combinado com a constatação que os percursos académicos de excelência potenciam um tipo de inserção profissional mais seguro e capitalizado, revela a importância da socialização escolar, dos “saberes” e “saberes-fazer” que se incorporam durante esse processo.

Ainda que o universo inquirido não nos permita inferir estas conclusões para outras populações de graduados, elas estimulam a nossa imaginação sociológica e levam-nos a equacionar até que ponto estes mesmos mecanismos sociais se afirmam, e de que forma o fazem, noutros sectores do ensino superior português, quer no público quer no privado, tanto no universitário como no politécnico, assim como na inserção profissional destas diversas populações de graduados.

Este tipo de dúvidas torna evidente a principal limitação do nosso próprio trabalho, assim como revela as suas potencialidades. Se, por um lado, o excessivo atomismo do universo de investigação limita o alcance das nossas conclusões, por outro lado, estamos convencidos que os indicadores a que recorremos asseguram a comparabilidade e integração dos dados recolhidos com os de outras populações dentro ou fora da esfera universitária, de origem nacional ou internacional, uma possibilidade

que consideramos vital para dotar de maior robustez o estudo sociológico sobre estes temas.

Não nos devemos esquecer, tal como sublinham as referências sociológicas a que recorremos, que a relação dos indivíduos com a escola ou com o mercado de trabalho ocorre em redes alargadas de sociabilidade, isto é, resulta de processos mediados e influenciados por quadros de interacção e por questões contextuais e sociohistóricas. Apesar de nos restringirmos ao ponto de vista dos indivíduos, consideramos que outras dimensões e perspectivas de análise podem, sem dúvida, suscitar novas pistas de investigação passíveis de serem exploradas em futuras investigações e interligadas com as que aqui avançámos.

Não finalizaremos esta dissertação sem antes denotar um certo anacronismo nos dados de que dispomos, quer face às importantes alterações no perfil dos estudantes e da própria estrutura universitária desde a “reforma de Bolonha”, quer por referência à instabilidade que se verifica actualmente no mercado de trabalho e que, certamente, se reflecte nos graduados do ensino superior. A continuidade deste tipo de estudos permitirá informar sobre o impacte destas transformações no trajecto académico e profissional de coortes mais recentes de graduados do ensino superior.

Uma última, mas não menos importante, consideração diz respeito à população “inactiva”. Cremos que esta designação oficial esconde por mero efeito estatístico, e num grande número de casos, uma estratégia “activa” de inserção profissional que se desenrola através do prolongamento de estudos académicos. Ainda que este tipo de iniciativa proteja a entrada no mercado de trabalho permite ampliar o volume de capital académico que, como vimos, desempenha um papel central na conquista de posições profissionais qualificantes. Por outro lado, um número considerável de estudantes entre os inactivos pode acalentar projectos profissionais que elegem o meio académico como principal objectivo o que, como bem sabemos, implica o prolongamento da escolaridade. Entendemos que observar a população “inactiva”, ainda que de reduzida dimensão, pode ampliar a nossa compreensão sobre os contornos da inserção profissional dos licenciados do ensino superior.

Bibliografia

Allen, Jim e Rolf Van der Velden (Edits.). 2007. *Research into Employment and Professional Flexibility (REFLEX)*. Maastricht: Research Centre for Education and the Labor Market.

Abrantes, Pedro. 2003. “Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade” *Sociologia, Problemas e Práticas* 41: 93-115.

Abrantes, Pedro. 2011. “Revisitando a teoria da reprodução: debate teórico e aplicações ao caso português” *Análise Social* XLVI: 261-281.

Almeida, António José, Isabel Faria Vaz, Maria Marques e Pedro Dominginhos. 2007. *Inserção profissional dos licenciados pela ESCE: relatório do inquérito realizado em 2006/2007*. Setúbal: Escola Superior de Ciências Empresariais/IPS.

Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado. 1988. “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica” *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4: 11–44

Almeida, João Ferreira de, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana da Cruz Martins, e Rosário Mauritti. 2003. *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*. Oeiras: Celta Editora.

Almeida, Paulo Pereira. 2005. *Trabalho, serviço e serviços: contributos para a sociologia do trabalho*. Porto: Afrontamento.

Alves, Mariana Gaio. 2003. “A Inserção Profissional de Diplomados do Ensino Superior Numa Perspectiva Educativa: o Caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia” Dissert. Doutoramento, FCT Universidade Nova de Lisboa.

Alves, Mariana Gaio. 2004. “Os Diplomados do ensino superior: diferenciação sexual nos processos de inserção profissional” *Sociologia* 14: 227-251.

Alves, Mariana Gaio. 2007. *A inserção profissional de diplomados do ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da faculdade de ciências e tecnologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Alves, Mariana Gaio. 2010. “Ensino superior e inserção profissional – uma análise comparativa de percursos de licenciados” *Configurações* 7: 47-61.
- Alves, Mariana Gaio, e Ana Paula Marques (Orgs.). 2010. *Inserção profissional de graduados em Portugal. (Re)configurações teóricas e empíricas*. Braga: Húmus.
- Alves, Natália. 2000. *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados pela Universidade de Lisboa 1994-1998*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Alves, Natália. 2005. *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados pela Universidade de Lisboa 1999-2003*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Alves, Natália. 2009. *Inserção profissional e formas identitárias*. Lisboa: Educa.
- Alves, Nuno de Almeida, Frederico Cantante, Inês Baptista, Renato Carmo. 2011. *Jovens em transições precárias*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Alves, Nuno de Almeida e Pedro Jacobetty. 2008. “Análise estrutural: o que mostram os indicadores”, em *Os estudantes e os seus trajectos no ensino superior: Sucesso e Insucesso, Factores e Processos, Promoção de Boas Práticas*, editado por António Firmino da Costa e João Teixeira Lopes, XX-XX. Lisboa: CIES/ISCTE.
- Alves, Nuno, Mário Centeno e Álvaro Novo. 2010. “O investimento em educação em Portugal: retornos e heterogeneidade” *Boletim Económico do Banco de Portugal* Primavera 2010: 9-39.
- Arroteia, Jorge. 2000. “Aspectos da avaliação do ensino superior” *Revista portuguesa da Educação* 13 (2): 111-123
- Azevedo, Joaquim. 2002. *O Fim de um ciclo? A educação em Portugal no início do século XXI*. Porto: Asa.
- Balsa, Casimiro, José Alberto Simões, Pedro Nunes, Renato do Carmo, Ricardo Campos. 2001. *Perfil dos estudantes do ensino superior. Desigualdades e diferenciação*. Lisboa: Colibri.
- Barreto, António (org). 1996. *A situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS.
- Beck, Ulrich. 2000. *The Brave New World of Work*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, Ulrich. 2007. *World at risk*. Cambridge: Polity Press.
- Benavente, Ana e Adelaide Correia. 1980. *Obstáculos ao sucesso na Escola Primária*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

- Berger, Peter e Thomas Luckmann. 1999[1966]. *A Construção Social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.
- Bernstein, Basil. 1975. *Class, codes and control: Toward a theory of educational transmissions*. London: Routledge.
- Boltanski, Luc e Eve Chiapello. 2007[1999]. *The new spirit of capitalism*. Londress: Verso.
- Boudon, Raymond. 1973. *L'Inégalité des Chances. La Mobilité Social dans les Sociétés Industrielles*. Paris: Armand Colin.
- Boudon, Raymond. 1979. *La Logique du Social: Introduction à L'Analyse Sociologique*, Paris: Pluriel.
- Boudon, Raymond. 1981. *A Desigualdade de Oportunidades*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Boudon, Raymond. 1990. *O lugar da desordem*. Lisboa: Grávida.
- Boudon, Raymond. 1995. *Tratado de sociologia*. Lisboa: Asa.
- Bourdieu, Pierre. 1980. *Le Sens pratique*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre. 1996. "La Double vérité du travail" *Actes de la recherche en sciences sociales* 114: 89-90.
- Bourdieu, Pierre. 2002[1972]. *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, Pierre. 2003[1984]. "Algumas propriedades dos campos" em *Questões de Sociologia*, editado por Pierre Bourdieu, 119-126. Lisboa: Fim de Século.
- Bourdieu, Pierre. 2010[1979]. *A Distinção*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Passeron. 1996[1970]. *La Reproducción*. Cidade do México: Fontamara.
- Buchmann, Marlis. 1989. *The Script of Life in Modern Society. Entry into Adulthood in a Changing World*. Chicago: The University of Chicago Press.

- Cardoso, Adalberto. 2008. "Transitions from school to work in Brazil: the persistence of inequality and frustrated expectations." *Dados - Revista de Ciências Sociais* 51-III: 569-616.
- Carrilho, Maria e Lurdes Patrício. 2010. "A situação demográfica recente em Portugal" *Revista de Estudos Demográficos* 48: 101-145.
- Carvalho, Helena. 2004. *Análise multivariada de dados qualitativos – utilização da HOMALS com o SPSS*. Lisboa: Sílabo.
- Casanova, José Luís. 1993a. "Posições e Disposições: Trajectórias Sociais e Recomposição do Habitus" Dissert. Mestrado, ISCTE.
- Casanova, José Luís. 1993b. *Estudantes Universitários: Composição Social, Representações e Valores*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Instituto da Juventude.
- Casanova, José Luís. 1995. "Uma avaliação conceptual do Habitus" *Sociologia, Problemas e Práticas* 15: 45-68.
- Chaves, Miguel. 2007. A Inserção profissional dos diplomados em Portugal, *Le Monde Diplomatique* 6 (2.^a edição): 2-3.
- Chaves, Miguel. 2010. *Confrontos com o trabalho entre jovens advogados. As novas configurações da inserção profissional*. Lisboa: ICS.
- Chaves, Miguel e César Moraes. 2008. *Relatório sobre o percurso dos licenciados da FCSH – UNL que concluíram os cursos no ano 2002*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Chaves, Miguel e João Sedas Nunes. 2012. "Deontologia e capitalização simbólica na advocacia portuguesa contemporânea" *Análise Social* 202:114-145.
- Cloutier, Renée, Claude Trottier et Louise Laforce. 1998. "Les projets de vie et l'insertion professionnelle de femmes et d'hommes titulaires d'un baccalauréat" *Recherches féministes* 11-1: 111-132.
- Coleman, James, et al. 1966. *Equality of educational opportunity*. Washington: U.S. Government Printing Office.
- Cordeiro, João Pedro. 2002. Modalidades de inserção profissional dos quadros superiores nas empresas *Sociologia, Problemas e Práticas* 38: 79-98.

- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida. 1990. "Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade" *Análise Social* XXV (105-106): 193–221
- Costa, António Firmino da, e José Luís Casanova. 1996. "Classes sociais" *Sociologia, Problemas e Práticas* 19: 191-195.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida. 2000. "Classes sociais na Europa" *Sociologia, Problemas e Práticas* 34: 9-45.
- Côté, James. 2002. "The role of identity capital in the transition to adulthood: the individualization thesis examined" *Journal of Youth Studies* 5(2): 117-134.
- Crompton, Rosemary, Suzan Lewis e Clare Lyonette. 2007. *Women, Men, Work and Family in Europe*. Houndmills: Palgrave Macmillan.
- Diogo, Ana. 2008. *Investimento das famílias na escola. Configuração familiar e contexto escolar local*. Oeiras: Celta.
- Diogo, Ana. 2005. "Na encruzilhada das estratégias das famílias e da organização das escolas: a composição das turmas na ilha de S. Miguel." *Arquipélago – Ciências da Educação* 6: 23-52.
- Dores, António. 2000. "O novo espírito do capitalismo" *Sociologia* 34: 179-183.
- Dornelas, António. 2010. "O trabalho não declarado é invisível?" em *Portugal Invisível* editado por António Dornelas, Luísa Oliveira, Luísa Veloso e Maria das Dores Guerreiro, 95-107. Lisboa: Mundos Sociais.
- Dubar, Claude. 2005[2000]. *A socialização, construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: LMF.
- Dubar, Claude. 2006[2000]. *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. Porto: Afrontamento.
- Dubernet, Anne-Chantal *et al.* 1996. *Les contrats précaires*. Nantes: Cereq.
- Émile Durkheim. 1968[1922]. *Éducation et sociologie*. Paris: Les Presses universitaires de France.

- Estanque, Mendes e João Arriscado Nunes. 2003. "Dilemas e desafios da universidade: recomposição social e expectativas dos estudantes na universidade de Coimbra" *Revista Crítica de Ciências Sociais* 66: 1-39.
- Freire, João (Coord.). 2000. *Atitudes face ao Emprego, Trabalho e Tempo Livre – Os Processos de Motivação para o Trabalho*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Forquin, Jean-Claude. 1997. *Les sociologues de l'éducation américains et britanniques*. Bruxelles: De Boeck.
- Fuller, Sylvia. 2008. "Job mobility and wage trajectories for men and women in the United States" *American Sociological Review* 73 (Vol. I): 158-183.
- Freire, João (Coord.). 2008. *Orientações Perante o trabalho e Relações Laborais, Relatório Final*. Lisboa: ICS/MTSS.
- Galland, Olivier. 1984. "Précarité et entrées dans la vie" *Revue française de Sociologie*, XXV: 49-66.
- Galland, Olivier. 1990. "Un nouvel âge de la vie" *Revue française de Sociologie*, XXXI-4: 529-552.
- Galland, Olivier. 1996. "L'entrée dans la vie adulte en France. Bilan et perspectives sociologiques" *Sociologie et Sociétés*, 28-1: 37-46.
- Gonçalves, Carlos, Isabel Menezes e Maria Martins. 2009. *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2005-2006)*. Porto: Universidade do Porto.
- Grácio, Sérgio. 1986. *A Política educativa como tecnologia social. As reformas do ensino técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte
- Grácio, Sérgio. 1997. *Dinâmicas de escolarização e das oportunidades individuais*. Lisboa: Educa.
- Grácio, Sérgio. 1997a. "A mobilidade social revisitada" *Sociologia Problemas e Práticas* 24: 45-69.
- Grácio, Sérgio. 1997b. *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais*. Lisboa: Educa.
- Grácio, Sérgio. 2002. "Versão forte ou versão matizada das teorias da reprodução cultural? Uma discussão" *Educação, Sociedade & Culturas* 18: 41-66.

Guerreiro, Maria das Dores. 1996. *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*. Oeiras: Celta.

Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes. 2004. *Transições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Guérin-Plantin, Chantal. 2000. "Nul ne doit quitter l'école sans qualification" *VEI Enjeux* 122: 235-246.

Hadji, Charles. 1994. *Avaliação, as regras do jogo*. Porto: Porto Editora.

Instituto Nacional de Estatística (INE). 2010. Estatísticas do emprego para o 4º Trimestre de 2010. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (INE). 2012a. Estatísticas do emprego para o 2º Trimestre de 2012. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (INE). 2012b. Estatísticas no feminino: ser mulher em Portugal. Lisboa: INE.

Kalleberg, Arne. 2009. "Precarious Work, Insecure Workers: Employment Relations in Transition" *American Sociological Review* 74-I: 1-22.

Kogan, Irena e Marge Unt. 2005. "Transition from school to work in transition economies" *European Societies* 7-II: 219-253.

Kovács, Ilona. 2004. "Emprego flexível em Portugal", *Sociologias* 12-6: 32-67.

Lahire, Bernard. 1997. *O sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática.

Lahire, Bernard. 2002. *Portraits Sociologiques: Dispositions et Variations Individuelles*. Paris: Nathan.

Lahire, Bernard. 2005. "Patrimónios individuais de disposições" *Sociologia, Problemas e Práticas* 49: 11-42.

Leite, Carlinda *et al.* 1993. *Avaliar a avaliação*. Porto: ASA

Leite, Carlinda e Preciosa Fernandes. 2002. *Avaliação das aprendizagens dos alunos: novos contextos, novas práticas*. Porto: ASA

- Lisboa, Manuel. 2002. *A Indústria Portuguesa e os Seus Dirigentes: crescimento na 2ª metade do século XX e potencial de inovação das funções capitalista, empresarial e de gestão*. Lisboa: Educa.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, e João Ferreira de Almeida. 1989. “Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 27/28: 189-209.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova, e João Ferreira de Almeida. 2003. “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 66: 45-80.
- Marques, Ana Paula. 2002. *Entre o Diploma e o Emprego: a inserção Profissional de Jovens Engenheiros*. Porto: Afrontamento.
- Martins, António, Jorge Arroteia, e Maria Gonçalves. 2002. *Sistemas de (des)emprego: trajectórias de inserção*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Martins, Susana da Cruz. 2012. *Escolas e estudantes da Europa*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da Costa. 2005. *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: DGES/MCTES.
- Mauritti, Rosário. 2002a. “Estudantes Universitários: Trajectórias Sociais e Expectativas de Inserção Profissional” Dissert. Mestrado ISCTE.
- Mauritti, Rosário. 2002b. “Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta” *Sociologia, Problemas e Práticas* 39: 85-116.
- Mendes, Rui, João Patrício, e Ana Lucas. 2006. *III Inquérito ao percurso sócio-profissional dos diplomados do IST*. Lisboa: IST.
- Milanovic, Branko. 2011. *The Haves and the Have-Nots. A Brief and Idiosyncratic History of Global Inequality*. Nova Iorque: Basic Books.
- Moncel Nathalie e Rose José. 1995. “Spécificités et déterminants de l'emploi des jeunes de 18 à 25 ans et de 26 à 29 ans : vers la fin de la transition professionnelle ?” *Economie et statistique* 283-284: 53-66.

- Morais, César, Miguel Chaves e Susana Batista. 2010. “Notas sobre o estudo da precariedade e dos confrontos subjectivos com a precariedade entre os diplomados de uma faculdade de ciências sociais e humanas”, em *Inserção profissional de graduados em Portugal. (Re)configurações teóricas e empíricas*, organizado por Mariana Gaio Alves e Ana Paula Marques, 233-258. Braga: Húmus.
- Nicole-Drancourt, Chantal e Laurence Roulleau-Berger. 1995. *L’insertion des jeunes en France*. Paris: PUF.
- Nicole-Drancourt, Chantal e Laurence Roulleau-Berger. 2001. *Les Jeunes et le travail: 1950-2000*. Paris: PUF.
- Nogueira, Cláudio e Maria Nogueira. 2002. “A sociologia da educação em Pierre Bourdieu: limites e contribuições” *Educação & Sociedade* 78: 15-36.
- Oliveira, Luísa e Helena Carvalho. 2008. “A precarização do emprego na Europa” *Dados - Revista de Ciências Sociais* 3/51: 541-567.
- Pais, José Machado e Vítor Sérgio Ferreira. 2010. *Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa*. Lisboa: ICS.
- Pappámikail, Lia. 2010. “Juventude(s), autonomia e sociologia” *Sociologia* 20: 395-410.
- Parente, Cristina, Madalena Ramos, Vanessa Marco, Sofia Cruz e Hernâni Neto. 2011. “Efeitos da escolaridade nos padrões de inserção profissional juvenil em Portugal” *Sociologia, Problemas e Práticas* 65: 69-93.
- Parsons, Talcott e Robert Bales. 1956. *Family Socialization and interaction process*. Londres: Routledge.
- Paugam, Serge. 2000. *Le Salarié de la Précarité*. Paris: PUF.
- Pereira, Eduardo, João Patrício, Rui Mendes, Marta Pile e Carla Patrocínio. 2006. *Ensino superior nos países ibero-americanos*. Lisboa: MCTES.
- Petitot, André. 1982. *Production de l’École – Production de la Société*, Genève: Librairie Droz.
- Pintassilgo, Joaquim. 2003. “Construção histórica da noção de democratização do ensino. O contributo do pensamento pedagógico português” em *Democratização*

escolar. *Intenções e Apropriações* editado por Maria Vieira, Joaquim Pintassilgo e Benedita Melo, 119-141. Lisboa: CIE/FCUL.

Portugal, Pedro. 2004. "Mitos e Factos sobre o Mercado de Trabalho Português: a Trágica Fortuna dos Licenciados" *Boletim Económico do Banco de Portugal* Março: 73-80.

Rademacher, Walter e Martin Leitner. 2009. *Bologna Process in Higher Education in Europe. Key Indicators on the Social Dimension and Mobility*. Luxemburgo: Office for the Official Publications of the European Communities.

Rebelo, Glória. 2004. *Flexibilidade e precariedade no trabalho*. Lisboa: Ed. Autor.

Reis, Elizabeth. 2001. *Estatística Multivariada Aplicada*. Lisboa: Sílabo.

Rifkin, Jeremy. 2001. *The end of work*. Nova Iorque: Penguin.

Rocha, Gilberta Pavão Nunes, Amélia Santos e Licínio Tomás. 2005. *Entre Margens. Percursos para uma Vida Activa*. Ponta Delgada: Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional.

Rodrigues, Eduardo. 2007. "A biblioteca e os seus públicos" *Sociologia, Problemas e Práticas* 53: 135-157.

Roldão, Maria. 2005. *Gestão do currículo e avaliação de competências: as questões dos professores*. Lisboa: Presença.

Rosa, Maria João e Paulo Chitas. 2010. *Portugal: os números*. Lisboa: FFMS.

Rose, José. 1990. "Des conventions aux formes institutionnelles: éléments pour un débat" *Revue française d'économie* 5-3: 123-153.

Rose, José. 1994. "Novas Questões Sobre a Inserção Profissional" *Revista Europeia de Formação Profissional* 2: 72-76.

Saúde, Sandra. 2005. *Percursos de Inserção Profissional dos Diplomados do Ensino Superior Politécnico*. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

Schwartz, Bertrand. 1981. *L'insertion social e professionnelle des jeunes – rapport au Premier ministre*. Paris: La documentation française, Setembro.

Sebastião, João e Sónia Vladimira Correia. 2007. "A Democratização do Ensino em Portugal", em *Portugal no Contexto Europeu, Vol. I: Instituições e Política*, organizado

por António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila, 107-135. Oeiras: Celta.

Silva, Cristina. 1999. *Escolhas escolares, heranças sociais*. Oeiras: Celta.

Sistema de Observação de Percursos de Inserção de Diplomados do ensino superior (ODES). 2002. *Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior: Síntese de Resultados*. Lisboa: Instituto para a Inovação na Formação.

Storen, Liv Anne e Clara Åse Arnesen. 2007. “Winners and losers”, em *Research into Employment and Professional Flexibility (REFLEX)*, editado por Jim Allen Rolf Van der Velden, 221-266. Maastricht: Research Centre for Education and the Labor Market.

Tanguy, Lucie (Org.). 1986. *L'introuvable relation formation-emploi, un état des recherches en France*. Paris: La Documentation Française.

Teichler, Ulrich e Harald Schomburg. 2006. *Education and Graduate Employment in Europe*. Dordrecht: Springer.

Trottier, Claude. 2000. “Questionnement sur l’insertion professionnelle des jeunes” *Lien social et Politiques* 43: 93-101.

Trottier, Claude. 2001. “Entre education et travail: les acteurs de l’insertion” *Éducation et Sociétés* 7: 5-22.

Twenge, Jean, Stacy Campbell, Brian Hoffman, e Charles Lance. 2010. “Generational Differences in Work Values: Leisure and Extrinsic Values Increasing, Social and Intrinsic Values Decreasing” *Journal of Management* 36-5: 1117-1142.

Vieira, Carlos, Luís Raposo e Manuela Santos. 2008. *Relatório sobre o Inquérito aos Licenciados da Universidade de Évora*. Évora: Pró-Reitoria para a Política da Qualidade e Inovação.

Vieira, Maria. 2003a. “Famílias e escola: Processos de construção da democratização escolar” em *Democratização escolar. Intenções e Apropriações* editado por Maria Vieira, Joaquim Pintassilgo e Benedita Melo, 75-103. Lisboa: CIE/FCUL.

Vieira, Maria. 2003b. *Educar Herdeiros: práticas educativas da classe dominante lisboeta nas últimas décadas*. Lisboa: Gulbenkian.

Vincens, Jean. 1997. “L’insertion professionnelle des jeunes. À la recherche d’une définition conventionnelle” *Formation Emploi* 60: 21-36.

Wacquant, Loïc. 2007. “Esclarecer o Habitus” *Educação e Linguagem* 16: 63-71.

Weber, Max. 1968. *Economy and Society* - vol. I. New York: Bedminster.

Anexo I – Metodologia do projecto “Percursos de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho”

1. Apresentação do projecto¹⁰⁰

Este projecto tem como objectivo conhecer os percursos de inserção profissional dos licenciados do ensino superior, através de quatro objectivos interligados: Em primeiro lugar, construir-se-á um modelo de análise no sentido de abordar de forma sociologicamente sofisticada o percurso dos licenciados. Esse modelo procurará articular três dimensões centrais da inserção: i) a “situação objectiva dos licenciados face ao trabalho”; ii) os “recursos de que dispõem no acesso ao mercado de trabalho”, iii), e as “relações subjectivas que estabelecem com o trabalho”. Ressalte-se que esta orientação conceptual pontuou trabalhos de investigação anteriormente desenvolvidos por membros da equipa. Em segundo lugar, produzir-se-á uma compilação e comparação, quer dos questionários produzidos a nível internacional e nacional sobre a inserção profissional quer, de questionários que contemplam informações acerca das relações subjectivas com o trabalho, geralmente ausentes dos inquéritos à inserção. Este ponto culminará com a elaboração de um instrumento de inquirição aperfeiçoado e actualizado, susceptível de ser adoptado de forma estandardizada a nível nacional. Em terceiro lugar, proceder-se-á à aplicação desse questionário em duas grandes universidades públicas – Universidade de Lisboa (UL) e Universidade Nova de Lisboa (UNL) – aos diplomados que concluíram as suas licenciaturas em 2004/05, caracterizando, retrospectivamente, os primeiros 5 anos de inserção profissional e as suas relações subjectivas com o trabalho. Por último, desenvolver-se-á uma análise de cariz qualitativo, orientada para um estudo das relações subjectivas com o trabalho, baseada em entrevistas aprofundadas realizadas a indivíduos extraídos da mesma coorte académica. Será assim possível obter informações difíceis de captar através de metodologias quantitativas aplicadas de modo extensivo.

2. Ferramenta e metodologia de recolha de dados

De acordo com o modelo conceptual e analítico que subjaz a esta investigação e considerando também outras ferramentas de investigação sobre estes temas, foi

¹⁰⁰ O primeiro ponto deste anexo reproduz parte do sumário executivo que consta no documento de candidatura deste projecto de investigação a financiamento junto da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT - PTDC/CS-SOC/104744/2008).

elaborado um guião de entrevista directivo. O questionário construído tem características retrospectivas e foi concebido para ser aplicado de forma indirecta e por telefone. Não existiu apoio de um sistema de CATI (Computer Assisted Telephonic Interview), e assim, o questionário circulou em suporte de papel.

A escolha deste método de inquirição prende-se com o universo em estudo e com a natureza do próprio estudo. O facto de os entrevistadores se identificarem como parte de uma equipa de investigação que aborda ex-alunos das universidades em estudo demonstrando interesse nos seus percursos profissionais, credibiliza o entrevistador e cria uma dinâmica positiva de resposta, permitindo que os entrevistados se disponibilizem facilmente para responder ao inquérito, e o façam com interesse apesar do seu extenso tempo de aplicação (aproximadamente 35 min).

3. Períodos de referência

O inquérito foi construído de forma a obter informação acerca da situação profissional dos entrevistados em três momentos distintos: 1 ano, 3 anos e 5 anos após a obtenção da licenciatura. Para a caracterização da situação profissional nesse último momento estabeleceu-se a semana de referência (15 a 19 de Novembro de 2010), uma vez que era a semana imediatamente anterior ao início dos trabalhos de inquirição.

4. Recolha das listagens dos indivíduos

A listagem dos indivíduos que constituíam o universo em estudo foi recolhida junto aos serviços administrativos das várias unidades orgânicas (UO) da UL e da UNL. A partir destes dados foi construída uma “base de sondagem”.

5. Universo em estudo

O universo de inquirição considera a totalidade dos diplomados de 1º ciclo da UL e da UNL, que obtiveram o seu grau no ano lectivo de 2004/2005, considerando todas as UO's e cursos, num total de 4.290 indivíduos (quadro n.º 1).

Quadro n.º 1 Distribuição dos licenciados UL/UNL em 2004/2005 por unidade orgânica

		Universo (N)
UL	FBA	127
	FC	770
	FD	379
	FF	156
	FL	723
	FM	163
	FMD	82
	FPCE	160
	Total	2560
UNL	FCM	150
	FCSH	545
	FCT	606
	FD	79
	FE	281
	ISEGI	69
	Total	1730
Total		4290

6. Procedimentos de Amostragem

De acordo com procedimentos de amostragem probabilística, optou-se nesta inquirição pela utilização de uma amostra aleatórias simples. Neste sentido, gerou-se automaticamente, com recurso ao computador, um número de ordem para cada elemento da população. Estas listagens de contactos foram então organizadas de forma sequencial e distribuídas pelos entrevistadores, garantindo-se que todos os indivíduos seleccionados seriam alvo de, pelo menos, cinco tentativas de contacto em horários e dias diferentes.

7. Margens de erro obtidas

Os procedimentos observados na constituição e recolha da amostra para esta investigação tinham o propósito declarado de garantir representatividade estatística dos dados recolhidos. A análise das margens de erro indicadas no quadro n.º 2 revela que a amostra, considerada na sua totalidade, tem uma fiabilidade e representatividade excelente face à totalidade do universo em estudo (erro máximo de 2,71%, considerando um intervalo de confiança de 95%).

Apesar de não calcularmos a amostra de forma a garantir uma representatividade estatística aceitável face a outras variáveis que não o conjunto UL/UNL foram calculadas as margens de erro para as várias UO's assim como para cada uma das

universidades, em qualquer um dos casos assumindo um intervalo de confiança de 95% (quadro n.º 2). Analisando os cálculos por UO a margem de erro aumenta consideravelmente, variando entre 6,28% para a FL-UL e 23,38% para o ISEGI-UNL. Considerando agora cada universidade as margens de erro permanecem bastante reduzidas (3,51% para a UL e 4,25% para a UNL).

Quadro n.º 2 Relação entre Universo/ Amostra e Erro Amostral por UO.

		Erro Amostral		
		Universo (N)	Realizados (N)	Erro*
UNL	FCM	150	31	15,68%
	FCSH	545	129	7,54%
	FCT	606	146	7,07%
	FD	79	20	18,94%
	FE	281	67	10,45%
	ISEGI	69	14	23,38%
	Total	1730	407	4,25%
UL	FBA	127	28	16,35%
	FC	770	175	6,51%
	FD	379	77	9,97%
	FF	156	38	13,83%
	FL	723	182	6,28%
	FM	163	40	13,46%
	FMD	82	19	19,71%
	FPCE	160	38	13,88%
	Total	2560	597	3,51%
Total		4290	1004	2,71%

* Para intervalo de confiança 95% erro máximo em percentagem (%).

8. Cálculo da margem de erro amostral

Para calcular os valores do erro face à população inquirida foi considerada um intervalo de confiança de 95% e assumida a “hipótese pessimista” (equação n.º 1).

Equação n.º 1 Cálculo da Margem de erro.

$$\text{Valor do Erro} = 1.96 * \sqrt{(1-n/N) * (0,25/n)}$$

9. Entrevistadores e supervisores

De forma a garantir a correcção e qualidade da inquirição, todos os entrevistadores e supervisores receberam formação por parte dos coordenadores deste estudo. A formação ministrada incidiu sobre: i) Apresentação das linhas gerais que

norteiam a inquirição – principais objectivos, enquadramento institucional, universo em estudo, conceitos utilizados, especificidades próprias de um estudo retrospectivo e aspectos relacionados com a confidencialidade dos dados a recolher; ii) Apresentação do questionário – explicação exhaustiva da estrutura do questionário, filtros e dinâmica de resposta. Orientações sobre questões com escala de resposta, questões com resposta em aberto e questões retrospectivas; iii) As respostas – notas sobre a forma mais adequada de obter o máximo de informação e de conduzir a entrevista.

Todos os que participaram nesta inquirição receberam também um manual (“Manual do Inquiridor”) que se constituiu como um elemento-chave durante a formação e inquirição. Este guia apresenta-se estruturado em seis blocos: 1) Objectivos do Inquérito – objectivos gerais da inquirição; 2) Universo e Amostra – apresentação do universo em estudo e explicação sumária do método de amostragem; 3) A aplicação do questionário – cuidados a ter de forma a garantir a confidencialidade dos dados, importância de contactar os indivíduos seleccionados; 4) Especificidades do contacto telefónico – forma correcta de encetar um contacto telefónico com os inquiridos; 5) O questionário – explicação exhaustiva do questionário; 6) Preenchimento de questões específicas – orientações específicas para determinadas questões do questionário; 7) Glossário – explicação dos principais conceitos e termos técnicos utilizados.

A equipa responsável pela aplicação dos questionários integrou mais de duas dezenas de entrevistadores e dois supervisores oriundos de várias UO’s da UNL.

10. Pré-Teste do questionário

Durante os dois primeiros dias da inquirição foi realizado um pré-teste do questionário, considerando-se para esse efeito os primeiros 50 questionários efectuados. Este procedimento procurou avaliar aspectos técnicos na construção do questionário: i) a inteligibilidade e ordem das questões colocadas; ii) a pertinência e validade das categorias de resposta pré-estabelecidas; iii) e o tempo médio de aplicação do questionário. Não foram detectados problemas relevantes durante este pré-teste e, portanto, não se justificou a introdução de alterações significativas ao questionário.

11. Aplicação dos questionários

As entrevistas foram aplicadas telefonicamente entre 25 de Novembro de 2010 e 25 Janeiro de 2011 (interrupção de 20 de Dezembro de 2010 a 3 de Janeiro de 2011) por uma equipa de entrevistadores devidamente formados para o efeito e supervisionada por dois elementos. Os trabalhos de inquirição decorreram nos dias úteis, entre as 17:00hs e as 21:00hs.

O quadro n.º 6 apresenta um resumo das situações identificadas ao longo da inquirição segmentadas por universidade. Podemos verificar que em ambas as universidades, a percentagem de graduados que se recusou a responder ao inquérito foi reduzida (máximo de 4,3% na UNL), o que revela uma resposta positiva dos graduados a esta inquirição. A percentagem de contactos declarados como inválidos (números telefone que não correspondiam ao licenciado ou que estavam incorrectos) cifra-se em 26% na UNL e 6% na UL. O número de graduados sem qualquer contacto foi similar em ambas as universidades (cerca de 1%), e apenas na UNL encontramos situações em que, apesar dos números de telefone que possuíamos serem válidos, nunca ninguém respondeu (foram efectuadas, pelo menos, cinco tentativas em horários diferentes). Ainda que de forma pouco expressiva (máximo de 1,1%), em ambas as universidades alguns dos contactos fornecidos correspondiam a indivíduos que não tinham terminado a sua graduação no ano lectivo de 2004/2005, o que os colocava fora do universo considerado por esta investigação. Alguns dos alunos da UL contactados (0,4%) declararam já ter respondido a um outro inquérito (colocado online por esta universidade) que também versava sobre a sua situação profissional recente, pelo que, foi decidido que não deveriam responder a esta inquirição. Por último, destacamos um pequeno grupo de graduados que não responderam pois alegaram que estavam a trabalhar fora de Portugal, o que motivava custos telefónicos que não estavam dispostos a suportar (2,7% na UL e 3,1% no caso da UNL). No momento de finalização da inquirição ainda existiam contactos válidos para alunos de ambas as universidades.

12. Controlo de qualidade da inquirição

Ao longo da inquirição foi efectuado um controlo de qualidade periódico ao trabalho de todos os entrevistadores. Este procedimento foi encarado como parte do processo de formação e permitiu manter a qualidade ao longo do processo de aplicação

dos questionários, assim como incorporar novas informações relevantes para o decorrer dos trabalhos.

Quadro n.º 6 Situações decorrentes da aplicação dos questionários por Universidade.

	Situação	N	%
UL	Responderam ao Inquérito	597	23,3
	Recusaram Responder	96	3,8
	Contactos Inválidos	162	6,3
	Sem Contactos	28	1,1
	Nunca Atendeu	0	0,0
	Contactos Válidos	1587	62,0
	Terminou noutro ano lectivo ou não terminou	12	0,5
	Falecido	0	0,0
	Responderam ao Inquérito On-Line	9	0,4
	Fora de Portugal	69	2,7
	Total UL	2560	100,0
UNL	Responderam ao Inquérito	407	23,5
	Recusaram Responder	74	4,3
	Contactos Inválidos	456	26,4
	Sem Contactos	24	1,4
	Nunca Atendeu	88	5,1
	Contactos Válidos	604	34,9
	Terminou noutro ano lectivo ou não terminou	19	1,1
	Falecido	4	0,2
	Fora de Portugal	54	3,1
	Total UNL	1730	100,0

13. Codificação e revisão dos questionários

Todos os questionários realizados foram revistos e codificados por uma equipa de quatro elementos previamente formados e supervisionados pelos coordenadores do estudo. Com o intuito de guardar o máximo de informação e de permitir posteriores reorganizações as questões abertas e semi-abertas foram transcritas directamente de forma a constituírem um livro de códigos. Esta listagem de códigos manteve-se em aberto e sobre a supervisão directa dos coordenadores do estudo, até à realização do último questionário, de forma a contemplar todas as possibilidades de resposta que surjam neste tipo de questão.

A revisão dos questionários foi efectuada em simultâneo com a codificação e consistiu em garantir que todos os questionários se encontravam correctamente preenchidos, quanto à sequência das respostas e à sua coerência.

14. Construção da base de dados e inserção dos dados recolhidos

A base de dados que recebeu os dados recolhidos durante a inquirição foi construída em formato “.SAV”, através do software estatístico IBM SPSS V.19. A inserção dos questionários nessa base de dados foi realizada por uma equipa de dois elementos previamente formada pelos coordenadores do estudo.

15. Validação informática dos dados

Ainda durante a inserção dos questionários, através de frequências simples e testes de consistência efectuados periodicamente, averiguou-se a correcção dos dados inseridos.

Uma vez terminada a inserção dos questionários, procedeu-se a uma validação sistemática de todas as variáveis da base de dados que se desenrolou a dois níveis: nível físico – incide sobre as categorias de resposta e verifica que os filtros e “saltos” do questionário são respeitados; nível lógico – confronta variáveis distintas em cada um dos questionários, verificando incoerências internas nas respostas obtidas. A validação foi acompanhada por consultas aos questionários em papel.

Anexo II – Questionário aplicado aos licenciados UL/UNL

[NÃO PREENCHER] Nº QUEST _____

(Bom dia/ boa tarde/ boa noite. O meu nome é e estou a falar da parte da Universidade Nova de Lisboa/ Universidade de Lisboa. Estamos a realizar um estudo sobre a inserção profissional dos licenciados)

(Posso falar / Seria possível falar com ... (1º e último nome)?)

(Gostaria de contar com a sua colaboração para responder a um questionário que é da responsabilidade da Universidade Nova de Lisboa. A sua resposta é extremamente importante para a UNL que, através deste questionário, procura conhecer o percurso e a actividade profissional dos licenciados da universidade, faculdade e do seu curso em particular.)

Oficialmente concluiu o curso no ano lectivo 2004/05?

Sim 1

Não 2 – SE NÃO, AGRADECER E TERMINAR

Em que mês e ano é que efectivamente acabou o curso? [CALENDÁRIO]

_____ mês _____ ano

Qual foi a sua classificação final de curso? _____

(Queríamos agradecer desde já a sua disponibilidade para responder a este questionário, no qual iremos abordar a sua situação profissional em vários períodos desde a licenciatura até à sua situação actual.)

(A realização deste questionário não irá ultrapassar os 30 min, podemos começar?)

BLOCO 1

(Vamos começar pelo momento anterior à entrada no ensino superior)

P.1 Acedeu ao ensino superior através do contingente ad-hoc ou do contingente maiores de 23 anos?

Sim	1
Não	2
Ns/Nr	9

P.2 Se fosse hoje, faria o mesmo curso?

Sim	1	PASSAR A P.4
Não	2	
Ns/Nr	9	PASSAR A P.4

P.3 Qual o curso que escolheria?

Curso _____
Ns/Nr.....99

P.4 E escolheria o mesmo estabelecimento de ensino?

Sim	1	PASSAR A P.6
Não	2	
Ns/Nr	9	PASSAR A P.6

P.5 E Qual seria, então?

Estabelecimento _____
Ns/Nr.....99

P.6 Utilizando uma escala de 1 a 10 em que 1 é “Nada importante” e 10 “Muitíssimo importante”, diga-nos a importância que cada um dos seguintes motivos teve quando decidiu ingressar, pela primeira vez, no ensino superior.

[PERGUNTAR UM A UM]

		Avaliação	Ns/Nr
X	a) Acreditava que aumentava as possibilidades de encontrar emprego		99
	b) Acreditava que aumentava as possibilidades de encontrar um emprego bem remunerado		99
	c) Acreditava que aumentava as possibilidades de desempenhar a profissão desejada		99
	d) Acreditava que teria mais hipóteses de progredir na carreira profissional		99
	e) Contribuía para o meu desenvolvimento intelectual		99
	f) Porque gostava de estudar		99
	g) Aumentava as possibilidades de ascender socialmente		99
	h) Porque sempre tinha tido boas notas		99
	i) Porque nunca tinha reprovado		99
	j) Porque a minha família sempre desejou que fizesse um curso de superior		99
	k) Porque os meus amigos também se candidataram ao ensino superior		99

P.7 Ainda sobre o seu curso de ensino superior, numa escala de 1 a 10 em que 1 é “Nada” e 10 “Muitíssimo”, indique em que medida a licenciatura lhe permitiu desenvolver as seguintes capacidades. [PERGUNTAR UM A UM]

		Avaliação	Ns/Nr
X	a) Capacidade de trabalhar em equipa		99
	b) Capacidade de negociação		99
	c) Capacidade de planeamento		99
	d) Capacidade de liderança		99
	e) Capacidade de pensamento crítico		99
	g) Capacidade de comunicação oral e escrita		99
	h) Capacidade de tomar decisões		99
	j) Capacidade de dominar técnicas e tecnologias		99
	l) Capacidade de comunicação oral e escrita noutra língua		99

BLOCO 2

(Vamos agora falar sobre as ocupações profissionais que possa ter tido durante o período da licenciatura. Não se consideram os estágios curriculares)

P.8 Durante o curso, desenvolveu algum trabalho, mesmo que pontual, ganhando com isso dinheiro?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.21
Ns/Nr	9	PASSAR A P.21

P.9 E tinha, no último semestre de licenciatura, o estatuto de trabalhador-estudante?

Sim	1
Não	2
Ns/Nr	9

P.10 Qual destas situações descreve melhor a forma como trabalhou ao longo da licenciatura? (Atenção: ler categorias – “Raramente”, “Algumas vezes”, “A maior parte do tempo” ou “Sempre trabalhou”)

Raramente	1
Algumas vezes	2
A maior parte do tempo	3
Sempre trabalhou	4
Ns/Nr	9

P.11 Qual foi a sua última ocupação ou actividade profissional antes de concluir a licenciatura, incluindo aqui as bolsas de investigação ou de apoio à investigação? (Se necessário acrescentar que a “actividade principal” era aquela com que despendia mais tempo)

[NOTA: ENTREVISTADOR: INSISTA PARA QUE A RESPOSTA SEJA O MAIS PORMENORIZADA POSSÍVEL, NÃO SENDO ADMISSÍVEIS EXPRESSÕES COMO “FUNCIONÁRIO PÚBLICO” OU “MILITAR”].

P.12 Essa actividade era realizada por conta própria ou de outrem?

Trabalhador por conta própria	1
Trabalhador por conta de outrem	2
Ns/Nr	9

P.13 Tinha algum contrato escrito de trabalho, mesmo que tivesse sido de prestação de serviços?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.15
Ns/Nr	9	PASSAR A P.15

P.14 Qual era o seu tipo de contrato?

Contrato de trabalho sem termo	1
Contrato de trabalho com termo (a prazo)	2
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)	3
Contrato com empresa de trabalho temporário	4
Contrato de provimento	5
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

PASSAR A P.16

P.15 Passava recibos verdes?

Sim	1
Não	2
Ns/Nr	9

P.16 Em que tipo de empresa ou organização trabalhava? (Se necessário, exemplificar: “Unipessoal”, “Privada”, “Pública”, “ONG/IPSS”)

Empresa privada em geral	1
Empresa privada unipessoal ou em nome individual	2
Empresa pública ou mista (com capitais públicos)	3
Organismo da administração pública (incluindo: escolas, tribunais, hospitais)	4
ONG/IPSS	5
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

P.17 Em que ramo de actividade trabalhava? (Se necessário sugerir: “Educação”, “Saúde”, “Comércio”)

Agricultura, pesca e indústrias extractivas	1
Indústrias transformadoras, electricidade, água, gás e construção e obras públicas	2
Transportes e comunicações	3
Comércio, restaurantes e hotéis	4
Bancos e seguros	5
Serviços prestados às empresas (manutenção informática, consultoria, etc.)	6
Educação	7
Saúde e acção social	8
Justiça	9
Administração Pública, central e local	10
Serviços artísticos e culturais (cinema, teatro, rádio, jornais, animação, tv, etc.)	11
Defesa Nacional	12
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	13
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/ Nr	99

P.18 Em que concelho trabalhava ou exercia funções?

País/Concelho _____

P.19 Em média, quanto é que ganhava, em termos líquidos, por mês? (**ATENÇÃO: Pergunta aberta, recorrer à escala apenas em caso de absoluta necessidade**)

Euros

Menos de 310 Euros	1
De 310 a menos de 600 Euros	2
De 600 a menos de 900 Euros	3
De 900 a menos de 1200 Euros	4
De 1200 a menos de 1800 Euros	5
De 1800 a menos de 2500 Euros	6
De 2500 a menos de 3000 Euros	7
3000 ou mais Euros	8
Ns/Nr	9

P.20 Como arranjou esse trabalho? [**MÚLTIPLA – pergunta em aberto, mas podendo ilustrar-se em caso de dificuldade em responder: “Através de um anúncio”, de um “Amigo”, de “Familiares”**]

Através de um professor	1
Através de concurso público ou anúncio em jornais ou revistas	2
Através de anúncios	3
Através de um centro de emprego	4
Através de familiares	5
Através de amigos, conhecidos ou colegas	6
Através dos serviços da instituição onde se formou	7
Na sequência de um estágio curricular	8
Através de um portal de emprego	9
Através de candidatura espontânea	10
Através de uma empresa de trabalho temporário	11
Na sequência de um estágio profissional remunerado	12
Na sequência de um estágio profissional não remunerado	13
Criei uma empresa/montei um gabinete de estudos/ abri um consultório/escritório de advogados/ criei o meu próprio emprego	14
Comecei a trabalhar a título individual (consultor/ prestação de serviços, etc.)	15
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

P.21 Frequentou algum estágio curricular na licenciatura?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.25
Ns/Nr	9	PASSAR A P.25

P.22 Continuou a trabalhar na ou para a entidade onde realizou o estágio curricular, depois da licenciatura?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.25
Ns/Nr	9	PASSAR A P.25

P.23 Por quanto tempo?

< 3 meses	1
≥ 3 e < 6 meses	2
≥ 6 meses < 1 ano	3
≥ 1 a < 2 anos	4
≥ 2 a < 3 anos	5
≥ 3 a < 4 anos	6
≥ a 4 anos	7
Até à actualidade	8
Não se aplica	9
Ns/Nr	99

P.24 Numa escala de 1 a 10, em que **1 é “Nada importante” e 10 “Muitíssimo importante”**, como classifica a importância que o estágio curricular teve na sua inserção profissional.

Ns/Nr..... 99

P.25 Durante o curso, participou no Erasmus ou noutro programa de intercâmbio ou mobilidade de estudantes no estrangeiro?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.27
Ns/Nr	9	PASSAR A P.27

P.26 Numa escala de 1 a 10, em que 1 é “Nada importante” e 10 “Muitíssimo importante”, como classifica a importância que esse programa de mobilidade teve na sua inserção profissional.

--	--

Ns/Nr..... 99

BLOCO 3

P.27 Concluiu alguma formação pós-graduada?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.29
Ns/Nr	9	PASSAR A P.29

P.28 De que tipo? [MÚLTIPLA] [SUGERIR ALGUMAS SE NECESSÁRIO]

Curso de Pós-graduação no mesmo instituto/escola/faculdade	1
Curso de Pós-graduação na mesma universidade	2
Curso de Pós-graduação noutra universidade portuguesa	3
Curso de Pós-graduação numa universidade estrangeira	4
Curso de Mestrado no mesmo instituto/escola/faculdade	5
Curso de Mestrado na mesma universidade	6
Curso de Mestrado noutra universidade portuguesa	7
Curso de Mestrado numa universidade estrangeira	8
Programa de Doutoramento no mesmo instituto/escola/faculdade	9
Programa de Doutoramento na mesma universidade	10
Programa de Doutoramento noutra universidade portuguesa	11
Programa de Doutoramento numa universidade estrangeira	12
Outra situação – Qual? _____	
Ns/Nr	99

P.29 E presentemente, está inscrito noutras licenciaturas ou programas académicos de pós-graduação, mestrado ou doutoramento?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.31
Ns/Nr	9	PASSAR A P.31

P.30 Qual o tipo de programa em que está inscrito? [MÚLTIPLA] [SUGERIR ALGUMAS SE NECESSÁRIO]

Curso de Licenciatura no mesmo instituto/escola/faculdade	1
Curso de Licenciatura na mesma universidade	2
Curso de Licenciatura noutra universidade portuguesa	3
Curso de Licenciatura numa universidade estrangeira	4
Curso de Pós-graduação no mesmo instituto/escola/faculdade	5
Curso de Pós-graduação na mesma universidade	6
Curso de Pós-graduação noutra universidade portuguesa	7
Curso de Pós-graduação numa universidade estrangeira	8
Curso de Mestrado no mesmo instituto/escola/faculdade	9
Curso de Mestrado na mesma universidade	10
Curso de Mestrado noutra universidade portuguesa	11
Curso de Mestrado numa universidade estrangeira	12
Programa de Doutoramento no mesmo instituto/escola/faculdade	13
Programa de Doutoramento na mesma universidade	14
Programa de Doutoramento noutra universidade portuguesa	15
Programa de Doutoramento numa universidade estrangeira	16
Outra situação – Qual? _____	
Ns/Nr	99

P.31 Pensa vir a frequentar alguma outra formação académica no futuro?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.33
Ns/Nr	9	PASSAR A P.33

P.32 Qual o tipo de formação que pensa realizar? [MÚLTIPLA] [SUGERIR ALGUMAS SE NECESSÁRIO]

Curso de Licenciatura no mesmo instituto/escola/faculdade	1
Curso de Licenciatura na mesma universidade	2
Curso de Licenciatura noutra universidade portuguesa	3
Curso de Licenciatura numa universidade estrangeira	4
Curso de Pós-graduação no mesmo instituto/escola/faculdade	5
Curso de Pós-graduação na mesma universidade	6
Curso de Pós-graduação noutra universidade portuguesa	7
Curso de Pós-graduação numa universidade estrangeira	8
Curso de Mestrado no mesmo instituto/escola/faculdade	9
Curso de Mestrado na mesma universidade	10
Curso de Mestrado noutra universidade portuguesa	11
Curso de Mestrado numa universidade estrangeira	12
Programa de Doutoramento no mesmo instituto/escola/faculdade	13
Programa de Doutoramento na mesma universidade	14
Programa de Doutoramento noutra universidade portuguesa	15
Programa de Doutoramento numa universidade estrangeira	16
Outra situação – Qual? _____	
Ns/Nr	99

BLOCO 4

(Vamos então abordar a sua situação profissional ao longo destes anos. Gostaria que nos situássemos, para já, um ano a seguir à conclusão do seu curso. Isto é, segundo as nossas contas, no [MÊS X] do [ANO X]. [CALENDÁRIO]).

P.33 Nesse [MÊS X] efectuou trabalho por conta própria ou de outrem com vista a obter uma remuneração, mesmo que tenha sido ocasional ou apenas de uma hora? (Caso a resposta seja **NÃO**, ler: Olhe que estão aqui incluídas bolsas de investigação ou de apoio à investigação e não estão incluídas bolsas de Mestrado e Doutoramento).

Sim	1	PASSAR A P.37
Não	2	CONTINUAR

P.34 E nesse mês, efectuou algum trabalho com vista a obter um benefício familiar em dinheiro? (Caso a resposta seja **SIM**, ler: Olhe que não estão aqui incluídas actividades domésticas).

Sim	1	PASSAR A P.39
Não	2	CONTINUAR

P.35 Apesar de não ter feito nenhum trabalho deste tipo, tinha algum trabalho ou negócio de que esteve ausente nesse mês?

Sim	1	PASSAR A P.39
Não	2	CONTINUAR

P.36 E, nesse mês, tinha algum rendimento proveniente de um estágio ou de uma bolsa que não fosse de investigação ou de apoio à investigação?

Sim	1	PASSAR A P.55
Não	2	PASSAR A P.52

P.37 A remuneração que obteve nesse mês resultava exclusivamente de algum estágio?

Sim	1	PASSAR A P.57
Não	2	CONTINUAR

P.38 A remuneração que obteve nesse mês resultava exclusivamente de alguma bolsa? (Caso a resposta seja **SIM**, ler: não nos referimos a bolsas de investigação ou de apoio à investigação, mas sim de Mestrado ou Doutoramento).

Sim	1	PASSAR A P.55
Não	2	PASSAR A P.39

BLOCO 5
EMPREGADOS

P.39 Qual era a sua ocupação ou actividade profissional principal nesse período? (Se necessário acrescentar: em termos de tempo dispendido).

[NOTA: ENTREVISTADOR: INSISTA PARA QUE A RESPOSTA SEJA O MAIS PORMENORIZADA POSSÍVEL, NÃO SENDO ADMISSÍVEIS EXPRESSÕES COMO “FUNCIONÁRIO PÚBLICO” OU “MILITAR”].

P.40 E essa actividade profissional era realizada por conta própria ou de outrem?

Trabalhador por conta própria	1	PASSAR A P.41
Trabalhador por conta de outrem	2	PASSAR A P.41
Ns/Nr	9	PASSAR A P.42

P.41 Tinha trabalhadores sob sua direcção ou responsabilidade?

Sim	1	a) Quantos? _____
Não	2	
Ns/Nr	9	

P.42 Tinha algum contrato escrito de trabalho, mesmo que tivesse sido de prestação de serviços?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.44
Ns/Nr	9	PASSAR A P.44

P.43 Qual era o seu tipo de contrato?

Contrato de trabalho sem termo	1
Contrato de trabalho com termo (a prazo)	2
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)	3
Contrato com empresa de trabalho temporário	4
Contrato de provimento	5
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

PASSAR A P.45

P.44 Passava recibos verdes?

Sim	1
Não	2
Ns/Nr	9

P.45 Durante esse mês, em média, quantas horas trabalhou por semana?

<input type="text"/>	<input type="text"/>	Horas
----------------------	----------------------	-------

Ns/Nr..... 99

P.46 Em que tipo de empresa ou organização trabalhava? (Se necessário, exemplificar: “Unipessoal”, “Privada”, “Pública”, “ONG/IPSS”)

Empresa privada em geral	1
Empresa privada unipessoal ou em nome individual	2
Empresa pública ou mista (com capitais públicos)	3
Organismo da administração pública (incluindo: escolas, tribunais, hospitais)	4
ONG/IPSS	5
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

P.47 Em que ramo de actividade trabalhava? (Se necessário sugerir: “Educação”, “Saúde”, “Comércio”)

Agricultura, pesca e indústrias extractivas	1
Indústrias transformadoras, electricidade, água, gás e construção e obras públicas	2
Transportes e comunicações	3
Comércio, restaurantes e hotéis	4
Bancos e seguros	5
Serviços prestados às empresas (manutenção informática, consultoria, etc.)	6
Educação	7
Saúde e acção social	8
Justiça	9
Administração Pública, central e local	10
Serviços artísticos e culturais (cinema, teatro, rádio, jornais, tv, etc.)	11
Defesa Nacional	12
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	13
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

P.48 Em que concelho trabalhava ou exercia funções?

País/Concelho _____

P.49 Em média, quanto é que ganhava, em termos líquidos, por mês? (ATENÇÃO: Pergunta aberta, recorrer à escala apenas em caso de absoluta necessidade)

Euros

Menos de 310 Euros	1
De 310 a menos de 600 Euros	2
De 600 a menos de 900 Euros	3
De 900 a menos de 1200 Euros	4
De 1200 a menos de 1800 Euros	5
De 1800 a menos de 2500 Euros	6
De 2500 a menos de 3000 Euros	7
3000 ou mais Euros	8
Ns/Nr	9

P.50 Como arranjou esse trabalho? [MÚLTIPLA – pergunta em aberto, mas podendo ilustrar-se em caso de dificuldade em responder: “Através de um anúncio”, de um “Amigo”, de “Familiares”]

Através de um professor	1
Através de concurso público ou anúncio em jornais ou revistas	2
Através de anúncios	3
Através de um centro de emprego	4
Através de familiares	5
Através de amigos, conhecidos ou colegas	6
Através dos serviços da instituição onde se formou	7
Na sequência de um estágio curricular	8
Através de um portal de emprego	9
Através de candidatura espontânea	10
Através de uma empresa de trabalho temporário	11
Na sequência de um estágio profissional remunerado	12
Na sequência de um estágio profissional não remunerado	13
Criei uma empresa/montei um gabinete de estudos/ abri um consultório/escritório de advogados/ criei o meu próprio emprego	14
Comecei a trabalhar a título individual (consultor/ prestação de serviços, etc)	15
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

P.51 Numa escala de 1 a 10, em que 1 significa “Totalmente desadequado” e o 10 “Totalmente adequado”, diga-nos, por favor, qual o grau de adequação das funções que desempenhava nesse trabalho à área em que se licenciou.

Ns/Nr..... 99

PASSAR A P.55

BLOCO 6
DESEMPREGADOS/ INACTIVOS

P.52 Fez algumas diligências activas nesse [MÊS X] para obter um trabalho remunerado por conta própria ou de outrem? (Em caso de dúvida ler: por diligências activas, queremos dizer, por exemplo, “Resposta a anúncios”, “Envio de currículos”, “Inscrição num centro de emprego”, “Recurso a familiares”, etc.)

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.54
Ns/Nr	9	PASSAR A P.55

P.53 Ao certo que tipo de diligências efectuou nesses 30 dias? [MÚLTIPLA]

Respondeu a anúncio	1
Colocou um anúncio	2
Contactou amigos ou conhecidos	3
Contactou familiares	4
Contactou professores	5
Contactou a sua instituição de ensino	6
Contactou Associação de antigos alunos	7
Contactou Gabinete de saídas profissionais	8
Contactou Associação de estudantes	9
Candidatou-se espontaneamente (contacto com empregadores, envio de currículos, etc.)	10
Inscriveu-se em centro de emprego	11
Candidatou-se/inscreveu-se a um curso	12
Solicitou licenças ou recursos financeiros para a criação do próprio emprego (ex.: empresa/gabinete de estudos, etc.)	13
Outras Quais? _____	
Ns/Nr	99

PASSAR A P.55

P.54 Qual a principal razão porque não o fez?

BLOCO 7
ESTÁGIOS PROFISSIONAIS E SITUAÇÕES DE PROLONGAMENTO DOS ESTUDOS

P.55 Nesse período, estava a realizar algum estágio?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.60
Ns/Nr	9	PASSAR A P.60

P.56 Era um estágio remunerado?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.58
Ns/Nr	9	PASSAR A P.58

P.57 Qual o montante dessa remuneração? (**ATENÇÃO: Pergunta aberta, recorrer à escala apenas em caso de absoluta necessidade**)

Euros

Menos de 310 Euros	1
De 310 a menos de 600 Euros	2
De 600 a menos de 900 Euros	3
De 900 a menos de 1200 Euros	4
De 1200 a menos de 1800 Euros	5
De 1800 a menos de 2500 Euros	6
De 2500 a menos de 3000 Euros	7
3000 ou mais Euros	8
Ns/Nr	9

P.58 Que tipo de estágio era? (***Forçoso incluir tipologia de estágios***)

P.59 Numa escala de 1 a 10, em que **1** significa “Totalmente desadequado” e o **10** “Totalmente adequado”, diga, por favor, qual o grau de adequação do estágio à área em que se licenciou.

Ns/Nr..... 99

P.60 Realizava, nesse período, alguma licenciatura, curso pós-graduado, mestrado ou doutoramento?

Licenciatura	1
Pós-graduação	2
Mestrado	3
Doutoramento	4
Nenhum	5
Ns/Nr	9

BLOCO 8 BOLSAS

P.61 Recebia algum tipo de bolsa?

Sim	1	
Não	2	PASSA A P.64
Ns/Nr	9	PASSA A P.64

P.62 Que tipo de bolsa era?

P.63 Qual o montante dessa bolsa? (**ATENÇÃO: Pergunta aberta, recorrer à escala apenas em caso de absoluta necessidade**)

Euros

Menos de 310 Euros	1
De 310 a menos de 600 Euros	2
De 600 a menos de 900 Euros	3
De 900 a menos de 1200 Euros	4
De 1200 a menos de 1800 Euros	5
De 1800 a menos de 2500 Euros	6
De 2500 a menos de 3000 Euros	7
3000 ou mais Euros	8
Ns/Nr	9

BLOCO 9

P.64 Nesse [MÊS X] estava inscrito como desempregado em algum centro de emprego?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.66
Ns/Nr	9	PASSAR A P.66

P.65 Em qual das categorias se encontrava inscrito no centro de emprego: “Desempregado à procura de 1.º emprego” ou de “um novo emprego”?

Desempregado à procura de 1.º emprego	1
À procura de um novo emprego	2
Ns/Nr	9

BLOCO 10

(Vamos então abordar a sua situação profissional três anos após terminar o curso, ou seja, pelas nossas contas no [MÊS X] do [ANO X] [CALENDÁRIO]).

P.66 Nesse [MÊS X] efectuou trabalho por conta própria ou de outrem com vista a obter uma remuneração, mesmo que tenha sido ocasional ou apenas de uma hora? (Caso a resposta seja **NÃO**, ler: **Olhe que estão aqui incluídas bolsas de investigação ou de apoio à investigação e não estão incluídas bolsas de Mestrado e Doutoramento**).

Sim	1	PASSAR A P.70
Não	2	CONTINUAR

P.67 E nesse mês, efectuou algum trabalho com vista a obter um benefício familiar em dinheiro? (Caso a resposta seja **SIM**, ler: **Olhe que não estão aqui incluídas actividades domésticas**).

Sim	1	PASSAR A P.72
Não	2	CONTINUAR

P.68 Apesar de não ter feito nenhum trabalho deste tipo, tinha algum trabalho ou negócio do qual esteve ausente nesse mês?

Sim	1	PASSAR A P.72
Não	2	CONTINUAR

P.69 E, nesse mês, tinha algum rendimento proveniente de um estágio ou de uma bolsa que **não fosse** de investigação ou de apoio à investigação?

Sim	1	PASSAR A P.88
Não	2	PASSAR A P.85

P.70 A remuneração que obteve nesse mês resultava **exclusivamente** de algum estágio?

Sim	1	PASSAR A P.90
Não	2	CONTINUAR

P.71 A remuneração que obteve nesse mês resultava **exclusivamente** de alguma bolsa? (Caso a resposta seja **SIM**, ler: **não nos referimos a bolsas de investigação ou de apoio à investigação, mas sim de Mestrado ou Doutoramento**).

Sim	1	PASSAR A P.88
Não	2	PASSAR A P.72

BLOCO 11 EMPREGADOS

P.72 Qual era a sua ocupação ou actividade profissional principal nesse período? (Se necessário acrescentar: em termos de tempo dispendido)

[NOTA: ENTREVISTADOR: INSISTA PARA QUE A RESPOSTA **SEJA O MAIS PORMENORIZADA POSSÍVEL**, NÃO SENDO ADMISSÍVEIS EXPRESSÕES COMO “FUNCIONÁRIO PÚBLICO” OU “MILITAR”]

P.73 E essa actividade profissional era realizada por conta própria ou de outrem?

Trabalhador por conta própria	1	PASSAR A P.74
Trabalhador por conta de outrem	2	PASSAR A P.74
Ns/Nr	9	PASSAR A P.75

P.74 Tinha trabalhadores sob sua direcção/responsabilidade?

Sim	1	a)Quantos? _____
Não	2	
Ns/Nr	9	

P.75 Tinha algum contrato escrito de trabalho, mesmo que tivesse sido de prestação de serviços?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.77
Ns/Nr	9	PASSAR A P.77

P.76 Qual era o seu tipo de contrato?

Contrato de trabalho sem termo	1
Contrato de trabalho com termo (a prazo)	2
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)	3
Contrato com empresa de trabalho temporário	4
Contrato de provimento	
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

PASSAR A P.78

P.77 Passava recibos verdes?

Sim	1
Não	2
Ns/Nr	9

P.78 Durante esse mês, em média quantas horas trabalhou por semana?

<input type="text"/>	Horas
Ns/Nr.....	99

P.79 Em que tipo de empresa ou organização trabalhava? (Se necessário, exemplificar: “Unipessoal”, “Privada”, “Pública”, “ONG/IPSS”)

Empresa privada em geral	1
Empresa privada unipessoal ou em nome individual	2
Empresa pública ou mista (com capitais públicos)	3
Organismo da administração pública (incluindo: escolas, tribunais, hospitais)	4
ONG/IPSS	5
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

P.80 Em que ramo de actividade trabalhava? (Se necessário sugerir: “Educação”, “Saúde”, “Comércio”)

Agricultura, pesca e indústrias extractivas	1
Indústrias transformadoras, electricidade, água, gás e construção e obras públicas	2
Transportes e comunicações	3
Comércio, restaurantes e hotéis	4
Bancos e seguros	5
Serviços prestados às empresas (manutenção informática, consultoria, etc.)	6
Educação	7
Saúde e acção social	8
Justiça	9
Administração Pública, central e local	10
Serviços artísticos e culturais (cinema, teatro, rádio, jornais, tv, etc.)	11
Defesa Nacional	12
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	13
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

P.81 Em que concelho trabalhava ou exercia funções?

Concelho _____

P.82 Em média, quanto é que ganhava, em termos líquidos, por mês? (**ATENÇÃO: Pergunta aberta, recorrer à escala apenas em caso de absoluta necessidade**).

Euros

Menos de 310 Euros	1
De 310 a menos de 600 Euros	2
De 600 a menos de 900 Euros	3
De 900 a menos de 1200 Euros	4
De 1200 a menos de 1800 Euros	5
De 1800 a menos de 2500 Euros	6
De 2500 a menos de 3000 Euros	7
3000 ou mais Euros	8
Ns/Nr	9

P.83 Como arranjou esse trabalho? [**MÚLTIPLA – pergunta em aberto, mas podendo ilustrar-se em caso de dificuldade em responder: “Através de um anúncio”, de um “Amigo”, de “Familiares”**]

Através de um professor	1
Através de concurso público ou anúncio em jornais ou revistas	2
Através de anúncios	3
Através de um centro de emprego	4
Através de familiares	5
Através de amigos, conhecidos ou colegas	6
Através dos serviços da instituição onde se formou	7
Na sequência de um estágio curricular	8
Através de um portal de emprego	9
Através de candidatura espontânea	10
Através de uma empresa de trabalho temporário	11
Na sequência de um estágio profissional remunerado	12
Na sequência de um estágio profissional não remunerado	13
Criei uma empresa/montei um gabinete de estudos/ abri um consultório/escritório de advogados/ criei o meu próprio emprego	14
Comecei a trabalhar a título individual (consultor/ prestação de serviços, etc)	15
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

P.84 Numa escala de 1 a 10, em que **1 significa “Totalmente desadequado” e o 10 “Totalmente adequado”**, digamos, por favor, qual o grau de adequação das funções que desempenhava nesse trabalho à área em que se licenciou.

Ns/Nr..... 99

PASSAR A P.88

BLOCO 12 DESEMPREGADOS/ INACTIVOS

P.85 Fez algumas diligências activas nesse [**MÊS X**] para obter um trabalho remunerado por conta própria ou de outrem? (**Em caso de dúvida ler: por diligências activas, queremos dizer, por exemplo, “Resposta a anúncios”, “Envio de currículos”, “Inscrição num centro de emprego”, “Recurso a familiares”, etc.**)

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.87
Ns/Nr	9	PASSAR A P.88

P.86 Que tipo de diligências efectuou nesses 30 dias? [MÚLTIPLA]

Respondeu a anúncio	1
Colocou um anúncio	2
Recorreu a amigos ou conhecidos	3
Recorreu a familiares	4
Recorreu a professores	5
Recorreu à sua instituição de ensino	6
Recorreu a Associação de antigos alunos	7
Recorreu a Gabinete de saídas profissionais	8
Recorreu a Associação de estudantes	9
Candidatou-se espontaneamente (contacto com empregadores, envio de currículos, etc.)	10
Inscriveu-se em centro de emprego	11
Candidatou-se/inscreveu-se a um curso	12
Solicitou licenças ou recursos financeiros para a criação do próprio emprego (ex.: empresa/gabinete de estudos, etc.)	13
Outras Quais? _____	
Ns/Nr	99

PASSAR A P.88

P.87 Qual a principal razão porque não o fez?

BLOCO 13 ESTÁGIOS E SITUAÇÕES DE PROLONGAMENTO DOS ESTUDOS

P.88 Nesse período, estava a realizar algum estágio?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.93
Ns/Nr	9	PASSAR A P.93

P.89 Era um estágio remunerado?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.91
Ns/Nr	9	PASSAR A P.91

P.90 Qual o montante dessa remuneração? (ATENÇÃO: Pergunta aberta, recorrer à escala apenas em caso de absoluta necessidade)

--	--	--	--

 Euros

Menos de 310 Euros	1
De 310 a menos de 600 Euros	2
De 600 a menos de 900 Euros	3
De 900 a menos de 1200 Euros	4
De 1200 a menos de 1800 Euros	5
De 1800 a menos de 2500 Euros	6
De 2500 a menos de 3000 Euros	7
3000 ou mais Euros	8
Ns/Nr	9

P.91 Que tipo de estágio era? *(Introduzir tipologia de estágios)*

P.92 Numa escala de 1 a 10, em que **1** significa “Totalmente desadequado” e o **10** “Totalmente adequado”, diga qual o grau de adequação do estágio à área em que se licenciou.

--	--

Ns/Nr..... 99

P.93 Realizava, nesse período, alguma licenciatura, curso pós-graduado, mestrado ou doutoramento?

Licenciatura	1
Pós-graduação	2
Mestrado	3
Doutoramento	4
Nenhum	5
Ns/Nr	9

BLOCO 14 BOLSAS

P.94 Recebia algum tipo de bolsa?

Sim	1	
Não	2	PASSA A P.97
Ns/Nr	9	PASSA A P.97

P.95 Que tipo de bolsa era?

P.96 Qual o montante dessa bolsa? (ATENÇÃO: Pergunta aberta, recorrer à escala apenas em caso de absoluta necessidade)

--	--	--	--	--

 Euros

Menos de 310 Euros	1
De 310 a menos de 600 Euros	2
De 600 a menos de 900 Euros	3
De 900 a menos de 1200 Euros	4
De 1200 a menos de 1800 Euros	5
De 1800 a menos de 2500 Euros	6
De 2500 a menos de 3000 Euros	7
3000 ou mais Euros	8
Ns/Nr	9

BLOCO 15

P.97 Nesse [MÊS X] estava inscrito como desempregado em algum centro de emprego?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.99
Ns/Nr	9	PASSAR A P.99

P.98 Em qual das categorias se encontrava inscrito no centro de emprego: desempregado à procura do 1º emprego ou à procura de novo emprego?

Desempregado à procura de 1.º emprego	1
À procura de um novo emprego	2
Ns/Nr	9

BLOCO 16

(Vamos agora abordar um período profissional mais recente. Mais concretamente, vamos situar-nos na [SEMANA REFERÊNCIA], dado ter sido aquela em que iniciámos a aplicação deste inquérito. [CALENDÁRIO])

P.99 Na [SEMANA REFERÊNCIA] efectuou trabalho por conta própria ou de outrem com vista a obter uma remuneração, mesmo que tenha sido ocasional ou apenas de uma hora? (Caso a resposta seja NÃO, ler: Olhe que estão aqui incluídas bolsas de investigação ou de apoio à investigação e não estão incluídas bolsas de Mestrado e Doutoramento).

Sim	1	PASSAR A P.103
Não	2	CONTINUAR

P.100 E nessa semana, efectuou algum trabalho com vista a obter um benefício familiar em dinheiro? (Caso a resposta seja SIM, ler: Olhe que não estão aqui incluídas actividades domésticas)

Sim	1	PASSAR A P.105
Não	2	CONTINUAR

P.101 Não obstante não ter feito nenhum trabalho deste tipo, tinha algum trabalho ou negócio de que esteve ausente nessa semana?

Sim	1	PASSAR A P.105
Não	2	CONTINUAR

P.102 E, nessa semana, tinha algum rendimento proveniente de um estágio ou de uma bolsa que não fosse de investigação ou de apoio à investigação?

Sim	1	PASSAR A P.125
Não	2	PASSAR A P.122

P.103 A remuneração que obteve nessa semana resultava exclusivamente de algum estágio?

Sim	1	PASSAR A P.127
Não	2	CONTINUAR

P.104 A remuneração que obteve nessa semana resultava exclusivamente de alguma bolsa? (Caso a resposta seja SIM, ler: não nos referimos a bolsas de investigação ou de apoio à investigação, mas sim de Mestrado ou Doutoramento).

Sim	1	PASSAR A P.125
Não	2	PASSAR A P.105

BLOCO 17 EMPREGADOS

P.105 Qual era a sua ocupação ou actividade profissional principal nesse período? (Se necessário acrescentar: em termos de tempo dispendido)

[NOTA: ENTREVISTADOR: INSISTA PARA QUE A RESPOSTA SEJA O MAIS PORMENORIZADA POSSÍVEL, NÃO SENDO ADMISSÍVEIS EXPRESSÕES COMO “FUNCIONÁRIO PÚBLICO” OU “MILITAR”]

P.106 E essa actividade profissional era realizada por conta própria ou de outrem?

Trabalhador por conta própria	1	PASSAR A P.107
Trabalhador por conta de outrem	2	PASSAR A P.107
Ns/Nr	9	PASSAR A P.108

P.107 Tinha trabalhadores sob sua direcção/responsabilidade?

Sim	1	a) Quantos? _____
Não	2	
Ns/Nr	9	

P.108 Tinha algum contrato escrito de trabalho, mesmo que tivesse sido de prestação de serviços?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.110
Ns/Nr	9	PASSAR A P.110

P.109 Qual era o seu tipo de contrato?

Contrato de trabalho sem termo	1
Contrato de trabalho com termo (a prazo)	2
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)	3
Contrato com empresa de trabalho temporário	4
Contrato de provimento	5
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

PASSAR A P.111

P.110 Passava recibos verdes?

Sim	1
Não	2
Ns/Nr	9

P.111 Durante essa semana, em média, quantas horas trabalhou?

Horas

Ns/Nr..... 99

P.112 Em que tipo de empresa ou organização trabalhava? (Se necessário, exemplificar: “Unipessoal”, “Privada”, “Pública”, “ONG/IPSS”)

Empresa privada em geral	1
Empresa privada unipessoal ou em nome individual	2
Empresa pública ou mista (com capitais públicos)	3
Organismo da administração pública (incluindo: escolas, tribunais, hospitais)	4
ONG/IPSS	5
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

P.113 Em que ramo de actividade trabalhava? (Se necessário sugerir: “Educação”, “Saúde”, “Comércio”)

Agricultura, pesca e indústrias extractivas	1
Indústrias transformadoras, electricidade, água, gás e construção e obras públicas	2
Transportes e comunicações	3
Comércio, restaurantes e hotéis	4
Bancos e seguros	5
Serviços prestados às empresas (manutenção informática, consultoria, etc.)	6
Educação	7
Saúde e acção social	8
Justiça	9
Administração Pública, central e local	10
Serviços artísticos e culturais (cinema, teatro, rádio, jornais, tv, etc.)	11
Defesa Nacional	12
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	13
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

P.114 Em que concelho trabalhava ou exercia funções?

Concelho _____

P.115 Em média, quanto é que ganhava, em termos líquidos, por mês? (ATENÇÃO: Pergunta aberta, recorrer à escala apenas em caso de absoluta necessidade).

Euros

Menos de 310 Euros	1
De 310 a menos de 600 Euros	2
De 600 a menos de 900 Euros	3
De 900 a menos de 1200 Euros	4
De 1200 a menos de 1800 Euros	5
De 1800 a menos de 2500 Euros	6
De 2500 a menos de 3000 Euros	7
3000 ou mais Euros	8
Ns/Nr	9

P.116 Como arranjou esse trabalho? [MÚLTIPLA – pergunta em aberto, mas podendo ilustrar-se em caso de dificuldade em responder: “Através de um anúncio”, de um “Amigo”, de “Familiares”]

Através de um professor	1
Através de concurso público ou anúncio em jornais ou revistas	2
Através de anúncios	3
Através de um centro de emprego	4
Através de familiares	5
Através de amigos, conhecidos ou colegas	6
Através dos serviços da instituição onde se formou	7
Na sequência de um estágio curricular	8
Através de um portal de emprego	9
Através de candidatura espontânea	10
Através de uma empresa de trabalho temporário	11
Na sequência de um estágio profissional remunerado	12
Na sequência de um estágio profissional não remunerado	13
Criei uma empresa/montei um gabinete de estudos/ abri um consultório/escritório de advogados/ criei o meu próprio emprego	14
Comecei a trabalhar a título individual (consultor/ prestação de serviços ,etc)	15
Outra situação. Qual? _____.	
Ns/Nr	99

BLOCO 18 AVALIAÇÃO DO TRABALHO PRINCIPAL ACTUAL

(Vamos agora pedir-lhe para avaliar o trabalho que tinha na semana de referência de que temos vindo a falar)

P.117 Numa escala de 1 a 10, em que **1** significa “Totalmente desadequado” e o **10** “Totalmente adequado”, diga qual o grau de adequação desse trabalho à área em que se licenciou.

Ns/Nr..... 99

P.118 Numa escala de 1 a 10 em que **1** significa “Muitíssimo insatisfeito” e **10** “Muitíssimo satisfeito”, qual o seu grau de satisfação com essa actividade profissional?

Ns/Nr..... 99

P.119 A respeito dessa mesma actividade, indique se concorda ou discorda com cada uma das afirmações que a seguir lhe lerei. Utilize uma escala de 1 a 10 em que **1** significa “Discorda totalmente” e **10** que “Concorda totalmente” [PERGUNTAR UM A UM]

		Avaliação	Ns/Nr
X	a) O meu trabalho é seguro e estável		99
	b) O meu trabalho permite auferir rendimentos elevados		99
	c) O meu trabalho tem boas oportunidades de progressão profissional e de carreira		99
	d) O meu trabalho permite aceder a uma condição social prestigiada		99
	e) O meu trabalho deixa tempo livre suficiente para fazer outras coisas		99
	f) O meu trabalho é interessante		99
	g) O meu trabalho permite adquirir novos conhecimentos		99
	h) O meu trabalho permite-me ter autonomia		99
	i) O meu trabalho permite ajudar outras pessoas		99
	j) O meu trabalho é útil à sociedade		99
	k) O meu trabalho permite-me manter autonomia financeira face aos meus pais		99

P.120 Numa escala de 1 a 10, sendo que **1** é “Nada importante” e **10** “Muitíssimo importante”, diga-nos qual importância de cada um dos aspectos que em seguida lhe lerei tem na sua actividade profissional. [PERGUNTAR UM A UM]

		Avaliação	Ns/Nr
X	a) Capacidade de trabalhar em equipa		99
	b) Capacidade de negociação		99
	c) Capacidade de planeamento		99
	d) Capacidade de liderança		99
	e) Capacidade de pensamento crítico		99
	g) Capacidade de comunicação oral e escrita		99
	h) Capacidade de tomar decisões		99
	j) Capacidade de dominar técnicas e tecnologias		99
	l) Capacidade de comunicação oral e escrita noutra língua		99

P.121 Globalmente, em que medida é que o trabalho que desempenhava nessa [SEMANA DE REFERÊNCIA] correspondia às expectativas que tinha quando concluiu a licenciatura? Avalie numa escala de 1 a 10 em que **1** significa que “Não corresponde nada às expectativas” e **10** que “Corresponde totalmente às expectativas”.

Não tinha expectativas 98

Ns/Nr 99

PASSAR A P.125

BLOCO 19 DESEMPREGADOS/ INACTIVOS

P.122 Fez algumas diligências activas nessa [SEMANA DE REFERÊNCIA] no sentido de obter trabalho remunerado por conta própria ou de outrem? (Em caso de dúvida ler: por diligências activas, queremos dizer, por exemplo, “Resposta a anúncios”, “Envio de currículos”, “Inscrição num centro de emprego”, “Recurso a familiares”, etc.)

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.124
Ns/Nr	9	PASSAR A P.125

P.123 Que tipo de diligências efectuou nesses 30 dias? [MÚLTIPLA]

Respondeu a anúncio	1
Colocou um anúncio	2
Recorreu a amigos ou conhecidos	3
Recorreu a familiares	4
Recorreu a professores	5
Recorreu à sua instituição de ensino	6
Recorreu a Associação de antigos alunos	7
Recorreu a Gabinete de saídas profissionais	8
Recorreu a Associação de estudantes	9
Candidatou-se espontaneamente (contacto com empregadores, envio de currículos, etc.)	10
Inscriveu-se em Centro de Emprego	11
Candidatou-se a um curso	12
Solicitou licenças ou recursos financeiros para a criação do próprio emprego (ex.: empresa/gabinete de estudos, etc.)	13
Outras Quais? _____	
Ns/Nr	99

PASSAR A P.125

P.124 Qual a principal razão porque não o fez?

BLOCO 20 ESTÁGIOS E SITUAÇÕES DE PROLONGAMENTO DOS ESTUDOS

P.125 Nesse período, estava a realizar algum estágio?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.130
Ns/Nr	9	PASSAR A P.130

P.126 Era um estágio remunerado?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.128
Ns/Nr	9	PASSAR A P.128

P.127 Qual o montante dessa remuneração? (ATENÇÃO: Pergunta aberta, recorrer à escala apenas em caso de absoluta necessidade)

Euros

Menos de 310 Euros	1
De 310 a menos de 600 Euros	2
De 600 a menos de 900 Euros	3
De 900 a menos de 1200 Euros	4
De 1200 a menos de 1800 Euros	5
De 1800 a menos de 2500 Euros	6
De 2500 a menos de 3000 Euros	7
3000 ou mais Euros	8
Ns/Nr	9

P.128 Que tipo de estágio era? (*Integrar tipologia de estágios*)

P.129 Numa escala de 1 a 10, em que **1 significa “Totalmente desadequado” e o 10 “Totalmente adequado”**, diga qual o grau de adequação das funções desempenhadas no estágio à área em que se licenciou.

--	--

Ns/Nr..... 99

P.130 Realizava nesse período, alguma licenciatura, curso pós-graduado, mestrado ou doutoramento?

Licenciatura	1
Pós-graduação	2
Mestrado	3
Doutoramento	4
Nenhum	5
Ns/Nr	9

BLOCO 21 BOLSAS

P.131 Recebia algum tipo de bolsa?

Sim	1	
Não	2	PASSA A P.134
Ns/Nr	9	PASSA A P.134

P.132 Que tipo de bolsa era?

P.133 Qual o montante dessa bolsa? (**ATENÇÃO: Pergunta aberta, recorrer à escala apenas em caso de absoluta necessidade**)

--	--	--	--	--

 Euros

Menos de 310 Euros	1
De 310 a menos de 600 Euros	2
De 600 a menos de 900 Euros	3
De 900 a menos de 1200 Euros	4
De 1200 a menos de 1800 Euros	5
De 1800 a menos de 2500 Euros	6
De 2500 a menos de 3000 Euros	7
3000 ou mais Euros	8
Ns/Nr	9

BLOCO 22

P.134 Nessa [**SEMANA DE REFERÊNCIA**] estava inscrito como desempregado em algum centro de emprego?

Sim	1	
Não	2	PASSAR A P.136
Ns/Nr	9	PASSAR A P.136

P.135 Em qual das categorias se encontrava inscrito no centro de emprego: “Desempregado à procura do 1.º emprego” ou de “um novo emprego”?

Desempregado à procura de 1.º emprego	1
À procura de um novo emprego	2
Ns/Nr	9

BLOCO 23

(Pedimos-lhe agora que responda a algumas questões sobre o seu percurso profissional)

P.136 Utilizando de novo uma escala de 1 a 10 em que **1** significa “Muitíssimo insatisfeito” e **10** “Muitíssimo satisfeito”, qual a satisfação com o percurso profissional que teve até agora?

Ns/Nr..... 99

P.137 Após a licenciatura, quantos meses demorou a encontrar um emprego ou trabalho remunerado?

Meses.....
Nunca encontrei..... 998
Ns/Nr..... 999

P.138 E quantos meses demorou a encontrar uma actividade profissional que, pelo menos em parte, considera que só pode ser convenientemente executada por alguém com formação superior?

Meses.....
Nunca encontrei..... 998
Ns/Nr..... 999

P.139 E quantos meses demorou a encontrar uma actividade profissional que, pelo menos em parte, considera que só pode ser convenientemente executada por alguém com a sua licenciatura ou licenciaturas próximas?

Meses.....
Nunca encontrei..... 998
Ns/Nr..... 999

BLOCO 24

(Já estamos quase a chegar ao fim do inquérito, queremos apenas conhecer algumas das suas opiniões acerca do trabalho, em termos gerais)

P.140 Dos aspectos relacionados com o trabalho em geral que lhe vou ler, indique qual o grau de importância que atribui a cada um deles, utilizando uma escala de 1 a 10 em que **1** significa “Nada importante” e **10** “Muitíssimo importante”. [PERGUNTAR UM A UM]

		Avaliação	Ns/Nr
X	a) Um trabalho seguro e estável		99
	b) Um trabalho que permita auferir rendimentos elevados		99
	c) Um trabalho com boas oportunidades de progressão profissional e de carreira		99
	d) Um trabalho que permita aceder a uma condição social prestigiada		99
	e) Um trabalho que deixe tempo livre suficiente para fazer outras coisas		99
	f) Um trabalho interessante		99
	g) Um trabalho que permita adquirir novos conhecimentos		99
	h) Um trabalho que permita ter autonomia		99
	i) Um trabalho que permita ajudar as outras pessoas		99
	j) Um trabalho útil à sociedade		99
	k) Um trabalho que permita manter autonomia financeira face aos pais		99

P.141 E agora, pensando ainda no trabalho em geral, avalie a importância que este assume na sua vida, utilizando uma escala de 1 a 10 em que **1** significa “Nada importante” e **10** que “Muito importante”.

.....
Ns/Nr..... 99

P.142 E se não precisasse de dinheiro, que importância atribuiria ao trabalho, utilizando uma escala de 1 a 10 em que **1** significa “Nada importante” e **10** “Muito importante”.

.....

Ns/Nr..... 99

P.143 Utilizando uma escala de 1 a 10 em que **1** significa “Nada importante” e **10** “Muito importante”, assinale a importância que atribui a cada um dos seguintes aspectos relacionados com a vida, que em seguida lhe indicarei.

	Avaliação	Ns/Nr
a) Trabalho		99
b) Família		99
d) Amigos e conhecidos		99
e) Desporto		99
f) Actividades artísticas e culturais		99
g) Política		99
h) Religião		99

BLOCO 25

(Só para finalizar, queríamos colocar-lhe apenas algumas questões fundamentais)

P.144 Diga-me, por favor, qual é o nível de instrução mais elevado que o seu pai e a sua mãe concluíram? Se não se importa, diga-nos primeiro o seu pai. **[PAUSA, OUVIR E ANOTAR RESPOSTA]** Agora a sua mãe.

	Pai	Mãe
Sem instrução ou com instrução primária incompleta	1	1
Instrução primária completa (4ª classe)	2	2
Preparatório completo (actual 6º ano)	3	3
9º ano de escolaridade (antigo 5º liceal)	4	4
Secundário completo (12º ano/ antigo 7º liceal)	5	5
Curso médio/Superior	6	6
Não Sabe	8	8
Não Responde	9	9

P.145 Importa-se de me dizer qual é exactamente a ocupação ou actividade profissional principal que o seu pai desempenha actualmente? **[ENTREVISTADOR: INSISTA PARA QUE A RESPOSTA SEJA O MAIS PORMENORIZADA POSSÍVEL, NÃO SENDO ADMISSÍVEIS EXPRESSÕES COMO “FUNCIONÁRIO PÚBLICO” OU “MILITAR”. SE FOR REFORMADO/APOSENTADO OU DESEMPREGADO PEÇA PARA INDICAR A ÚLTIMA PROFISSÃO/OCUPAÇÃO EXERCIDA]**

P.146 Essa actividade é realizada por conta própria ou de outrem?

Trabalhador por conta própria	1	PASSAR A P.147
Trabalhador por conta de outrem	2	PASSAR A P.147
Trabalhador familiar não remunerado	3	PASSAR A P.148
Outra Qual? _____		PASSAR A P.148
Ns/Nr	9	PASSAR A P.148

P.147 Tinha trabalhadores sob sua direcção/responsabilidade?

Sim	1	a) Quantos? _____
Não	2	
Ns/Nr	9	

P.148 Importa-se de me dizer qual é exactamente a ocupação ou actividade profissional principal que a sua mãe desempenha actualmente? **[ENTREVISTADOR: INSISTA PARA QUE A RESPOSTA SEJA O MAIS PORMENORIZADA POSSÍVEL, NÃO SENDO ADMISSÍVEIS EXPRESSÕES COMO “FUNCIONÁRIO PÚBLICO” OU “MILITAR”. SE FOR REFORMADA/APOSENTADA OU DESEMPREGADA PEÇA PARA INDICAR A ÚLTIMA PROFISSÃO/OCUPAÇÃO EXERCIDA]**

P.149 Essa actividade remunerada é realizada por conta própria ou de outrem?

Trabalhador por conta própria	1	PASSAR A P.150
Trabalhador por conta de outrem	2	PASSAR A P.150
Trabalhador familiar não remunerado	3	PASSAR A P.151
Outra Qual? _____		PASSAR A P.151
Ns/Nr	9	PASSAR A P.151

P.150 Tinha trabalhadores sob sua direcção/responsabilidade?

Sim	1	a) Quantos? _____
Não	2	
Ns/Nr	9	

BLOCO 26

P.151 Diga-me por favor qual a sua idade?

P.152 A sua nacionalidade?

Portuguesa	1
Outra Qual? _____	
Ns/Nr	9

P.153 Tem filhos?

Sim	1	a) Quantos? _____
Não	2	
Ns/Nr	9	

P.154 Com quem coabita? **[MÚLTIPLA]**

Mulher/marido (mesmo não sendo casado(a))	1
Filho(s)	2
Pais/ Sogros	3
Outros familiares	4
Outros não familiares (amigos)	5
Vive sozinho	6
Outros Quais? _____	
Ns/Nr	9

P.155 Em que concelho residia no ano anterior ao ingresso no ensino superior? _____

P.156 E em que concelho reside actualmente? _____

P.157 Muito obrigado pela sua colaboração! Não obstante a extensão do questionário, muitas coisas ficaram por dizer relativamente à inserção profissional. Estaria disposto a conversar connosco se mais tarde forem realizadas entrevistas aprofundadas sobre estas questões?

Sim.....1

Não.....2

P.158 Qual a melhor forma de o fazermos?

Nome Entrevistador: _____COD_____

Data Realização Entrevista ____/____/____ Hora ____:____

Nome Supervisor: _____COD_____

Data Realização Supervisão ____/____/____ Hora ____:____

Anexo III – Áreas científicas de formação dos licenciados UL/UNL

Na amostra recolhida encontramos graduados provenientes de 92 cursos de licenciatura ministrados nas 14 unidades orgânicas que constituem a Universidade de Lisboa (UL) e a Universidade Nova de Lisboa (UNL) (quadro n.º 4 e 5).

Uma vez que procurávamos transportar a informação acerca da área de formação dos inquiridos para a análise encarando-a como uma variável independente, o elevado número de cursos revelava-se um obstáculo a transpor. A organização desta quase centena de cursos em categorias analiticamente operacionais e capazes de garantir a comparabilidade com outros dados nacionais e internacionais remete-nos para a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) e, de acordo com os nossos propósitos analíticos, a uma codificação por “áreas de educação e formação”¹⁰¹.

A aplicação desta classificação e formato de codificação resulta numa distribuição dos cursos de licenciatura por seis áreas distintas (quadro n.º 1).

Quadro n.º 1 Área de educação e formação dos cursos dos licenciados UL/UNL

Áreas de educação e formação (CNAEF)	Valores Absolutos (N)	Valores Percentuais (%)
Educação	100	10,0
Artes e humanidades	215	21,4
Ciências sociais, comércio e direito	241	24,0
Ciências, matemática e informática	271	27,0
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	49	4,9
Saúde e protecção social	128	12,7
Total	1.004	100,0

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

¹⁰¹ A portaria n.º256/2005 de 16 Março do Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho vincula as entidades produtoras de estatísticas no âmbito do Sistema Nacional de Estatística a utilizar a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) – que substitui a Classificação Internacional do Tipo de Educação (CITE) utilizada desde 2001. A utilização da CNAEF garante a comparabilidade de dados entre os vários Estados membros da União Europeia. Esta classificação permite a utilização de três níveis de agregação dos cursos de formação, a saber, por área de educação e formação (codificação a 3 dígitos), por área de estudo (codificação a 2 dígitos), e por grande grupo (codificação a 1 dígito). No caso da população inquirida, a codificação a 3 dígitos da CNAEF possui um baixo potencial de agregação uma vez que resulta em 79 categorias distintas, a codificação a 2 dígitos resolve, apenas parcialmente essa dificuldade e dispersa estes licenciados por 15 áreas de estudo e, a codificação a 1 dígito é a mais agregadora pois reúne os vários cursos dos inquiridos em 6 grandes grupos.

No entanto, ainda que impeça a dispersão excessiva dos cursos dos licenciados inquiridos, esta forma de codificação revela um carácter excessivamente agregador. Basta notar que o conjunto de três das seis áreas engloba mais de 72% da amostra. De facto, se uma desagregação excessiva dos cursos pode ser analiticamente ultrapassada, através de agregações das várias categorias, o excesso de agregação é irrecuperável e potencia o risco de desconsiderar ou “esconder” lógicas de acção diferenciadas, que correspondem a grupos com pesos distintos numa dada categoria.

Assim, a opção lógica seguinte passou por recorrer novamente à CNAEF mas, desta feita, recorrendo a uma codificação por “áreas de estudo” (quadro n.º 2). Este novo formato resulta numa agregação dos cursos da amostra UL/UNL em quinze áreas de estudo, porém, algumas reúnem um número considerável de graduados, enquanto outras assumem um carácter atomístico. Este desequilíbrio torna-se particularmente visível no facto de oito das quinze áreas de ensino possuírem um peso inferior a 4% (o que, em termos absolutos, corresponde a menos de 36 indivíduos) e, poderia originar dificuldades ao nível da significância e representatividade em cruzamentos com outros dados.

Quadro n.º 2 Área de estudos dos cursos dos licenciados UL/UNL

Áreas de estudo (CNAEF)	Valores Absolutos (N)	Valores Percentuais (%)
Formação de professores e ciências da educação	100	10,0
Artes	35	3,5
Humanidades	180	17,9
Ciências sociais e do comportamento	89	8,9
Informação e jornalismo	19	1,9
Ciências empresariais	36	3,6
Direito	97	9,7
Ciências da vida	86	8,6
Ciências físicas	120	12,0
Matemática e estatística	29	2,9
Informática	36	3,6
Engenharias e técnicas afins	27	2,7
Indústrias transformadoras	12	1,2
Arquitectura e construção	10	1,0
Saúde	128	12,7
Total	1.004	100,0

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Perante o impasse entre uma excessiva agregação ou um vincado desequilíbrio, procuramos uma outra forma de classificação para os cursos dos licenciados UL/UNL. Esta opção metodológica considera três aspectos. Primeiro, a nova classificação tem de garantir a possibilidade de comparação com outros dados sobre os graduados do ensino superior. Em segundo lugar, deve também considerar as especificidades da população

inquirida. Por último, a segmentação da amostra que dela deriva não pode invalidar o tipo de testes estatísticos de associação e dependência que, face aos objectivos desta investigação, devem ser realizados.

Considerando estes três aspectos, a opção foi a de voltar à CNAEF e encontrar uma forma híbrida de agregação, isto é, que reúna as vantagens da codificação em “áreas de educação e formação” com os benefícios de uma codificação por “áreas de estudo”, tentando, por outro lado, evitar parcialmente as desvantagens destas codificações. Assim, fragmentámos duas das seis “áreas de educação e formação” que possuíam um peso elevado na amostra, em seis novas categorias, respeitando durante essa operação a codificação da CNAEF em “áreas de estudo”. As restantes quatro “áreas de educação e formação” foram mantidas.

O resultado é uma distribuição mais equilibrada dos licenciados UL/UNL por dez categorias que, simultaneamente, garantem o carácter operativo desta forma de classificar e consideram a oferta curricular própria destas universidades. Acresce ainda que não invalidam a comparabilidade destes dados com outras fontes de informação, uma vez que a utilização combinada de dois níveis de codificação da CNAEF, nos permite facilmente (re)agrupar a amostra em “áreas de educação e formação” ou fraccioná-la ainda mais em “áreas de estudos”. Optámos por nomear os dez grupos que resultam desta forma original para classificar os cursos de licenciatura de “áreas científicas de formação” e mobilizar este indicador durante a análise estatística aos dados recolhidos para os licenciados UL/UNL (quadro n.º 3).

Quadro n.º 3 Área científica de formação dos licenciados UL/UNL

Área científicas de formação	Valores Absolutos (N)	Valores Percentuais (%)
Educação	100	10,0
Artes e humanidades	215	21,4
Ciências sociais e jornalismo	77	7,7
Economia e gestão	67	6,7
Direito	97	9,7
Ciências Vida	86	8,6
Ciências Físicas	120	12,0
Matemática, estatística e informática	65	6,5
Engenharias industriais e construção	49	4,9
Saúde e protecção social	128	12,7
Total	1.004	100

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Quadro n.º 4 Cursos, número de licenciados por curso, e correspondência entre áreas de educação e formação, área de estudos e área científica de formação dos licenciados UL/UNL

Curso de licenciatura	Número de licenciados	Áreas de educação e formação (CNAEF)	Áreas de estudo (CNAEF)	Área científicas de formação
Antropologia	5	Ciências sociais, comércio e direito	Ciências sociais e do comportamento	Ciências sociais e jornalismo
Arqueologia e história	7	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Artes plásticas - escultura	5	Artes e Humanidades	Artes	Artes e humanidades
Artes plásticas - pintura	7	Artes e Humanidades	Artes	Artes e humanidades
Biologia	11	Ciências, matemática e informática	Ciências da vida	Ciências da vida
Biologia ambiental	13	Ciências, matemática e informática	Ciências da vida	Ciências da vida
Biologia aplicada aos recursos animais	8	Ciências, matemática e informática	Ciências da vida	Ciências da vida
Biologia celular e biotecnologia	4	Ciências, matemática e informática	Ciências da vida	Ciências da vida
Biologia microbiana e genética	10	Ciências, matemática e informática	Ciências da vida	Ciências da vida
Biologia vegetal aplicada	2	Ciências, matemática e informática	Ciências da vida	Ciências da vida
Bioquímica	9	Ciências, matemática e informática	Ciências da vida	Ciências da vida
Ciência política e relações internacionais	11	Ciências sociais, comércio e direito	Ciências sociais e do comportamento	Ciências sociais e jornalismo
Ciências da comunicação	19	Ciências sociais, comércio e direito	Informação e jornalismo	Ciências sociais e jornalismo
Ciências da educação	9	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ciências farmacêuticas	38	Saúde e protecção social	Saúde	Saúde
Ciências geofísicas	2	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Ciências musicais	2	Artes e Humanidades	Artes	Artes e humanidades
Conservação e restauro	5	Artes e Humanidades	Artes	Artes e humanidades
Design de comunicação	12	Artes e Humanidades	Artes	Artes e humanidades
Design de equipamento	4	Artes e Humanidades	Artes	Artes e humanidades
Direito	97	Ciências sociais, comércio e direito	Direito	Direito
Economia	31	Ciências sociais, comércio e direito	Ciências sociais e do comportamento	Economia e gestão
Engenharia ambiente	29	Ciências, matemática e informática	Ciências da vida	Ciências da vida
Engenharia civil	10	Engenharia, industriais transformadoras e construção	Arquitectura e construção	Engenharia, industriais transformadoras e construção
Engenharia dos materiais	4	Engenharia, industriais transformadoras e construção	Indústrias transformadoras	Engenharia, industriais transformadoras e construção
Engenharia e gestão industrial	7	Engenharia, industriais transformadoras e construção	Engenharias técnicas e afins	Engenharia, industriais transformadoras e construção
Engenharia electrotécnica e computadores	10	Engenharia, industriais transformadoras e construção	Engenharias técnicas e afins	Engenharia, industriais transformadoras e construção
Engenharia física	5	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Engenharia geográfica	2	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Engenharia geológica	5	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Engenharia informática	13	Ciências, matemática e informática	Informática	Matemática, estatística e informática
Engenharia mecânica	10	Engenharia, industriais transformadoras e construção	Engenharias técnicas e afins	Engenharia, industriais transformadoras e construção
Engenharia química	12	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Ensino ciências natureza	5	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ensino da física e química - Var. química	8	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ensino da matemática	16	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ensino de biologia e geologia - Var. biologia	6	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ensino de biologia e geologia - Var. geologia	6	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ensino de física e química - Var. física	9	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Estatística e gestão de informação	6	Ciências, matemática e informática	Matemática e estatística	Matemática, estatística e informática
Estatística e investigação operacional	9	Ciências, matemática e informática	Matemática e estatística	Matemática, estatística e informática

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Quadro n.º 5 Cursos, número de licenciados por curso, e correspondência entre áreas de educação e formação, área de estudos e área científica de formação dos licenciados UL/UNL (continuação)

Curso de licenciatura	Número de licenciados	Áreas de educação e formação (CNAEF)	Áreas de estudo (CNAEF)	Área científicas de formação
Estudos africanos	2	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Estudos europeus	12	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Filosofia	13	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Filosofia - história das ideias	2	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Física	2	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Geografia	40	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Geologia aplicada e do ambiente	14	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Geologia e recursos naturais	6	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Gestão	36	Ciências sociais, comércio e direito	Ciências empresariais	Economia e gestão
Gestão de informação	8	Ciências, matemática e informática	Informática	Matemática, estatística e informática
Higiene oral	6	Saúde e protecção social	Saúde	Saúde
História	17	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
História - var. história da arte	4	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
História - var. ramo científico	7	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
História Arte	8	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
História -var. arqueologia	7	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Informática	15	Ciências, matemática e informática	Informática	Matemática, estatística e informática
Língua e cultura portuguesa (língua estrangeira)	11	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Línguas e lit. clássicas	5	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Línguas e lit. mod. - Est. franceses e alemães	2	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Línguas e lit. mod. - Est. franceses e espanhóis	3	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Línguas e lit. mod. - Est. franceses e ingleses	7	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Línguas e lit. mod. - Est. ingleses e alemães	19	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Línguas e lit. mod. - Est. portugueses	18	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Línguas e lit. mod. - Est. portugueses e alemães	4	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Línguas e lit. mod. - Est. portugueses e espanhóis	2	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Línguas e lit. mod. - Est. portugueses e franceses	7	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Línguas e lit. mod. - Est. portugueses e ingleses	16	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Linguística	7	Artes e Humanidades	Humanidades	Artes e humanidades
Matemática	13	Ciências, matemática e informática	Matemática e estatística	Matemática, estatística e informática
Medicina	71	Saúde e protecção social	Saúde	Saúde
Medicina dentária	10	Saúde e protecção social	Saúde	Saúde
Meteorologia, oceanografia e geofísica	1	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Probabilidades e estatística	1	Ciências, matemática e informática	Matemática e estatística	Matemática, estatística e informática
Prótese dentária	3	Saúde e protecção social	Saúde	Saúde
Psicologia	29	Ciências sociais, comércio e direito	Ciências sociais e do comportamento	Ciências sociais e jornalismo
Química	10	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Química aplicada	12	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Química tecnológica	9	Ciências, matemática e informática	Ciências físicas	Ciências físicas
Ramo form. Educacional em filosofia	2	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ramo form. Educacional em história	3	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ramo form. Educacional em I.L.m.- Est. franceses e espanhóis	1	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ramo form. Educacional em I.L.m.- Est. franceses e ingleses	1	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ramo form. Educacional em I.L.m.- Est. ingleses e alemães	5	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ramo form. Educacional em I.L.m.- Est. portugueses	6	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ramo form. Educacional em I.L.m.- Est. Portugueses e espanhóis	1	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ramo form. Educacional em I.L.m.- Est. Portugueses e franceses	5	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ramo form. Educacional em I.L.m.- Est. Portugueses e ingleses	13	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Ramo form. Educacional em línguas e literat. clássicas	4	Educação	Formação de professores e ciências da educação	Educação
Sociologia	13	Ciências sociais, comércio e direito	Ciências sociais e do comportamento	Ciências sociais e jornalismo
Tecnologia e Segurança Alimentar	8	Engenharia, industriais transformadoras e construção	Indústrias transformadoras	Engenharia, industriais transformadoras e construção

Fonte: Projecto Percursos Inserção Graduados UL/UNL

Anexo IV – Ficha dos estudos referenciados

Autores	Âmbito do Estudo	Ano de publicação	Ano de inquirição	Ano de conclusão de curso dos inquiridos	Universo/ Amostra	Margem de erro/ Representatividade
Carlos Vieira, Luís Raposo e Manuela Santos	Licenciados da U. Évora	2008	2007	2001/02 a 2005/06	N= 3.664/ n= 871	Amostra cobre 24% do universo
Natália Alves	Licenciados da U. Lisboa	2005	2005	1999 a 2003	N= 8.107/ n= 2.216	Amostra cobre 27% do universo
Carlos Gonçalves, Isabel Menezes, e Maria Martins	Licenciados da U. Porto	2009	2009	2006/07	N= 3.025/ n= 1.642	Amostra cobre 54% do universo
António José Almeida, Isabel Faria Vaz, M ^a Amélia Marques, e Pedro Dominginhos.	Licenciados do P. Setúbal	2007	2006-2007	2000 a 2006	N=1080/n= 464	Amostra cobre 43% do universo
Miguel Chaves e César Morais	Licenciados da F. Ciências Sociais e Humanas da U. Nova Lisboa	2008	2007	2001 a 2002	N= 601/ n= 236	Margem de erro de 5% para um intervalo de confiança de 95%
Rui Mendes, João Patrício e Ana Lucas	Licenciados do Instituto Superior Técnico	2006	2005/6	2002 a 2005	N= 2.914/ n= 646	Amostra cobre 22% do universo